DE PORTUGAL PARA O MUNDO

gentes e rotas da lusofonia

JORGE CARVALHO ARROTEIA

DE PORTUGAL PARA O MUNDO

JORGE CARVALHO ARROTEIA

DE PORTUGAL PARA O MUNDO

gentes e rotas da lusofonia

澳門理工學院
Instituto Politécnico de Macau

Aos familiares
Amigos e Concidadãos
Da Diáspora e Lusofonia

© 2021, 澳門理工學院
澳門新口岸高美士街
cpclp@ipm.edu.mo

© INSTITUTO POLITÉCNICO DE MACAU
Rua de Luís Gonzaga Gomes, Macau
cpclp@ipm.edu.mo

De Portugal para o Mundo – Gentes e rotas da lusofonia

編著 Autor
Jorge Carvalho Arroteia

設計 Capa e Composição
Gabriel Cordeiro

第一版 1ª edição digital
2021年07月 *Julho de 2021*

ISBN
978-99965-2-259-8 (pdf)

第一版 1ª edição impressa: 2017年12月 Dezembro de 2017
ISBN 978-99965-2-160-7 (paperback)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou qualquer outro) sem a autorização prévia da Editora e do autor.

Navegavam sem o mapa que faziam

(Atrás deixando conluios e conversas
Intrigas surdas de bordéis e paços)

Os homens sábios tinham concluído
Que só podia haver o já sabido:
Para a frente era só o inavegável
Sob o clamor de um sol inabitável

Indecifrada escrita de outros astros
No silêncio das zonas nebulosas
Trémula a bússola tacteava espaços

Depois surgiram as costas luminosas
Silêncios e palmares frescor ardente
E o brilho visível frente a frente

Sophia de Mello Breyner Andresen
(1983)

Índice

09 Prefácio
11 Apresentação

24 A ponta de sagres
25 A praça de Ceuta e a costa africana
32 Bons ventos e correntes

45 A partilha do globo
45 Acordo de Tordesilhas
49 Conquistadores e exploradores

59 Da emigração para o brasil
59 Colonos e emigrantes
71 Do desenvolvimento da emigração
81 Traços contemporâneos

96 Das outras saídas para a américa do sul
96 Bordo setentrional e Caribe
103 Cone Sul

113 Emigração para o continente norte-americano
113 EUA e Hawaii
121 Federação do Canadá

127 Gentes da emigração
128 Composição
131 Estrutura

138 Geografia da emigração
139 Dos primórdios a meados de Novecentos
147 De meados de Novecentos aos nossos dias

157 Heranças e territórios religiosos

168 Mancebos e emigrantes

180 Por terras africanas
182 África intertropical
183 Cabo Verde
184 Guiné
186 São Tomé e Príncipe
188 Triângulo austral
191 Angola
205 Moçambique
213 República da África do Sul

217 Pelo Índico

231 Por mares da Ásia e do Pacífico Sul
231 Macau e Japão
239 Reino da Austrália e Timor

246 Portugueses na Diáspora
247 Destinos adormecidos
256 Países de imigração

261 Retalhos do movimento

269 Sociedades e associações
269 Associações de beneficência
272 Associações recreativas

278 Tropicalidades e mestiçagem

287 Volte face da emigração
287 Do regresso e retorno
293 Imigração

298 Xadrez geográfico

311 Bibliografia
323 Anexos
329 Notas

Prefácio

Desde a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, começou a tornar-se recorrente falar nela como uma espécie de grande território da lusofonia, resultante da vasta e muito dispersa diáspora portuguesa ao longo dos séculos. Era como se essa diáspora se confundisse com os países da CPCLP e como se a língua portuguesa tivesse como espaço, apenas, aquele que é definido pelos territórios dos países que a possuem como língua oficial.

Essa não é, porém, a realidade. Desde o século XV, ou seja, desde o início do período que a História ficou a conhecer como a "expansão", os Portugueses rumaram em muitas direcções, que variaram conforme cada tempo histórico e suas vicissitudes. Em boa parte dos casos, tais rumos acabaram por confundir-se com o que vieram a ser os países de língua portuguesa.

Ao generalizar dessa forma, no entanto, corre-se o risco de deixar no esquecimento outros rumos bem diversos que aí não cabem, um número imenso de pessoas que não são habitantes de tais países e, o que não é de somenos, múltiplos momentos da diáspora que não coincidem com os tempos da chamada "expansão".

Em boa verdade, a diáspora portuguesa foi uma nos séculos XV e XVI, foi uma outra no século XVII e, porventura, no século XIX, e foi bem rica e variada, nos seus actores, nos seus destinos e nas suas motivações, no século XX. Confundir todas essas realidades conduz a um retrato empobrecido e pouco rigoroso dessa mesma diáspora portuguesa.

De toda essa mobilidade, como hoje se diz, faz larga parte a fatia da emigração: para Brasil, França, Alemanha, Estados Unidos da América, Suíça, Inglaterra, Espanha, para citar apenas alguns destinos, rumaram, século após século, vagas de centenas de milhares de portugueses; de uma forma tal que, hoje, o número de portugueses fora de Portugal (os portugueses em diáspora) supera os dois milhões e meio de pessoas, o mesmo é dizer um quarto do total da população de Portugal.

Não ter presente esta realidade significa, pela sua dimensão, desde logo, ignorar

um dado de suma importância na cultura portuguesa e na sociedade portuguesa. Somos, por definição ou por destino ou por contingências do acaso, um povo peregrino, onde o estereótipo do viajante de mala feita não está tão longe como isso da realidade.

Delinear os contornos desse retrato, compreendê-lo, contextualizá-lo, traçar as linhas dos rumos que tomou, em cada momento, a diáspora portuguesa é um passo importante para definir a alma cultural dos Portugueses.

É isso que se pretende com o presente livro de Jorge Arroteia.

Jorge Arroteia é um prestigiado académico português, com larga experiência e muita investigação na área da Geografia Humana, onde se notabilizou pelos seus estudos dedicados justamente à diáspora, à emigração, à mobilidade dos seus concidadãos. O seu curriculum é a garantia da qualidade desta obra.

Publica-a o IPM por uma razão que tem a ver com parte importante da sua definição estratégica: o ensino do Português e das culturas que nele se plasmam. Para falar bem Português, é indispensável compreender bem os Portugueses; e estes não podem ser cabalmente compreendidos sem olhar a esta dimensão que é parte considerável da sua história, ou seja, a sua diáspora, como acima se define.

Assim, o prestígio e qualidade do autor e o sentido de missão do IPM são razões de sobra para esta edição.

O Instituto Politécnico de Macau tem, pois, subida honra e justificado orgulho em publicar o presente livro de Jorge Arroteia, além do mais um amigo de longa data do Instituto.

Carlos Ascenso André
Coordenador do Centro Pedagógico e Científico
da Língua Portuguesa do Instituto Politécnico de Macau

Apresentação

Como tema central da memória e evolução da população portuguesa, a emigração merece ser temporariamente revisitada[1]. A sua permanência no território, a evolução no tempo e o montante de saídas acumuladas durante séculos, dando origem a núcleos importantes de residentes nacionais em diversos cantos do globo, são testemunhos permanentes da paisagem física e humana do território e uma constante da nossa sociedade marcada pelos ritmos dessas saídas, pela saudade que as acompanha e pelos movimentos de torna-viagem e regresso dos nossos emigrantes. Tal decorre da sua relevância em volume e extensão; do seu contributo na evolução e equilíbrio da nossa balança de pagamentos; na situação económica e desenvolvimento local; na mudança da sociedade portuguesa; no interesse e produção da investigação científica relacionada com as múltiplas facetas da mobilidade humana.

Hoje mais do que nunca as migrações humanas são uma "expressão de mobilidade da ecúmena" (M. Sorre, 1955) e um "fenómeno social e total" (G. Gurvitch, 1979) expressivo nos seus movimentos, na dimensão das comunidades e nas relações humanas estabelecidas entre povos que registam traços comuns, como a língua, civilização e outros elementos estruturantes de uma sociedade. Da sua origem ao tempo presente a mobilidade da população à superfície terrestre é um elemento constante da "crosta exterior da sociedade" (op. cit., 17), diferenciador da sua "base morfológica (geográfica, demográfica, ecológica, instrumental, etc. (...) que modificam as práticas e os modelos, e criam símbolos novos, até aos valores e ideais colectivas (inspirando os símbolos, mas não se exprimindo neles senão parcialmente, e, por fim, até à mentalidade social, ao mesmo tempo colectiva e individual" (loc. cit.).

Assim acontece aos migrantes que nos seus movimentos transportam, replicando durante séculos nas sociedades de acolhimento, a "base propriamente material da sociedade" (op. cit., 91) de origem; as "condutas colectivas preestabelecidas" (op. cit., 93) das suas organizações sociais e aparelhos organizados; os modelos

sociais — eventualmente ligados a tradições, costumes e rotinas (op. cit., 95) —; os sinais, os signos colectivos e as condutas colectivas geradoras de "um clima privilegiado em que se desenvolve uma multitude de símbolos, particularmente símbolos emotivos, por meio dos quais os valores colectivos se exprimem num quadro social particular" (op. cit., 110). Dada a relevância que historicamente os mesmos assumem neste tema destacamos, entre outros:

- a "bandeira nacional" (op. cit., 115): "símbolo de reunião e de participação numa sociedade global suprafuncional (a Nação)";
- a "língua" (loc. cit.), como um "sistema de símbolos que serve ao mesmo tempo de resposta antecipada às questões postas e de expressão incompleta das significações e ideais compreendidas pela colectividade" que fala a mesma língua e a "utiliza no seu póprio pensamento";
- as "regras do Direito" (op. cit., 116) que exprimem, "embora de um modo inadequado e adaptado às circunstâncias as ideias lógicas, os valores morais e jurídicos mais profundos";
- a "Cruz" (op. cit., 115), como símbolo do Cristianismo difundido ao longo de séculos pelos soldados, colonos, missionários e emigrantes portugueses.

A análise das migrações na sua pluridimensionalidade e em escalas diferentes - microssociológica, agrupamentos e sociedades globais (op. cit., 17) – torna evidentes as manifestações de sociabilidade – "dos Nós e das relações com o outro" (op. cit., 29) e reforçam os sentimentos de uma "consciência colectiva" (Durkheim. I, 1977). Para este autor (op. cit., 98) a consciência colectiva ou comum é "o conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade e forma um sistema determinado que tem a sua vida própria". Mais ainda, "não muda em cada geração, mas, pelo contrário, liga umas às outras as gerações sucessivas".

Podemos entender ser esta consciência social, assente em práticas de socialização, que permite a transmissão de valores, hábitos, costumes tradições que reforçam os sentimentos de identidade, pertença e coesão social de agrupamentos sociais, fundados em grupo sociais. Para Gurvitch (1979, 348), o "grupo" constitui "uma unidade colectiva real (...), fundada em atitudes colectivas, contínuas e activas, tendo uma obra comum a levar a cabo". Daqui decorre que possa ser igualmente considerado (loc., cit.), como uma "unidade de atitudes, de obras e de condutas, que constitui um quadro social estruturável tendendo para uma coesão relativa das manifestações da sociabilidade".

A discussão teórica sobre esta matéria obriga-nos a reter outras noções relacionadas com a sociabilidade e os agrupamentos sociais, tal como referidos por Gurvitch (1979):

- "comunidade", onde o "grau do Nós (...) e a participação dos membros, assim como a pressão e a atracção que se exercem sobre eles, são médias" (op. cit., 192). Mais ainda, "entre todas as manifestações de sociabilidade por fusão parcial, é esta (...) que é não só a mais generalizada e a mais duradoura, mas ainda a mais facilmente referenciável na sua existência e nos seus efeitos" (op. cit., 195). A cada comunidade está associado um espaço territorial, que é também um domínio de relação, com traços geográficos distintos e identidades próprias;
- "atitudes colectivas" (op. cit., 349), como "configurações sociais que implicam predisposições ora actuais, ora virtuais, arrastando reacções e condutas comuns, levando a assumir papeis sociais precisos e a aceitar ou a produzir símbolos e valores particulares".

No seu conjunto estas realidades identificam o carácter democrático ou o autoritário dos agrupamentos sociais, diferenciando-se "em função dos tipos de estrutura das sociedades globais onde se encontram integrados, tanto quanto em função da coesão móvel das manifestações de sociabilidade que se actualizam no seu seio" (op. cit., 407).

A análise da difusão e dos padrões espaciais da mobilidade humana, que interessam aos cientistas sociais e aos investigadores atentos às questões económicas e geoestratégicas levantadas pelos contrastes de povoamento, do desenvolvimento, da circulação humana e da globalização, está atenta a um fenómeno comum referido por Durkheim (1977. II) relacionado com a maior mobilidade das unidades sociais transplantadas pela emigração, que determina "um enfraquecimento de todas as tradições". Destas famílias fazem os grupos de portugueses que ao longo dos séculos se estabeleceram em diversas partes do globo, cruzando-se com os autóctones e os povos aí residentes. Tal não enfraquece o sentido de "lusofonia"[2], entendida como "conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não" e "conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante".

A este respeito e no âmbito de uma Conferência internacional, afirmou Michel Perez (2000)[3]: "Le portugais est de fait une grande langue de communication internationale : langue véhiculaire, langue d'échanges culturels et commerciaux, mais aussi langue de travail d'organismes internationaux. Langue d'expression orale, parfois d'expression écrite, voire simplement langue officielle, on sait que le

portugais est un facteur d'unité nationale dans de vastes pays d'Afrique, d'Amérique ou entre les différentes composantes d'un archipel géographique et humain de par le monde".

O sentido da Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada em Lisboa em 17 de Julho de 1996, reforça o apelo de cooperação e de partilha, duma tarefa comum reforçada por solidariedades partilhadas, fundadas no domínio da língua e na comunhão de interesses comuns promovidos pela divisão do trabalho social (Durkheim, 1977). O texto da referida Declaração afirma[4]:

> "Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;
> Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48ª, 49ª e 50ª Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;
> Consideram imperativo:
> • Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;
> • Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;
> • Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa."

Do referido texto consta ainda a reafirmação da importância da língua portuguesa, da cooperação política e diplomática, da cooperação económica, empresarial, universitária e de outras medidas que permitam "num acto de fidelidade à vocação

e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir (...) a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa".

Atendendo à mobilidade da população portuguesa e ao seu contributo na formação de diferentes comunidades de nacionais que mantiveram, desenvolveram e beneficiaram de um elo de comunicação comum baseado essencialmente na língua, evocar as suas memórias e raízes no tempo, a diversidade dos seus contextos e territórios, os ciclos de vida e os laços que unem os compatriotas e amigos da diáspora aos familiares, às terras e à sociedade de origem ou dos seus antepassados, continua a ser tema de estudo.

Hoje, como em tempos mais remotos, as notícias sobre comunidades de cidadãos nacionais residentes em diversas partes do globo, alimentadas ou não por fluxos migratórios contemporâneos, unidos pela comunicação baseada na língua portuguesa e identificados por traços demográficos, económicos, geográficos e culturais distintos expressam, sobretudo no seu volume e vivências, o destino das migrações ibéricas.

Quando comparada com os registos de saída da população nacional alguma desta informação evidencia diferenças significativas sugerindo estarmos em presença de uma emigração não oficial, de movimentos de reemigração de cidadãos nacionais a partir de outros países ou ainda de um movimento mais remoto e descontinuado de saídas para diversos destinos que deram origem a colónias de portugueses e de luso-descendentes bastante diferenciadas. Tal pode ser apreciado quando da consulta da base numérica disponibilizada pelo Observatório da Emigração, elaborada a partir da informação recolhida pelos serviços centrais de estatística dos países de imigração, dos registos das Nações Unidas (ONU) e das inscrições consulares de cidadãos nacionais nos serviços dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em particular da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) - cf.: Observatório da Emigração[5]. Assim acontece na Austrália e Nova Zelândia, no Canadá e EUA, na Índia e, em situações mais recentes, nos países africanos de língua portuguesa.

Não sendo obrigatória essa inscrição, muitos o fazem por forma a manter uma relação mais próxima (administrativa, política, cultural ou de outra natureza) com o país de origem. Carecendo em algumas circunstâncias da devida actualização, verifica-se que em diversos contextos geográficos do Índico, do Pacífico ou mesmo nas margens do Atlântico e em antigos destinos da ocupação e da emigração transoceânica portuguesa, a presença de um número elevado de cidadãos de ascendência portuguesa ultrapassa o valor do movimento emigratório.

Em data próxima do registo do 600º aniversário do estabelecimento dos

portugueses em Ceuta[6], a 21 de Agosto de 1415, e do significado que teve na intensificação da mobilidade da população nacional e na constituição de núcleos de povoamento de origem lusa em diversos continentes, retomamos o tema da emigração. Como já foi assinalado (Arroteia, 1983) trata-se de um movimento iniciado com a expansão marítima associada às antigas rotas da navegação, comércio, ocupação militar e domínio religioso que permitiram o alargamento do sistema mundial iniciado com as navegações lusitanas. De acordo com Almeida (1998, 19), tal corresponde ao "alargamento do espaço planetário" resultante da "exploração da costa africana a que os historiadores chamam Descobrimentos" e ao achado de novos continentes.

As navegações que lhe deram origem decorrem do avanço dos conhecimentos de geografia física relacionados com a determinação da latitude do "ponto", a informação sobre o regime dos ventos e das correntes marítimas, a evolução das técnicas cartografia. A este respeito diz-nos Serrão (2006.II, 66) que "a prática da determinação de latitudes e longitudes a bordo mostrou-se a solução mais conveniente nas demoradas singraduras descritas no mar alto". Esta referência está de acordo com o que assinala Martonne (1953, 39): "depois de se ter aprendido a conhecer a forma exterior da Terra e os movimentos que a animam o problema mais geral a que a geografia tem de fazer face é o da representação do globo e das figuras que se observam à sua superfície. É um problema duplo: em primeiro lugar, trata-se de encontrar métodos que permitam demarcar exactamente cada ponto da superfície terrestre, de forma a a poder localizar-se, numa esfera de dimensões reduzidas, a posição do lugar onde nos encontramos: é o ''problema do ponto"; o segundo refere-se à sua representação em superfícies planas; "é o problema dos mapas geográficos ou das projecções".

Desde o século XVII tal foi possível através do sextante e mais tarde do teodolito. Anteriormente e de forma rudimentar, dependia da ajuda do astrolábio e da vara de Jacob. A evocação à *Arte de navegar*, de Manuel Pimentel (Baião, Cidade e Múrias, 1937. I, 254) permite entender a complexidade da sua determinação no oceano: o ponto "supõe duas coisas sabidas, que são o rumo por onde se navegou, e este se sabe pela agulha, e as léguas que se andarão, e estas não tem outra certeza mais que a conjectura ou fantasia do piloto".

O registo das grandes viagens encetadas pelos portugueses permite estabelecer o percurso das grandes rotas marítimas, da expansão gradual da cultura portuguesa, do seu património e das suas gentes, da coesão "que assegurou os frutos da empresa colectiva" (Rodrigues, 1987, 7) e permitiu o contacto entre

povos tão diferentes de África, da América e da Ásia. Aqui se inscrevem as rotas da emigração transoceânica estabelecidas em Quinhentos:

- a rota do Cabo: abrindo-se para o Índico e Pacífico, esteve na origem da fixação das mais antigas comunidades de portugueses no Oriente. Esvaneceu-se com o tempo, sobretudo durante e após a união dinástica com Espanha, mantendo em certas circunstâncias traços significativos da sua origem e pertença. Dela se conserva uma ligação muito estreita a Moçambique, Timor e Macau;
- as rotas atlânticas: nas suas ramificações para África – golfo da Guiné e Angola - e para o Brasil - consolidaram-se como áreas de forte mobilidade humana relacionada com o povoamento do novo mundo e o transporte de escravos para essas terras. A atracção e presença contínua da população portuguesa no Brasil, constitui um símbolo do sonho português relacionado com o enriquecimento, não conseguido, no solo pátrio;
- a rota das Antilhas (Albuquerque, 1993.II, 7): dominada pelos portugueses mas já com a concorrência de navegadores de outras nacionalidades, está essencialmente associada às saídas da população das ilhas atlânticas para as culturas intensivas de plantação, no termo do Antigo Regime[7] e no início do século XIX, para a América central;
- nesta configuração uma outra rota foi estabelecida com a emigração transoceânica para o continente norte-americano, alimentada pelas saídas da população das ilhas atlânticas e pela reemigração a partir dos portos da América Latina e da América Central.

A relação destas rotas com os caminhos mais distantes para a Austrália e Ásia-Pacífico, confirma aí uma presença antiga de soldados, mercadores, missionários e já de emigrantes, que entreabre as portas a novas formas de uma emigração transcontinental a suceder à última vaga da emigração transoceânica portuguesa registada até aos anos sessenta de Novecentos. À época, a evolução destas viagens acompanhou a intensa fase de exploração marítima onde se conjugam interesses régios e políticos, comerciais e religiosos, promotores da saída da população do Reino.

Na sua configuração mais simples estas partidas foram-se afirmando através de um movimento contínuo de povoamento e de colonização das ilhas do Atlântico; da exploração da costa de África; da sua continuação para a Índia e para o Brasil. Aqui a perenidade dessas viagens foi alimentada por fases distintas de ocupação humana e de exploração comercial e dos seus recursos naturais. Para D. Luís da Cunha[8] estes destinos são responsáveis pela saída da nossa população vindo a provocar duas das principais sangrias do Reino[9]:

- a primeira inclui "o socorro da gente que anualmente se manda para a Índia, sem o qual não se poderia sustentar. (...)";
- a segunda, tem como destino o Brasil para onde "embarcam os que ao cheiro das minas querem lá ir buscar sua vida.(...)".

Como noutros movimentos migratórios as saídas que acompanham as descobertas (Descobrimentos portugueses) e o processo de colonização rural dos novos territórios, deram origem a uma intensa corrente de compensação de mão-de-obra de escravos de África, capturados para colmatar a falta da população residente. Muitos destes escravos partiram conjuntamente com os donos para a exploração dos novos domínios; outros ficaram no continente e ilhas para compensar as lacunas registadas nos campos e nos serviços domésticos. Justifica tal movimento a posse e a exploração dos recursos naturais existentes fora do Reino e o desejo de enriquecimento assente na desigual distribuição da riqueza, no regime de exploração da propriedade fundiária, no nível de vida da população. Não foram ainda indiferentes às contradições do regime monárquico e ao exercício do poder expresso na dualidade social da população portuguesa e nas perseguições políticas e religiosas que acompanham o fenómeno da evasão e da mobilidade registada na nossa memória colectiva.

Na sua essência estas migrações inscrevem-se em contextos territoriais e societais marcados pela sua "pluridimensionalidade nas multiplicidades dos espaços geográficos, dos tempos histórico-sociais e das relações humanas", que os obriga a articularem-se com diferentes "complexos histórico-geográficos" (V. M. Godinho, *in* Serrão, 2006. II, 131) - alguns deles construídos ao longo de séculos - de acolhimento da população portuguesa. Disso nos dá conta a evolução, a continuidade e a pressão das condições socioeconómicas, políticas e culturais que têm alimentado a torrente da emigração portuguesa ao longo do tempo.

É objectivo deste texto evocar o significado geográfico destes movimentos; das rotas seguidas pela emigração dos nossos compatriotas na sua tradicional corrente transoceânica, implementada pelas "grandes viagens transoceânicas e das descobertas de 'terras novas' para lá do bloco Euro-Asiático" (Amaral, 2015, 23) e a constituição de diferentes comunidades luso-falantes que ao longo de gerações conseguiram reforçar, através da língua comum os seus valores e tradições, o seu património e identidade. Tal foi iniciado durante as primeiras fases de uma globalização (loc. cit.) promovida pelo transporte marítimo, acompanhada da expansão territorial e mercantil, do povoamento das terras do novo mundo, da

sua colonização e, em circunstâncias especiais, pela emigração recente.

Numa primeira fase o domínio desses lugares está representado nas saídas ocorridas no decurso do Antigo Regime ligadas à expansão portuguesa, à colonização e ocupação de novos destinos e territórios. Já a emigração, iniciada pela mesma época, está igualmente associada à actividade mercantil, ao aproveitamento dos recursos naturais e humanos, à procura de melhores condições de vida que identificam os grandes movimentos migratórios (emigração e imigração), modernos e contemporâneos.

A evolução deste fenómeno realça a importância destes movimentos e contributo na saída das gentes do Reino e das suas ilhas, em direcção a diversos destinos que se consolidaram como espaços de acolhimento da emigração transoceânica. Esta caracterização está plasmada num texto de Serrão (1977, 86): "A diáspora portuguesa pelo mundo principiou com a conquista de Ceuta (1415), seguida, pouco depois, da colonização da Madeira (cerca de 1425), e logo um século após – aberta a rota do Cabo para o Índico (1497), descoberto o Brasil (1500) e povoadas já as ilhas adjacentes, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe -, era, já patentes aos olhos mais argutos as consequências demográficas, e outras, advindas do fenómeno da expansão ultramarina".

Com as especificidades inerentes às viagens marítimas em cada um dos hemisférios, estas saídas alimentam a criação e acompanham a evolução do império marítimo português do Oriente; desenvolvem-se durante a construção do império brasileiro e continuam depois da sua independência. Reduzem-se no decurso da segunda metade de Novecentos em resultado da emigração intra-europeia e da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia. No que respeita aos territórios em África, tal movimento vai-se estruturando ao longo do século XIX, sobretudo após a Conferência de Berlim (1885) e da necessidade de ocupação efectiva do espaço deste continente partilhado entre os diversos países europeus. A caracterização deste fenómeno depois da entrada de Portugal na actual União Europeia (em 1986) carece de uma outra análise, orientada e precisa, sobre o espaço do velho continente.

Porque nos debruçamos sobre as memórias e os espaços que acompanham, alguns desde longa data, a emigração transoceânica tradicional, fazemo-lo no entendimento de que esta alimenta um novo ciclo de emigração transcontinental acelerado pela generalização do transporte aéreo que obrigou ao encerramento das linhas regulares de transporte marítimo de passageiros entre a Europa e os portos americanos, africanos e asiáticos. A expansão da aviação comercial deu origem à abertura das fronteiras num processo de globalização onde estas ficam

permeáveis a uma intensa circulação de homens, mercadorias e de capitais. Entre nós esta mudança tem lugar a partir dos anos setenta como indicam os registos dos contratos dos emigrantes temporários: em 1977, num total de 19543 saídas, 15,2 milhares contemplavam a via aérea, 200 apenas a via marítima e 4085, a via terrestre.

Ao valorizarmos os aspectos geográficos das migrações, na sua relação directa com o movimento renovador dos Descobrimentos, das viagens marítimas a que deram origem e da revolução técnica e cultural que desencadearam pretendemos, também, evidenciar os seus reflexos no conhecimento e exploração da ecúmena. Tal está alicerçado no desenvolvimento do conhecimento científico, "donde viriam a desenvolver-se as primeiras tentativas da ciência moderna, que havia de irromper de maneira imparável a partir do início do século imediato" (Albuquerque, 1983, 123), durante o Renascimento. Dele veio a beneficiar o próprio conhecimento geográfico, então assente em descrições de tipo regional, mas ainda sem o contributo das ciências naturais desenvolvidas a partir de Setecentos.

Assinala Godinho (1977, 165) que esta expansão está na origem da civilização moderna. No entanto "dessa expansão resultou, na Península, uma estrutura que travou o desenvolvimento posterior e adveio até a recusa dessa modernidade". Por sua vez Eça de Queiroz (1979, 15), em 1874, considera ser a emigração moderna, devido ao seu "amplo caracter de universalidade, de espontaneidade e de liberdade (...) um dos factos mais poderosos da moderna actividade económica, e uma das forças da civilização contemporânea". Outros entendimentos podem ser colhidos ao longo do tempo, variando consoante o tipo de análise, o contexto e o ambiente político da sua época.

Ao longo dos diversos ciclos da emigração portuguesa inscrevem-se as deslocações individuais e em massa dos habitantes do Reino para as praças militares e Ilhas, daqui para o Brasil e para o Oriente e também do Brasil para África após a independência deste país e as ameaças à presença de cidadãos nacionais nesse reinado. A este respeito assinalou ainda Serrão (1980, 85): "se a emigração tem sido e é feição estrutural da sociedade portuguesa, moldada por séculos de história, quase até aos nossos dias (década de 1950), ela dirigiu-se sempre em larguíssima fracção para o Brasil quer quando este era a grande colónia de um pequeno país europeu, quer quando a antiga possessão portuguesa principiou a talhar o seu destino nacional, transformando-se na maior potência da América do Sul".

Na sua essência este fenómeno está ligado às grandes migrações transoceânicas geradas pelo povoamento dos novos espaços continentais, pela falência dos sistemas coloniais e pela afirmação dos direitos da Revolução das Luzes que

acompanham os efeitos da revolução industrial e da revolução tecnológica dos transportes marítimos mercantes que os tornaram mais seguros e acessíveis. Assim perduram até meados de Novecentos. Desde então a evolução política e a reconstrução social da velha Europa passa a orientar as migrações de trabalho, oriundas de outros destinos, para este continente.

O tratamento dos assuntos contidos neste ensaio segue uma ordem tendencialmente cronológica e geográfica, sendo os temas-âncora mais relevantes apresentados por ordem alfabética. Esta opção permite uma leitura sincrética de um fenómeno bastante vasto e complexo relativo à mobilidade da população portuguesa, bem como às causas e contextos relacionados com uma tipologia específica destes movimentos e com as saídas para além-mar.

Como assinalou Serrão (1977, 27), "o drama nacional da emigração é uma das faces de todo o processo sócio-económico do Portugal contemporâneo, pelo menos a partir da década de 30 do século passado". Trata-se de uma constante que nos acompanha e que corresponde a uma renovada "força civilizadora" (Eça de Queirós), hoje com novos actores, destinos, significados, leituras e vivências. Sendo um drama de ontem, ele persiste na sociedade hodierna marcada por uma intensa mobilidade geográfica da população e pela expressão dos dramáticos exemplos de mobilidade forçada que a humanidade continua a registar.

Na comunhão de uma identidade analítica com um Mestre e Amigo – G. Tapinos (1974, 1) -, entendemos que "la migration fait partie des phénomènes à évolution lente qui transforment profondément et imperceptiblement une société et dont l'on ne prend conscience qu'à l'occasion d'un incidente révélateur souvent éphémère. Fait social par excellence, elle intéresse toutes les sciences sociales et seule une confrontation des approaches devrait permettre une apprehension du phenomène".

Fazemo-lo ainda no entendimento do contributo deste movimento para o reforço da solidariedade social entre o indivíduo e o seu grupo e entre este e a sociedade de origem; como sinal dos desequilíbrios regionais e assimetrias sociais existentes (Tapinos, op. cit.) e dos seus reflexos nos modos de vida e bem-estar das populações; no reconhecimento da "liberdade de circulação" considerada em 1963 no Protocolo adicional à Convenção de Defesa dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Roma, 1950) e plasmada no texto da Constituição da República Portuguesa – Art. 44º - direito de deslocação e de emigração aos cidadãos nacionais; no reconhecimento dos "laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa" e "no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da democracia,

da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos" (Art. 7º, 4 e 5 – Relações internacionais).
A leitura mais recente dos movimentos migratórios e da dimensão das comunidades e países de língua portuguesa permite valorizar muitos outros aspectos relacionados com o património cultural, a cooperação humana e científica, "o reforço da aproximação amiga com as nações que connosco partilham a língua e com aqueles núcleos dispersos onde algo dela ainda resiste à tendência maioritária para o esquecimento" (Rodrigues, 1987, 8). Daí que, "no usufruto dessa verdadeira prerrogativa que é ter ao alcance um mesmo instrumento de comunicação, torna-se fácil a troca de bens e aliciante a conversa entre os homens" (loc. cit.). Estes são desígnios da Lusofonia, alicerçados no domínio do Português, como língua veicular e como espaço de relação privilegiada entre países que desejam desenvolver e partilhar em comum diferentes tipos de relações, culturais, económicas, científicas e outras.

A este respeito recordamos, de Michel Perez (2000), os fundamentos da Lusofonia – entendida como como um conjunto humano firmado numa comunidade assente em quatro pilares fundamentais – e algumas etapas da sua criação:

> "• un ensemble linguistique né de l'histoire. Cet ensemble a trouvé sa concrétisation dans l'accord orthographique signé à Rio de Janeiro en 1990, puis ratifié en 1994 par la conférence des sept chefs d'États (à laquelle s'était jointe la délégation de la Galice). Cet accord fut de fait l'acte fondateur de la CPLP.
> • un espace économique. Cet aspect confère aujourd'hui à la langue portugaise un poids important. Cependant, cet objectif n'est pas prioritaire dans la conduite de la politique des pays lusophones, politique incarnée notamment par la CPLP.
> • une organisation politique. La conférence des chefs d'États allait devenir la Communauté des pays de langue portugaise: la CPLP est aujourd'hui le principal moteur de l'organisation internationale qui vise «à promouvoir un (vaste) projet politique dont le fondement est la langue portugaise, lien historique et patrimoine commun des Sept » (Article 3 de l'Accord du 17 juillet 1996)."
> • une organisation culturelle. Un grand nombre d'accords culturels tracent les bases de l'action commune aux sept pays qui manifestent ainsi leur volonté de tisser des liens étroits entre les peuples au service de l'enseignement, de la recherche et de la culture."

A concluir diremos ainda que este trabalho culmina uma série de estudos, iniciativas e análises da Diáspora portuguesa, como geradora de espaços de civilização e cultura. Em diversos momentos tivemos oportunidade de os reviver através da

investigação de múltiplas facetas da emigração portuguesa e da vivência de diferentes comunidades, no velho continente e além Atlântico, no Índico e no Pacífico. Nesta oportunidade evocamos os familiares, amigos e concidadãos que aí residem, associando-os a esta homenagem comum ao Instituto Politécnico de Macau, ao seu Presidente[10], aos Directores das suas Escolas – em particular ao Director da Escola Superior de Línguas e Tradução[11] e ao Coordenador do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa do IPM[12] - aos Docentes, Funcionários e Alunos que de forma amiga nos acolheram durante a nossa missão de Avaliador Externo do curso de Administração Pública (Escola Superior de Administração Pública), ministrado nesta instituição de prestígio.

A todos, o nosso: Bem-hajam!

A Ponta de Sagres

O registo de saídas da população portuguesa acompanha as viagens por mar iniciadas com a expansão e as descobertas conduzidas por navegadores da mesma nacionalidade ou ao serviço da Coroa de Portugal. Tem como primeiro assento a tomada da Praça de Ceuta, no norte de África e a sua presença militar por mais dois séculos. Esta empresa está associada à expansão territorial do Reino a que se associa a ponta de Sagres como sítio estratégico desta navegação; à nova dinastia Joanina com interesses de natureza bélica, religiosa, política e económica, bem como à figura do Infante Navegador, promotor do alargamento das fronteiras naturais (Serrão, 1977, 10) e do combate aos povos que então dominavam o norte de África.

Temporalmente esta expedição, levada a cabo depois de Aljubarrota e das pazes com Castela, assinada em 1411, acompanha também o voltar de uma página da história universal: o fim da Idade Média e o começo de uma nova era marcada pelo Renascimento do homem, por novos contactos entre os povos, a cultura e a "relação entre os saberes e a prática científica" (Almeida, 1998, Introdução) bem como pela intervenção da imprensa escrita. Além de outros benefícios desta descoberta, com a impressão manual a marinharia recuperou o traçado de muitas observações marítimas contidas em roteiros escritos que permitiram uma ampla divulgação dos conhecimentos e da experiência adquirida pelos mareantes ao longo das viagens no mar e ao longo da costa. Antecipando-se à globalização seguinte, foi através das rotas marítimas que se começaram a delinear os contornos políticos da partilha do globo, a afirmação das potências marítimas e os grandes interesses comerciais construídos a partir das relações com o continente africano e a exploração dos seus recursos naturais e humanos.

No continente português o sítio de Sagres, pelo significado do seu passado histórico e acima de tudo pela sua posição meridional e proximidade de África e dos portos algarvios, constitui um símbolo dessa empresa até à sua deslocação para Lisboa, centro do poder régio e o palco central destas operações. Como

assinalam Pinto e Rodrigues (1993, 404), com base na obra de V. Magalhães Godinho, tal foi reforçado com a descoberta da Madeira e de Porto Santo e do povoamento encetado nas ilhas atlânticas, o que facilitou as viagens e as operações marítimas iniciadas e com destino à velha cidade de Ulisses.

A praça de Ceuta e a costa africana

Evocar a emigração transoceânica e a dispersão da população de origem portuguesa que lhe está associada leva-nos ao povoamento, no início de Quatrocentos, das ilhas Atlânticas da Madeira e do arquipélago dos Açores. Na sua origem está a tomada da praça de Ceuta a qual, segundo Farinha (1993.I,102), "integra-se no desejo cristão de reconquista da África do Norte e de colonização portuguesa da parte ocidental deste território". A esta ocupação seguem-se as incursões atlânticas para sul ao longo da costa africana, um território desconhecido para os marinheiros que à data (Sousa)[13] "respeitavam as concepções medievais acerca do mar e do mundo", arriscando-se a "penetrar no reino dos mortos e ir aí encontrar as ilhas onde eles sofriam o castigo eterno, pelos males que haviam cometido no mundo dos vivos, ou serem recompensados pelo bem que tinham praticado em vida." Assinala o mesmo autor (op. cit., 3) que "a conquista de Ceuta, chave do estreito de Gibraltar e da expansão para a África do Norte, visava a afirmação da dinastia de Avis, consolidar a independência portuguesa no contexto peninsular e criar um espaço de valorização económica e social aos Portugueses".

As razões desta empresa foram registadas por Zurara (*in* Serrão, 1976, 15-18) ao esclarecer que o "Senhor Infante foi movido de mandar buscar as terras da Guiné" por vontade "de saber a terra que ia além das ilhas Canárias, e de um cabo que se chama do Bojador (...)". Complementarmente desejava saber o "Senhor Infante": "(...) haver de tudo manifesta certidão; (...) se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado (...); (...) para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis; (...) se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fossem tão esforçados que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé"; a quinta razão foi o grande desejo que havia de acrescentar em a santa Fé de nosso senhor Jesus Cristo (...)". O mesmo cronista, Zurara, dá ainda conta dos movimentos de importação de escravos recolhidos no Golfo da

Guiné e trazidos às ordens do Senhor Infante para suprir as carências de gente no Reino, nas Ilhas e noutras paragens.

Na comunhão de interesses com a Coroa, a Igreja considerou esta guerra como uma Cruzada contra os infiéis de África, inimigos da fé cristã (Guerreiro, 1961, 40), posição bem acolhida pelo Duque de Viseu e Governador da Ordem de Cristo, o Infante D. Henrique, ao tempo Protector do Estudo Geral de Lisboa (Universidade de Lisboa) e da própria Escola de Sagres. Sobre este tema assinala L. Gama[14]: "mais do que uma instituição académica, transformou-se sobretudo num símbolo, símbolo do infante D. Henrique e de todas as actividades relacionadas com as navegações portuguesas do seu tempo. Símbolo da progressão das técnicas de navegação adquiridas empiricamente pelos navegadores que enfrentaram o Atlântico no século XV, e que criaram as bases da navegação astronómica, tal como veio a ser praticada nos séculos subsequentes no que é aliás uma das consequências mais importantes dos Descobrimentos".

Neste domínio a evolução dos conhecimentos náuticos na Península, nomeadamente as obras de referência produzidas em Castela como *El Libro del Saber de Astronomia*, de Afonso X, o Sábio (final do séc. XIII), impulsionador da criação de um observatório astronómico na cidade de Toledo, não pode ficar à margem dos ensinamentos trazidos pelos árabes e da tradução em latim de diversas obras e escritos de autores clássicos: Aristóteles e Ptolomeu entre outros. Refere-se Almeida (1998, 17) ao contributo das comunidades judaicas a quem cabe, até finais do século XV, "parte significativa no processo de difusão e mesmo de criação do saber em Portugal e, por isso mesmo, papel de relevo na formação de novas atitudes face ao conhecimento".

Associada a estes acontecimentos está a queda de Bizâncio e a "emigração da elite intelectual grega do imperador Constantino" (Ladame, 1958, 25) - filósofos, astrónomos, matemáticos, navegadores e outros -, que trouxeram consigo para o Ocidente os conhecimentos do mundo clássico e do mundo árabe; a utilização da bússola magnética; o medidor de ângulos e as técnicas de cartografia com referência aos pontos cardiais e outras informações de grande importância. Apesar de usados no Mediterrâneo Oriental, estes instrumentos permitem melhorar as técnicas de navegabilidade reunidas em cartas, "portulanos" onde se inscrevem "a teia de rumos, a partir da qual se desenharam os contornos da costa onde foram inscritas as designações toponímicas" (Matos – Instituto Camões)[15].

Estes ensinamentos foram aprofundados com a intensificação da navegação em alto-mar e o uso do quadrante, astrolábio e balestilha e através da recolha de informações mais precisas sobre a posição dos navios em relação à altura do Sol

e da Estrela Polar - latitude de um lugar (Norte ou Sul). O círculo equatorial estabelece a separação entre as duas latitudes, Norte e Sul, no que é acompanhada pelos limites de visibilidade entre as Ursas (Ursa Maior e Ursa Menor) e as estrelas dos mares do Sul. Contrariamente à Polaris (Estrela Polar) a norte, a sul do Equador serve de referência a constelação circumpolar ao Pólo Sul, ou seja, o Cruzeiro do Sul. A ele se refere Camões (Lusíadas – Canto V, 14): "Já descoberto tínhamos diante, / Lá no novo Hemispério, nova estrela, / Não vista de outra gente, que, ignorante, / Alguns tempos esteve incerta dela".

Recorde-se que a segunda coordenada celeste, a longitude, impossível de calcular à época das grandes navegações, foi estabelecida cientificamente nos finais do século XVIII, sendo contada a partir do meridiano de lugar do Antigo Observatório Real em Greenwich. A partir de 1884 regula a hora média - GMT (*Greenwich Mean Time*) e com precisão o afastamento para Este ou para Oeste de qualquer lugar do planeta em relação ao meridiano central de referência.

Pelo seu interesse transcrevemos de Martonne (1953, 44), uma nota sobre a tentativa dos navegadores portugueses sobre a determinação desta coordenada geográfica desde o século XV: o método das "distâncias lunares, que se mostrou pouco prático, e da declinação magnética da agulha de marear. (...) Segundo tal teoria, a longitude era proporcional à variação da agulha, determinando-se facilmente por esta (...)". Contudo, assinala o tradutor, que o referido processo não resultou, sendo que "Só com o posterior invento dos cronómetros o problema pôde ser resolvido. (...) No entanto, os Portugueses utilizavam para a estimativa da longitude processos empíricos de apreciável precisão".

O recurso a métodos ainda incipientes da ciência náutica, nomeadamente de cálculos rudimentares sobre a longitude[16], por estimativa, veio permitir o traçado dos caminhos do mar, inscritos em diários de bordo e nos regimentos da arte de navegar. Estes conhecimentos, juntamente com o entendimento dos regimes de ventos, das correntes e das marés, permitiram a realização de viagens marítimas de maior duração e o traçado das grandes rotas oceânicas assentes nos conhecimentos de então.

Para Godinho (1994, 31), a partir do início de Quinhentos "os impérios tornam-se territoriais, e um sistema único de conhecimento integra o mundo das caravanas e o mundo da navegação marítima", construído a partir de instrumentos físicos: bússola, astrolábio, sonda, corda de nós, compasso; da "utensilagem mental" – a trigonometria - e de "um sistema de referenciais e coordenadas" (loc. cit.). A estes referenciais junta-se a "construção do espaço ligada à construção do tempo – as estações propícias às viagens, as horas das marés, a

duração da enchente e da vazante, os prazos de pagamentos (...)".

A este respeito assinala também Albuquerque (1983, 12): "(...) a arte de navegar recebida pelos Portugueses era no verdadeiro sentido da palavra uma «arte». Traduzia-se em procedimentos práticos com fundamento em utensílios muito simples: a carta, a bússola, um par de compassos para «marcar o ponto» na carta, e algumas regras avulsas que o contacto de séculos com o mar, e com a manobra de arribar ou largar de um porto, tinham levado a um estado de satisfatório aperfeiçoamento". Quanto à navegação pelas estrelas, acrescenta o referido autor (op. cit., 18): "Embora só de um modo esporádico, também se tem por vezes adiantado que já no século XIV se teria praticado no Atlântico, uma navegação astronómica, não se hesitando até em garantir que já então se observariam latitudes no mar".

Esta narrativa encerra situações comuns às viagens dos marinheiros e soldados, ocupantes e colonos, que em determinado momento tornam-se emigrantes, como sucedeu com o Brasil e mais tarde nos territórios de África depois da sua independência. A este respeito observa Serrão (1977, 86): "os portugueses que, sucessivamente, foram trocando a metrópole pelas terras de além-mar, uns, definitiva e, outros, temporariamente, se em sentido lato podem ser considerados emigrantes, a sua tarefa inscrevia-se num contexto histórico nacional e também mundial de economia e de sociedade de Antigo Regime (...)". Neste contexto inscrevem-se as primeiras viagens de meados do século XIV e o achamento das terras da Madeira e das Canárias[17], local frequente de provisão de escravos e, sobretudo, o arranque das expedições marítimas responsáveis pela fixação dos primeiros colonos com carácter permanente na Madeira e em Porto Santo, por volta de 1420.

Tendo por base os trabalhos de V. M. Godinho, Pinto e Rodrigues (1993, 406), assinalam a relação entre a conquista de Ceuta e o malogro da expedição conduzida por D. Fernando de Castro para a conquista da Grã-Canária (1424), como determinantes do povoamento da Madeira e Porto Santo, considerando-os a partir de então como "base estratégica para atacar a costa marroquina e diminuir a pirataria adversária, para além de centro de abastecimento". Realçam ainda que "Os vectores que conduziram os portugueses às ilhas foram, com excepção do ouro, os mesmos que os levaram a Marrocos: o pão e a carne, o açúcar, as cores para a tinturaria e os couros; e mais o vinho e as madeiras".

Aqui a intensificação da exploração da cana sacarina determinou a fixação de colonos e de escravos trazidos da costa africana pelas embarcações do Reino, que então temiam navegar para além do Cabo do Medo ou Bojador, assim assinalado

por M. Torga (1965): "(...) O além do mundo, embora mundo ainda, / É tenebroso. / E só o génio animoso / Dum inspirado / Tem a coragem nova de enfrentar / O medo acomodado / Que não deixa passar". Tal proeza veio permitir desmistificar os mitos relacionados com a navegação em alto mar e no oceano ocidental, "lugar de sonho dos marinheiros nostálgicos de um paraíso perdido" (Matos)[18]. Prossegue o mesmo autor (loc. cit.) afirmando que "Buscar o que está para além do "mar tenebroso" e ir atrás do pôr do sol fascinante foi certamente um desejo contido, mas omnipresente no imaginário do homem europeu. Está patente nas descrições fantásticas, como a de al-Idrisi, as sagas nórdicas, as lendas de S. Brandão ou os mitos da Ilha das Sete Cidades, Satanazes e outras, mas teve uma expressão mais concreta nas expedições do século XV, levadas a cabo por portugueses, espanhóis, ingleses ou mesmo italianos".

A evolução do povoamento da futura "pérola do Atlântico" exige cereais transportados da costa de Marrocos num circuito complexo que incluía Ceuta e outras praças marroquinas[19] e da costa africana depois do comércio se ter desviado daquela cidade para outros portos da costa do Atlântico. De acordo com Pedreira (1998, 436), "O trigo do Sul de Marrocos ajudava a alimentar os povoadores da Madeira, onde escravos trazidos de África eram utilizados no cultivo da cana-de-açúcar. Escravos, marfim e malagueta obtidos na Guiné e na Costa da Malagueta eram trocados por ouro em São Jorge da Mina". Ainda no decurso de Quatrocentos este movimento intensificou-se com a colonização de outras ilhas atlânticas – Açores, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – e a instalação de fortalezas e de feitorias na costa africana. Para Santos (1998, 197), "a fortaleza portuguesa será, efectivamente, uma cidadela que, se não dominava uma cidade/vila, pretendia sempre (ou devia pretender) dominar um espaço económico e estrategicamente interessante" (loc. cit.) - e as feitorias – estabelecimentos fortificados com funções militares e comerciais – instaladas inicialmente na costa africana. Contudo algo diferente havia entre elas.

No dizer de Baião, Cidade e Múrias (1939.II, 82), "o sistema de feitorias para o 'resgate' da costa africana não se compadecia com uma verdadeira organização administrativa, semelhante à que se desenvolveu nos Açores. Os pontos da costa de África eram lugares de permuta com os indígenas ou pontos de partida para a caça dos escravos. Os portugueses não íam com o propósito de se fixar, não importava submeter as populações indígenas a uma administração regular, que, aliás, não aceitariam (...)". Este modelo foi alterado consoante as circunstâncias locais, como em Cabo Verde, onde "se estabeleceram os donatários" (loc. cit.).

O processo de povoamento as ilhas atlânticas acolhe fidalgos e colonos,

especialmente gente do sul do continente, mas em número inferior ao desejado o que, segundo Serrão (1977, 101), "parece denotar ou a falta de interesse dos metropolitanos pelas tarefas que as ilhas ofereciam ou carências demográficas metropolitanas que o impediam". Além disso aí se acolheram escravos e judeus bem como alguns estrangeiros, como ingleses e genoveses na Madeira ou flamengos e bretões no arquipélago açoriano. Já nas outras ilhas atlânticas a população negra de escravos teve particular influência cruzando-se com a população dominadora de origem europeia, o que deu origem a um novo grupo étnico de mestiços.

Assinala Albuquerque (1983, 23), que a "exploração da costa ocidental africana para sul do Cabo Bojador, (...) que já aparece apontado com este nome na cartografia mediterrânica do século XIV (...), dá claramente a entender que as navegações então iniciadas eram pioneiras, ou que não havia informações das empreendidas antes daquele ano". A sua evolução e desenvolvimento para lá do Cabo Branco veio permitir chegar à costa ocidental africana e aos mercados abastecedores de malagueta, marfim, ouro e escravos, nomes consagrados na designação toponímica dessa costa.

A este respeito regista igualmente Serrão (1977, 96) que após a captura dos mouros e dos canários para a Madeira, bem como dos negros para Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, registou-se "em escala cada vez mais vasta, para a imensidão do mundo brasileiro, dado que os próprios íncolas, em vias de redução à escravatura, não chegavam, ou não se adaptavam, satisfatoriamente, ao trabalho forçado que se pretendia impor-lhes". No Reino e fora dele, o trabalho escravo veio a constituir-se como uma reserva de braços para os serviços domésticos e no campo, sem a qual "em parte alguma, era concebível a viabilidade de uma estrutura sócio-económica capaz de dispensar o trabalho" (Serrão, 1972, 66). Com o desembarque dos primeiros escravos, em 1441, dá-se origem (op. cit., 67) a um comércio que se prolongou até meados de Oitocentos, acompanhando a empresa dos descobrimentos, o alargamento do império atlântico português (op. cit., 69) e a emigração transoceânica posterior para a Ásia e América.

As viagens ao longo da costa ocidental de África, desenvolvidas ao longo do último quartel de Quatrocentos, permitiram a construção de fortalezas, como na costa da Mina, que apoiavam as viagens pelo mar e as andanças pelo interior. Desta exploração resultou o contacto com o Rei do Congo, em 1483, assim descrita por Doré (2006, 5): "durante a primeira viagem de Diogo Cão. Depois de uma curta estada na feitoria da costa da Mina, onde naquele momento se construía a fortaleza, Diogo Cão atingiu a foz do rio Zaire. Ao subir o rio, utilizando

as naus da navegação marítima até onde foi possível, ele descobriu que os povos que viviam nas suas margens eram subordinados a um potentado do interior, o mani Congo, com quem estabeleceu contactos, numa segunda viagem em 1485, visando primordialmente a conversão ao cristianismo".

Além da evangelização e do aprofundamento do conhecimento da terra, era desejo dos portugueses o estabelecimento de alianças com o povo local. A este respeito observa a autora (loc. cit.) que apesar da presença dos jesuítas portugueses nessas paragens, a deterioração das relações entre os nacionais e os africanos foi devida ao interesse dominante dos portugueses no tráfico humano.

Recorde-se que a exploração da costa africana e o seu progressivo alargamento para sul prosseguia fins económicos no sentido de alcançar o ouro africano que as caravanas terrestres transportavam para o Mediterrâneo, em particular para o Mediterrâneo Oriental, dominado pelos turcos e integrado nas suas rotas comerciais. Esta presença obrigou à procura de percursos alternativos para o comércio africano e oriental. Assim se justifica a exploração do ouro de São Jorge da Mina, da Guiné e após a descoberta, em 1498, do caminho marítimo para a Índia, do ouro de Monomotapa, vindo do interior do continente africano próximo da costa oriental de África.

Para além do mineral estes territórios foram também utilizados para a exportação dos escravos com destino às plantações do Brasil e das ilhas do arco central americano. Este modelo faz parte do mercantilismo ocidental fundado na exploração dos recursos naturais e humanos e não no povoamento efectivo dessas regiões.

A busca das terras do Prestes João e da mítica Índia, prosseguida por Vasco da Gama, alimentou estas viagens levando à construção de um império baseado no comércio de especiarias orientais. Assim o refere Marques (1976.I, 323): "os portugueses tinham chegado à Índia com o principal objectivo de conseguir especiarias e outra mercadoria lucrativa. Apresentavam-se também como cruzados em luta permanente contra o Islam". A capital do reino, sediada na foz do Tejo, torna-se o centro desses domínios, animado pelas viagens ao largo do mar salgado português. Neste estão traçadas as muitas rotas de sofrimento e de exploração; de transporte de escravos e das carreiras regulares para mercadorias e pessoas entre os vários pontos do globo, nomeadamente entre o Reino, o Brasil e o longínquo Oriente.

Na ligação entre os dois mundos as carreiras marítimas entre o oriente asiático e o Brasil, promovem o comércio internacional e permitem o enriquecimento e o fortalecimento do poder de decisão da Corte, residente na cidade do Tejo. Com

o incremento das actividades marítimas, o aprofundamento das "heranças da medievalidade" (Almeida, 1998, 8) aplicadas à futura ciência náutica e a fixação de mercadores estrangeiros na capital, Lisboa passa a ser o centro de decisão do mundo português. Ainda sem a relevância recente o conhecimento dos mestres e dos cientistas dos Estudos Gerais, antes da sua transferência definitiva para a cidade de Coimbra, em 1537 (D. João III), terá sido útil no desenvolvimento de toda esta vasta empresa.

Um século depois do início desta expansão perde influência a rede de vilas marítimas do Algarve, bem como a terra de Sagres ligada ao Infante D. Henrique e à exploração marítima da sua época. Mantém no entanto o seu significado como *Cabo Sagrado* de Estrabão, o *Promontorium Sacrum* dos romanos e o local de romagem e devoção dos cristãos da península que peregrinavam ao túmulo de São Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa.

Bons ventos e correntes

A alusão aos descobrimentos portugueses assume um significado particular na história da emigração transoceânica portuguesa uma vez que a sua evolução e destinos está na origem da formação de colónias de cidadãos oriundos do Reino e mais tarde das ilhas do Atlântico, transportados no decurso dessas viagens. Para tanto foi determinante o conhecimento geográfico aprofundado nos Descobrimentos, relacionado com a astronomia, sobretudo com a astronomia náutica das tábuas solares, dos regimentos do Sol, da Estrela do Norte e do Cruzeiro do Sul, expresso em guias náuticos e mais tarde nos livros de marinharia.

A estes juntou-se o conhecimento terrestre - particularmente "relacionado com o conhecimento das regiões saarianas e sudanesas" (Serrão, 2006.I, 52) - e da cartografia náutica. Daqui decorre um maior domínio da geografia física do globo: clima, vegetação e, particularmente, o regime de ventos e das correntes oceânicas. Completam estes ensinamentos a cartografia e a descrição geográfica dos litorais e de alguns retalhos continentais, que ampliam o sentido da revolução geográfica onde se integram as viagens marítimas e as rotas intercontinentais e de longo curso.

Nestes caminhos insere-se a descoberta dos Açores "por ocasião da regressão das expedições feitas à Canárias", ao tempo de D. Afonso V (op. cit., 19) ou

apenas no decurso do segundo quartel do século XIV, em 1431, ao tempo do Infante D. Henrique. Depois destas viagens o achamento do Novo Mundo – "um acidente na série de esforços para alcançar por via marítima o Oriente asiático" -, como assinala Serrão (op. cit., 129), dá sequência à empresa das descobertas. A este respeito Godinho (1994, 16) faz a distinção entre achar e descobrir: "descobrir denota frequentemente uma exploração sistemática, enquanto achar se refere de preferência a determinada realidade cuja existência se ignorava, a um primeiro encontro". Em ambos os casos os esforços prosseguidos pela Coroa vão no sentido de dar "novos mundos ao mundo" (Camões, *Os Lusíadas* – Canto II).

A posição geográfica do novo continente face aos ventos e às correntes dominantes, teve um papel primordial. Dizem-nos Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 7) que "o traço geográfico fundamental, que imprimiu carácter à história do Brasil, é a sua posição no hemisfério e no Atlântico meridional. Conjuntamente cerca da Europa e da África (...), os ventos e correntes acentuavam extremamente aquela proximidade do Brasil em relação à Europa e África, facilitando, tanto à ida como no regresso, as comunicações entre os três continentes (...)".

Sobre o mesmo assunto pronunciou-se Albuquerque (1983, 26) reconhecendo que "cedo os pilotos e marinheiros se deram conta de que, se as viagens para Sul eram facilitadas por correntes e ventos de feição, para o retorno costeiro tanto uns como outros dificultavam muito a navegação. O estudo do regime de ventos e correntes numa larga faixa Atlântica que vai desde o paralelo de Lisboa até ao da Guiné, mostra-nos que os ventos sopram dominantemente, e durante todo o ano, de quadrante entre o norte e o nordeste, tendo as correntes a mesma orientação. Deste modo, o regresso da costa africana tornava-se demorado e penoso, mesmo quando se passou a preferir a caravela como embarcação mais adequada a um tipo de navegação feita em circunstâncias pouco favoráveis".

Este regime de ventos obriga a contornar as dificuldades através da navegação pelo largo, da adaptação do velame a tais condições e da substituição da velha Barca portuguesa pela Caravela e pelo Caravelão, embarcações dotadas de tipos de velas devidamente adaptadas e dotadas de maior robustez imposta pela distância das rotas marítimas. Refere-se Serrão (2006.I, 186) à ligeireza das primeiras, devido ao pequeno calado que possuíam, sendo as "mais adequadas para a exploração e defesa da costa", como sucedeu no Brasil onde se constituíram um elemento fundamental das armadas com destino a este território. No seu conjunto as Caravelas e os Caravelões representam uma revolução tecnológica considerável da arte de construção e da navegação em Quinhentos, beneficiando dos ensinamentos adquiridos na arte de navegar em alto mar e à bolina e na uti-

lização das naus[20], embarcações conhecidas pela sua dimensão e robustez.

Sobre este assunto observa Ribeiro (2011): "O termo nau foi empregue pelos portugueses para designar os navios de alto bordo, os quais, pela sua capacidade de carga, foram prioritariamente utilizados no comércio marítimo". Mais ainda: "Terão sido as condições de ventos favoráveis experimentadas com o advento da volta pelo largo no Atlântico Sul, com o objectivo de dobrar o cabo da Boa Esperança, que fizeram evoluir a construção naval para a concepção e produção do navio que, doravante, passou a designar-se como nau da carreira da Índia (...)".

A utilização da vela triangular ou latina em substituição da vela redonda e o aumento do número de mastros insere-se na inovação da ciência náutica e da navegação a grande distância. Assim o regista Gonçalves (2002)[21]: "a navegação à vela para Portugal, da Mina ou do arquipélago de Cabo Verde, só podia ser feita à bolina, pois a presença constante dos ventos alísios de nordeste (NE) a isso obrigava. Os navios tinham, consequentemente, que se afastar muito da costa e fazer a volta pelo largo, de forma a tornar possível a viagem, indo passar perto dos Açores". Por isso depois da sua descoberta e até aos séculos XVI e XVII, os Açores passam a ser local de paragem obrigatória no regresso das armadas da Índia.

Conhecedores dos regimes de ventos e das correntes e de outras informações sobre a geografia física do globo, construídos ao longo de expedições anteriores ou já após a chegada de Colombo à América (1492), o sonho de atingir a Índia navegando para ocidente e a partir daí rumar para oriente, contornando o sul das terras de África, concretizou-se com a viagem de Bartolomeu Dias. A caminho da Índia, Vasco da Gama (1498) encontra-se com o gigante Adamastor (Camões – *Os Lusíadas*, V, 37-38): "Porém já cinco Sóis eram passados / Que dali nos partíramos, cortando / Os mares nunca de outrem navegados, / Prosperamente os ventos assoprando, / Quando ua noite, estando descuidados / Na cortadora proa vigiando, / Ua nuvem, que os ares escurece, / Sobre nossas cabeças aparece/ Tão temerosa vinha e carregada, / Que pôs nos corações um grande medo; / Bramindo, o negro mar de longe brada, / Como se desse em vão nalgum rochedo".

Dada a sua localização pelas regiões quentes do hemisfério sul e a sua configuração especial, cercado a norte e lateralmente por massas continentais e aberto a sul, o Índico apresenta condições navegabilidade bem diferenciadas dos oceanos Atlântico e do Pacífico. Assim o regista Martonne (1953, 307): "Esta disposição tem por consequência graves perturbações no regime particular da circulação atmosférica. As mútuas influências térmicas entre a terra e o mar ocasionam vento de monção, que modificam de uma estação para a outra o sentido das

correntes marítimas". À data da expedição de Vasco da Gama as condições de navegabilidade nesta parte do globo eram desconhecidas dos europeus.

Dobrado o cabo da boa Esperança, que anuncia a junção das águas do Atlântico e do Índico, a rota do Cabo funciona durante mais de dois séculos como "um dos mais importantes eixos da economia mundial" (Almeida, 1998, 19), permitindo o contacto com outros povos e civilizações, governos e religiões. Os interesses das armadas que aí navegavam eram dirigidos (Ribeiro, 2011) para o "incremento do comércio nas costas do Índico, bem como à conquista e manutenção de pontos de apoio à navegação; à prossecução da prática de sonegar, às restantes potências marítimas da Europa, o conhecimento dos portugueses sobre hidrografia e cartografia do Hemisfério Sul; e à procura do combate naval, como meio directo para destruir o poder marítimo do inimigo". Além disso experienciavam as técnicas da arte de construção naval que veio a suportar o uso de peças de fogo, reforçar a segurança das embarcações, das cargas e dos tripulantes, garantindo maior sucesso a estas deslocações.

A abertura da rota do Oriente permitiu o encontro de novos ancoradouros, trilhos de navegação, parceiros comerciais e políticos, abrindo ao mundo cristão as possibilidades de uma nova evangelização. Este percurso traçado pela viagem de Vasco da Gama, pela sua chegada a Calecute – "ponto de encontro dos mercadores de Guzerate, de Meca, da Turquia, Bagdad, Pérsia e outras regiões e cidades" (Godinho, 1994, 43) - e mais além, ficou marcado por lutas com os muçulmanos e pela imposição de um modelo único de governação, em Goa. Aqui o domínio português foi estabelecido em 1505 com a nomeação de D. Francisco de Almeida como 1º Governador do estado da Índia, alargado então às terras de Sofala e Ormuz no Índico, a Macau, Timor e Solor, no Pacífico.

De acordo com Thomaz (1979, 105) tratou-se de uma presença baseada na "expansão mercantil" onde os portugueses reproduziram os aspectos característicos da exploração do litoral africano, certamente a que oferecia menos reservas aos senhores locais. Com a imposição do domínio marítimo instala-se uma economia puramente mercantil, a preferência pelos artigos de luxo ou de certa raridade, a presença puramente litoral, a mobilidade de pessoas, o sistema de administração fortemente centralizado servido por funcionários da Coroa e nomeados por três anos. Estes traços vão alimentar a mobilidade humana e o comércio com o Reino e o Brasil.

Recuperamos um texto da Fundação Jorge Alvares[22] onde se lê: "Em 1498 os Portugueses chegaram à Ásia, graças à viagem de Vasco da Gama, ordenada por D. Manuel I. Em poucos anos criaram no Oceano Índico uma rede de fortale-

zas e feitorias. As mais importantes eram Ormuz (1509), Goa (1510) e Malaca (1511). A conquista de Malaca deu acesso aos mercados da Ásia do Sueste e da China, sem dúvida os mais ricos da Ásia, nessa época". Contudo algumas das receitas aí geradas não chegam a Portugal: gastos com a defesa, a manutenção das rotas de menor dimensão, as perdas com acidentes naturais e roubos e o contrabando impedem esse retorno. Tal acontece mais tarde no Brasil em relação à importação de artigos do Oriente e à saída de ouro de Minas Gerais, através de Pernambuco e de outros portos (Carvalho, 1875, 401).

As referências anteriores realçam o contributo da arte de marear e da ciência náutica utilizada pelos navegadores portugueses na sua expansão marítima. A este respeito escreveu Luís Albuquerque (1983, 11): "quando arrancaram para a grande aventura dos Descobrimentos, não se pode afirmar que tivesse a mínima relacionação com qualquer Ciência (Astronomia ou Matemática, por exemplo), salvo talvez o muito pouco que se pedia à Geometria para facilitar o traçado de cartas e dos gráficos já referidos. Esses dados eram sem dúvida consequência da experiência acumulada por sucessivas gerações de pilotos, entendendo-se aqui a palavra experiência no sentido que já acima ficou claro: simples acumulação de informações, obtida por sucessivas gerações, o que permitia, por último, a selecção de regras ou de ensinamentos úteis para os navegantes".

Mais adiante (op. cit., 12), assinala: "Temos assim que a arte de navegar recebida pelos Portugueses era no verdadeiro sentido da palavra uma «arte». Traduzia-se em procedimentos práticos com fundamento em utensílios muito simples: a carta, a bússola, um par de compassos para «marcar o ponto» na carta, e algumas regras avulsas que o contacto de séculos com o mar, e com a manobra de arribar ou largar de um porto, tinham levado a um estado de satisfatório aperfeiçoamento". Tal como nota Rocha (1979, 10), o *Cancioneiro* de Garcia de Resende assinala as dificuldades desta marinharia: " Tenho tam avorrecida / tod'a arte de marear, / que nam hei nela de entrar / nesta vida!" (III, 345).

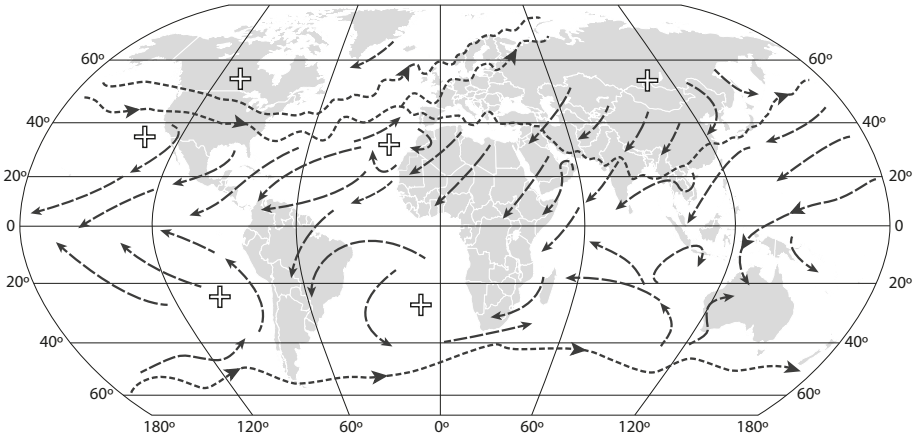
Comprovada a questão da esfericidade da terra com a viagem de circunvalação, operada por Fernão de Magalhães (1502) e reconhecendo-se a diferenciação dos ventos dominantes, deu-se mais um passo para a compreensão da "volta do Atlântico sul", em alto mar, a que eram obrigadas as embarcações que se deslocavam para o Atlântico meridional antes de atingirem o Cabo e dos desvios impostos pela circulação de ventos e das correntes marítimas nos dois hemisférios. A viagem de Cabral ao Brasil (1500) já o havia confirmado. Complementarmente, permitiram a localização de uma estrela para orientação, semelhante à Estrela Polar, que garantiu uma referência fixa à navegação no hemisfério sul

– o conjunto estelar do Cruzeiro do Sul – permitindo, à época, a continuidade e desenvolvimento dessas viagens.

A evolução do conhecimento do regime de ventos e da sua influência sobre as correntes oceânicas, das perturbações locais e dos condicionalismos impostos pelas extensões das massas continentais, pela rotação da terra e por outros factores condicionantes, ficou detalhada em meados de Oitocentos quando da elaboração da Teoria da circulação atmosférica. Na sua essência esta explica como o regime global de ventos entre o Equador e as latitudes polares, está condicionado pela existência e localização das zonas de dispersão (Zonas dos Trópicos, Câncer e Capricórnio) e do encontro dessas correntes, na sua relação com as células de altas pressões subtropicais (anticiclones) e as zonas de baixa pressão determinadas pela convergência e ascensão dessas massas de ar. Estão neste caso:

– a zona de convergência intertropical, que embora coincidindo com a linha do Equador, regista uma flutuação anual para norte e para sul em função do movimento aparente do Sol;
– a zona de divergência dos anticiclones subtropicais, que à latitude média a que nos encontramos está sujeita à influência do Anticiclone dos Açores, à acção dos ventos de Oeste e à penetração periódica das frentes subpolares na sua marcha para sul;
– a zona de convergência subpolar que à latitude de +– 60º acolhe os ventos que divergem das células anticiclónicas de natureza subtropical.

Regime de ventos dominantes durante o Inverno no hemisfério norte[23]



As latitudes correspondentes às baixas equatoriais (*doldrums*) e aos anticiclones subtropicais são conhecidas por serem zonas de calmarias, onde as embarcações sem ajuda mecânica ficam imobilizadas a aguardar ventos favoráveis. Tal era particularmente sentido nas embarcações com maiores cargas sendo que, nas latitudes subtropicais estas podiam ser despejadas, borda fora, para aliviar o peso e facilitar a mobilidade. As designadas *horse latitudes*, evocando o lançamento de bestas ao mar para aliviar a carga, confirmam tal descrição.

Recorde-se que o conhecimento do esquema geral de circulação atmosférica dos ventos à escala global e a localização das zonas de altas e baixas pressões que determinam o regime de ventos entre o Equador e os polos, ajuda-nos a entender o avanço dos conhecimentos geográficos do globo e a sua exploração pelos cientistas e navegadores da época das grandes navegações atlânticas. Navegando no hemisfério norte ou no seu oposto, o regime de ventos encontra-se à latitude do Equador.

O desconhecimento destes fenómenos, das correntes marítimas associadas e das referências celestes alimentou as muitas lendas e descrições fantasiosas do oceano, dos seus perigos, dos obstáculos e das rotas mais favoráveis a uma navegação segura. No caso do Índico, embora apresentando o mesmos esquema, registam-se ventos e correntes marítimas distintas das que os navegadores conheciam aquém das terras do Adamastor.

Na viagem de Vasco da Gama entre o Cabo e Calecute, Camões (*Os Lusíadas* – II. 70) coloca o destino dessa viagem nas mãos do piloto de Melinde. Anos depois deste acontecimento tinha esta cidade para contar a sua destruição pela vizinha Mombaça como retaliação da ajuda concedida aos navegadores portugueses (Ferronha, 1996, 91). Escreveu Ribeiro (2011) que após as viagens à Índia e ao Brasil, o início do século XVI assinala o "início à era do poder marítimo, porque, pela primeira vez, uma potência emprega, globalmente e em simultâneo, navios em actividades científicas, económicas e político-militares, de forma a garantir o uso do mar em função dos seus interesses nacionais em tempo de paz ou de guerra".

Os conhecimentos marítimos de então consolidam a navegação atlântica e o achamento do Brasil, por Pedro Álvares Cabral, em 1500. Para R. Ricard (1923, 60) este achamento advém dos ensinamentos de cosmógrafos e astrónomos náuticos, da conjugação dos ventos e das correntes marítimas e da valiosa experiência adquirida anteriormente pelos navegadores portugueses. Tal permitiu-lhes navegar a partir de Lisboa para Ocidente e chegar à terra de Santa Cruz, a Porto Seguro, em 22 de Abril de 1500. Esta viagem ocorre depois da

assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, quando o Papa Alexandre VI decide a partilha do mundo entre os espanhóis e os portugueses e após a chegada de Vasco da Gama a Lisboa, em 1499, no regresso da Índia.

De acordo com Godinho, citando Duarte Pacheco (1994, 14), "(...) por volta de 1505: a descoberta dos arquipélagos e da Guiné, esta última abrindo o caminho à conversão dos Negros à fé cristã, levou os Papas a outorgar para sempre aos reis de Portugal, por legítima sucessão, a soberania sobre todas as ilhas, terras, portos, comércios, resgates, pescarias e conquistas já descobertas ou ainda por descobrir, incluindo os próprios Índios (...)".

O relato da viagem ate ao território do *pau brasil*, contido na Carta de Pero Vaz de Caminha, assinala o seguinte:

> "A partida de Belém foi - como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março. E sábado, 14 do dito mês, entre as 8 e 9 horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grande Canária. E ali andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas mais ou menos, houvemos vista das ilhas de Cabo Verde, a saber da ilha de São Nicolau, segundo o dito de Pero Escolar, piloto.
>
> Na noite seguinte à segunda-feira amanheceu, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com a sua nau, sem haver tempo forte ou contrário para poder ser!
>
> Fez o capitão suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas... não apareceu mais !
>
> E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha -- segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas -- os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, e assim mesmo outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos.
>
> Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!
>
> Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-posto umas seis léguas da terra, lançamos ancoras, em dezenove braças -- ancoragem limpa. Ali ficamo-nos toda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante -- por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, doze, nove braças -- até meia légua da terra, onde todos lançamos ancoras,

em frente da boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.
E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.
Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.
Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direcção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos.
E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar."

A leitura atenta do relato de Pero Vaz de Caminha sobre a viagem às terras de Vera Cruz e os indígenas locais, constitui um documento importante cuja apreciação pode caber noutro local. Dessa descrição fica ainda uma breve descrição dos traços físicos desta terra:

"Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e- Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas.

> Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!"

Viagens posteriores à de Cabral utilizaram novas técnicas de navegação, nomeadamente as seguidas a partir de 1538 (Albuquerque, 1983, 111) com destino ao Oriente e ao Brasil, que beneficiaram das medições sobre a declinação magnética, com base na estrela de marear e na bússola. Regista o mesmo autor (op. cit., 122): "a amplitude dos Descobrimentos alterou o pensamento do mundo. Os relatos mais ou menos impressivos das viagens corriam a Europa, eram avidamente lidos, alteravam os esquemas tradicionais de pensar. O Atlântico e o Índico, por exemplo, já não eram mares fechados, como ensinara Ptolomeu, apenas conhecido no Ocidente desde o início do século XV". Por sua vez reconhece Lourenço (1994, 188) que "o lançamento das navegações sobre o Atlântico foi um acto notável de coragem, de técnica e de continuidade (...) os portugueses equiparam-se a si próprios com barcos, instrumentos, experiência e saber, para ir ao encontro do resto do Mundo. Utilizando os recursos da Idade Média, Portugal conduziu a Europa à Idade Moderna".

Pelo que foi descrito o desenvolvimento destas navegações pôs fim às lendas sobre os gigantes que povoavam os mares e abriram caminho às rotas de navegação utilizadas pelos mareantes, colonos e emigrantes que percorreram os mesmos caminhos na esperança de outros sonhos, assentes na condição de uma nova vida em local desconhecido. Contudo, as condições de transporte marítimo oferecidas a esta população, semelhantes no seu início às embarcações de comércio e às dos negreiros que atravessavam o Atlântico, levou o Marquês de Pombal a legislar sobre as condições de transporte dos emigrantes (cf.: Pereira, 2002), ditando:

> "os navios destinados ao transporte dos migrantes deviam ser novos, veleiros e servidos de câmara e antecâmara para abrigo das mulheres; só sairiam do porto depois de vistoriados por autoridade da Armada Real; não carregariam fazenda ou gênero de comércio; cada migrante tinha oito mil réis de ajuda de custo; o passageiro maior de quatorze anos podia levar cama, arca, refrescos, semente e planta que quisesse, e tinha duas refeições jantar com feijão e legumes e ceia com carne e toucinho ou bacalhau e arroz. O navio dava a todos um arratel [458,938g] de biscoito por dia. E, para os doentes, prescrevia o regulamento, galinha, lentilha, grãos, ameixas, açúcar. Navio nenhum sairia sem capelão, cirurgião e botica, nem tão pouco sem pilotos de reconhecida competência".

A evolução da tecnologia levou à concorrência entre os antigos veleiros e os vapores a partir da segunda metade de Oitocentos, permitindo maior segurança e a redução do tempo e custos de viagens. Assim o regista Ladame (1958, 83): em 1800 eram necessários dois meses para atravessar o Atlântico; por volta de 1870, bastava uma semana para o fazer. Com a democratização do barco a vapor dá-se início a uma nova *"era"* da emigração transoceânica e à sua massificação. Sublinha este autor (op. cit., 93), "ils ne viennent guère das classes moyennes, intelectuelles ou artisanales. Ce sont des prolétaires des villes et des champs. Ne sont pas des persecutés politiques ou religieux, avides d'égalité juridique ou morales, ou même de liberté, mais des déclassés, dont l'idéal est la securité matérielle".

A mecanização da frota vai ainda promover o alargamento da rede de transportes transoceânicos estimulando o movimento de pessoas, de mercadorias e o alargamento dos mercados na Europa e no novo continente. A esta inovação junta-se a construção da rede nacional de caminho-de-ferro a qual vai garantir que a atracção emigratória, inicialmente colocada nas áreas litorais vizinhas dos grandes portos de navegação marítima do Porto e de Lisboa, penetre pelas terras do interior facilitando os acessos desta população e estes locais de embarque.

Diz-nos Serrão (1980, 95) que "a revolução dos transportes ferroviários, conjugada com o triunfo dos vapores nas rotas atlânticas, contribuiu poderosamente para a mudança da feição tradicional da emigração portuguesa (...)", repercute-se na composição social da emigração portuguesa e no movimento de retornos de "emigrantes à Pátria" (loc. cit.). Com efeito é no decurso do último quartel de Oitocentos que ganha particular relevância a concorrência entre companhias europeias, inglesas e alemãs e as americanas, o que leva ao abatimento dos custos dos bilhetes. A redução dos custos de transporte e de consumo de energia, o aumento da arqueação dos navios e o progresso técnico nas comunicações permite oferecer melhores condições aos passageiros das viagens transoceânicas, quer se tratasse de colonos, quer de emigrantes livres.

A referência à legislação brasileira de meados do século XIX ajuda-nos a compreender as condições impostas às embarcações de transporte de emigrantes para este país de destino (Carvalho, 1875, 425):

> "DECRETO DO 1º MAIO de 1858 – Approva o Regulamento para o transporte de emigrantes
>
> CAPÍTULO I
>
> Relação entre o número de passageiros e a tonelagem dos navios, e o espaço concedido a cada passageiro

Art. 1º Nenhuma embarcação de emigrantes poderá transportar para o imperio, ou de um dos seus portos para fóra d'elle, ou ainda de um para outro porto do mesmo imperio, maior número de passageiros, incluindo o capitão e tripulação, do que uma tonelada. Será considerada embarcação de emigrantes, a que conduzir quatro ou mais passageiros por cada 100 toneladas, exceptuados os admitidos à meza do capitão.
Art. 2º Os passageiros serão abrigados na cobertura, camara e tombadilho, ou gaintas; e nenhum d'elles occupará uma superfície menor de trinta palmos quadrados, e o leito não terá menos de nove palmos de comprido sobre dous e meio de largo. A altura da coberta, cammara ou tombadilho, não poderá ser menor de sete palmos. Na superfície concedida a cada emigrante, nenhuma carga será colocada, além dos objectos necessários a seu uso de bordo. A bagagem restante será acomodada no porão, ou em outro lugar coberto. (...)
Art. 4º Nas viagens pela costa do imperio, em que o termo médio não fôr maior de três dias, o numero de passageiros será regulado pela superfície livre e desembaraçada do convez, coberta, camara e tombadilho, tocando a cada passageiro 25 palmos quadrados de superfície.
Art. 5º Na distribuição dos lugares destinados á accommodação dos passageiros, se procederá de maneira que os de um sexo fiquem separados dos do outro sexo por fortes divisões que evitem qualquer comunicação. Os casaes, porém, poderão ser transportados em um mesmo camarote."

Um texto desta natureza inclui ainda outras obrigações, entre as quais destacamos as que se referem à subsistência na viagem e à segurança dos emigrantes. Assim (loc. cit.):

"Viveres e provisões
Art. 8º Será embarcada para os emigrantes, e bem acondicionada, a quantidade suficiente, e de boa qualidade, de combustível, agua e mais provisões de bôca para a viagem. Aos menores de oito anos e maiores de um, caberá meia ração, e para os de um anno, e menos, nenhuma ração será abonada.
Art. 9º Se, por falta do abastecimento acima indicado, a ração dos passageiros fôr reduzida, pagará o comandante por cada passageiro e dia em que tiver tido lugar a redução, 1$000 reis.
Art. 10º A ração dos emigrantes será pelo menos a que compete a um marinheiro, do porto d'onde sahir a embarcação de emigrantes que os transportar". (...)
Medidas sanitárias e de policia
Art. 15º As embarcações de emigrantes, que transportem de 300 passageiros para

cima, terão um médico ou cirurgião, e ambulância bem suprida de medicamentos, desinfectantes e instrumentos cirúrgicos. As que transportarem menos de 300 emigrantes terão a ambulância e deinfectantes com as declarações necessárias para a aplicação dos medicamentos.
Art. 16º O capitão de taes embarcações será obrigado a fazer com que se mantenha a ordem, decência e aceio entre os emigrantes e mais pessoas a bordo. Para etse fim deverá, antes da partida, e durante a viagem, mandar afixar a bordo, e em lugar bem visível, as medidas e regulamentos que julgar conveniente adoptar.
Art. 17º Empregará a maior vigilância em prevenir qualquer offensa ao pudor, reprimindo com rigor a practica de actos que possam dar fundado motivo de queixa aos maridos, pães e tutores."

Estes são alguns exemplos sugestivos das exigências do transporte da população emigrante para o principal destino da nossa emigração transoceânica, o Brasil.

A partilha do Globo

O aprofundamento da arte de marear, conjuntamente com o conhecimento geográfico mais detalhado do globo, dos recursos e produtos a comerciar veio permitir, desde meados de Quatrocentos e por quase um século, que os reinos de Portugal e de Espanha dominassem as viagens e a exploração do Atlântico. Tal foi conseguido dada a evolução de uma das mais duradouras crises da Europa: a guerra dos cem anos entre o reino da velha Gália e a monarquia anglo-saxónica.

Num período em que a soberania papal ditava o governo do mundo ocidental e das suas descobertas, de expansão da religião católica contra o islamismo oriental e de missionação dos povos indígenas, só aquela autoridade podia sancionar os domínios terrestres e a sua partilha. Neste contexto a assinatura do Tratado de Tordesilhas, pelo que representa no seu gesto simbólico de poder das Coroas ibéricas sobre as terras descobertas e pelo que veio a antever no povoamento, nas formas de comerciar, nas lutas e rivalidades entre nações europeias, na extensão dos domínios ultramarinos de Portugal e de Espanha, merece particular destaque.

O seu alcance sai fora dos limites históricos e geográficos do seu tempo, estando na origem das grandes migrações por mar que durante cinco séculos dominaram a emigração portuguesa.

Acordo de Tordesilhas

A intensificação do movimento das viagens marítimas no Atlântico, inicialmente ao longo da costa africana e depois em alto mar, desenrolou-se sob a forma de uma "luta surda" (Costa, 1979, 15) entre Portugal e Castela quanto à posse de novas terras, ao domínio da navegação marítima e à exploração dos seus recursos naturais em particular depois do achamento do novo mundo.

Para Rocha-Trindade (1986, 139): "Portugueses e Espanhóis, nas suas

grandes viagens do período dos Descobrimentos do século XV, procuravam sobretudo as grandes rotas marítimas para o comércio directo com o Oriente; conseguiram-no os Portugueses, através não só do empenhamento e do esforço humano e material, mas também da inovação científica e tecnológica, que tornou possível a circum-navegação da África, atingindo finalmente as costas sul e sueste da Ásia, divergindo depois para norte, até ao Japão, e para sul, até à Oceânia". Contudo, antes ainda das grandes viagens no Atlântico e no Índico e dada a eminência de novas descobertas, Portugal e Espanha empenharam-se em partilhá-las entre si através da assinatura de um acordo: o Tratado de Alcáçovas. Quinze anos depois, com a concordância papal e através da *Bula Inter Coetera*, foi estabelecida uma nova demarcação da posse das terras descobertas e a descobrir.

De acordo com Ferreira (2015)[24], o tratado de Tordesilhas, "Celebrado a 7 de Julho de 1494, na cidade que lhe deu nome (...) representou um momento chave da diplomacia ultramarina das Coroas ibéricas. Pela sua assinatura foi partilhada, entre a monarquia Hispânica e o reino de Portugal, a influência sobre os espaços atlânticos, pondo fim a um processo negocial que se arrastara desde o regresso de Cristóvão Colombo da sua primeira viagem de exploração, em 1493". Mais ainda, a assinatura deste tratado, "decorreu de uma conjuntura em que, na última década do século XV, se acentuou a rivalidade entre os reinos ibéricos pelo controlo dos espaços ultramarinos. Esta conjuntura veio alterar o paradigma estabelecido pelo Tratado de Alcáçovas (1479), através do qual havia sido reconhecida a soberania portuguesa sobre as terras descobertas e por descobrir a sul das ilhas Canárias".

Na eminência de outras descobertas, nomeadamente no Oriente, a partilha de novas terras entre os reinos de Portugal e de Castela - situadas além da linha imaginária traçada a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde -, constitui-se como "um regulador da expansão ibérica". Contudo o seu significado "esvaziou-se progressivamente, conforme outros Reinos europeus o iam colocando em causa" (loc. cit.), questionando o princípio de supremacia absoluta dos povos ibéricos acordado com o Papa. Como assinala Costa (1979, 100): "De aí em diante, além do descobrimento, tornava-se também necessário, a quem achava ou descobria, assinalar a posse das terras descobertas, comunica-lo e praticar actos de posse, designadamente por meio de missionação dos povos pagãos encontrados".

A assinatura formal do Tratado de Tordesilhas[25] entre delegados dos Reis de Castela e do Rei de Portugal regista no começo: "senhor D. João, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e d'além-mar em África e senhor de Guiné" e dos reis "D. Fernando e D. Isabel, pela graça de Deus rei e rainha

de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galiza, de Mailhorca, de Sevilha, de Cerdenha, de Córdova, de Córsega, de Murcia, de Jahem, do Algarve, de Algezira, de Gibraltar, das ilhas de Canárea(...). A nós praz polo grande amor e amizade que antre nós todos há; e por se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e assossego; que o mar em que as ditas ilhas estão e foram achadas se parta e demarque antre nós todos em alguma boa, certa e limitada maneira".

Deste acordo resultou a partilha do globo em duas partes, cabendo uma delas ao reino de Portugal e a outra ao reino de Castela, nos seguintes termos:

> "(...) que se faça e assine polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo árctico ao pólo antárctico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente (...). E que tudo o que até aqui é achado e descoberto, e daqui adiante se achar e descobrir por o dito senhor rei de Portugal e por seus navios, assim ilhas como terra firme, des a dita raia e linha dada na forma suso dita, indo pola dita parte do levante dentro da dita raia à parte do levante ou do norte ou do sul dela, tanto que não seja atravessando a dita raia; que isto seja e fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e a seus sucessores pera sempre jamais.
> E que todo o outro, assim ilhas como terra firme achadas e por achar, descobertas e por descobrir, que são ou forem achadas polos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão, etc., e per seus navios, des a dita raia dada na forma suso dita, indo por a dita parte do ponente depois de passada a dita raia pera o ponente ou ao norte ou sul dela, que tudo seja e fique e pertença aos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Leão, etc., e a seus sucessores pera sempre jamais."

Com esta divisão do globo em dois hemisférios - o ocidental, pertença dos Reis católicos e o oriental, dos portugueses -, o Papa Alexandre VI permitia que estes dois reinos prosseguissem as suas navegações e descobertas. De acordo com O. Ramos (1994, 178), tendo por base Damião Peres, com este Tratado o rei D. João II "reduzia, correlativamente, o campo da acção portuguesa no Extremo-Oriente, obtendo como compensação dessa renúncia o simples domínio do Atlântico". Mais ainda, "Seriam as águas da rota de Vasco da Gama para dobrar, pelo largo, o Cabo da Boa Esperança e as águas que banham o amplo território brasileiro onde, de futuro, se perpetuará a língua portuguesa".
Segundo a referida fonte (op. cit., 179), esta divisão permitia "proteger as frotas portuguesas e obstar à acção armada de Castela nas linhas de África" (Veríssimo

Serrão) já que "o meio mundo que começava as Antilhas acabava antes dos mares da Índia, e portanto esta ficava inteiramente na zona de expansão portuguesa" (J. Hermano Saraiva). Estando assim garantido "o exclusivo português do mar oriental, (...) se preparou a expedição Índia" (loc. cit.).

Esta partilha foi posteriormente posta em causa por outros reinos europeus que contestaram a possibilidade de navegar livremente no *mare clausum*. Daí que tenham intensificado as viagens pelo continente sul-americano procurando por esta via explorar animosidades entre os povos indígenas e os exploradores portugueses, sobretudo franceses e holandeses, que no dizer de Ramos (1994,187): "os franceses que nunca aceitaram o acordo luso-espanhol e alcançaram posições bem fortes no Brasil, como mais tarde aconteceu com os holandeses, com êxito e sem rebuço". Estas ocorrências foram particularmente sentidas no decurso da União Dinástica com Espanha.

Note-se que só em 1530 foi criado o primeiro centro colonial nas terras de Vera Cruz e a partir daí foi intensificada a exploração do interior, o que permitiu estender o domínio territorial do Brasil para além do limite estabelecido no Tratado de 1494. Tal foi aceite pelo reino de Castela, que foi igualmente alargando o seu domínio territorial para as terras situadas a norte, a oeste e a sul da colónia, em situações que mais tarde vieram a alimentar conflitos militares e acordos políticos entre os dois países. A este respeito assinala Ramos (1994, 181) que "A sua vigência durou 283 anos, terminados pelo tratado de S. Ildefonso em 1777, e durante este longo lapso a linha divisória protegeu eficazmente o Brasil da invasão espanhola, sem entravar a sua prodigiosa expansão territorial".

A colonização portuguesa do território brasileiro seguiu o modelo adoptado pelos navegadores na costa africana e mais tarde nos territórios do Índico e do Pacífico, distribuindo-se pela zona litoral desses continentes. Aqui, esta ocupação foi acompanhada da exploração da faixa marítima do continente sul-americano, situação que deu origem a conflitos com Espanha quanto ao domínio das suas possessões neste território. Evocamos as questões militares registadas em torno da construção da Colónia de Sacramento, na margem esquerda do Rio de Prata, em frente de Buenos Aires e que culminaram com a independência do Uruguai, do império do Brasil, após a sua separação de Portugal. Conjuntamente com a Argentina, estes dois países fazem parte do Cone Sul-americano, bem conhecido dos emigrantes portugueses e dos seus descendentes, desde os alvores de Quinhentos.

A intensificação da colonização portuguesa do Brasil desenvolveu-se por fases resultando, cada uma delas, do interesse da Coroa neste território - próximo das

designadas Índias Ocidentais ou Antilhas – designação aplicada "ao conjunto de ilhas e terras da América Central (...) que os navegadores espanhóis que se seguiram descobriram a exploraram" (Serrão, 2006.3, 299) - em detrimento das feitorias e praças das Índias Orientais. As primeiras apresentavam-se como uma terra ocupada por indígenas e sem a influência de outras civilizações e religiões, como sucedia nos territórios do Índico e Pacífico. Aqui, o esforço dos portugueses competia com a presença já estabelecida de mercadores árabes e indus, de maometanos e budistas, de hinduístas e praticantes de outras religiões orientais.

Pela sua natureza e diversidade cultural e civilizacional, o Oriente surgia mais conflituoso que o Brasil e mais dispendioso nas suas deslocações, em riscos e em custos humanos e materiais. A dupla passagem do Equador e o regime específico dos ventos e monções do oriente, a humidade do clima e a endemia de doenças tropicais surgiam como ameaças difíceis de transpor. A estas associavam-se outras calamidades naturais e tempestades resultantes das monções, do traçado da linha de costa e dos caudais e cursos de água desta parte do globo. Para além dos entraves naturais juntavam-se os adversários já estabelecidos, senhores da navegação, que pela sua intervenção e animosidade aumentaram os custos das operações marítimas no Índico, contrariamente ao que a Coroa havia inicialmente considerado.

Tal como registam Mata e Valério (1994, 86), a "interferência portuguesa nos padrões estabelecidos na economia-mundo do Oceano Índico e do Estremo Oriente na sua parte ocidental deparou com uma recepção pouco amigável por parte das potências comerciais já existentes". Neste cenário não foram só os espanhóis e outros europeus que concorreram directamente com os portugueses, mas os povos asiáticos que já aí tinham estabelecido as suas bases comerciais, os centros de decisão, as clientelas religiosas e interesses sobre o vasto mundo asiático, que se estendia para lá do próximo Oriente, já conhecido dos comerciantes e religiosos que se aventuravam pelas rotas de Marco Polo até às terras do Índico, visitadas por mercadores árabes.

Conquistadores e exploradores

A evolução das viagens marítimas dos portugueses de Quatrocentos, continuadas no século seguinte, levou à fixação de cidadãos do Reino em vários partes

do globo onde tiveram de assegurar a manutenção das feitorias e a defesa das guarnições militares dependentes da Coroa portuguesa. Acompanhavam-nos os religiosos com missões específicas de catequização das populações autóctones. Daí que, face a situações tão diversas que ilustram a natureza desta empresa em África, na América e no Oriente, seja difícil estabelecer uma diferença comum entre ocupação e conquista. Em todas elas participaram tripulantes das embarcações, soldados e gente de armas, religiosos e outros cidadãos que garantem as actividades e a presença portuguesa nas costas do Atlântico, do Índico e mais tarde do Pacífico.

Nestes casos e sempre que tal presença ficou reduzida a enclaves, feitorias ou fortes militares - que desempenharam uma missão específica no tempo e não conduziram a movimentos mais extensos de fixação da população -, não podemos falar ainda de emigração, deixando esta designação para os movimentos que acompanharam a colonização e a exploração intensiva dos recursos naturais dessas paragens. Como traço comum deste fenómeno realçamos o carácter tendencialmente duradouro dessa fixação com o transporte de casais ao serviço da Coroa ou das instituições locais dela dependentes e o cruzamento com os habitantes locais. Tal como em África a presença portuguesa foi mais litorânea que continental, o mesmo sucedendo na costa do Índico e na Ásia do Sul, onde as razões do comércio marítimo aconselhavam o estabelecimento de contactos mercantis fixos, mais do que a exploração interior do território adjacente.

As formas de ocupação portuguesa no império marítimo oriental, embora com sedes fixas que decorrem da conquista, da cedência – sob a forma de aliança, ou outras - e da compra de locais estratégicos dessa soberania, distinguem-se bem das formas de ocupação extensiva do território e da sua exploração continental como sucedeu no Brasil, sobretudo no período do *rush* mineiro e após a independência do território. No seu estudo sobre as migrações livres do Ocidente, Ladame (1958) considera existirem diversas fases deste processo:

> - durante a União dinástica, os "conquistadores", de 1453 a 1763, marcada pelas grandes descobertas e conquistas de novos territórios além-mar decorrentes das migrações europeias transoceânicas. Aqui se inscrevem as viagens na borda ocidental do continente africano e as viagens transoceânicas que conduziram à descoberta do novo continente e o contacto com outros povos e civilizações na América, no Índico e no Pacífico;
> - durante a referida União dinástica, os "pioneiros", de 1520 a 1783, que corresponde ao incremento das viagens para o Oriente e para a América e do povoamento desen-

> volvido com as grandes vagas de emigração transoceânica europeia. Com elas transitaram as sementes da liberdade do período colonial que estiveram na origem da independência do território dos E. U. A., do Brasil e de outros continentes.

Tendo assim presente a evolução e o desenvolvimento das expedições marítimas portuguesas em África, no Índico, no Pacífico e na América, conquistadores e pioneiros coexistiram nos diversos contextos geográficos e portos de chegada das armadas portuguesas, dependendo a sua presença e exploração do território, da política régia de manutenção, defesa, conquista ou simplesmente do abandono dessas paragens. Tal aconteceu no decurso do primeiro e do segundo império português, assim descritos por Carreira (2011):

> - "O Primeiro Império (1415-1580) - começa com a conquista de Ceuta, passando pelos Descobrimentos e continuando com a expansão em África e no Oriente, finando-se com a morte de D. Sebastião;
> - O Segundo Império (1580-1822) - inicia-se com a perda da independência e a subsequente ocupação espanhola, que determinaram a perda de influência no Oriente e a substituição da Índia pelo Brasil;
> - O Terceiro Império (1822-1975) - tem o seu proémio com a independência do Brasil, determinada, em larga escala, pelas invasões francesas, sendo substituído por África, que passa a primeira figura do Império Colonial Português, e que haveria de se esboroar com o beneplácito e instigação da comunidade internacional, tendo a Carta Magna da Descolonização aí tido um papel não despiciendo."

Na sua essência o primeiro império foi um império marítimo, assente na exploração das rotas comerciais do Índico e do Atlântico; o segundo, nas plantações de açúcar – feitas com base nas experiências recolhidas na Madeira e nas outras ilhas do Atlântico - e na exploração dos recursos naturais do Brasil; o último na exploração do ultramar africano e na independência destes territórios. Como descrito, no primeiro período as descobertas coincidem com um período de forte revolução náutica, militar e também social e garantem a afirmação da navegação portuguesa no Atlântico e no Índico, com a instalação de fortes e feitorias, de praças militares e de pontos de contacto em portos do mar da Arábia, do golfo de Bengala, do mar de Java e noutras costas do Índico e do Pacífico.

Por razões históricas ligadas às decisões da Coroa, à influência da nobreza, da burguesia mercantil e da Igreja, estas viagens deram origem a uma empresa diversificada nos seus interesses e extensão, nos seus resultados e proventos. Disso

nos dá conta Pedreira (1998, 437): "A política portuguesa no Oriente procurava dominar o comércio e a navegação no oceano Índico (e cobrar os respectivos impostos). Os Portugueses tentaram impor o uso de entrepostos comerciais sob seu domínio (onde se cobravam taxas alfandegárias) e a partir da venda de protecção a todos os navios que cruzassem aquele oceano gerava-se uma renda (quer para o Estado, quer para os funcionários da coroa, por meios legais ou pela corrupção). Além disso, tentavam também retirar proveito do comércio asiático, organizando viagens comerciais em rotas estabelecidas (carreiras), por exemplo, de Goa para Macau e Nagasáqui".

As dificuldades com o comércio local e a ameaça das armadas invasoras, sobretudo no período correspondente à União Dinástica com Espanha, no segundo império referido por Carreira (2001), regista-se a perda e o abandono de muitos desses locais pelo que muitos destes movimentos de ocupação e de conquista - hoje assinalados por monumentos militares, religiosos e por testemunhos vários ligados à língua e à cultura lusa -, correspondem a frentes pioneiras da emigração portuguesa. Muitas destas situações não deram seguimento a fluxos migratórios mais intensos e duradouros, limitando-se a um período específico do Antigo Regime. Não deixam por isso de ser considerados como antigos destinos de movimentos emigratórios, responsáveis por uma presença efectiva de portugueses na Índia, em Malaca, no Japão, em Macau e Timor. Destes destinos, Macau continua a atrair cidadãos portugueses e a valorizar os traços da sua cultura e civilização.

Nos locais onde esta presença foi mais intensa e duradoura, baseada na exploração e a ocupação do território - como na Terra de Santa Cruz, assente desde o começo do século XVI na exploração do pau-brasil -, este movimento foi "Iniciado por aventureiros e comerciantes durante as primeiras duas décadas do século, esse comércio prosperou tanto que o território passou a ser conhecido por Brasil" (Vieira, 1991, 19). Em resultado deste interesse e movimento foram criadas as primeiras povoações de origem portuguesa: São Salvador (1502), São Vicente (1532) e Olinda (1537), que assinalam uma ocupação costeira que tende a alargar-se para sul ate à foz do rio de Prata e para Norte, à foz do rio Amazonas.

Para esta ocupação contribuíram os colonos do Reino, a mão-de-obra escrava capturada nas costas de África e depois da independência do Brasil, emigrantes de outras nacionalidades, alguns deles chamados pela Coroa. A criação de outras povoações, nomeadamente a povoação de Recife - tornada capital durante a ocupação holandesa de Pernambuco -, surge à medida que se intensifica a exploração mineira, o comércio e a exportação dos recursos naturais oferecidos em

abundância, pelo solo brasileiro.

Tendo em conta a dimensão da costa e do território, a ocupação foi desenvolvida a partir de "cartas de doação", garantindo aos titulares a sua partilha a novos povoadores (Carvalho, 1875, 390 e segs.):

> "(6) Cartas de doações e foraes de capitanias – Faz el-rei mercê a F .... De uma capitania na costa do Brazil com ... léguas de extensão (eram de ordinário 50) pela mesma costa, com todas as ilhas que se acharem dez léguas ao mar fronteiras a ella; e pelos sertões a dentro com a extensão que se achar.
> A capitania doada é inalienável e transmissivel por herança ao filho varão mais velho do primeiro donatário, e não partilha com os mais herdeiros.
> Na ordem de sucessão, os descendentes varões, ainda que de menos edade, precedem ás fémeas, salvo sendo o parentesco d'estas em mais propínquo grau.
> Os legítimos preferem os bastardos, mas na falta d'aquelles sucedem estes, uma vez que não provenham de damnado coito. É todavia permitido ao donatário nomear por sucessor, se lhe aprouver, qualquer parente legitimo, com exclusão dos descendentes bastardos.
> Na falta de descendentes legítimos ou bastardos, sucedem em primeiro lugar os ascendentes, e em segundo os transversaes, guardadas sempre as regras de preferência estabelecidas no primeiro grau de sucessão, a saber: legitimidade, parentesco mais próximo, sexo e edade."

Este processo facilitou o acolhimento de colonos oriundos das terras da Coroa e de outras origens, bem como da entrada de mão-de-obra escrava a quem cabe o trabalho mais pesado inerente à exploração do litoral e do continente que gradualmente foi alcançado a partir dos "tabuleiros costeiros", no sertão brasileiro. Neste processo de ocupação, de exploração e conquista das terras aos índios nativos, distinguem-se os "bandeirantes" (ou "entradeiros"), que no Brasil (Serrão, 2006.I, 291) designavam o "indivíduo que participava de expedição armada, que, dos séculos XVI ao XVIII, explorava o interior daquele país, com o objectivo de cativar o indígena ou descobrir minas". A sua acção permite o alastrar do povoamento, a colonização do interior, a introdução de novas culturas e plantações e a posterior emigração.

À data os portugueses encontraram no Brasil um território igualmente povoado por indígenas que se cruzaram com os povos ibéricos, contribuindo assim para o crescimento da população brasileira. Esta não devia ultrapassar os 2 milhões de habitantes em 1750, valor que no início do século XIX, em 1808,

orçava os 4 milhões. No final do século, em 1890, a emigração maciça provinda da Europa ou já do continente asiático fez com aquela atingisse cerca de 15 milhões de residentes, situando-se em mais de 60 milhões um século depois, em 1950. Esta evolução assinala o crescimento da diáspora lusitana, da Ásia ao Brasil - com particular destaque para a Índia e para a Terra de Santa Cruz - que vai tendo os seus reflexos na fixação da população portuguesa e no desenvolvimento das suas actividades e ocupações.

Recorde-se que desde os finais do século XVI o isolamento do império do Índico e as crises financeiras ligadas aos custos de defesa e à redução de lucros, aliadas à perda de soberania da coroa portuguesa, estão na origem da transferência dos interesses da política colonial do Índico para o Atlântico. Então a assiduidade dos nossos navegadores no continente asiático passou a assumir formas de uma presença naval e comercial, cada vez mais contestada. Como justificação escreveu Matos (1995, 204): "No Império Atlântico dir-se-ia que os portugueses dominavam toda a fase do seu processo económico, no Índico os portugueses são intermediários: posição bem mais frágil em si e sujeita a desleal concorrência não só porque usurpada como também por ser invejada". Tal corresponde a uma deliberação da Coroa que, no dizer de Doré (2002, 328), não "tenha planejado actuar na Índia com base num projecto de colonização".

A abertura da rota do Cabo, circundando o continente africano, permite o acesso das naus portuguesas às especiarias do Oriente, até então nas mãos de mercadores do Levante. Para Oliveira (2003), "Com a rede de fortalezas e feitorias que instalam a breve trecho, os portugueses procurarão assegurar para a sua Coroa o monopólio das especiarias. O estabelecimento adquire um carácter formal em Malaca, em Ternate (onde fundam uma fortaleza em 1522, depois das pretensões espanholas sobre o cravo de Tidore a isso os obrigarem), em Amboino, Tidore (para onde vão depois de expulsos de Ternate durante a década de setenta do século XVI) e em Macau (aqui a partir de 1557)".

O domínio da Coroa lusitana nos mares e portos litorâneos do território asiático define os contornos de uma geografia das viagens portuguesas, estabelecida em função da "localização dos grandes centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo e de bens de primeira necessidade" (Loureiro, 1995, 30). Tal permite intensificar o comércio entre Portugal e o Oriente, ao mesmo tempo que "abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos inter-asiáticos, registadas durante a União dinástica esses que, muito frequentemente, ultrapassavam em volume o movimento comercial" entre Lisboa, Malaca, Goa e os outros portos asiáticos tais como Ormuz, Ternate e Macau. De acordo com o

referido autor (loc. cit.), "esta rede marítima, para além de permitir o escoamento de uma significativa quantidade de mercadorias de luxo em direcção ao cabo da Boa Esperança, abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos interasiáticos, tráficos esses que, muito frequentemente, ultrapassavam em volume o movimento comercial entre o Oriente e Portugal".

Com o tempo a concorrência das potências marítimas europeias - Inglaterra, Holanda e França -, dá azo a que a exclusividade desse comércio seja novamente deslocada para outros mercadores e rotas, regressando novamente à bacia do Mediterrâneo. Refere Doré (2002, 330) que o domínio da rota do Índico era exercido pela Coroa através do "sistema de cartazes", com taxação do tráfico marítimo a fim de "impedir que a pimenta seguisse o caminho do Estreito de Meca e chegasse aos portos do Mediterrâneo" (loc. cit.). A este respeito diz-nos Serrão (1977, 90) que a concorrência dos Holandeses e dos Ingleses – que constituíram companhias específicas para a empresa das Índias – veio a por em causa "o monopólio nacional da rota do cabo e, consequentemente, das rotas índicas, que os portugueses reservavam, ciosamente".

Como foi notado a demarcação do meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão (Cabo Verde) e a partilha do mundo em dois hemisférios - os territórios a leste da linha direita (meridiano) desenhada de pólo a pólo a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, pertenciam a Portugal e a oeste, a Espanha - assinada em Tordesilhas, deu origem a diversas contendas entre os dois reinos. Na América recordam-se as questões em torno da posse dos territórios junto da foz do rio de Prata e dos limites do interior do Brasil (Tratado de Madrid, em 13 de Janeiro de 1750); no Índico e Pacífico Sul, a designada "questão das Molucas", de Castela, mas reconhecidas pelo Tratado de Saragoça, de 22 de Abril de 1529, como domínio português, mediante uma indemnização anual de 40000 cruzados.

No que ao continente sul-americano diz respeito, a presença constante dos portugueses nestas paragens -, reforçada pelo Tratado de Madrid em que Portugal cedeu a Colónia do Sacramento a favor das Missões Jesuíticas Orientais -, veio permitir controlar pontos fortes e estratégicos do comércio marítimo e das especiarias orientais que atravessavam o Atlântico sul. Quando da perda de independência de Portugal, durante a qual os interesses desta Coroa ficam submetidos aos de Castela e aos dos inimigos deste reino, as antigas possessões portuguesas foram particularmente atacadas, alterando significativamente o domínio português nestas paragens.

Recorde-se que a participação da armada portuguesa na guerra Anglo-Espanhola (Filipe II e Elizabeth I, de Inglaterra) com a derrota da Armada

Invencível, no Canal da Mancha, em 1588, causa grande fragilidade à Coroa Filipina em relação às suas possessões nos países baixos espanhóis no continente americano e, por arrastamento, no Pacífico. A União Dinástica significa também o fim das pretensões portuguesas em relação ao seu império asiático. Do roteiro do qual constavam como pontos fortes do Império português na Índia: Goa, juntamente com Baçaim, Cochim, Ormuz, Diu e Damão, Sião, Malaca e as ilhas Molucas (Ilhas do cravo e de outras especiarias, na Indonésia).

Neste grupo, a cidade de Goa - porta de entrada no planalto do Decão através da cordilheira dos Gates ocidentais - desempenha um papel militar e político que assumiu através dos homens de armas, bombardeiros ou artilheiros e como sede de Vice-Reinado; uma outra função, religiosa, como se da Roma do Oriente se tratasse. Mais ainda, cabe-lhe assegurar, dada a sua posição estratégica, o controle do comércio no mar Arábico e obter daí os melhores proventos. Estes domínios, explorados directamente pela Coroa - além das feitorias e protectorados - canalizam os rendimentos obtidos e os impostos para a Coroa. Contudo, pela gente que acolhem, exigem na sua manutenção pessoas de origem portuguesa, que contribuem também para o despovoamento do Reino dada a intensa saída de religiosos, militares e artífices. Algumas referências dão conta da entrada de alguns deles, após as suas comissões, para os conventos religiosos na região.

Diz-nos Dias (1997, 146), citando Diogo de Couto, que "os reis de Portugal sempre pretenderam nesta conquista do oriente unir tanto os dois poderes, espiritual e temporal, que em nenhum tempo se exercitasse um sem o outro". Contudo Manso e Sousa (2013, 2) reconhecem que "o acesso a novos acervos documentais, nomeadamente asiáticos, contribuíram para o conhecimento de uma presença portuguesa, algo desarrumada e espontânea, onde os comerciantes privados assumem um papel preponderante na expansão e organização comercial de entrepostos como Malaca ou Macau". Complementarmente registam (op. cit., 3): "A partir daqui, Malaca ficaria definitivamente ligada a Macau através de uma rota que aglutinaria interesses comerciais do Estado da Índia, e de inúmeros comerciantes privados que circulariam entre a plataforma comercial Malaca-Macau".

O interesse de Macau nestas paragens merece igual destaque (loc. cit.): "Durante as décadas que se seguiram à fundação de Macau, o referido comércio desenvolver-se-ia extraordinariamente, sendo marcado por quatro acontecimentos, ocorridos entre 1571 e 1582: o estabelecimento oficial de Manila como capital espanhola nas Filipinas (1571); a consolidação da chegada de prata americana à Ásia, através do galeão de Manila; em 1571, entrou o primeiro navio de Macau,

em Nagasáqui (長崎), cidade que viria a transformar-se no porto de entrada do comércio europeu no Japão; a fusão das coroas".

Sobre a importância do comércio noutros contextos geográficos, escreveu o Pe. António Vieira (op. cit., 145): "Se não houvesse mercadores que fossem procurar os tesouros da terra no Oriente e nas Índias ocidentais, quem transportaria para lá os pregadores que levam os tesouros celestes? Os pregadores levam o Evangelho e os mercadores levam os pregadores". Por isso junto da Feitoria, a Capela era o equipamento religioso mais comum. Importa ainda assinalar a distância a que se encontravam estas praças de Portugal e a dificuldade de manter a comunicação com estas paragens. A este respeito Farinha (1999, 70) dá conta que "alguns territórios ficavam a três ou quatro anos de Lisboa, período necessário para um navio levar uma ordem a Malaca ou às Molucas e regressar com a resposta".

Estas são algumas das razões porque os relatos da presença portuguesa no Oriente, acompanhados em algumas circunstâncias por contingentes reduzidos de cidadãos nacionais, ilustram as decisões régias inerentes à opção de orientar para as terras do Brasil os esforços de colonização e resgate. Contudo, segundo Schwartz (2008, 112), a rota das Índias orientais foi tida como complementar desta última chegando os navios destinados a Goa a parar no Brasil "onde havia grande demanda pelas mercadorias de luxo da Ásia". Trata-se de uma situação condicionada pela natureza das embarcações à vela e traçado das rotas do Atlântico, aliada à evolução da sociedade e da colónia do Brasil; à importância das actividades comerciais e à riqueza acumulada pelos grandes proprietários, fazendeiros e patrões mineiros, conjuntamente com outros serviços que prosperaram na colónia antes da sua independência.

Nesta relação com o Brasil assumiu particular importância o comércio de escravos capturados na costa ocidental africana e a sua ocupação na cultura sacarina. Assim o regista Dias (2005, 9): "No século XVIII a Corte percebendo o agravamento da crise da mão-de-obra no Brasil, sugeriu a criação de uma Companhia com capitais do Reino e do Brasil, destinada ao tráfico de escravos com Cabo Verde, Cachéu, Angola, Madagascar e Moçambique".

As relações estabelecidas com outros povos e culturas, religiões e civilizações enriquecem o património cultural e científico da época vindo a assegurar o desenvolvimento de novas ciências. No que à Geografia diz respeito, Godinho (1994, 45), assinala o seguinte: o "conhecimento verificável do mundo físico e do mundo humano, as grandes descobertas rompem com a tradicional geografia mítica e livresca, os protagonistas da acção passam à prática eficaz inserida no

real". Ao abandonar o "fantástico e o maravilhoso", a "mentalidade quantitativa do comércio e da navegação", faz avançar novas ciências: a Álgebra, a Cartografia a Geometria Analítica e, mais tarde, outras ciências, naturais, humanas e sociais.

Da emigração para o Brasil

Com a viagem de Cabral e o estabelecimento do caminho marítimo para o Brasil desenha-se a principal rota oceânica da emigração portuguesa. Desde as primeiras expedições para aí seguem mareantes, religiosos, militares, colonos, pessoal da administração, comerciantes e novos habitantes atraídos pelo sonho de melhor vida além atlântico. Nesta empresa o poder régio antecipa-se aos privados enviando gente para ocupar e explorar a terra; o povo responde ao apelo ajudado pelas redes de engajadores, capitães de barcos, funcionários administrativos e outros, que juntamente com as empresas de transporte marítimo beneficiam do transporte de brancos e de escravos para as terras de Santa Cruz.

Este foi um movimento bem marcado no tempo e no espaço geográfico português, com sinais remotos de despovoamento; de fausto, nas construções públicas e particulares edificadas neste antigo Reino; de obras de beneficência construídas por brasileiros e de aplicação de remessas que ao longo de séculos enriqueceram os dinheiros públicos e a banca particular. No imaginário popular registam-se as muitas desgraças e riquezas que lhe estão associadas; na bibliografia da emigração portuguesa (Arroteia e Rocha-Trindade (1984); Candeias *et al.* (2014) dá-se conta de alguns dos trabalhos que lhe estão dedicados.

Colonos e emigrantes

Ao longo da sua história a emigração portuguesa registou duas correntes preferenciais: a primeira, transoceânica, direccionada para os novos destinos abertos pelo movimento dos Descobrimentos e a segunda, a partir de finais de Oitocentos, para os países da velha Europa. A primeira foi a que ganhou maior expressão em virtude do processo de povoamento e de colonização iniciada com a ocupação e a exploração das terras descobertas pelos navegadores portugueses

e com o seu aproveitamento a partir do Antigo Regime.

Compulsando as analogias e as diferenças dos cenários da expansão portuguesa, Albuquerque (1993. II, 8) reconheceu as diferenças desta colonização nos três continentes: "o de um incipiente domínio imperialista no Índico; o de uma aproximação superficial e de uma captação para o estilo de vida do colonizador em África; e o de uma ocupação territorial na América". Esclarece o autor (loc. cit.), os seus detalhes:

- "em África, era uma colonização ocasional, apoiada em bases insulares povoadas de europeus e de africanos (...) sem uma idéia de sistemática penetração pelo continente (...)";
- durante a União dinástica, no Oriente, "a colonização (...), revestiu-se sobretudo da forma de domínio comercial (...) para não dizer de uma forma prematura de capitalismo embrionário (...)";
- durante a União dinástica no "Brasil, cedo os Portugueses se deram conta de que só com a ocupação do vasto território e a importação de mão-de-obra africana e escrava podiam fixar-se e manter-se".

Estas modalidades - que no dizer de Serrão (1977, 87) atestam a "urgência nacional de colonizar os impérios que começam a retalhar o Mundo, em vias de domínio pela Europa" -, vieram a condicionar a evolução das saídas, a fixação da população, os fluxos migratórios e a linha de vida das comunidades aí radicadas. Seguindo a descrição de Albuquerque (1993. II, 8) separamos a colonização territorial e permanente do Brasil, do modelo de ocupação humana seguido em África e no Oriente. Aqui foi baseado na ocorrência de núcleos de colonizadores, ora entendidos como portugueses deslocados do solo pátrio e com missões específicas de defesa, comércio, religiosas, administrativas e de apoio ao desenvolvimento destas actividades e não integrados num "sistema económico-social de exploração agrária" (Serrão, 2006.2, 104) como se verificou nas ilhas atlânticas, no Brasil e em África.

Se aceitarmos estes habitantes representativos dos colonatos rurais, aqueles enquadram-se numa tipologia de prestadores de serviços relacionados com a missão de ocupação, manutenção de actividades mercantis, defesa e evangelização, concentrados em centros populacionais estratégicos, dependentes da Coroa e dos seus interesses. Como o tempo veio a evidenciar os horizontes definidos por esta ocupação foram-se alargando pelas costas do Índico, sobretudo na sua costa ocidental – costa do Malabar – a qual, de acordo com Ferreira (FCSH-UNL)[26], "detinha um importante papel enquanto região produtora e

exportadora de especiarias, como a pimenta". Sublinha o autor (loc. cit.) que "ao nível político era caracterizado, em finais do século XV, por um mosaico de pequenos reinos. Apesar de maioritariamente hindus, estes abrigavam importantes comunidades de mercadores islamizados". Daqui os portugueses passaram para a costa oriental do Coromandel, rumando para sul até Malaca e Insulíndia e pelas águas do Pacífico até ao Japão. Como nota Serrão (2006.4, 459) os "portugueses vão derramar-se por todo o mundo oriental, muitos deles incrustando-se nas sociedades indígenas" (loc. cit.), traficando ao abrigo "da bandeira nacional" (op. cit., 460) e "ao serviço de potentados locais" (loc. cit.). Esta é uma das marcas desta presença.

Tendo em conta a natureza das ligações entre o Oriente e a sede do Reino, estabelecidas através das carreiras da Índia - sujeitas aos condicionalismos do calendário das monções asiáticas -, a população flutuante variava ao longo do ano em função dos navegantes e das suas tripulações. Já a população fixa dependia dos períodos das comissões e da permanência e fixação dos casais nas cidades-porto, mas alargando a sua influência e "senhorio ao território adjacente, por vezes muito dilatado, de modo a assegurar subsistências, matérias estratégicas (a madeira e o cairo para a construção civil), os elementos da riqueza mercantil (o ouro, o cobre)" (op. cit., 461).

Neste contexto desde o tempo de Albuquerque que se seguiu "a política de fomentar a fixação de portugueses e o conúbio com as indígenas" (op. cit., 460), facto que permite alargar o aumento dos habitantes nacionais nessas paragens. Em todo o caso nota Serrão (2006.4, 459) a enorme desproporção demográfica entre a Europa e o continente asiático, o que aliado às características da ocupação do solo na Ásia das monções e aos traços de uma ocupação baseada essencialmente no tráfico comercial, distingue as formas de fixação e a actividade da população portuguesa nesta parte do globo, do modelo foi seguido noutros destinos. Tal é confirmado por Albuquerque (1993. 2, 458) que reconhece a ausência do plano de uma "vasta conquista; e nem sequer, salvo em raros casos excepcionais, se visava uma fixação de portugueses através da distribuição de pequenas parcelas adjacentes às feitorias, para serem aproveitadas na agricultura". Realça o autor (loc. cit.), que o domínio português nestas paragens "baseava-se num binómio: construção de fortalezas num pequeno número de pontos-chave e manutenção de uma forte armada, aliás repartida em flotilhas, nos mares".

Por estas razões e dada a natureza e diversidade cultural e civilizacional, o Oriente surgia mais conflituoso que o Brasil e mais dispendioso nas suas deslocações, riscos humanos em vidas e custos materiais, associados à manutenção

do elevado número de bases marítimas e comerciais em território alheio, à segurança das viagens e aos naufrágios. O conjunto de perigos naturais e militares geram a desconfiança sobre estes roteiros mais longínquos, levando alguns portugueses a pensar que tal conquista "é causa de muitos danos a este reino e cidade de Lisboa".

Esta é a questão levantada pelo "Político" na sua reflexão com o "Soldado" e o "Filósofo" (Luís de Vasconcelos, *in* Serrão, 1976, p. 62 e segs.) ao afirmar: "(...) temo que a Índia venha no decurso do tempo a nos consumir os homens, e pode ser que o dinheiro, sendo necessário socorrê-la com grossas armadas; e sendo estas duas coisas (homens e dinheiro) aquelas sem as quais os estados se podem mal sustentar, digo que fora mais útil não se intentar a conquista da Índia". Pelo contrário o Brasil, povoado com degredados, "gente que se tirava do reino por benefício dele", terra de "tanto proveito, e com tão pouca despesa", "terra fertilíssima de açúcar e outras coisas", não estando até "apartado que nos não possamos valer do seu poder quando nos for necessário e o tiver", permite ainda receber "o benefício que a conquista da Índia nos nega".

A comparação deste movimento português com as grandes migrações internacionais, permitiu a Ladame (1958, 47) afirmar o seguinte: "as novas terras não interessavam demasiado à corte de Lisboa, face às riquezas prodigiosas da Índia". Com efeito "o Brasil, em comparação, não tinha nem ouro, nem diamantes, nem tesouros nem havia aparentemente nada de precioso a oferecer". Esta é a situação após a descoberta gerada pela comparação entre os custos das duas empresas: a do Oriente - centrada no comércio marítimo e nas bases de apoio da costa do Malabar, de Malaca e no Pacífico - e a do Ocidente, assente na exploração do novo continente após a chegada de Cabral, em 1500.

Depois da sua descoberta, o Brasil surge como um continente vasto e despovoado. Segundo Carvalho (1875, 399), "não oferecia á cobiça do governo os mesmos incentivos que o Oriente (...). D'ahi as doações''. Contudo, "Deslumbrados os donatários com a grandeza e magnificência d'estas vastas concessões, fundiam na expedição das armadas, e na fundação das capitanias, as grandes riquezas adquiridas ou extorquidas na India (...)". Tal decorre de Portugal, "empolgado pela miragem do oriente, fonte de pedras, metais e tecidos preciosos e de especiarias raras" e da sua comparação com a "Terra de Santa Cruz – futuro Brasil – coberta de matas e povoada de gente primitiva, nada mais era do que uma escala na rota que melhor permitia montar o cabo da Boa Esperança, para atingir as águas do Canal de Moçambique e do oceano Índico" (M. R. E., 1969, 4). Mesmo assim as circunstâncias que ditaram o enfraquecimento do domínio

marítimo português no Oriente levaram a uma inversão de posições, assumindo-se o Brasil, sobretudo a partir de meados de Quinhentos, como primeiro foco de interesses da Coroa portuguesa.

Ainda no século XVI procura-se assegurar a posse, o arroteamento do território, a introdução e divulgação de plantações, em particular a da cana-de-açúcar, o que se fez gradualmente desde 1532, data da "instalação de engenhos em São Vicente"[27]. Este foi o modelo aplicado noutros locais que seguiram o exemplo da primeira vila de criação portuguesa. Esta ocupação segue o regime de Capitanias, criado na Madeira e nos Açores.

A criação do sistema de Capitanias, independentes entre si, marca o início da colonização do território, de Pernambuco ao Rio de Prata cada uma ao longo de cinquenta léguas de costa e para o interior até aos limites definidos pelo tratado de Tordesilhas. Dada a extensão do continente, as condições do clima, as características do solo e da sua cobertura, é enorme a desproporção entre as capitanias de maior dimensão no norte do território e as capitanias menores do sul. Além disso face à falta de articulação dos donatários entre si, à distância – cerca de dois meses de viagem entre Lisboa - e à extensão do litoral brasileiro, com cerca de 5864 km em linha recta[28], junta-se a demora na resposta das autoridades régias e das organizações religiosas sediadas em Lisboa e no Funchal. Daí a intervenção de D. João III, "O Piedoso", que "optou, sempre que possível, por concentrar esforços na manutenção da hegemonia no Atlântico Sul e conferiu especial importância à ocupação das duas margens atlânticas", a que se segue a nomeação de um Governador-geral (em 1549) e a criação de uma estrutura administrativa responsável pela coordenação "dos esforços e das iniciativas para a expansão e defesa da colónia" (M. R. E., 1969, 6) assente no sistema de capitanias de mar e terra.

A decisão de concentrar nesta parte do território brasileiro o poder político incentivou os movimentos de população de diferentes origens, que passa a desembarcar na Baía acompanhada de padres da Companhia de Jesus destinados à evangelização dos indígenas. Entre os reflexos imediatos desta escolha conta-se o povoamento próximo de Salvador, a que se associou a criação de uma Diocese e a elevação a cidade, que até ao início da segunda metade de Setecentos assume a função de capital do Governo-geral.

Por meados do século XVI, em 1565, perante a ameaça dos franceses em ocuparem esta parte do território, foi fundada a povoação de São Sebastião do Rio de Janeiro. Face à extensão do território e a novas ameaças externas é posteriormente fundada a cidade de São Luís do Maranhão, em 1612, a que se seguiram

novas vilas e cidades. O povoamento do Brasil prossegue com a fixação de novas gentes deslocadas do continente português, das ilhas do Atlântico e dos portos de África.

Como observa Vicente (2000)[29]: "Após a chegada ao Brasil dos primeiros colonos desde logo se teria equacionado a questão do exercício da soberania e do povoamento de tão vastos domínios. Naturalmente, era necessária a criação de condições económicas e de segurança para iniciar uma expansão geográfica. Esta tornava-se difícil face à escassa população do Reino". Daí que, além "dos condicionalismos de ordem geográfica, factores de natureza socioeconómica e geopolítica encontram-se na origem da colonização pontual, ou seja, a ocupação apenas das partes estratégicas da orla costeira". Como resultado desta operação, escreve o mesmo autor: desde o início os colonos levaram para o Brasil os instrumentos e normas duma civilização: "Arca santa, as armadas dos donatários conduziam no bojo para a terra maravilhosa os elementos essenciais do esplendor futuro, desde os verdes caules donde iriam brotar os canaviais de toda a vasta província - trave mestra na economia da colónia - ate à língua e à religião, verbo e espírito civilizador".

Esta descrição recobre trabalhos de outros autores, nomeadamente de V. M. Godinho (1978, 8-9), que a propósito das perdas da população portuguesa a favor deste território, regista que "a fixação, desde o tempo de D. João III (século XVI), de colonos de origem portuguesa no Brasil, movimento que durante o século seguinte, até à Restauração, se repartiu igualmente por Castela e pelo império espanhol. Tal decorre da união ibérica, da extensão das colónias espanholas no continente sul-americano e das necessidades de defesa desses territórios face às ameaças de ocupação pelos inimigos da corte espanhola, nomeadamente dos holandeses e ingleses. Tal implicou que soldados portugueses fossem deslocados para o Ultramar da Coroa Filipina e mesmo para a Europa em defesa dos interesses espanhóis". O mesmo é assinalado por Cordeiro e Madeira (2003, 101): "No século XVII, contudo, assistiu-se a uma movimentação mais intensa e numerosa, quase sempre organizada pelo Estado, com intuitos colonizadores ou como contributo militar, para a salvaguarda dos interesses portugueses no Brasil".

Os interesses e as vicissitudes registadas pela Coroa portuguesa ao longo do tempo tiveram as suas repercussões no movimento geral de saídas da população, bem como na evolução desta antiga colónia. A este respeito um texto do M.R.E. (1969, 8) descreve que a união das coroas de Portugal e de Espanha "teve uma dupla repercussão nos rumos da formação histórica do Brasil: favoreceu e

acelerou a criação de um espírito nacional, através da luta contra as invasões, e facilitou a expansão territorial para além da 'linha de Tordesilhas', cuja existência, dada a nova unidade ibérica, perdera, por assim dizer, a sua razão de ser". Mais ainda, "pela força das circunstâncias, fundou-se a incipiente economia nacional no regime da grande propriedade (...): lavouras de cana com engenho de açucar ao longo da faixa litorânea de Pernambuco para o Sul; imensos latifúndios de criação de gado no planalto interior, desde o médio São Francisco até quase aos limites do Maranhão".

O desenvolvimento deste movimento, conjuntamente com o de colonos, mais do que emigrantes, foi alterado quando da perda da soberania portuguesa a favor de Castela, levando ao assédio militar promovido por potências rivais dos dois reinos sobre os territórios do Brasil, do Oriente e de África. Apesar desta mudança dá-se continuidade ao desenvolvimento da indústria açucareira e dos engenhos já instalados no território brasileiro, sendo eles que vão alimentar o comércio marítimo e abastecer o mercado europeu. A sequência das lutas travadas após a Restauração no Brasil e noutros locais de África, contou com a participação brasileira (op. cit., 9) que "teve de enfrentar, com suas próprias forças, todo o peso da luta (...) que, além de expulsar definitivamente do Nordeste o inimigo invasor (...) restabeleceu o domínio português em Angola, expulsando, também, o invasor neerlandês de Luanda".

O domínio português neste território é reconhecido por Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 10) quando afirmam que, "dois séculos de colonização propriamente dita, pela fixação ao solo e à agricultura, garantiram a soberania dos portugueses sobre o Brasil, através de esforços quási milagrosos, contra a investida dos estrangeiros". Para tanto a fixação de colonos do Reino foi imprescindível e a sua integração na sociedade de então um elemento estabilizador. Por isso face ao contexto histórico e social em que se desenvolvem estes movimentos, torna-se difícil estabelecer uma separação nítida entre o que hoje designamos por colonização e, emigração.

A este respeito fez notar Serrão (1972, 53) que "poderemos considerar como predominantemente 'colonizadora' a emigração metropolitana para as ilhas atlânticas (nos séculos XV e XVI); para as remotas paragens índicas; para o Brasil até fins do século XVIII e, em dadas circunstâncias, posteriormente; para as possessões africanas, aquando do estabelecimento, por iniciativa do Estado, de colónias (a partir dos fins do século XIX)". Tendo em conta as razões de natureza económica, designadamente a busca do enriquecimento ou de outros motivos determinantes, e considerando a dificuldade de separação entre colonos

e emigrantes, Serrão (op. cit., 54) confirma: "emigrante é género do qual colonizador é espécie".

A propósito do Brasil, Daniel (2011, 6) observa que até à sua independência, "a colonização portuguesa se desenvolveu, distribuindo terras e cargos públicos na colônia. Para o Estado português, a colônia era como uma extensão da metrópole, estando sujeita aos desígnios da Coroa. Por isso, a colonização portuguesa foi a primeira ação estatal empreendida em solos brasileiros, ainda que esta intervenção tenha sido restrita e limitada".

Neste processo inscrevem-se os fluxos migratórios dirigidos pela Coroa e transportados a expensas da Fazenda Real e os de natureza espontânea, por interesse económico, por razões religiosas e políticas, em que se procura dar resposta às "devastações e incêndios dos corsários ingleses entre S. Vicente e Espirito Santo, no Recife e Olinda" (Carvalho, 1875, 43) ou ao estabelecimento "dos franceses no Maranhão e o dos holandezes na Bahia e Pernambuco". As ameaças constantes ao domínio português de certas praças e comércio de produtos tropicais estão na origem do recrutamento continuado de colonos no continente e nos Açores. Aqui, a permanência dos fenómenos vulcânicos e a rigidez de uma estrutura social bipartida, promove a procura de melhores condições de vida do outro lado do mar.

Localmente promove-se a exploração do vasto território interior e das suas margens, como aconteceu com a bacia do Amazonas cuja ocupação foi declarada à data da Restauração de Portugal e com a descoberta dos jazigos auríferos em Minas Gerais, em 1693. Estes acontecimentos marcam o arranque da emigração portuguesa para estas paragens. Dizem-nos Baião, Cidade e Múrias (1940. III, 10) que depois da descoberta das reservas minerais no planalto central, "o português chegou ao Brasil, como o espanhol às Antilhas, alucinado pela miragem do oiro e dos produtos orientais" obtidos pela triangulação do comércio marítimo: Lisboa, Goa, Baía.

Se as condições naturais facilitavam esse trajecto, os produtos importados da Índia, como a cana do açúcar, alimentavam a prosperar uma economia que fez desta cultura um pilar do desenvolvimento e da expansão do povoamento humano no continente sul-americano. Em resposta à vaga de população que se dirigia para a esta região, assinala o IBGE[30] a criação de diferentes povoações nesta região: Vila Rica, Vila Leal de Nossa Senhora do Carmo e Vila Real de Sabará. Já na parte sul do território o início do século XVIII fica marcado pela colonização de Rio Grande do Sul e construção da Fortaleza do Rio Grande de São Pedro.

O alargamento do povoamento para esta parte do continente sul-americano acaba por determinar, em 1763, a transferência da capital administrativa de São Salvador da Baía para a cidade do Rio de Janeiro, situação que veio a ser reforçada em 1808 com a chegada da família real e da sua corte a esta cidade. Estas circunstâncias, juntamente com os acordos firmados com a Inglaterra após as invasões francesas, nomeadamente os que regularam um grande empréstimo para a reconstrução do país, agravam a débil situação económica do país. Por outro lado as lutas liberais levam à intensificação da emigração portuguesa para o Brasil.

Neste longo movimento as razões e a composição foram-se alterando. Assim o reconhece Rocha-Trindade (1986): os "primeiros «emigrantes» eram homens ao serviço do rei, cumprindo ordens e recebendo soldo; mas o início da colonização e do povoamento do Brasil, desde meados do século XVI, fez aparecer novas categorias de «emigrantes», devido à complexidade de tarefas que desse esforço resultaram: Dirigentes, oficiais, técnicos, feitores e demais pessoal administrativo, que constituíam o funcionalismo da nova colónia, como cidadãos ao serviço da Coroa; Homens livres que, por decisão própria e devido a condições económicas menos favoráveis na metrópole europeia, procuravam fora desta outras oportunidades de trabalho, visando um enriquecimento rápido que, em muitos casos, os iludiu; Finalmente, os emigrantes forçados, como exilados, degradados e, sobretudo, escravos trazidos de África (A. Carreira, 1977), que viriam a constituir a principal força de trabalho manual da colónia".

Recorde-se que numa primeira fase os portugueses limitaram-se à exploração da madeira, do pau-brasil, da tintura e à plantação da cana-de-açúcar em áreas próximas da costa. Quando da centralização do poder em Salvador (Barreto, 1992, 96), dá-se início ao "arranque institucional e prático da colonização", assinalando "duas idades da realidade Brasil e índio, e também por isso, dois grandes horizontes de conhecimento e de avaliação dessas mesmas realidades": por um lado o vasto território e, por outro, a população indígena que o habitava.

À exploração litorânea das Terras de Vera Cruz e do pau-brasil segue-se, portanto, a colonização com o estabelecimento de núcleos de povoamento junto à costa e a distribuição de terras (sesmarias) aos colonos do Reino. Tratou-se de uma tarefa difícil face não só à reserva dos indígenas contra os novos ocupantes, como pelas doenças associadas a esta penetração nas terras do interior, agravando então a necessidade do trabalho escravo. Oriundos das costas de África "por acção das razias levadas a cabo pelos negreiros europeus" (Ladame, 1958, 43), estes alimentaram o ciclo de produção do açúcar que animou a economia

brasileira durante os séculos XVI e XVII, bem como o ciclo de produção cafeeiro dos séculos seguintes.

O tráfico negreiro foi um negócio de proporções consideráveis, desenvolvido em grande escala a partir das costas e do Golfo da Guiné e mais tarde em todo o território africano (nas costas no Atlântico e do Índico). Tal acabou por conduzir a rivalidades entre os traficantes esclavagistas portugueses e holandeses e dentro do território africano, entre o reino do Congo e os seus vizinhos. Esta população tinha vários destinos: Portugal e países da Europa; o Brasil e outros destinos do continente sul e norte-americano. Neste continente a população negra constitui-se como um substrato notável da população e da cultura americana.

No caso do Brasil o contributo de escravos nos engenhos de açúcar, nos locais de laboração mineira, nos campos e nas cidades, foi um elemento do povoamento do território e da miscigenação estruturante da cultura e da sociedade local. O volume desta "importação de africanos" foi considerado por Carvalho (1875, 63) como que "transferindo-se da America para a Africa o systema de roubar gente, se bem que agravado pelos horrores do porão. Enxergava-se todavia n'esta mudança um beneficio, tanto imediato como em perspectiva. O princípio estabelecido em favor do indios não podia deixar de ser applicabel a este respeito dos negros, precedente este, para que os bons corações viriam a apelar em tempo".

Importa salientar que após a abolição da escravatura (1836), os "roceiros" do Brasil e a rede de engajadores em vários locais do Reino fomentam o incremento da "escravatura branca" destinada a substituir a mão-de-obra negra então livre. Em fase de introdução de maquinaria nas plantações, a preferência por mão-de-obra branca, em substituição do trabalho servil, deveu-se ao entendimento dos proprietários do melhor desempenho desta, não tanto em relação ao trabalho braçal, mas sim ao final do processo produtivo, baseado na sua componente mecânica.

A dimensão do negócio de escravos entre nós está explícita no decreto de abolição da escravatura no Reino, subscrito pelo Visconde Sá da Bandeira, A. M. Vieira de Castro e Manuel da Silva Passos, em Dezembro de 1836[31]:

> "A Índia primeiro, depois o Brasil fez-nos deixar a África, nosso mais natural campo de trabalhos. Mas a colonização do Brasil, e a exploração de suas minas; e bem depressa o interesse de todas as outras potências que houveram o seu quinhão da América, foram os maiores inimigos da civilização da África, que nós sós, e com tanto sacrifício de vidas e fazendas havíamos começado.
>
> O infame tráfico dos negros é certamente uma nódoa indelével na história das Nações

> modernas; mas não fomos nós os principais, nem os únicos, nem os piores réus. Cúmplices, que depois nos arguiram tanto, pecaram mais, e mais feiamente. Emendar pois o mal feito, impedir que mais se não faça, é dever da honra portuguesa, e é do interesse da Coroa de vossa majestade, porque os Domínios que possuímos naquela parte do Mundo são ainda os mais vastos, importantes e valiosos que nenhuma Nação Europeia possui na África Austral."

Refere ainda o mesmo documento que "Os naturais da África foram aprisionados e transportados além do Atlântico para tornarem rico um imenso país cujos habitantes se recusavam à civilização. Lê-se numa memória antiga, que houve tempo em que na ilha de S. Tomé existiram dezassete engenhos de açúcar, que o governo de Portugal mandou destruir para não prejudicarem a cultura da cana que naquele tempo promovia no Brasil!".

Apesar da compensação pela mão-de-obra escrava, em contextos de maior crise a falta de braços no Reino motivada pelas migrações é dominada pela gente de armas, por casais, adultos e activos que partem na procura do "Eldorado" brasileiro. Tal resulta do comércio e sobretudo da exploração mineira de ouro e diamantes do século XVIII, que dá origem ao grande ciclo da emigração portuguesa para Salvador e sobretudo para o Rio de Janeiro onde, desde 1763, estava sediado o palácio do Governador. Mais complexos são os anos seguintes que ficaram marcados pelo esforço da coroa portuguesa em manter isolada a sua colonia brasileira, através do encerramento dos portos aos navios estrangeiros e das limitações à circulação dentro do território. Tal situação altera-se com a fuga da família real para o Brasil – a que se juntaram cerca de 15000 cidadãos nacionais - e a proclamação, em 1815, do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

Observa Daniel (2011, 7), que "os imigrantes que chegaram ao Brasil depois da vinda da Coroa portuguesa encontrariam aqui um país já organizado politicamente e já inserido no cenário mundial. É neste contexto que o Brasil se abre para a imigração estrangeira e tal fenômeno vai se tornar um elemento chave para se pensar o futuro do Brasil, como um projecto de nação brasileira". Com as variações decorrentes da vivência de algumas destas situações, regista-se o reforço da emigração portuguesa para o Brasil após a sua independência, em 1822. Este movimento acentuou a imagem popular do brasileiro de torna-viagem, que volta à sua aldeia natal com marcas do seu sucesso e regresso triunfador, mas também dos indigentes e repatriados que não conseguem a almejada fortuna e regressam ao Reino por conta da Coroa.

À data a situação dos emigrantes na sua chegada aos portos de destino, frequentemente deixada às mãos de engajadores, nem sempre coincide com o destino desejado por estes cidadãos em melhorar as suas condições de vida. A este respeito Cruz (1986-87, 18) assinala que "o dia do embarque era para a grande maioria o início da desilusão". Justificando, observa (loc. cit.): "na realidade, a emigração portuguesa estava envolvida numa teia muito complexa em que intervinham o governo brasileiro, os governos federais, as associações de colonização, os grandes proprietários brasileiros, os proprietários e capitães de navios, servidos por uma grande e eficaz rede de engajadores. Esta trabalhava em todo o território nacional, predominantemente no litoral, e depois de 1870 também no interior dada a melhoria das comunicações decorrente da introdução dos caminhos de ferro. Na maioria dos casos, fomentava despudorada e desapiedadamente a saída dos trabalhadores portugueses".

Na história recente da nação portuguesa entrecruzam-se, nos portos de origem, contingentes diversificados de emigrantes e de colonos: estes enviados para as possessões de África; aqueles como emigrantes, para o Brasil. No primeiro caso, o recurso a colonos enviados para África, sobretudo para Angola e Moçambique, assinala etapas, não concluídas, da colonização de algumas regiões destes territórios, beneficiadas pelas condições naturais e de clima que permitiam a estada mais prolongada de cidadãos nacionais. Também nos portos brasileiros entrecruzam-se imigrantes de diversas nacionalidades: os portugueses, em maior número e os alemães, chegados a partir de 1824 para a colonização das terras de Rio Grande do Sul. Antes do final do século, em 1870, são os italianos que seguem para as regiões mineiras de São Paulo e também para o sul do país e por volta de 1890, os espanhóis que se fixam na área do Rio de Janeiro.

Regista Sousa (2013, 14) que foram muitos destes colonos e indiferenciados radicados já no Brasil que fazem parte do "fluxo singular de lusitanos que, ao saírem de Portugal eram emigrantes, mas que tão logo chegados ao Brasil, transformaram-se imediatamente em colonos, e não em imigrantes, só o fazendo ao cabo de três séculos, quando a colônia portuguesa converte-se em nação independente". Mau grado as dificuldades registadas por alguns dos antigos colonos na nova nação brasileira - que determinou, inclusive, o seu repatriamento para o território de Moçâmedes, em África -, o êxodo para o Brasil prossegue em Oitocentos, processando-se até a novas partidas para outros destinos do continente americano a partir dos portos brasileiros.

Note-se que a ligação do Brasil a Portugal vai além das relações estabelecidas durante a sua colonização, continuando após a sua independência política. Assim

o refere Serrão (1980, 84) ao considerar que no decurso do ciclo inicial de dependência política, "se Portugal marcou o futuro do grande país sul-americano – na língua, na cultura, e em dados comportamentos sócio-económicos -, não é menos verdade que a definição territorial e o desenvolvimento económicos brasileiros condicionaram profunda, e, por vezes, decisivamente, a própria evolução metropolitana". Aponta o autor dois exemplos: a restauração da independência nacional face a Castela e as riquezas acumuladas à custa do ouro e do açúcar provenientes da antiga colónia. Estas as razões que justificam a proximidade entre estes dois espaços e sociedades.

Do desenvolvimento da emigração

A apresentação das condições geográficas associadas à navegação marítima de longo curso, bem como a referência à participação da população no Reino na empresa marítima dos Descobrimentos, da conquista e ocupação de novos territórios, entrepostos comerciais e praças militares, permite entender o desenvolvimento desta corrente com destino ao Brasil, que culmina na grande vaga de emigração transoceânica que se prolonga até meados do século XX. Dada a dimensão do território, o modelo de exploração e governo imposto pela Coroa com base nos Capitães donatários e mais tarde no Governador; os interesses das Missões da Igreja e mais tarde a evolução política do regime, procede-se a uma apresentação conjunta do fenómeno em território brasileiro.

Reconhece-se, nesta nota, as suas diferenças geográficas e naturais; a evolução das suas fronteiras políticas, construídas e alargadas ao longo do tempo; o crescimento diferenciado da população e das actividades económicas; a diversidade territorial e política da República Federativa do Brasil, "formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal" (Art. 1º). Deixando para outro tipo de estudos as referências desta emigração nas diferentes áreas do território brasileiro, recordamos as marcas da constituição da sua unidade territorial (Valério, 2001, 23), fortalecida por diversos Tratados:

- Utreque (1713) - "fixou a fronteira norte do rio Oiapoque e a fronteira sul o Rio da Prata";
- Madrid (1750) – "entregou o Uruguai à soberania espanhola e Goiás, o Mato Grosso

e parte da Amazónia à soberania portuguesa";
- Paris (1763) - "estabeleceu a fronteira sul no Rio da Prata";
- Santo Ildefonso (1777) – devolve o "Uruguai à soberania espanhola";
- Badajoz (1801) – "estabeleceu a fronteira norte no Rio Amazonas";
- Viena (1815) – "estabeleceu a fronteira norte no rio Oiapoque".

Cada um destes tratados constitui um marco significativo da construção e independência do Reino do Brasil, bem como da sua afirmação territorial e política no continente sul-americano.

Para além das diferenças relacionadas com a extensão, relevo, solo, clima e vegetação, vias de acesso e circulação, responsáveis pela diferenciação económica e exploração dos recursos naturais, o povoamento e a imigração estiveram dependentes de iniciativas de entidades governativas ou já de privados, responsáveis pelo crescimento económico e acolhimento de mão-de-obra. Recordam-se, no primeiro caso, as questões ligadas ao povoamento do sul do território e às campanhas militares ligadas à defesa das fronteiras; no segundo, a acção dos engajadores, incluindo capitães das embarcações, responsáveis pelo recrutamento de emigrantes e seu transporte aos portos de destino. Para além destas situações, as pressões externas decorrentes da ameaça e ocupação de partes deste território por outras nações europeias, como a França ou a Holanda, deram origem a diferentes opções de colonização e de exploração territorial.

Estas circunstâncias permitem entender como a evolução da emigração portuguesa para o Brasil, tendo por base a necessidade de povoamento, contou com a transferência de habitantes do Reino e das ilhas para este território, colmatando a escassez de habitantes, as características da ocupação humana e a oposição dos nativos aos novos ocupantes. A transferência de população foi um movimento inicialmente dirigido pelo Estado através do envio de casais de colonos, num tipo de migrações dirigidas pela Coroa, para o Maranhão, Rio Grande do Sul e outros estados.

Depois da independência do Brasil o exemplo anterior foi replicado com a formação de numerosas colónias de emigrantes de diversas nacionalidades, sobretudo europeias e asiáticas, que se estabeleceram em pontos distintos do território, particularmente no Sul. Aos novos habitantes, colonos e emigrantes, foi concedido o pagamento de transporte e dos custos iniciais de instalação (Carvalho, 1875, 174).

As facilidades inicialmente concedidas pela Coroa vão esbarrar, décadas depois, com a hostilidade da população brasileira, sobretudo depois da independ-

ência do novo Reino, gorando as expectativas de muitos imigrantes portugueses. Assim o assinala Alves (1999, 4), que a propósito das características deste movimento regista a sua dispersão em todo o território e continuidade temporal. Contudo é esta colónia a primeira a enfrentar, "como nenhuma outra, a hostilidade de "rua" por parte dos brasileiros, verificando-se algum retorno e muita fixação". Desse relato fica-nos a memória de grupos distintos que se então se fixaram na metrópole e em África e as histórias construídas em torno da colónia lusa no país e das suas imagens e vida no território.

À época, as medidas de apoio à emigração portuguesa para o Brasil acabaram por incidir na oferta de condições aliciadoras da viagem, de condições de fixação, de oferta de transporte e em iniciativas relacionadas com a sua permanência. O exemplo citado relativo à naturalização de antigos colonos e estrangeiros residentes no território depois da sua independência, inscreve-se nesse contexto de reconhecimento de mão-de-obra estrangeira na construção de um país e de uma nova nação, em fase de crescimento e de expansão da sua economia e recursos.

Cita-se um excerto do Decreto de 23 de Junho de 1855 (Carvalho, 1875, 417), onde se lê:

> "DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 1855
>
> Art. 1º Os estrangeiros actualmente estabelecidos como colonos nos diversos lugares do imperio, ainda não reconhecidos brazileiros, serão havidos como taes, assignando perante a respectiva camara, ou juiz de paz, termo de declaração de ser essa sua vontade, e de fixar seu domicilio no imperio. Declararão também qual sua antiga pátria, religião, estado e numero de filhos.
>
> Art. 2º A autoridade que receber as sobreditas declarações, lavrado o termo, dará d'elle cópia authentica á parte; e os presidentes das províncias, á vista d'ella, concederão gratuitamente os respectivos títulos de naturalização, recebido primeiro o juramento de fidelidade á Constituição e mais leis do imperio.
>
> Art. 3º Em relação aos colonos que vierem para o império, d'esta resolução em diante observar-se-há a disposição do art. 17 da lei de 18 de setembro de 1850, e art. 3 do decreto de 16 de setembro de 1853. Todavia, o governo é auctorisado a dar o titulo de naturalização antes mesmo do prazo da dita lei aos colonos que julga dignos d'essa concessão."

Como foi assinalado os movimentos de população entre o Reino e o Brasil justificam-se logo no início de Quinhentos pela necessidade de mão-de-obra imposta pela cultura da cana-de-açúcar. Em data posterior, com a descoberta

do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, inicia-se a fase de exploração intensiva deste metal e o *rush* mineiro de Setecentos que conduziu à corrida ao ouro e ao enorme êxodo de portugueses, registado no século seguinte. Essa corrida acelerou o despovoamento do continente, que parecia já evidente, procurando-se então impedir a emigração para o Brasil através de medidas legislativas de fraca aceitação popular. Estas características acentuaram-se ainda mais no início de Setecentos, agravando o despovoamento do Reino e obrigando a uma legislação mais rigorosa, como veio a suceder em 1720 com a proibição da saída dos que não estivessem investidos de funções oficiais.

As repercussões deste movimento no território estão presentes na legislação da época (Serrão, 1970, 601): "não tendo sido bastantes as providências que até ao presente tenho dado nos decretos de 25 de Novembro de 1709 e de 19 de Fevereiro de 1711, para se proibir que deste Reino passe para as capitanias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em estado, que não há gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos Povos" (op. cit., 107-108).

A mobilidade desta população agrava a situação anteriormente registada com as partidas para Índia, promovendo até as relações entre os dois impérios: o primeiro, centralizado em Goa, decaindo a partir de 1580; o segundo, centrado em São Salvador da Baía. A relação entre estes dois impérios vai permitir a aproximação desta sede "ao centro e permaneceu como um dos fundamentos do império" português (Antony, 2013, 39), já que "Goa ficou na fímbria e foi relegada a apoiar o Brasil no que fosse necessário". Entre estas duas cidades tropicais acabou por se estabelecer uma complementaridade assente numa rede de comércio; de mercado para o fornecimento de espécies vegetais de origem asiática, nomeadamente frutas e especiarias, que foram introduzidas no Brasil e de mobilidade humana de "soldados e missionários brasileiros que foram para Goa e serviram de catalisadores culturais" (op. cit., 41).

A criação do 1º Governo-geral na cidade da Baía - ancoradouro a meia distância da costa litorânea brasileira – e a sua articulação com o povoamento de São Paulo e de Rio de Janeiro, promoveu muitas dessas saídas, estimadas em cerca de dois milhares de emigrantes anuais. Daí que a necessidade de legislação específica contra estas ausências tenha sido publicada no continente, nos Açores e na Madeira no decurso de Setecentos. Para 1758, Cordeiro e Madeira (2003, 110) assinalam o seguinte: "Depois da efervescência colonizadora de meados do século, de que resultou, pelo menos parcialmente, o povoamento do Brasil me-

ridional, com especial incidência no estado de Santa Catarina, a lei de 4 de Julho de 1758 é peremptória em limitar a emigração, sob o argumento da insuficiência de mão-de-obra para assegurar a normalidade da vivência insular".

A participação dos habitantes deste arquipélago na colonização do Brasil é igualmente realçada por Pereira (2002, 261): "pois foram eles que desbravaram as regiões mais remotas, caracterizadas por apresentarem condições tanto de clima quanto de solos e localização geográfica completamente diferentes das predominantes nas áreas até então habitadas da Colônia, e a despeito disso conseguiram se estabelecer e até mesmo fundar ou ajudar a fundar vilas e cidades nesses rincões mais longínquos". A respeito da sua participação no Maranhão e da propaganda sobre os benefícios desta terra, assinala: (op. cit., 264) "Eu me resolvo que esta é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-nos que, das que correram os portugueses, a melhor é o Brasil e o Maranhão é Brasil melhor, e mais perto de Portugal que todos os outros portos daquele estado, em derrota muito fácil à navegação donde se há de ir em vinte dias ordinariamente".

Sobre este assunto transcrevemos do mesmo autor (loc. cit.) um Edital publicado nos Açores nas primeiras décadas do século XVIII sobre o transporte de colonos: "El-rei faz mercê aos casais que quiserem se estabelecer no Brasil de facilitar o transporte e o estabelecimento à custa da sua Real Fazenda. Logo que chegarem a desembarcar no Brasil, a cada mulher de mais de doze anos e menos de vinte e cinco, casada ou solteira, se darão 2:400 réis de ajuda de custo e aos casais que levarem filhos se lhes darão 1:000 réis por cada um para ajuda de os vestir. Ao chegarem aos sítios que hão de habitar, se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com a sua lima e travadura, dois alqueires [27,132 litros] de sementes, duas vacas e uma égua e no primeiro ano se dará a farinha que se entender basta para o seu sustento (...)".

O contributo da emigração de açorianos manteve-se constante, assinalando Cordeiro e Madeira (2003, 112) que "na segunda metade do século XVIII, terão embarcado para o Brasil, pelo menos 3800 jovens açorianos integrados em vários contingentes militares, cifra que parece superior à emigração oficial então registada. Tratou-se, sem dúvida, de uma sangria muito significativa na estrutura demográfica das ilhas, com fortes repercussões sócio-económicas". Mais ainda (op. cit., 11), "Saliente-se que estas movimentações ocorrem em paralelo com outras registadas em várias regiões do país, em especial no Minho".

Prosseguem as autoras afirmando (loc. cit.): "Há que reconhecer, no entanto,

que a emigração açoriana, induzida ou não por propósitos da Coroa, tem a particularidade de ser essencialmente colonizadora, de carácter definitivo, baseada em movimentações familiares. Mesmo os militares que transitaram, ao longo da segunda metade do século XVIII, para as capitanias brasileiras, por lá se terão fixado definitivamente e transformado, eles próprios, em colonos". E, ainda (op. cit., 116): "Apesar das políticas anti-emigratórias e das dificuldades que se verificavam nas ilhas, quer em termos de mão-de-obra, quer da disponibilidade de mancebos para os recrutamentos militares, o facto é que a coroa continuou a patrocinar a saída de casais, sobretudo na segunda década do século XIX".

No decurso da sua existência, a Monarquia incentivou outros movimentos com população deslocada das praças-fortes de África, quando Portugal se viu obrigado a abandoná-las. Como exemplo Serrão (1972, 65) relata-nos a "deslocação em massa (1769) da gente portuguesa da praça marroquina de Mazagão, abandonada nesta data". A este respeito Marques (1972.I, 625) escreve o seguinte: "(...) Mazagão revelava-se, sem dúvida, a mais inútil de todas as possessões portuguesas. Só servia para custar dinheiro ao tesouro, não desempenhando qualquer papel de mínima utilidade". Na bacia do Amazonas, Estado do Pará, os habitantes daquela praça de Marrocos, judeus marroquinos e outros, fundaram a Vila Nova de Mazagão; alguns dos demais acabaram por regressar ao país.

Desde então o Brasil constituiu-se, por mais dois séculos, o principal destino da emigração do continente e das ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira, contando com colonos do continente e das ilhas, especialmente da Madeira. Desde os finais do século XVII que era registada a decadência do "comércio açucareiro" (Godinho, 1978, 64) o que levou ao avolumar do caudal migratório para o Brasil. Quanto aos açorianos é de registar a sua fixação tanto na região norte do território, Maranhão e Grão-Pará, como no Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, contribuindo para o povoamento destas áreas. Este registo permitiu a este autor (loc. cit.), estimar as seguintes perdas da população portuguesa:

- de 1500, a 1580, cerca de 280.000 indivíduos;
- de 1580, a 1640, entre 300.000 e 360.000;
- de 1640, a 1700, cerca de 150.000;
- de 1700, a 1760, esse valor aumenta para mais de meio milhão, talvez 600.000.

Estes movimentos seguem o ritmo de crescimento da economia marcada pelo ciclo da cana-de-açúcar, pela febre mineira e depois pelo ciclo do café -

finais do século XVIII e século XIX -, o que vai continuar a alimentar a vinda e a fixação de portugueses nas terras de Santa Cruz. Tal justifica não só a intensificação da mão-de-obra trazida do continente e das Ilhas do Atlântico, como da população arrastada das costas de África por negreiros portugueses e de outras nacionalidades. Note-se que o recurso à população africana constituiu aqui, como noutras sociedades, um factor de produção indispensável ao lucro das colheitas da cana-de-açúcar e do algodão, que acompanha a intensificação das grandes migrações transoceânicas ampliadas com a assinatura do Tratado de Paris, de 1783. Com o reconhecimento do fim da guerra da independência dos Estados Unidos da América e a organização das grandes plantações tropicais nas terras do novo mundo, dá-se início a uma nova fase da emigração transoceânica europeia.

No que ao Brasil diz respeito, a intensificação da ocupação do solo e a abertura de contactos com países europeus conduz ao recrutamento de novos colonos, dando conta Rocha-Trindade e Fiori (2009, 207) que, "Na política imigratória, delineia-se um especial interesse pela vinda de colonos alemães. Essa posição foi altamente estimulada pela presença da Arquiduquesa da Áustria, Dona Leopoldina de Habsburgo, que tendo contraído matrimónio com o Príncipe D. Pedro, passa a residir no Brasil onde chega em 1817. (...) Assim, poderá compreender-se a forte presença da imigração alemã nos primeiros tempos desta época, tendo fundado, em 25 de Julho de 1824, a Colónia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, considerada a primeira iniciativa deste tipo que, realmente, se revestiu de grande êxito".

Pelo seu interesse transcreve-se, de Carvalho (1875, 418), um excerto de um regulamento sobre este assunto:

> "REGULAMENTO DE 30 DE JUNHO DE 1855 – Para a venda de terras em lotes ou prazos coloniaes na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, conforme as disposições da lei provincial nº 304 de 30 de novembro de 1854.
> Art. 1º A presidência da provincia de S. Pedro, a todo o colono que expontaneamente se apresentar na provincia, seja qual fôr sua naturalidade e estado – vende – em conformidade da auctorisação que lhe foi conferida na lei provincial nº 304 de 30 de novembro de 1854, um lote de terras com o numero de braças que constar do respectivo mappa, sendo essas terras destinadas para a lavoura.
> Art. 2º O colono que pretender a compra de algum lote de terras, se dirigirá á contadoria da fazenda provincial, para vêr e examinar os mapas, memorias e informações, que lhe serão franqueadas, relativas ás terras provinciaes que se acharem medidas,

divididas e demarcadas em lotes coloniaes e chacaras, com extensão variável em braças quadradas."

Como noutros estados americanos, o Brasil acolhe os excedentes de uma população numerosa, originada pela revolução demográfica e garantida pelo avanço das condições epidemiológicas que levaram à redução da mortalidade geral e aos valores elevados de natalidade. Estas razões, associadas ao incremento da navegação a vapor e dos transportes oceânicos dos finais desse século, permitiram um aumento das saídas tradicionais da orla mediterrânica e do continente europeu, como os suíços e holandeses, beneficiários destas condições de transporte.

Observa Serrão (1980, 93) que "as inovações coevas no sistema de transportes a vapor nacionais e atlânticos", registadas no decurso da segunda metade de Oitocentos, alteram a frota tradicional dos veleiros portugueses – brigues, patachos, escunas, galeras, hiates e barcas – "alguma dela especializada no comércio de escravos, vai aumentar, ao sabor das solicitações de ambas as bandas do Atlântico", fomentando a construção de novas embarcações. Tal coincidiu com a evolução do ciclo do café, o qual continuou a exigir mão-de-obra escrava, impossível de colmatar face a diversas leis abolicionistas aprovadas pelo novo Estado a partir de meados do século XIX, até à sua abolição final pela Lei Áurea, em 1888. Daqui decorre o incremento do ciclo seguinte da emigração transoceânica para este país.

A publicação desta legislação constitui um rude golpe no sistema pré-capitalista brasileiro, particularmente registado nas plantações de café e de cacau, do centro e do sul do território e já nas plantações de cana do nordeste. Durante a rotação do sistema esclavagista negro para a sua replicação com mão-de-obra branca, regista-se a saída da população portuguesa empurrada pelas condições da agricultura e do desenvolvimento nacional, pelas obrigações militares e pelas promessas de trabalho e sonho de enriquecimento no outro lado do Atlântico. Neste processo têm papel activo os engajadores responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores para as plantações, muitos deles regressados posteriormente à sua pátria como repatriados. Outros engrossam os caudais que resistem ficar nas cidades, empregados no comércio, em alguns serviços domésticos e serviços públicos e, mais raramente, na indústria.

Apesar da decadência da economia cafeeira do final de Oitocentos as exigências de mão-de-obra indispensável ao processo de industrialização do novo país, em São Paulo e no Rio de Janeiro, justificam a contratação de novos imigrantes,

alimentando a vaga maciça de saídas que prossegue até aos alvores da 1ª guerra mundial. Nela participaram emigrantes do sul da Europa, portugueses – cerca de 200000 emigrantes entre 1891 e 1899 –, 680000 italianos e 160000 espanhóis, mas também alemães e cidadãos de outras nacionalidades, como os japoneses.

Temos presente como durante a segunda metade do século XIX estas saídas foram ampliadas após a chegada da família real portuguesa ao Brasil – e com ela o aparelho de governação do Reino – bem como depois da abertura dos portos à navegação estrangeira, até então condicionada aos ingleses, abrindo a actividade comercial a navios de outras nacionalidades. Tal veio permitir intensificar o movimento de exportações, beneficiando o alargamento da cultura do café e a progressiva dificuldade de recrutamento da população negra por via das restrições de tráfego negreiro imposta pelos países europeus nas suas possessões ultramarinas.

A intensidade desta imigração estrangeira traduziu-se na evolução da população residente expressa no seu crescimento explosivo durante o século XIX: cerca de 4 milhões de habitantes após a chegada da corte portuguesa ao Brasil e mais de 14,3 milhões no final do século, em 1890.

Brasil: estimativa de habitantes

Ano	*População x 1000*
1550	15
1600	100
1750	1500
1808	4000
1850	7100
1890	14333

Um texto do M. R. E. (1969, 12) sobre a situação no país em meados de Oitocentos, descreve o seguinte: "O Brasil, que entrara num período de grande expansão económica, não podia dispensar a escravatura. O Reino Unido, por seu lado, se empenhava, agora, na interdição do tráfico. Todos os seus interesses aconselhavam isto: a interferência dos traficantes portugueses na costa de África criava-lhe problemas; e o braço escravo tornava o açucar brasileiro competitivo no mercado internacional, com prejuízo das suas colónias nas Índias Ocidentais. O Império teve de ceder. O efeito imediato foi a libertação dos enormes capitais investidos no tráfico". Como resultado da abolição definitiva da escravatura e da intensificação da emigração estrangeira depois da independência, contamos

com a entrada de mais de 5,8 milhões de imigrantes, entre 1820 e 1960.

Sobre a importância desta emigração para a antiga colónia, diz-nos Sousa (2013, 21*):* "durante três séculos, entre 1500 e 1822, Portugal colonizou o Brasil, povoou e ocupou o território, cultivou a terra e explorou o subsolo. (...). A partir de 1825 - 1826, estabelecida a paz entre os dois países atlânticos, os portugueses que saem para o Brasil passam a deslocar-se para um país estrangeiro. A corrente emigratória é a mesma, o território e a língua são os mesmos, os 'laços de sangue' permanecem, mas a natureza jurídica e o estatuto social dos que emigravam passou a ser distinta''. Tal corresponde à pressão da situação económica e social do país alimentada, sobretudo nas áreas mais densamente povoadas, por uma estrutura fundiária de pequena dimensão e pela ausência de outras oportunidades na indústria e nos serviços. Outros continuaram também a seguir a rota dos seus antepassados, dirigindo-se para "um Brasil que crescia e, lentamente, procurava eliminar a mais pesada das suas realidades de ascendência colonial – a mão de obra escrava" (Serrão 1980, 89).

A consulta do trabalho de Arruda (2013, 14) ajuda-nos a compreender a evolução da emigração portuguesa para este destino depois da sua independência: "o Brasil, pelo contrário, mudou substancialmente seu estatuto, transitando da condição de colônia, parte do Império português, para a de Estado independente e soberano. Esta contingência histórica fez com que os mesmos portugueses que por séculos haviam se deslocado através do oceano para a porção mais atlântica da América meridional se transmutassem, como num passe de mágica, da condição de colonos para a de imigrantes, sem que seus deslocamentos tivessem sofrido qualquer tipo de constrição, ou que sua identidade fosse substancialmente contestada".

Importa recordar que quando da entrada em vigor da ''Constituição da Monarchia Portugueza'', em 1822, foi estabelecida a existência de uma delegação do poder executivo neste território, nos termos seguintes (Art. 128º): "Haverá no reino do Brasil uma delegação do poder executivo, encarregada a uma Regência, que residirá no logar mais conveniente que a lei designar. Della poderão ficar independentes algumas províncias, e sujeitas imediatamente ao Governo de Portugal (...)".

Por sua vez a "Constituição Política do Império Brasileiro", de 25 de Março de 1824, estabelece (Art. 1º): "O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma Nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha à sua independência" (...); Art. 3º: O seu governo é monárquico, here-

ditário, constitucional e representativo. Art. 4º: A dinastia imperante é a do Senhor Dom Pedro I, actual Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil (...)''.

Com a independência do novo Reino e apesar da quebra da soberania política com a Coroa portuguesa, as relações entre a antiga colónia e Portugal mantiveram-se estreitas, registando-se até a intensificação de alguns movimentos de pessoas – resultantes da supressão da escravatura e do incremento da emigração – bem como da intensificação do comércio entre os dois países e das remessas dos imigrantes. Disso nos dá conta Oliveira Martins (1956, 250-251) ao evocar as palavras de Alexandre de Herculano de que "o Brasil é a nossa melhor colónia, desde que deixou de ser colónia nossa", realçando também ser "indubitável que, sem subsídios do Brasil pela exportação da indústria da cria de gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos".

À data, o sucesso dos "mineiros" (mais tarde, dos "brasileiros"), regressados ao seu país de origem, é assinalado por Rocha-Trindade (1986, 145) que citando um texto de Alexandre, recorda: "A denominação de brasileiro adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia talvez que suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. [Alexandre Herculano, 1873]".

Esta a imagem da emigração tradicional de portugueses para o Brasil, um movimento que localmente foi essencialmente acolhido por razões demográficas ligadas ao povoamento, à vida rural, à pequena indústria que florescia no país, à necessidade material de recursos financeiros, que permitiu continuar o movimento dos pioneiros que tornaram possível o crescimento desse Reino.

Traços contemporâneos

A evolução da emigração portuguesa para o Brasil tem como marco recente a independência do território decorrente da saída da Coroa portuguesa de Lisboa, em Novembro de 1807 devido à ameaça das Invasões Francesas, e o processo subsequente que culmina em Setembro de 1822 com a declaração do "grito do Ipiranga" – independência ou morte - e a proclamação da independência deste

Reino. De acordo com um texto do M. R. E. (1969, 11), o "primeiro reinado representa a tentativa dos interesses reinóis, não proscritos nem vencidos completamente, de envolverem o poder". Tal não impede a continuidade da emigração para país, que acompanha a marcha do regime esclavagista nos seus últimos anos e incentiva a entrada de mão-de-obra estrangeira à medida que as restrições a este trânsito se acentuam, especialmente depois da sua abolição.

No Brasil independente diversificam-se relações com diversos estados europeus dando-se inicialmente atenção à ocupação do solo e ao desenvolvimento das actividades produtivas. A política imigratória do novo país assenta, então, no acolhimento de braços, com a aceitação dos muitos indiferenciados que se acolhiam no mundo rural ou já no meio urbano em sinal de entrega ao seu destino ou ao futuro que lhe era reservado pelos patrões no comércio, nos serviços ou na indústria.

Depois da sua independência a emigração portuguesa para este país continua a assumir traços do movimento anterior, assim descritos por Serrão (1980, 90): "decide-se partir para o Brasil como se ele ainda fosse ou funcionasse como colónia, não havendo consciência clara, ao nível das massas rurais de emigrantes em potência, de que a conjuntura, então, era já outra. Emigra-se na intenção de enriquecer depressa para regressar à Pátria, transformado em 'abastado' brasileiro' (...)".

Prossegue, afirmando (loc. cit.): "No seio de uma família rural minhota ou beirã, proprietária ou arrendatária de uma pequena parcela de terra, parte dos filhos machos não cabem nos acanhados limites da exploração familiar. Deitando contas à vida, os pais vendem ou hipotecam alguns dos seus bens para pagar as viagens e mandam os filhos para o Brasil que assim – e só assim – têm possibilidade de tentar uma vida nova. Eles partem ou antes dos catorze anos, para se eximirem às leis do recrutamento militar, ou entre os vinte e os trinta anos. Esta emigração masculina e jovem vai recomendada a parentes e desembarca no Recife, na Bahia, sobretudo no Rio de Janeiro (praças comerciais dominadas por portugueses), por onde fica, dedicando-se, predominantemente, ao 'negócio' (...)".

Este é o relato de uma experiência ditada pelas condições naturais e fundiárias, das condições de vida e das razões que alimentam este movimento em áreas de forte densidade populacional e na vigência de um regime de morgadio que obriga à exportação de emigrantes para além-mar. A estratégia de sobrevivência das famílias rurais passa não só pela procriação de uma prole abundante, necessária para a manutenção dos postos de trabalho que asseguram a empresa de exploração familiar, como ainda pelo seu envio para o estrangeiro garantindo

a fonte de remessas indispensáveis à sua sobrevivência futura.

O grande volume de saídas e a pressão interna para o acolhimento de novos imigrantes leva a regular o respectivo movimento. Assim o assinala Carvalho (1875, 444), do qual transcrevemos o excerto de um dos regulamentos relativos à emigração espontânea:

> "INSTRUÇÕES DE 23 DE NOVEMBRO DE 1861- Favores que o governo concede aos emigrantes esponaneos, que chegarem ao porto do Rio de Janeiro e se quizerem estabelecer nas colonias do Estado.
>
> 1º Os colonos são considerados espontaneos, e sem obrigação de divida para com o governo.
>
> 2º Os emigrantes, portanto, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, ficam perfeitamente livres para seguirem qualquer destino e se estabelecerem como lhes aprouver á sua propria custa, e sem o menor embaraço por parte do governo imperial; e tambem sem direito de exigirem d'este subvenções e auxilios pecuniarios, ou algum dos favores abaixo declarados.
>
> 3º Aquelles, porem, que dentro de 24 horas declararem a bordo dos navios que os transportarem, que desejam ir para qualquer das colonias do governo, comprando terras para se estabelecerem como pequenos proprietarios, gozarão dos seguintes favores:
>
> § - 1º Serão recolhidos á hospedaria da ilha do Bom Jesus, e ahi gratuitamente sustentados e tractados em suas enfermidades, e á custa do governo, até que possam seguir para a provincia e colonia que tiverem escolhido para seu estabelecimento. Os que não quizerem ir para as colonias poderão ser recolhidos á hospedaria, se o desejarem; mas pagarão as despezas que fizerem. As colonias do governo que são postas á disposição dos emigrantes de que tracta esta condição, são estabelecidas nas provincias do Espirito Santo, Minas Geraes, Santa Catharina e Paraná.
>
> § - 2º Serão transportados com suas bagagens, e tambem gratuitamente, para qualquer das ditas colonias, e este transporte se fará com a menor demora possivel.
>
> § - 3º Depois da sua chegada ao Rio de Janeiro e emquanto permanecerem a bordo ou na hospedaria da ilha do Bom Jesus, á espera do vapor que os leve a seu destino ulterior, poderão communicar livremente com os agentes diplomaticos e consulares de suas nações, ou com quaesquer outras pessoas. A Associação Central de Colonisação lhes facultará os meios que tiver para se transportarem da ilha á cidade, e vice-versa, nos dias para esse fim marcados. Fóra d'aquelles dias, e em outras horas que não sejam designadas para esse serviço, poderão vir á cidade á sua custa, quando e como quizerem."

As condições estipuladas em relação à população deslocada inclui ainda as regras

de fixação no destino, a saber (loc. cit.):

> "§ - 4º Na colonia a que destinarem serão recebidos e alojados provisoriamente, até se installarem em seus respectivos lotes de terra.
> § - 5º Receberão, a titulo de venda, um lote de terras se 125 mil braças quadradas, ou de metade d'esta área, conforme preferirem, á razão de tres reaes a braça quadrada, a prazo de seis annos, e sendo o seu preço pago em quatro prestações eguaes, a contar do segundo anno do seu estabelecimento. Os filhos maiores de 18 annos terão direito a lotes eguaes, e com as mesmas condições, se os chefes das famílias a que pertencem assim o requererem.
> § - 6º Os lotes de terras serão entregues medidos e demarcados, e com uma casa provisoria de dimensões sufficientes para uma família, e com uma derrubada de 1:000 braças quadradas.
> § - 7º Receberão por adiantamento os instrumentos agricolas mais necessarios, e as sementes para as suas primeiras plantações; bem como, se não tiverem meios de subsistência, o sustento por seis mezes, quando não haja na colonia trabalhos publicos ou particulares, em que se possam empregar a fim de proverem as necessidades da vida. Fica expressamente declarado que os adiantamentos de diarias, ou alimentos, cessarão de todo findos os seis mezes, ou mesmo antes d'esse tempo, logo que os emigrantes tiverem os meios precisos para dispensarem um tal auxilio, ou não se empregarem no cultivo das terras que lhes forem distribuidas.
> 4º - Os colonos poderão se naturalisados ao fim de dous annos, e serão isentos do serviço militar, menos do da guarda nacional dentro do municipio, nos termos do art.17º da lei de 18 de setembro de 1850 (...)".

Muitos dos antigos colonos saídos anteriormente do Reino de Portugal, tornam-se agora imigrantes no Reino independente e mais tarde República (em 1889). Neste processo o desenvolvimento deste território do continente americano constituiu, desde meados do século XVI e até aos primeiros anos da passada década de 60, o principal destino da emigração transoceânica. Neste período alargado diversas alterações foram introduzidas, nomeadamente no que respeita às condições de transporte, responsáveis pelo grande afluxo de população a este território.

De acordo com Serrão (1980, 93 – Quadro I) as condições de transporte oferecidas aos portugueses e aos imigrantes de outras nacionalidades desembarcados no porto de Rio de Janeiro, foram as seguintes: entre 1870 e 1874, num total de 237 navios nacionais entrados neste porto, 237 eram veleiros e apenas 10, a vapor; dos 592 navios estrangeiros que aí deram entrada no mesmo período,

apenas 5 eram veleiros e os demais, navios a vapor. Sobre o comentário do cônsul português no Rio de Janeiro (op. cit., 94): "os vapores são ingleses e os navios à vela portugueses" observa o autor: "isto significava, além do mais, que a batalha perdida do desenvolvimento económico do País, estava em vias de perder-se também no longínquo Brasil e nas rotas que a ele transportavam portugueses cada vez mais pobres e cada vez com menores probabilidades de repetiram o 'milagre' da abastança mais ou menos rápida".

Na época as tentativas de avançar com a revolução industrial em Portugal não logravam vencer as resistências impostas pela burguesia dominante (Godinho, 1977, 165), assentes na exploração fundiária e recursos oriundos de várias partes do antigo império. Daí o atraso no desenvolvimento do território e da sociedade portuguesa, a persistência do seu carácter rural e o analfabetismo dominante, travão do nosso desenvolvimento económico, que persistiu considerável até meados do século passado.

Grupos de imigrantes mais numerosos entrados no Brasil

País de origem	*Período*	*Total*
Portugal	1837/1968	1766771
Itália	1836/1968	1620344
Espanha	1841/1968	719555
Alemanha	1836/1968	257457
Japão	1908/1968	243441
Rússia	1871/1968	119215
Áustria	1868/1968	98457

in Barbosa, 2003, 194

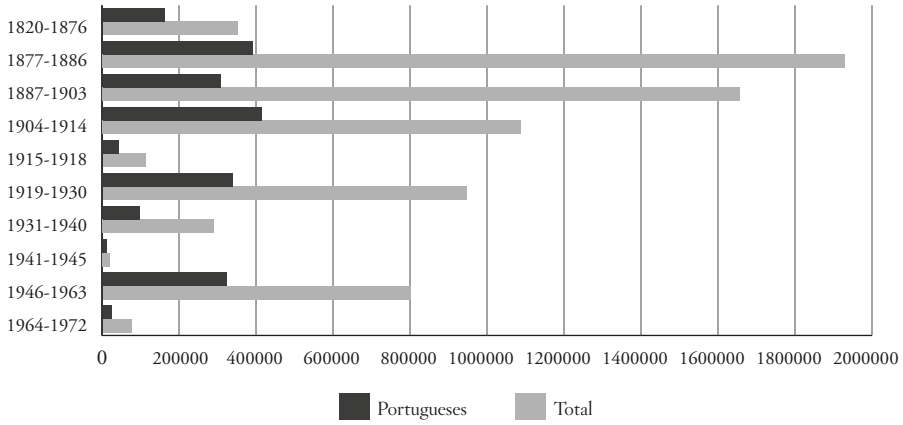
Por razões que se prendem não só com a evolução económica dos países do ultramar, mas ainda com as necessidades de mão-de-obra sentidas na Europa, os novos destinos da emigração portuguesa, traçados desde os finais do século XIX, alteraram-se no decurso do século XX, conduzindo à redução drástica da emigração transoceânica em detrimento da emigração intra-europeia. Para tanto terão contribuído a proximidade e as facilidades de transporte, os melhores salários e nível de vida que vieram a fomentar estas saídas em direcção aos países do ocidente europeu.

Como foi notado, tendo em conta as características desta mão-de-obra, fra-

camente especializada e ocupada essencialmente no mundo rural, o movimento alastrou a todas as regiões do país contribuindo para engrossar os contingentes de emigrantes portugueses que se espalharam pelos mais diversos países do continente americano. Já depois da primeira guerra mundial e depois da participação das tropas portuguesas nas trincheiras da Flandres, aumentou a emigração para o velho continente, sendo os países europeus a assumir o papel outrora desempenhado pelo Brasil no acolhimento dos imigrantes portugueses.

Já durante o século XX, quase meio milhão de portugueses saíram para o Brasil desde o início do século e até ao início da 1ª grande guerra mundial, representando quase ¾ da emigração portuguesa durante esse período; mais de 200000 voltaram a fazê-lo após o termo desse conflito armado e até ao início da crise económica dos anos trinta; quase 90000, entre 1931 e 1940. Este valor voltou a aumentar durante os primeiros anos da segunda metade de Novecentos, até 1963, data em que as saídas para o Brasil foram definitivamente ultrapassadas pela emigração transoceânica, em queda desde então.

Imigração estrangeira no Brasil



Com as reservas inerentes a este tipo de estimativa, a evolução crescente da imigração neste país é elevada até à crise do café dos anos vinte, mantendo-se em baixa durante a crise económica da década de trinta com o estabelecimento do regime de "quotas", em 1934. Antes ainda da primeira grande guerra mundial, face ao elevado valor da mão-de-obra nacional desempregada e ao excesso de trabalhadores estrangeiros, sobretudo indiferenciados, acolhidos nas décadas anteriores, o Brasil sente a necessidade de restringir essa imigração a agricul-

tores e a técnicos de indústrias rurais. Tal é acentuado após o segundo conflito mundial em que o governo reassume a celebração de diversos convénios de imigração, nomeadamente com Itália (em 1950), com os Países Baixos (em 1950) e mais tarde com o Japão e Espanha (em 1960).

O referido movimento corresponde a um novo incentivo de povoamento do território, já representado na população imigrante destas nacionalidades e aí residente desde os finais de Oitocentos e o início de Novecentos, como sucede com os japoneses, cuja presença na área de São Paulo é conhecida desde 1908 (IGBE)[32]. No que à população portuguesa diz respeito a sua evolução durante a década de trinta e quarenta antecede a última vaga da emigração transoceânica registada de Portugal para o seu destino preferido: o Brasil, ocorrida até meados do século passado. A intensificação da emigração intra-europeia foi uma das causas responsáveis por esta mudança.

Estatísticas do povoamento – imigração por nacionalidades (1884-1933)[33]

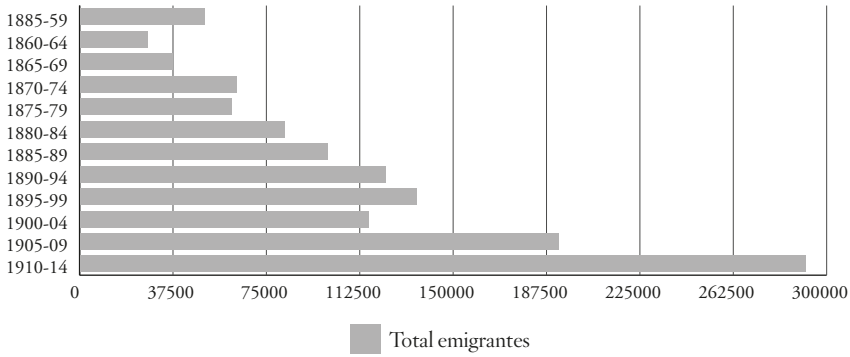
Nacionalidade	*1884-93*	*1894-03*	*1904-13*	*1914-23*	*1924-33*	*1945-49*	*1950-54*	*1955-59*
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723	5188	12204	4633
Espanhóis	113116	102142	224672	9477	52405	4092	53357	38819
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177	15312	59785	31263
Japoneses	-	-	11868	20398	110191	12	5447	28811
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650	26268	123082	96811
Sírios e Turcos	96	7124	45803	20400	20400	-	-	-
Outros	66524	42820	109222	51493	164586	29552	84851	47599
Total	883668	852110	1006617	503981	717223	(...)		

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000) - *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, 226

A fraca especialização da população portuguesa, ainda predominantemente iletrada e encarada como menos apta aos processos de mecanização agrícola e de colonização moderna exigida pelo estado brasileiro, bem como a "tensão cultural (que incluiu vagas de nacionalismo antilusitano)" decorrente da política de "assimilação forçada" (Villas Bôas e Padilla, 2007, 405), posta em prática pelo regime de Getúlio Vargas (1937-1944), põem em causa este movimento. Registam as mesmas autoras (loc. cit.) que, com base "a perspectiva luso-brasileira de Freyre tornar-se-ia matriz no Governo Vargas e, em 1939, os

portugueses foram excluídos do regime de quotas pelo Conselho de Imigração e Colonização" sendo que, a partir de então (loc. cit.) "os portugueses, ao abrigo da política e legislação imigratórias, foram praticamente tornados cidadãos nacionais sem precisarem de abdicar da sua nacionalidade de origem (1993)"[34].

Emigração portuguesa total (1885-1914)



Apesar destas medidas verifica-se o decair gradual das saídas para este país sendo que o seu registo máximo ocorre em 1952, com 41,5 milhares de emigrantes, reduzindo-se substantivamente desde então. A evolução da população de origem portuguesa aumentou ainda até aos anos setenta (Levy, 1974, 58), orçada então em 437000 indivíduos, mas desceu para 392661 e 263610 emigrantes respectivamente em 1980 e em 1991.

Proporção de população estrangeira no Brasil, segundo as principais nacionalidades, nos censos de 1920, 1940, 1950 e 1970

Censos	*Port.*	*Ital.*	*Espan.*	*Alem.*	*Japo.*	*Outros*	*%*	*Total*
1920	27,69	35,66	13,99	3,38	1,79	17,50	100	1565961
1940	27,04	23,13	11,42	6,90	10,28	21,23	100	1406342
1950	27,75	19,96	10,84	5,42	10,64	25,39	100	1213974
1970	35,63	12,43	10,59	4,21	12,53	24,61	100	1229122

in Levy, 1974, 58

Recorde-se que o regime de quotas para a imigração estrangeira estabelecida na Constituição de 1934 (Capítulo I) - "A Nação brasileira, constituída pela união perpetua e indissoluvel dos Estados, do Districto Federal e dos Territorios em

Estados Unidos do Brasil, mantém como fórma de governo, sob o regime representativo, a Republica federativa proclamada em 15 de novembro de 1889" - refere ainda que (Art. 121 –j): "§ 6.º A entrada de immigrantes no territorio nacional soffrerá as restricções necessarias á garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do immigrante, não podendo, porém, a corrente immigratoria de cada paiz exceder, annualmente, o limite de dois por cento sobre o numero total dos respectivos nacionaes fixados no Brasil durante os ultimos cincoenta annos".

A quebra gradual desta procura leva à sua expressão mais reduzida a partir dos anos sessenta quando a corrente emigratória de carácter transoceânico é ultrapassada em Portugal pela emigração intra-europeia, o que sucedeu a partir de 1963, data em que as saídas do Continente para o Brasil baixaram para 11,281 milhares (13,5 milhares em 1962) e as saídas para França ascenderam a 15,223 milhares (contra 8,245 milhares no ano anterior), movimentos que prosseguiram no mesmo sentido nos anos posteriores. Por sua vez o total de saídas para as Américas ascendeu a 14,749 milhares; as saídas para a Europa ultrapassaram os 17 milhares; para África, quedaram-se em 708; para a Austrália, em 106 e para a Ásia a 19.

No mesmo ano de 1963, num total de 6896 emigrantes, registou-se o predomínio da emigração para o Canadá: 1,9 milhares; os EUA: 1,3 milhares; o Brasil: 1,2 milhares e ainda para a Venezuela: 1,8 milhares, com saídas residuais para as Antilhas Holandesas e a Bermuda, de 114 e 83 emigrantes, respectivamente. A transição da corrente da emigração transoceânica para a emigração europeia está plasmada nos dados do Boletim da Junta da Emigração (1965, 29) que registam, para além dos valores da emigração anual entre 1961 e 1965, a sua distribuição por continentes. Aí se verifica o aumento dos valores globais de saídas e o incremento do fluxo europeu em detrimento da emigração para as Américas.

Emigração portuguesa para o Brasil (1915-1954)

	Áf. Sul	*Argent.*	*Brasil*	*Canadá*	*EUA*	*Venezuela*	*Ant. Hol.*
1915-19		921	55710		29844		
1920-24		5917	110355		35745		
1925-29		13646	123300		3993		
1930-34		4147	31054		3257		
1935-39		4227	54636		3535		
1940-44	164	728	20920		1277		
1945-49	500	1302	39780		3303	1533	1215
1950-54	1810	6938	145867	1699	5569	15173	2702

Esta situação acompanha a evolução da emigração para a Europa oriunda dos países mediterrânicos do norte de África e do sul da Europa traduzidas nas grandes vagas de saídas legais, controladas pelas autoridades nacionais e das saídas clandestinas, não controladas pelo Estado, em direcção a estes países; a sua distribuição pelas bacias mineiras, urbanas e de serviços que à data estavam em fase de crescimento e de expansão no velho continente; o surgimento de movimentos sociais complexos ligados à presença de população estrangeira e à sua relação com a situação do mercado de (des)emprego. A história recente da emigração intra-europeia está repleta de situações desta natureza.

A situação anterior pode ser comparada com a actual, assim descrita pelo Observatório da Emigração (2015, 29): "A estagnação do crescimento económico em Portugal que se seguiu à entrada no Euro, a consequente pressão depressiva sobre o investimento público e o aumento do desemprego traduziram-se num crescimento da emigração nas duas primeiras décadas do século XXI. Esse crescimento seria interrompido com a crise de 2008 e regressaria, agora com mais intensidade, a partir de 2010". Prossegue o mesmo documento assinalando (loc. cit.):

> "Os efeitos da crise sobre o volume da emigração portuguesa variaram ao longo dos últimos anos. Numa primeira fase, entre 2008 e 2010, a natureza global da crise financeira e, em particular, o seu impacto no emprego em Espanha, então o principal destino da emigração portuguesa, traduziram-se num decréscimo da emigração portuguesa. Desde 2010, com a natureza assimétrica da chamada crise das dívidas soberanas e os efeitos recessivos das políticas de austeridade, a emigração passou a crescer mais do que antes da crise, estabilizando entre 2013 e 2014 na casa das 110 mil saídas ano, valor da ordem dos observados nos anos 60/70 do século XX. Hoje Portugal é, sobretudo, de novo, um país de emigração."

Esta descrição põe em evidência os traços recentes da emigração portuguesa que não tendo sido possível atenuar em momentos anteriores progride no território, debilita a sociedade e evidencia a falibilidade das políticas sociais e económicas, nomeadamente as de âmbito regional, incapazes de inverter, de forma duradoura, este movimento secular.

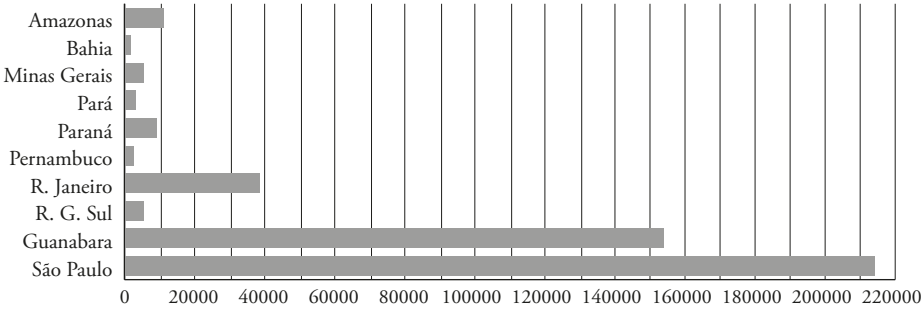
A variação da emigração transoceânica no território traduz-se numa quebra de saídas, sobretudo nas áreas mais densamente povoadas do norte e do centro do país - as que então apresentavam maior densidade demográfica -, ou mesmo nas ilhas dos Açores e da Madeira. Esta evolução testemunha a tradição deste

movimento no Minho e em Trás-os-Montes, nas Beiras ou mesmo no Algarve, à data os primeiros centros de recrutamento da população emigrante. Esta tendência foi igualmente sentida em relação ao total de saídas uma vez que, entre 1950 e 1988, quase metade das saídas oficiais registadas no continente português foram provenientes dos distritos do Porto, Aveiro, Viseu, Braga e Viana do Castelo e ainda dos Açores e da Madeira.

Por sua vez a sua distribuição no território brasileiro assinala três núcleos principais desta presença: Estado de São Paulo: 214021 portugueses em 1970 e os Estados de Guanabara e de Rio de Janeiro, com 153834 e 38349 portugueses respectivamente. Nos demais, essa presença faz-se igualmente notar sendo menos acentuada em função da quebra de antigas correntes emigratórias registadas em épocas de maior expansão económica e de maior interesse por parte dos emigrantes nacionais.

Como observa M. B. Rocha-Trindade (2015, 400), a geografia da sua distribuição neste território "serve de indicador para o entendimento dos lugares seleccionados pelas populações que intencionalmente os foram procurando, associando-os residencialmente por cada época em que as escolhas foram realizadas". Acrescenta a autora que tal traduz, "ainda, as condições laborais então oferecidas aos que procuraram o seu nicho regional e, posteriormente, revela as formas de interacção que foram estabelecidas e os tipos e os modos de associação realizados, reflectindo objectivos que se tiveram em mente e caracterizam, através de quem os gizou, tanto os programas de acção a desenvolver como os públicos-alvo seus destinatários".

Distribuição dos portugueses no Brasil (1970)



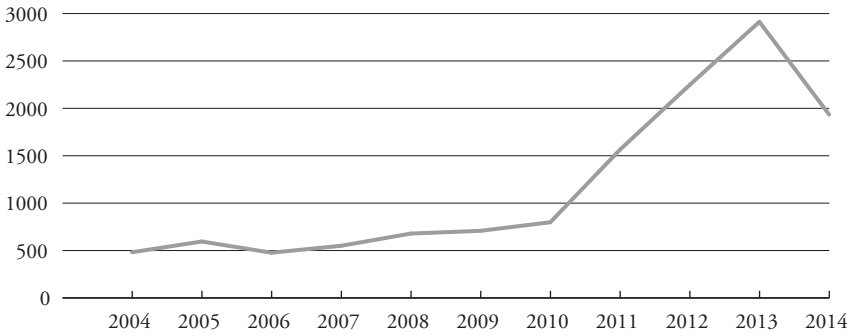
in Levy, 1974, Tabela 7

Não sendo necessário reter outros aspectos desse movimento é bom considerar o contributo desta população emigrante, senão como impulsionadora da criação das Santas Casas, pelo menos como beneficiários das mesmas. De facto se é certo que o Brasil foi o "Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas", como escreveu Alexandre Herculano (*in* Serrão, 1976) referindo-se aos muitos emigrantes portugueses que aí desembaraçaram, temos igualmente conhecimento dos que lá viveram pobres e mendigos, sepultados por acção destas obras de caridade, a expensas destas Irmandades ou de outras instituições de solidariedade.

Como sucede noutras situações, o fracasso do projecto emigratório brasileiro ficou fechado no baú das más recordações do emigrante ou da sua família (Cortesão, 1980, 97): "Ó Brasil, terra de enganos,/ Quantos lá vão enganados; / Tantos lá vão por três anos / E lá ficam sepultados". A viagem por vários locais do território nacional, especialmente nas regiões norte e centro do país, bem como a visita a templos religiosos construídos na época do surto da emigração brasileira fazem-nos esquecer estas agruras e as dificuldades sentidas por alguns compatriotas. Os solares e as casas dos brasileiros, as talhas e os dourados dos altares, a natureza das suas imagens ou a edificação de templos sugerem uma imagem de sucesso, de prestígio e de posses dos emigrantes que trocaram a terra lusa pelas terras de Santa Cruz. No decurso das últimas décadas o inverso também se registou.

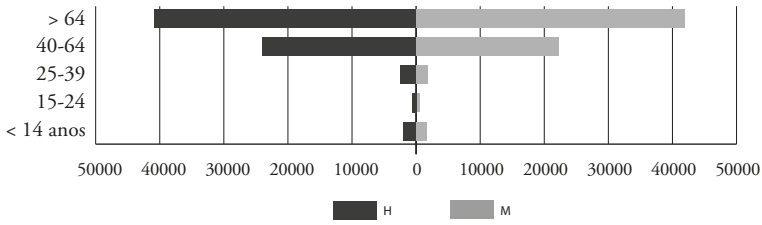
Sintetizando as relações comuns e a mobilidade da população no espaço luso-brasileiro, sobretudo depois da independência deste novo país, regista M. B. Rocha-Trindade (2015, 496) que "divergem a partir de então as duas soberanias, sem que se pudesse negar as estreitas afinidades mantidas entre os dois reinos e entre os respectivos governantes e aristocracias". E no decurso do século passado (loc., cit.), "Esse tipo de relações manteve-se e renovou-se com o correr das décadas: opositores portugueses ao regime de Salazar encontraram refúgio no Brasil, sendo, anos mais tarde, igualmente o caso de governantes e empresários conotados com aquele regime, após a sua queda em 1974. Em sentido contrário, democratas brasileiros vieram para Portugal durante os anos difíceis da ditadura brasileira (...)".

Emigração portuguesa para o Brasil (2000-2014)



Os dados mais recentes da presença de portugueses no Brasil registam que num total de 190,755 milhões de habitantes, os portugueses ascendiam a 137973 milhares em 2010[35] (263609 em 1991 e 213830 em 2000). Esta distribuição não considera os luso-descendentes com nacionalidade brasileira. Mesmo assim ilustram, no presente, a dimensão deste fenómeno e as razões de uma preferência baseada na proximidade linguística e cultural, nalguns sectores de igual interesse económico e científico que faz aproximar estes dois países em várias instâncias internacionais, nomeadamente no âmbito da C.P.L.P. onde partilham interesses comuns com outros países de língua portuguesa.

Estrutura etária da população de origem portuguesa no Brasil (2010)



Por sua vez, os dados contidos nos registos consulares de Portugal (PT) no Brasil (DGACCP) dão conta de um acréscimo de população nascida no nosso país:

Ano	*Nascidos em PT*	*Total de portugueses*
2008	384255	493227
2009	394026	524847
2010	406242	552264
2011	425449	546713
2012	425396	558737
2013	n.d.	n.d.
2014	n.d.	n.d.

Os estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, revistos em Lisboa no ano de 2007[36], estabelecem:

> Artigo 1º (Denominação): "A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros."

Por sua vez, o Art.3º: (Princípios Orientadores), define o seguinte:

> "1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:
> a) Igualdade soberana dos Estados membros;
> b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
> c) Respeito pela sua identidade nacional;
> d) Reciprocidade de tratamento;
> e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
> f) Respeito pela sua integridade territorial;
> g) Promoção do Desenvolvimento;
> h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.
> 2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos."

Os domínios específicos da sua actuação dizem respeito às relações internacionais; cooperação nas áreas da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social e na materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, no espaço lusófono e fora dele.

Das Outras saídas para a América do Sul

Entre os destinos da emigração transoceânica portuguesa, o Brasil foi o principal país de acolhimento. Contudo apesar dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas e da vastidão do território brasileiro vicissitudes várias, nomeadamente as que se relacionam com a união das coroas ibéricas, conduziram à saída de portugueses para novos destinos, então pertença da coroa espanhola. No continente sul-americano, da Patagónia às ilhas do Caribe, vamos encontrar memórias de correntes distintas desta emigração transoceânica.

No seu contexto meridional o comércio, a agricultura, a exploração de recursos naturais e a defesa de interesses estratégicos alimentam esses movimentos. Na área tropical foram as plantações que acolheram cristãos-novos e judeus refugiados da Inquisição. Depois de D. Manuel ter obrigado os Judeus, expulsos de Castela (em 1492), a "abraçar a Religião Cristã" (Serrão, 2006.2, 232), estes refugiam-se na Europa, em África e mais tarde no novo continente. Sendo herdeiros de uma cultura comercial e monetária estabelecem importantes redes de negócios e praças representativas dessa presença. A estes e quando as necessidades de mão-de-obra assim o exigiram, juntam-se colonos das ilhas e uma população negra capturada essencialmente na costa africana.

Estes são movimentos datados no tempo e circunscritos a etapas distintas de um mesmo processo civilizatório (Darcy Ribeiro) em que portugueses e espanhóis, franceses e holandeses, ingleses, alemães e outros europeus, antecipam as novas vagas de emigrantes asiáticos que aí se acolheram.

Bordo setentrional e Caribe

A presença de população portuguesa em locais do continente sul-americano, nomeadamente nos dependentes da coroa de Castela, intensificou-se durante

a união dinástica. Tal deve-se aos Filipes e à permissão concedida aos cristãos novos residentes em Portugal para se radicarem em territórios espanhóis, oportunidade que foi aproveitada levando à sua fixação em territórios vizinhos da colonia brasileira. Importa recordar a acção do Santo Ofício no Brasil e no Reino, para entender o acréscimo de saídas de cristão novos e judeus sefarditas para outras partes do globo, nomeadamente para os territórios de Espanha, como a Venezuela, colonizada pelos nossos vizinhos ibéricos. Aqui a resistência dos nativos, a superioridade bélica e as doenças transmitidas pelos europeus nestas paragens, permitiu que essa presença continuasse no tempo até à declaração de independência no início de Oitocentos.

A chegada dos primeiros emigrantes a este território operou-se ao tempo da dominação espanhola e da concessão de Carlos V a famílias alemãs, e mais tarde a holandesas, para colonizarem o território venezuelano. Tal está na origem da importação de escravos africanos para as plantações de café e de cacau ou já para a extracção mineira. No que à população portuguesa diz respeito o movimento terá crescido no início de Novecentos após a crise vinícola na Madeira, o que leva à saída de madeirenses para o Brasil e para as terras de Simão Bolívar. Outros fazem-no para as Caraíbas e Antilhas Holandesas, para a costa nordeste e oeste dos EUA, para as ilhas Sandwich (Hawai), para Trinidad e Tobago ou já para Illinois e outras paragens norte-americanas.

A propósito da emigração madeirense, assinala Ferreira (2006/7): "Madeiran emigration to Trinidad started in 1846, eleven years after the first ever Portuguese emigrant workers to the Caribbean left the Azores for Trinidad. In this our 165th anniversary, we remember those who left the Pearl of the Atlantic to start a new life, including agricultural workers, religious refugees, small traders, those following family members and friends, those fleeing militar service, and all those who came for other reasons".

A partir da segunda metade do século XIX, com o início da exploração petrolífera na Venezuela, abrem-se as portas à imigração de diversas nacionalidades, que não só à imigração de espanhóis e de portugueses que visitavam o território desde longa data. Embora numericamente menos importante do que a emigração para os outros países do continente sul-americano, como a Argentina e em especial o Brasil, as saídas para a Venezuela distinguiram-se pelo seu carácter periódico, mas com reduzido volume. Dos primeiros portugueses aí residentes contam-se marinheiros e membros das tripulações das embarcações que seguem a rota das Caraíbas e da América Central.

De acordo com Xavier (2009, 172-175) a presença de portugueses neste país

abarca diferentes períodos que se terão iniciado durante a união ibéria e a colonização das colónias espanholas. Em tempo próximo:

> - "O período inicial estende-se desde a primeira lei de imigração de 1831 até ao ano de 1935. Durante este período Portugal encontra-se presente nas actividades de comerciantes e estrangeiros residentes que motivaram a criação de representações consulares na Venezuela."
> - "Entre 1935 e 1949, deu-se a segunda caracterização da presença portuguesa na Venezuela. Este período inicia-se com um processo de abertura política e de modernização do país, dando lugar à criação do Instituto Técnico de Inmigración y Colonización (1937), organismo que se dedicou à questão da imigração, sob a responsabilidade oficial, até à sua dissolução em 1948, fomentando desta forma uma relação directa entre o Estado e o cidadão imigrante."

Gozando de boa fama junto das autoridades locais (op. cit., 177), a chegada de novos imigrantes oriundos do Curaçau ou já da Ilha da Madeira vai permitir que no período posterior ao da segunda guerra mundial, quando a Venezuela decide abrir as suas portas à imigração estrangeira, esta venha a engrossar. O arranque deve-se à situação ainda vigente na Europa no termo deste conflito armado e à exploração petrolífera local, que oferecia condições de trabalho e de desenvolvimento nacional. Daí que muitos dos emigrantes madeirenses e outros já ocupados nas refinarias de Curaçau, tenham optado por este país num movimento iniciado quando da paragem dos "barcos negros da Shell" no porto do Funchal[37].

Por esta via mais de 7,7 milhares de madeirenses terão embarcado com destino ao Curaçau. Anos mais tarde foi a população madeirense que se transferiu para a Venezuela, quando as condições de trabalho e de negócio se mostraram mais benéficas (Nascimento, 2009).

Refere o Correio da Venezuela[38] que "Em 1941, os portugueses demonstraram entusiasmo pelo país ao chamar os seus familiares, o que fez pensar na chegada de lavradores e operários de todas as regiões de Portugal para se instalarem com as suas famílias nas agrestes terras venezuelanas", movimento que tem seguimento nos anos seguintes.

É no século XX que esta emigração é mais significativa, principalmente nas décadas de quarenta e cinquenta, quando os emigrantes saem principalmente da Madeira e da zona Norte de Portugal. Os dados recolhidos junto de fontes oficiais portuguesas registam menos de um milhar de emigrantes anuais, entre 1945 e 1950. Em 1950, esse valor superou os três milhares, número que tendo

decrescido nos anos seguintes — 1542 emigrantes anuais em média, em 1951 e 1952 —, reflecte o maior interesse por estas paragens. Comprovam-no as cerca de 5508 saídas registadas em 1954, e sobretudo em 1955 - 5718 emigrantes -, coincidindo com o máximo da emigração oficial portuguesa para a Venezuela. A restrição a novas entradas de emigrantes, salvo o reagrupamento familiar, torna esse movimento decrescente a partir da 2ª metade de cinquenta.

De acordo com o relato de Xavier (2009, 172-175), durante o terceiro período da imigração estrangeira na Venezuela, "que termina com a desvalorização da moeda nacional em 1983, o estatuto de estrangeiro é referido novamente nas entradas, as quais adquiriram múltiplas características. O governo aplicou uma política de 'portas abertas' com base em decretos e circulares emitidos em 1954 e 1955. A década de 50 significa assim a entrada de qualquer estrangeiro 'transeunte' com menos de 35 anos, com boa saúde e sem antecedentes penais. Na década seguinte, dá-se a abolição dos vistos de 'imigrante' e o aumento de 'turistas' acompanhando ou não familiares 'residentes'".

A abertura vai colidir com a recessão económica e as pressões internas relacionadas com o aumento do desemprego, conduzindo às limitações de entrada de novos estrangeiros. Já no "último período desta cronologia começa com a crise económica e energética de 1974 que originou no país uma grande entrada de dinheiro, 'ambiciosos planos governamentais' e um novo auge da imigração proveniente, na sua maioria, da América Latina. Esta foi uma imigração política, económica, solidária, clandestina e incontrolada, de acordo com a procedência e situação dos que chegavam" (loc. cit.).

Naturais do continente, mas sobretudo do distrito do Funchal, as saídas para este país prosseguem a um ritmo moderado durante mais de três décadas, tendo atingido, entre 1955 e 1974, os 75211 emigrantes, dos quais 58.5% naturais da região autónoma da Madeira, em particular os residentes na sede do seu distrito, de onde partiram os maiores contingentes. De facto, se tivermos em conta o movimento de saídas oriundas desta região autónoma, verifica-se que desde o início dos anos cinquenta e até 1976, a emigração para a Venezuela mantém-se a um ritmo regular, entre um e dois milhares de emigrantes/ano.

Legalmente ou através de intermediários, "que a troco das suas diligências, cobravam aos requerentes elevadas quantias", as saídas para a Venezuela são incentivadas através de ligações com o Brasil (Junta da Emigração, 1953, 106), em virtude da maior facilidade de obtenção de contractos de trabalho, alguns deles ilegais. Outras saídas provieram de Curaçau, local onde anteriormente alguns emigrantes madeirenses estavam empregavam na indústria petrolífera.

Trata-se, aliás, de mais um exemplo da emigração por etapas, que outros estudos em pormenor poderiam acentuar e onde a presença dos emigrantes mais antigos teve um papel preponderante no encaminhamento dos novos fluxos migratórios. Este é um traço comum da emigração portuguesa registado em ambos os movimentos: transoceânico e intra-europeu.

Os dados referidos por Rodriguez (1959) dão conta dessa variação, representando uma parcela reduzida do total de estrangeiros residentes no país.

1941	648	portugueses	47704	estrangeiros
1950	10798	"	194145	"
1961	40356	"	461584	"
1971	60430	"	596455	"
1981	93029	"	1074629	"

in Rodríguez, Froilan, (1959) – La historia de los portugueses en Venezuela (1959) de Miguel Acosta Saignes, 13

De acordo com fontes locais, em 1950 viviam na Venezuela cerca de 10954 portugueses (8% do total da população estrangeira), valor que na actualidade pode orçar as três centenas de milhares. Das actividades preferidas por esta população destaca-se a agricultura e o comércio - padarias e restaurantes -, propriedade de portugueses ou dos seus descendentes.

Dos cerca de 27,1 milhões de habitantes residentes neste país em 2011[39] e relativamente aos 1,156 milhões de cidadãos nascidos no estrangeiro, a população nascida em Portugal arrolada pelos serviços de estatística oficiais, indicam os valores seguintes:

2011	37226;
2001	53477
1990	68277

Os registos consulares (DGACCP)[40] apresentam outros valores:

Ano	*Nascidos em PT*	*Total de portugueses*
2008	70186	104206
2009	26487	107791

2010	72410	112502
2011	80029	121939
2012	96509	144329
2013	n.d	n.d.
2014	n.d.	n.d.

De acordo com os dados do Observatório da Emigração (2015, 269), o total de portugueses nascidos e residentes na Venezuela baixou de 53477 em 2001 para 37326 em 2011 e a população de origem portuguesa residente no país baixou de cerca de 400 milhares em 2007, para 268,5 milhares em 2008, o que revela a importância dos movimentos de retorno à terra natal e de reemigração para outros destinos da imigração portuguesa. Esta quebra está suportada nos valores da emigração de nacionais para este país, que em 1979 ascendeu a 14, 526 milhares, 7,259 milhares em 1999 e apenas 532 em 2011.

A referência à emigração portuguesa para o bordo setentrional do continente sul-americano deve ser apreciado conjuntamente com as antigas saídas para as possessões francesas e holandesas situadas na mesma faixa litoral. Referimo-nos à Guiana, ao Suriname (actual República do Suriname, colonizada pelos Países Baixos) e à Guiana Francesa. A primeira era uma colónia destinada às plantações de açúcar e café para a exportação; a segunda, terra de disputa entre Portugal e França, sobretudo depois da saída da família real para o Brasil. Juntamente com as Caraíbas e as Antilhas, constituem um espaço conhecido pelo desenvolvimento das plantações tropicais e local de refúgio dos Judeus portugueses saídos do continente e de acolhimento de escravos africanos capturados pelas redes esclavagistas.

A história do povoamento destes territórios está marcada pelas vagas de escravos saídos de África e aí implantados no decurso do ciclo das grandes plantações. Quando da abolição deste regime, foram os mesmos substituídos por asiáticos ou ainda por portugueses que deram continuidade a este trabalho. A este respeito Ferreira (2006/07, 64) regista que em 1834, data da abolição da escravatura nestas paragens, "a group of 161 Azorean migrant laborers found their way from Fayal to Trinidad in July of that year". Os madeirenses terão chegado em 1835, operação interrompida no ano seguinte por decisão das autoridades portuguesas (op. cit., 65).

Razões de natureza religiosa podem ter acompanhado estas saídas como regista Heller (2008, 7): "esses judeus portugueses, ex-cristãos novos e seus descendentes, que formaram aquelas quatro expressivas comunidades no Caribe,

orgulhosos de sua origem portuguesa e decididos a manter a religião judaica reassumida recentemente, chegaram a representar parcelas importantes da população de colonos brancos da região".

Outros relatos confirmam a presença de Judeus portugueses nestas paragens (Silva, 2011) pertencentes à "Nação Judaica Portugueza formada por descendentes de judeus que começaram a sair dos domínios lusitanos 140 anos antes, por conta das conversões forçadas e das perseguições religiosas". Refere-se a autora à perseguição e saída compulsiva dos judeus de Portugal de 1496/97, encetada por D. Manuel I aos que não aceitassem a conversão ao Cristianismo. Esta expulsão levou à fixação de colónias deste povo nos Países Baixos e sul de França, na Inglaterra, na bacia do Mediterrâneo e depois na Índia e Brasil. Trezentos anos depois e através do Governador do Pará, a esses habitantes foi-lhes enviado uma missiva: "O convite para que os quase 1.400 'judeos portuguezes' do Suriname retornassem aos domínios portugueses os deixou em polvorosa e foi comemorado na sinagoga. (...) tal 'honra' era 'mui superior aos motivos que a ocasionarão'".

Outro destino antigo da emigração portuguesa é o Curaçau (Antilhas Holandesas). O movimento de portugueses para estas paragens está igualmente relacionado com a expulsão dos Judeus portugueses do Reino, em finais de Quatrocentos e a sua fuga para os Países Baixos. Data de 1651 a fundação da primeira colonia de Judeus de origem portuguesa nesta possessão holandesa[41] onde se ocuparam na agricultura, pesca e noutras actividades. A evolução posterior da emigração portuguesa para Curaçau, La Marguerita e Aruba, especialmente de madeirenses, está ligada à diversificação das saídas para a América Latina e ao comércio do vinho da Madeira e na primeira metade de Novecentos, à refinação do petróleo. Esta região acolheu, entre 1948 e 1955, cerca de 18 milhares de emigrantes portugueses empregados na C.P.I.M – "companhia apresentada em Portugal pela Shell Portuguesa, SARL" (Junta da Emigração, 1957, 76), movimento que decaiu acentuadamente a partir de 1952.

Dentro deste grupo de outros destinos transoceânicos, frente à costa californiana, as Bermudas foram outro destino preferencial de açorianos (Micaelenses), desde meados do século XIX. Assim o assinala o Boletim da Junta da Emigração (1957, 73): "a emigração de portugueses para a Bermuda – que interessa especialmente ao distrito autónomo de Ponta Delgada, cujos habitantes formaram ali uma 'colónia' de grande importância – esteve praticamente suspensa nos últimos anos". Com efeito as 108 entradas registadas em 1953, decaíram para menos de uma dezena anual nesta última data.

Tomando uma fonte do Governo dos Açores[42]: "A emigração para esta colónia de governo autónomo do Reino Unido reveste-se de características específicas, nomeadamente no que concerne à permanência definitiva dos seus emigrantes, assim como à sua residência, apenas autorizada mediante contrato de trabalho previamente assinado". Mesmo assim durante o terceiro quartel de Novecentos, mais de 2,5 milhares de portugueses, a maior parte com contrato temporário, escolheram este destino. Esta descrição completa a relação dos destinos da emigração insular cuja maior evidência para a América e outras paragens mais longínquas asseguram a penosidade dos meios de subsistência em áreas de forte densidade humana.

Cone Sul

Considera-se como fazendo parte do Cone Sul[43] o território sul-americano brasileiro e o espaço não abrangido na parte portuguesa do Tratado de Tordesilhas. Do ponto de vista geoestratégico esta designação abrange o conjunto de países meridionais do continente sul-americano. Pela sua proximidade com o Brasil e pelo facto de terem tido uma acção relevante nas questões relacionadas com o seu domínio, posse e estabelecimento das áreas fronteiriças, consideramos o Uruguai e a Argentina, países onde a presença de portugueses se faz notar desde a colonização brasileira.

Por razões históricas nomeadamente as que referem à perda da nossa soberania em favor de Castela (1580-1640), essa presença foi então incentivada. O mesmo ocorreu em Novecentos quando se registou uma nova vaga de emigração portuguesa para este país sul-americano. Contudo nunca se igualou ao movimento de outros países mediterrânicos como Espanha e Itália.

Dominada pela emigração para o Brasil, a emigração transoceânica portuguesa inclui um número significativo de emigrantes que a partir deste território ou seguindo directamente para os novos destinos, integram as antigas comunidades de nacionais residentes nesta parte meridional do continente sul-americano. Diz-nos a história que a Argentina tem vindo a receber desde o século XVI um número elevado de emigrantes portugueses, principalmente de comerciantes, marinheiros e jornaleiros, responsáveis pela colonização e desenvolvimento do território em torno da cidade de Buenos Aires.

De acordo com Borges (1989), esta presença na "América espanhola estava estreitamente ligada às actividades dos cristãos-novos, cuja activa participação nos âmbitos comercial e artesanal deu origem a desconfianças e conflitos vários com espanhóis e crioulos". Este processo foi reforçado durante o período da dominação Filipina, mas Godinho (1977, 63), faz notar que antes da Restauração, "um terço de Buenos Aires, era constituída por portugueses".

Por sua vez O. Martins (1956, 234-235) deixa assinalado o interesse dos emigrantes algarvios e açorianos por Buenos Aires, cidade que terá sido criada com o impulso de colonos portugueses. Este processo está associado à delimitação do mundo em dois hemisférios, pelo Tratado de Tordesilhas, e à violação do mesmo tratado. A este respeito cita-se Heller (2008, 38), notando que tais violações deram origem a "essa longa guerra colonial" que "tomou a forma de uma luta pela comercialização das especiarias asiáticas, pelo tráfico de escravos da África Ocidental, e pela importação e revenda do açúcar brasileiro e posteriormente do caribenho".

As questões militares decorrentes da ocupação militar do reino de Portugal pela vizinha Espanha animaram-se após a Restauração da Coroa portuguesa, em 1640 e já depois desta data, levando à disputa do comércio nos territórios sul-americanos. Tal está na origem da fundação da colónia de Sacramento, em lugar estratégico frente a Buenos Aires, em 1680. Para Prado (2003, 80), "A fundação da Colônia do Sacramento, no rio da Prata, desde o Rio de Janeiro, e sua manutenção por quase cem anos (1680 a 1777), foi a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao Prata. Sacramento devia viabilizar e restabelecer os vínculos com o Prata rompidos após o fim da União Ibérica em 1640".

Sobre a saída de açorianos para esta praça, dizem Cordeiro e Madeira (2003, 107): em "Agosto de 1722, são encetadas diligências para o transporte de 265 casais daquela ilha – num total de 1 432 pessoas – com destino à colónia de Sacramento. Tratava-se de responder aos pedidos dirigidos à coroa pelos poderes públicos da ilha, que argumentavam com a miséria em que se encontravam os povos desde que tinha deflagrado o 'fogo' que destruíra muitas casas e colheitas". O forte militar e a povoação em redor foi alvo de disputa entre os dois países ibéricos, que se confrontaram pela posse do território da margem esquerda do Rio del Plata, conduzindo a lutas entre o Vice-Reinado espanhol do mesmo nome e as autoridades portuguesas.

As diversas campanhas militares ocorridas no século XVIII entre os dois reinos durou até à sua transferência para a posse da Coroa de Espanha (em

1777), arrastando-se ainda após a independência do Brasil. A elas se deve o povoamento do território meridional do Brasil – Estado do Rio Grande do Sul -, a fundação de cidades como Rio Grande e Porto Alegre e a afluência de colonos de diversas nacionalidades, como os portugueses oriundos dos Açores, os alemães, os italianos e outros.

Sobre a colonização açoriana no Brasil, escreve Laytano (1969, 391):

> "Pequena escala - Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, etc.
> Média escala - Amazonas, Pará e Paraíba.
> Grande escala - Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
> Então, segundo uma tentativa de colocação por círculos econômicos:
> Ciclo baleeiro - Pará e Paraíba.
> Ciclo pesqueiro, incluindo baleia - Santa Catarina.
> Ciclo do gado - São Paulo, São Vicente.
> Ciclo do açúcar - Bahia e Pernambuco.
> Ciclo da mineração - Minas Gerais.
> Ciclo da agricultura, evoluindo para o da grande propriedade rural
> Rio Grande do Sul."

Recorde-se que a proclamação da independência do Brasil não foi inicialmente aceite por todos as províncias brasileiras, como Grão-Pará, Maranhão, Piauí e Cisplatina (Uruguai). Permanecendo fiéis a Portugal e alinhando ao lado das tropas portuguesas, a guerra civil luso-brasileira foi breve, culminando com um tratado de amizade entre os dois países em 1825. A partir de então, "o Brasil desistia de qualquer tentativa de obtenção de possessões africanas; Portugal dava todas as facilidades possíveis ao comércio de escravos para o Brasil nas possessões portuguesas de África a sul do equador" (Mata e Valério, 1994, 135).

Em estudo sobre a emigração de açorianos para esta área, no início da segunda metade de Setecentos, Alvim (2012, 8) regista a disputa deste território - onde circulavam portugueses, espanhóis, padres, índios e africanos -, pelas coroas ibéricas, o que obrigou à instalação de gente de confiança da Coroa. Por isso, "com o gradual declínio da segurança da Colónia do Sacramento, o governo português passou a doar sesmarias a paulistas e lagunenses nas terras mais a sul. (...) A imigração de famílias das ilhas é, neste contexto, mais um destes fluxos neste território". Uma imigração apoiada pela Coroa e divulgada em Editais que esta fazia afixar em locais do continente e ilhas onde eram recrutados a maior parte dos casais enviados pelo monarca - "Casais d'El Rey".

Este território continuou a acolher outros elementos desta comunidade, recrutados pela mesma via ou idos do território brasileiro, movimento que se intensificou a partir dos anos trinta de Oitocentos devido ao forte impulso das autoridades do país à imigração europeia, nomeadamente à emigração de portugueses e de espanhóis. Tal decorre do fim do Vice Reino de Rio de la Plata, em 1776, e da independência operada no início de Setecentos, em 1810, com a nomeação da Junta de Governo.

O crescimento do país assenta na enorme imigração estrangeira, o que permite que esta tenha quadruplicado entre o começo do século XIX e 1850, ao atingir os 1,2 milhões de habitantes. Prosseguiu até aos finais do século XIX e os princípios do século XX, mercê de políticas nacionais de incentivo à colonização do território e à imigração de outras nacionalidades que não só os espanhóis[44]. Neste período a emigração portuguesa foi superada pela dimensão das vagas de italianos, espanhóis, franceses e russos, que vieram engrossar a oferta de mão-de-obra disponível. Em relação aos três países mediterrânicos, Gutiérrez-Roldán (1989, 72) assinala o seguinte número de cidadãos ibéricos (portugueses e espanhóis) e cidadãos italianos aí residentes:

Ano	*Total de Ibéricos +Italianos*	*Total de estrang.*
1865	2597	23220
1875	3525	26635
1885	6953	87077
1895	16523	79056
1907	32073	134524
1920	38723	120436
1930	34812	105513

O interesse pela Argentina manteve-se relevante durante o período da emigração transoceânica, sendo facilitada pelas redes de transporte marítimo estabelecidas por este país, que uniam a Europa ao continente sul-americano. Neste caso são de destacar os dois milhares de embarques registados pelas autoridades portuguesas entre 1915 e 1920, montante que ascendeu, na década seguinte, a mais de duas dezenas de milhares.

A forte procura da emigração para o exterior, nomeadamente para Espanha, Itália e México registada na actualidade, difere da situação descrita por Méndez

(s/d)[45]: "La Argentina ha sido tradicionalmente un país receptor de población migrante. Tanto las poblaciones que provenían de Europa, como las latinoamericanas representaron siempre una contribución positiva para superar los cíclicos desajustes del Mercado de trabajo". Entre os primeiros emigrantes destacam-se os espanhóis e os italianos que desde meados do século XIX para aí se dirigiram seguindo ciclos distintos (loc. cit.):

> "1881-1889: Constante aumento de inmigrantes, cuyo total es de 979.256 personas, permaneciendo 824.595. Sólo en el año de 1889 ingresaron 260.909.
> 1890-1903: La crisis económica Argentina de 1990 produce una depresión com 1.369.290 entradas y 842.043 salidas, lo que arroja un saldo de 527.247 inmigrantes radicados en el periodo señalado.
> 1904-1913: Marca el periodo expansivo de los inmigrantes. 2.895.025 entradas contra 1.356.875 salidas, con un saldo de 1.538.240."

Estes movimentos identificam as diversas etapas da evolução da imigração no país dos finais do século XIX ao início da 1ª guerra mundial – mais de 1,5 milhões de imigrantes – situação que se altera nos anos seguintes em consequência da situação económica e da crise dos anos trinta em que se verificou o regresso de muitos desses habitantes ao seu país de origem. Assim o revela o pequeno surto emigratório para a Argentina registado entre 1940 e 1960, período que corresponde à emigração italiana do pós-guerra bem como ao termo da guerra civil em Espanha, o que corresponde ao período de industrialização do país e ao acréscimo da população assalariada neste sector de actividade.

Em meados do século passado o Boletim Anual da Junta de Emigração (1953, 95), regista que "o decréscimo verificado na emigração portuguesa para a Argentina deve-se, em grande parte, à situação verificada neste país, nomeadamente no que respeita à desvalorização da moeda e à impossibilidade da sua transferência".

Quanto à proveniência desta imigração, Afonso (s/d)[46] assinala que "Los integrantes del primer flujo migratorio portugués del siglo XX a Argentina eran originarios del Algarbe y se establecieron en Buenos Aires y en ciudades de la costa atlántica. Pero quienes llegaron entre fines de y mediados de la década de los sesenta, se asentaron principalmente en los partidos que rodean la ciudad de Buenos Aires, como La Matanza, Escobar, Esteban Echeverría y General Rodríguez, entre otros. Procedentes de Minho, Tras-Os-Montes y Beiras, sus miembros lograron insertarse en el sector industrial y comercial de la así como

en la de verduras, hortalizas y ladrillos".

O processo de recrutamento local baseado em redes familiares e de amigos, através de carta de chamada, constituiu um factor relevante para o crescimento desta comunidade (loc. cit.): "Si bien en un primer momento el tipo de y la eran determinantes del lugar de residencia, a finales del siglo XIX persiste el origen nacional al que se suman los lazos familiares, observándose un aumento de alianzas matrimoniales de carácter endogámico. Aquellos abuelos inmigrantes mantuvieron su sentido de colectividad, para preservar validamente la, el idioma y la tradición de su pueblo". O exemplo da construção de várias comunidades imigrantes, como na cidade de La Matanza, constitui um bom exemplo.

Em estudo sobre a comunidade portuguesa, A. Nemirovsky (2005) assinala: "Los miembros de la comunidad portuguesa de La Matanza llegaron en una etapa de grandes transformaciones cuyo climax de desarrollo socioeconómico fue una condición facilitadora de su integración, sin haber desplazado a otro grupo social". Mais ainda, "En relación con la causa profunda de la inmigración a Argentina de los inmigrantes procedentes del norte portugués se concluye que fue la búsqueda de un mecanismo de ascenso social característico de la sociedad capitalista, en el que las redes sociales tuvieron un peso definitorio". A propósito regista-se ainda, entre 1857 e 1970, a entrada de mais de 45000 portugueses no país vindos directamente de Portugal e Ilhas ou já do Brasil e do Paraguai, com passaporte de turistas (Borges, 1989).

A consulta da Constitución Nacional permite entender a importância dada pelo Estado à imigração estrangeira num dos períodos mais intensos da sua evolução:

> "Art. 20.- Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enajenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer libremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía, ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias. Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República. (...)
> Art. 25.- El Gobierno federal fomentará la inmigración europea; y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias, e introducir y enseñar las ciencias y las artes."

Por via das medidas restritivas à imigração dos governos militares e democráticos, este movimento manteve-se até aos anos setenta de Novecentos, quando se impede a entrada de novos estrangeiros, iniciando-se até o retorno de cidadãos imigrantes aos seus países de origem. Mesmo assim entre 1953 a 1975, cerca de sete milhares de portugueses escolheram como destino a Argentina. Num primeiro fluxo estes eram oriundos especialmente do Algarve, fixaram-se em Buenos Aires e cidades da costa atlântica; os que entraram depois da segunda guerra mundial eram oriundos do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, fixaram-se principalmente nas cidades em redor da capital dedicando-se a actividades do sector comercial e industrial, bem como à produção agrícola.

A presença recente desta população traduz-se numa acentuada redução do seu montante sendo que, em 2010, num total de 40,1 milhões de habitantes residentes no país – dos quais 1,8 milhões nascidos no estrangeiro – apenas 6785 haviam nascido em Portugal. No início das décadas de 80, de 90 e em 2001 esse valor era, respectivamente, de 20740, 13285 e 9340 portugueses. Já os dados dos registos consulares (DGACCP)[47], apontam a seguinte repartição:

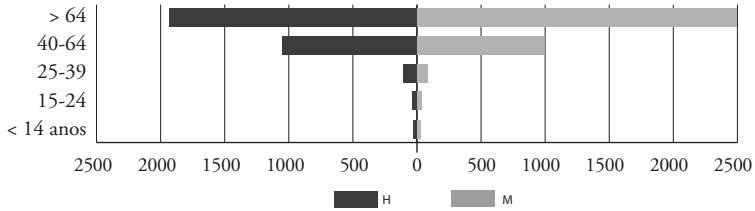
Ano	*Nascidos em PT*	*Total de portugueses*
2008	2339	4797
2009	2542	5499
2010	2809	6317
2011	3149	6490
2012	3458	6900
2013	n.d.	n.d.
2014	n.d.	n.d.

De acordo com a mesma fonte o número de entradas nos últimos anos foi sempre inferior a meia centena/ano. Estes valores estão de acordo com a estrutura etária da população de origem portuguesa aí residente, bastante envelhecida, o que confirma a sua incidência e antiguidade em momentos precisos da história do desenvolvimento económico deste país.

Quanto à antiga colónia de Sacramento - o Uruguai - construída frente à cidade de Buenos Aires, na margem esquerda do rio Uruguai, a partir de 1680 foi considerada uma importante praça comercial e acolheu soldados portugueses e suas famílias. Reclamada a sua posse alternadamente pelos portugueses e pelos espanhóis permaneceu largamente ligada a este reino até 1828, quando se consti-

tuiu em Estado Oriental do Uruguai, país receptor de alguns portugueses deslocados do Brasil, ou oriundos de Portugal e dos Açores.

Estrutura etária da população de origem portuguesa na Argentina (2010)



Com a reconstrução da fortaleza de São Gabriel - mandada edificar pela Coroa portuguesa no último Quartel de Seiscentos para garantir a posse da foz do rio de Prata - a população começou a aglomerar-se no seu exterior até à destruição do forte pelo exército espanhol no início de Setecentos. A sua reconstrução, por volta de 1715, preenche um espaço fortificado mais extenso, seguindo um modelo urbanístico das cidades portuguesas, permitindo a segurança dos seus residentes.

De acordo com Padilla (2004, Tabela) a total de portugueses no Uruguai, ascendia:

Em 1889:	535,	dos quais 452 homens e 83 mulheres
Em 1908	636,	dos quais 540 homens e 96 mulheres

Por sua vez os dados apresentados pelo Observatório da Emigração[48] indicam que num total de 3,2 milhões de habitantes neste país, os nascidos em Portugal representavam uma pequena minoria: 613 em 2011. Em anos anteriores estes valores foram mais reduzidos:

Em 2008:	<50
Em 1996:	708
Em 1985:	1119

Segundo outro autor, Gonçalves (2014, 5), embora a maior parte dessa comunidade tenha chegado entre 1930 e 1960, é de realçar "uma comunidade mais antiga fundada por açorianos em 1763, na cidade de San Carlos". Por sua vez os

registos consulares da DGACCP indicam um número inferior a meia centena de registos/ano na última década e uma variação global:

2014:	1971	registos
2011:	1325	"
2009:	1685	"

A emigração portuguesa nesta parte do continente sul-americano anota ainda a presença de cidadãos nacionais no Paraguai. A imigração estrangeira neste país depois da sua independência, em 1810, foi constituída por cidadãos europeus: franceses, espanhóis, alemães, italianos e outros que se dedicaram a actividades diversas, nomeadamente à agricultura e ao comércio. Esta vaga de imigrantes segue a fixação dos primeiros colonos espanhóis que se terão fixado na colónia durante a primeira metade do século XVI. Devido às fronteiras com o Brasil e a Argentina alguns portugueses acorreram a este território, sobretudo no período antes da independência do país. Num total de 6,2 milhões de habitantes a presença de nacionais não está descriminada.

Por sua vez na costa oriental do continente sul-americano, o Chile surge igualmente referenciado como um antigo destino da emigração transoceânica. De acordo com Gutiérrez-Roldán (1989, 64) a emigração espanhola, italiana e portuguesa para o Chile tem lugar depois da independência deste país, em 1810 e da abertura dos portos chilenos ao comércio internacional. Tal deu origem à intensificação do comércio, da agricultura e da exploração de produtos naturais e minérios – ouro e prata, carvão e cobre – atraindo mais população europeia. Acrescenta o autor (loc. cit.) que no período de 1860 a 1930 este movimento "Se la compara con la ocurrida en Argentina, Brasil, Cuba y Uruguay, entre otros países latinoamericanos", como resultado da política de imigração adoptada pelo país depois da sua independência e das vagas de emigração maciça para o novo continente registados desde meados do século XIX até ao início da 1ª guerra mundial. Na actualidade e por razões distintas, tais movimentos têm a sua origem nos países vizinhos do continente sul-americano.

Sobre a imigração portuguesa refere o mesmo autor (op. cit., 67): "No disponemos de estadísticas de fuente portuguesa acerca de la emigración desde Portugal hacia Chile, pero, de acuerdo con las estadísticas chilenas, su número no debe haber sobrepasado algunas centenas. Por el contrario, el número de emigrantes portugueses hacia Argentina, entre 1857 y 1924, fue aproximadamente de 38 196 personas y el total de la emigración portuguesa hacia Brasil, entre 1837

y 1924, es estimado en 1 158 890 personas (Ferenczi y Willcox, 1969, pp. 129). Una vez más se confirma que Chile no constituía un polo de atracción para los emigrantes portugueses, como no-lo fue tampoco para los emigrantes españoles e italianos". Este texto aponta, entre os censos de 1865 a 1895, a existência de três centenas de pessoas residentes no país (loc. cit., 78).

Em 2014 os registos consulares (DGACCP) indicam o seguinte movimento de população de origem portuguesa:

Ano	*Pop. portuguesa*
2004	549
2005	544
2006	700
2007	664
2008	913

Os dados acima referidos sobre a emigração de carácter permanente, poderiam ser completados com análises de outro tipo relacionadas com movimentos de carácter temporário e de vai-e-vem emigratório, ditados pelo desempenho laboral de algumas empresas e grupos industriais que na actualidade exercem a sua actividade no continente sul-americano. Tal corresponde à abertura de novos espaços de comercialização, prestação de serviços, investimentos ou já de oportunidades de trabalho a gerações confrontadas com a estreiteza e a fragilidade de um espaço nacional e europeu, em busca da sua própria identidade e modelo de sobrevivência.

Emigração para o continente norte-americano

Se a navegação atlântica permitiu um primeiro contacto dos Irmãos Corte Real com o território do continente norte-americano, foram as condições de vida e a abertura da nova frente pioneira da América do Norte que deram origem às grandes vagas da emigração transoceânica europeia, que desde meados de Setecentos partiram para aquele território. Este espaço, disputado entre colonos de origem francesa e inglesa, afirmou-se na sua luta política pela independência acelerando, depois desta, a emigração europeia para os dois novos países norte-americanos: EUA e Canadá. Como assinala Serrão (1977, 48): "de toda a Europa se emigra, especialmente para além-Atlântico, na mira das promessas americanas. Portugal integra-se nessa tendência geral, mas de acordo, sobretudo, com a sua tradicional orientação brasileira".

A exploração de recursos pesqueiros no Atlântico terá estado na origem dos contactos estabelecidos entre os baleeiros americanos e as ilhas atlânticas. Neste processo foram arrastadas populações marítimas e agricultores que se estabeleceram na costa leste e também na costa oeste dos EUA e no Canadá. Neste movimento e porque as condições de acesso a imigrantes desconhecedores da língua inglesa era particularmente difícil, desde meados de Oitocentos que nacionais residentes no Brasil ou em países próximos emigraram para este país. Circunstâncias regionais relacionadas com o vulcanismo dos Açores e a abertura das portas a cidadãos nacionais afectados por esse fenómeno, incentivaram a emigração no arquipélago dos Açores e estendendo-se ao continente português.

EUA e Havai

À semelhança do Brasil também os E.U.A. foi um dos países que desde os finais de Setecentos recebeu um número crescente de emigrantes portugueses.

Recorde-se a visita frequente de pescadores portugueses às águas frias do continente norte-americano, o que permitiu o estabelecimento de laços comerciais decorrentes da intensificação da pesca do bacalhau e da visita anual de embarcações portuguesas à Terra Nova. Em meados do século XVI, antes do começo da atrofia económica da ria de Aveiro, já cerca de centena e meia de embarcações naturais desta Vila pescava bacalhau nestas paragens.

A saída de portugueses para o continente norte-americano não ganhou a mesma expressão da que se registou em direcção ao continente sul-americano, dado o monopólio efectivo das coroas ibéricas de Portugal e de Espanha sobre os territórios deste último, contrariamente ao domínio de outras potências ocidentais, da França e da Inglaterra, sobre os territórios do continente norte-americano. Recorde-se a propósito que em relação a estes territórios, depois de uma primeira vaga de colonização e de imigração que antecede a guerra da independência dos EUA (1783), só durante a primeira metade do século XIX, após o conflito que envolveu este país com o estado vizinho do México, é que se manifesta um movimento maciço de imigração nos EUA.

A importância deste fenómeno justifica-se também, segundo Ladame (1958, 75), pela ocorrência de acontecimentos excepcionais no velho continente. Assim a enorme vaga de imigrantes admitidos neste país entre 1850 e 1854, traduzido em cerca de 2 milhões, deve-se à simultaneidade de quatro acontecimentos principais: "a fome que grassa na Irlanda; a revolução liberal que se desenvolve na Europa; as forças 'push' que impelem os europeus a fugirem dos seus países e as forças 'pull' que atraem para a América os imigrantes que não são felizes nos seus próprios países". Por isso, "não são apenas os perseguidos e os oprimidos, mas também os miseráveis e os aventureiros que empenham até a última camisa para embarcarem para as 'Américas" (loc. cit.).

Além das ofertas locais de acolhimento aos novos imigrantes, as condições de transporte beneficiadas pela utilização da máquina a vapor tornam a navegação mais rápida e segura; o avanço técnico das comunicações pelo telégrafo e a construção das linhas de caminho-de-ferro, conjuntamente como a difusão da imprensa, facilitam a difusão da emigração para este país. Por sua vez as companhias de transporte organizam-se de forma a proporcionar viagens mais cómodas, com embarcações apropriadas para a vinda de passageiros e não como inicialmente se havia registado com o transporte em barcos de mercadorias; a prestação de serviços de saúde e o acompanhamento destes contingentes com pessoal especializado passa a ser obrigatório.

É neste período que se desenvolve um novo interesse pela emigração para os

EUA, facto associado às lutas liberais e à pressão fiscal das autoridades brasileiras, antes e depois da independência, sobre os residentes portugueses sujeitos ao agravamento dos seus impostos. Tal facto justifica-se pela política de "porta aberta" seguida pelas autoridades deste país em relação ao acolhimento de novos habitantes, que esteve na origem do seu desenvolvimento social e económico. Assim aconteceu com imigrantes de diferentes nacionalidades tais como italianos, russos, checos, polacos e judeus.

Este movimento tem as suas raízes no início de Quinhentos, com a exploração da Terra Nova, do Labrador e da Nova Inglaterra pelos irmãos Corte-Real (Alpalhão, Rosa, 1983, 20), açorianos da ilha Terceira, achado que não teve seguimento devido à entrada maciça de colonos ingleses no decurso desse século e nos seguintes. Note-se que quando da assinatura do Tratado de Tordesilhas, Costa (1979, 100) refere que "pelo Tratado, Portugal reservava-se direitos sobre o Lavrador, a Terra Nova e o Brasil, já descobertos, e do Oriente e Ilhas das Especiarias, que visava atingir num futuro muito próximo". Relatos posteriores datados do século XVII dão conta do estabelecimento de judeus portugueses, fugidos da Inquisição, em Nova Amsterdão e, mais tarde, em Rhode Island.

De acordo com Dias (1987, 17), é em 1654 que "desembarca em Nova Amsterdão (hoje Nova Iorque) um grupo de 23 judeus portugueses vindos da América do Sul". Mais ainda (loc. cit.), "Fora nesse mesmo ano que os portugueses tinham reconquistado a zona de Recife e Olinda, ocupada pelos holandeses. Os judeus haviam colaborado com os invasores, que lhes ofereciam maiores garantias de liberdade religiosa. Com o regresso dos portugueses muitos preferiram abandonar o Brasil". Assinala ainda este autor (loc. cit.) o contributo de um judeu português, estabelecido em Rhode Island – Newport – onde, em 1750, terá introduzido a pesca da baleia. Sobre a antiguidade deste movimento, regista o seguinte (op. cit., 18): "desde cerca de 1765 que os navios baleeiros da Nova Inglaterra tocavam nos Açores (...). Depois, no século XIX, começaram a ser recrutados açorianos para servir nestes navios, em substituição dos desertores. Mais tarde, dada a dificuldade de contratar pescadores nos portos americanos, os barcos saiam apenas com a tripulação necessária à manobra e iam complementá-la aos Açores e Cabo Verde".

A presença de emigrantes portugueses nos EUA, nomeadamente de jovens em idade do serviço militar, intensifica-se em Oitocentos em Nova Inglaterra e noutros portos da Califórnia, no Louisiana e mesmo no Havai. Muitos deles foram posteriormente atraídos pela corrida ao ouro da Califórnia, que a partir de 1849 ganhou grande desenvolvimento. Escreveu Dias (1987, 70): "falhando

como mineiros, os emigrantes dedicaram-se sobretudo à agricultura e à criação de gado leiteiro e ovino, além de uma breve e limitada baleagem costeira. Na viragem do século, começa a avolumar-se o núcleo piscatório de San Diego, especializado na captura de atunídeos, após a primeira guerra mundial. Estes emigrantes provêm na sua quase totalidade de várias ilhas açorianas (com uma notória escassez de micaelenses) e, no caso de San Diego, também da Madeira e do Algarve". A crise posterior que assolou este território levou, no início do século XX, entre 1911 e 1914, à transferência de cerca de 2000 portugueses destas ilhas para a Califórnia.

Noutro estudo do mesmo autor (Dias, 1989, 7) observa que "a emigração portuguesa massiva para os Estado Unidos começou pouco depois dos inícios do século XIX, enquanto que correntes idênticas para a África do Sul, para a Austrália e para o Canadá se avolumaram respectivamente desde 1946, 1952 e 1953". Também Caldeira (2011) descreve a imigração de madeirenses para este destino: "Entre 1878 e 1913, milhares de madeirenses rumaram ao Hawaii em viagens maritimas carregadas de dor, sofrimento e saudade, mas tambem de sonho e esperança num futuro risonho naquele arquipelago distante. Ainda que a incuria dos homens e a implacabilidade do tempo não nos tenham permitido apurar exactamente quantos foram, constatamos que, apenas cinco anos depois do primeiro fluxo emigratorio, os portugueses representavam 12% da população, para em 1896 tal proporção roçar ja os 15% da população total do Hawaii, elevando a colonia portuguesa a uma das maiores colonias europeias ai residentes. No Hawaii, os madeirenses fizeram parte do arduo sistema de contratos da plantação".

Mais adiante assinala que em 1884 saíram os primeiros madeirenses com destino a Moçâmedes e em 1889 e 1890, para Angola e Lourenço Marques. Estes colonos "que arrastaram ao principio uma vida de privações e de misérias, por não terem achado ali os recursos que o governo prometera facultar-lhes" (loc. cit.).

Acontece que as primeiras medidas restritivas à imigração estrangeira nos EUA só aconteceram depois da primeira guerra mundial, devido à saturação e ao declínio do mercado de trabalho em alguns sectores de actividade. Assim sucedeu com a pesca da baleia quando os armadores decidiram "transferir as suas inversões para a industria têxtil" (Dias, 1987, 20), proporcionando novos empregos nesta área. Outros imigrantes mantiveram-se ligados ao mundo rural e à criação de gado como sucedeu em vários locais da Califórnia onde tal presença continua a ser notada.

Conjuntamente com esta actividade o alargamento urbano esteve na origem da atracção pelas actividades comerciais e serviços, levando a uma maior concentração da população portuguesa na costa leste dos EUA. Assinala o mesmo autor (op. cit., 70) que "a emigração maciça para a Costa Leste iniciou-se na primeira metade do século passado com a deserção de baleeiros, depois tornados pescadores e operários têxteis, e culminou na formação de aglomerados étnicos urbanos habitados por um proletariado industrial vindo predominantemente de São Miguel e do Norte de Portugal (assim como, em menor escala, de Cabo Verde)".

Neste contexto recorda-se a situação de crise vivida em algumas regiões da Europa, decorrente da evolução do processo de revolução industrial e do êxodo maciço de camponeses para os grandes centros, dos maus anos agrícolas e das calamidades naturais, que impelem uma pletora de imigrantes de diversas nacionalidades a procurar este país. Entre estes contam-se os irlandeses, ingleses, alemães, holandeses, escandinavos, noruegueses e franceses. Contudo as crises que nos finais desse século começam a afectar alguns sectores de actividade, justificam a introdução de algumas restrições. Estas acabam por ser concretizadas em 1921, com a promulgação do *Quota Act* e do *Immigration Act*, de 1924. Durante o primeiro conflito armado e mesmo durante os anos seguintes, até à crise económica dos anos trinta, as saídas para os E.U.A decaíram gradualmente – cerca de 4420 emigrantes/ano entre 1915 e 1930. Aqueles documentos introduzem alterações significativas na política de imigração dos EUA através da repartição destas entradas por nacionalidades.

Além destas medidas as autoridades locais haviam colocado objecções à entrada de cidadãos com reduzidas habilitações literárias, servindo-se do *'literacy test'*, medida que excluía grande parte dos emigrantes portugueses devido às elevadas taxas de analfabetismo que apresentavam. Contudo, de acordo com Leo Pap (1981, 35), nesta época mais de duas centenas de milhares de portugueses, dentre os quais pescadores de baleia, marinheiros e já mulheres, jovens e crianças, haviam emigrado para os E.U.A., entre 1870 e 1920.

A evolução da emigração portuguesa para os EUA segue um modelo bastante irregular, registando-se desde o início do nosso século até ao começo da primeira grande guerra, um total de 100073 emigrantes — média anual de 6671 saídas —, representando apenas cerca de 16.7% do total da emigração oficial ocorrida nesse período. A partir de então esse movimento apresentou algumas oscilações, decaindo durante aquele conflito e mesmo em datas posteriores. Assinalamos os anos de 1916 e de 1920, quando o número de emigrantes que se dirigiram

para este país foi de 11522 e de 24156, respectivamente, correspondendo a cerca de 46.3% e 37.3% da emigração oficial. Mesmo assim o total de saídas para os E.U.A., entre 1915 e 1930, elevou-se para 70734 (média anual de 4421), representando apenas 14.2% da emigração oficial estimada durante esse período.

Nos anos seguintes a emigração manteve-se ainda reduzida apresentando uma média de 564 emigrantes entre 1951 e 1952, tendo acusado um acréscimo em 1959 e em 1960 (respectivamente 4569 e 5679 emigrantes). Só no começo da década de sessenta mercê das concessões dadas pelo governo americano à entrada dos sinistrados do vulcão dos Capelinhos (Faial), em 1957, esse valor aumentou. Entre 1958 e 1965 cerca de 10,5 milhares de açorianos terão emigrado para este país. Assinale-se que as condições de excepção facultadas aos portugueses foram igualmente solicitadas por outros países, o que levou o Governo Federal a conceder, durante os finais de cinquenta e início da década seguinte, mais de três dezenas de leis de especiais permitindo a entrada a outros emigrantes estrangeiros.

Já nos finais dessa década o abrandamento do sistema de quotas e a redistribuição dos vistos não utilizados pelos países de quotas mais elevadas beneficiou os portugueses, que a partir de 1966 procuraram aquele país em grande número: 12206 emigrantes em 1966 e 8770 emigrantes em média em 1970 e em 1974. Este valor decaiu para cerca de sete milhares até 1980. Estas alterações terão permitido a entrada de cerca de duas dezenas de milhares de emigrantes portugueses no território nas décadas de sessenta e de setenta.

A situação recente dá conta que numa população de mais de 44,05 milhões de habitantes em 2012 - dos quais cerca de metade estrangeiros - 54669 mantinham a nacionalidade portuguesa. Em termos gerais o total de nascidos em Portugal tem vindo a acusar uma redução significativa decorrente dos movimentos de retorno, do falecimento da população mais envelhecida ou de movimentos de reemigração.

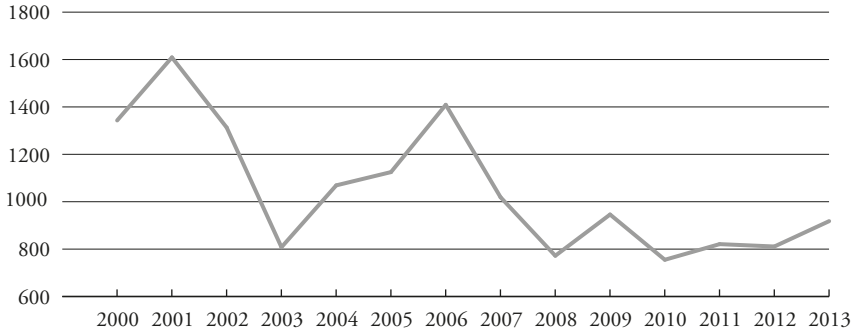
Ano	*Nascidos em PT*	*Total de portugueses*
2008	162898	176323
2009	164989	182828
2010	167395	187143
2011	167173	148106
2012	168484	151116
2013	n.d.	-
2014	n.d.	n.d.

De acordo com os registos consulares (DGACCP)[49] esta variação tem sido menos acentuada como se verifica pela evolução dos nascidos em Portugal e do total de portugueses nos últimos anos: os primeiros têm vindo a aumentar sugerindo um acréscimo de entradas, contrariadas pela redução global da população portuguesa, envelhecida e, portanto, regressada em muitos casos à sua pátria de origem.

Note-se que os registos oficiais revelam a antiguidade da imigração portuguesa no país, traduzida no montante de habitantes que referem a sua origem portuguesa. Os dados relativos ao movimento das entradas de portugueses nos últimos anos (Observatório da Emigração)[50] confirmam as dificuldades crescentes no que respeita à emigração portuguesa para os EUA. Contudo é de salientar que o processo de fixação destes imigrantes prossegue através da aquisição de nacionalidade.

Ano	*Aquisição de nacionalidade*
2007	2506
2008	3988
2009	2143
2010	1266
2011	1426
2012	1607
2013	1585
2014	1587
2015	1690

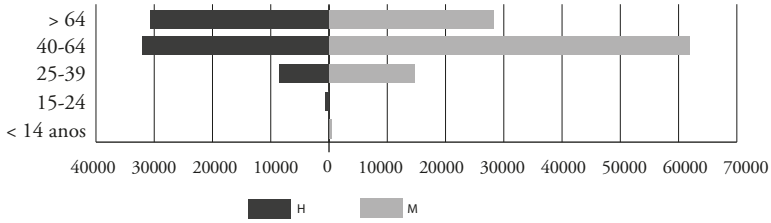
Emigração portuguesa



No que respeita ao antigo reino do Havai, outrora ilhas Sandwich, a presença de portugueses de origem madeirense, açoriana e cabo-verdiana foi assinalada no primeiro quartel do século XIX, associada à presença da frota baleeira da Nova Inglaterra e à sua deserção para estas ilhas (Dias, 1987, 4). Anteriormente já O. Martins (1956) havia referido este destino transoceânico, conjuntamente com o Brasil, Buenos Aires, Califórnia e Demerara[51], na Guiana Inglesa, como principais destinos da emigração atlântica. A maturidade desta população expressa nestas correntes mais antigas, está igualmente plasmada na estrutura etária dos nossos imigrantes, maioritariamente adultos e com mais de 64 anos.

Das heranças deixadas pelo português na corte do Rei Havaiano Kalukaua no decurso o último quartel de Oitocentos conta-se o cavaquinho da Madeira que assumiu neste reino o estatuto de instrumento nacional: o *ukelele* (Cerquone, 1985).

EUA - Estrutura etária da população portuguesa (2011)



Anos depois, a necessidade de mão-de-obra barata para as plantações de açúcar foi colmatada pela imigração chinesa. Regista Dias (op. cit., 6) que "a vinda maciça destes trabalhadores gerou, contudo, certo alarme nas ilhas, não só quanto à plausibilidade de uma excessiva orientalização da população local, como também quanto ao risco que poderia representar um numeroso núcleo constituído quase exclusivamente por homens sem família". Daí a opção pelo recrutamento de famílias europeias, o que no caso português veio a consolidar-se em acordos de imigração estabelecidos entre o governo português e o governo das ilhas.

De acordo com Dias (1987, 19), "as cláusulas do contrato mostravam-se relativamente favoráveis e sem dúvida assumiam o carácter preferencial em relação às condições oferecidas aos orientais", o "perigo amarelo" das ilhas. Sobre essas viagens escreveram Silva e Meneses (1984.I, 753), indicando que a emigração para as ilhas Sandwich teve início em 1878, "tendo os primeiros emigrantes saído daqui numa grande galera, que gastou cerca de 6 meses em conduzi-los ao porto

do seu destino". Tratou-se da barca alemã, *Priscilla*, e do primeiro grupo de 63 homens, 16 mulheres e 35 crianças que partiram do Funchal e chegaram a Honolulu em finais de Setembro de 1878 (Dias, 1987). Esta foi uma emigração centrada num período determinado da história das ilhas Atlânticas, que terá levado a uma emigração de 12,78 milhares de madeirenses para estas ilhas, entre 1878 e 1899.

Com o declínio da plantação açucareira e a crise que se seguiu, muitos dos antigos imigrantes portugueses, anteriormente desembarcados, seguiram para a Califórnia. No início do primeiro conflito armado esta emigração deu-se como extinta da qual resulta uma considerável presença de luso-americanos, descendentes sobretudo de açorianos, residentes neste território integrado na União Norte Americana. Refere o mesmo autor (Dias, op. cit., 35) ser esta presença a que registou "uma acentuada tendência para superar a condição de trabalhador braçal dentro das plantações de cana ou para encontrar ocupação em zonas urbanas. Tanto do êxodo das plantações como o melhoramento de categoria dentro delas resultaram não só numa marcada diversificação ocupacional do grupo étnico português como, o que é igualmente importante, num relativo ascenso na escala social".

Quanto à repartição no território assinala o referido autor (op. cit., 70): no Havai "desde o início se dividiu entre uma fixação rural e urbana dos emigrantes madeirenses e micaelenses, e por outro lado sofreu os efeitos de uma solução de continuidade da emigração e de um processo de relativa miscigenação, factores esses que de modo algum se verificaram nas outras zonas".

Federação do Canadá

O contacto dos navegadores portugueses com o Atlântico Norte e a Terra Nova dos Bacalhaus, pode ser apreciada na representação cartográfica do início do século XVI (1502), o "planisfério Cantino" (Matos)[52], "onde a ilha é perfeitamente identificável, apesar de colocada demasiado a leste, com um considerável erro de longitude, para que possa ser reivindicada pelo rei de Portugal, à luz do Tratado de Tordesilhas". Refere o mesmo autor (loc. cit.) que "deve ter sido intensa a presença portuguesa, que em 1504 a representação da Terra Nova, num mapa de Pedro Reinel, está cheia de topónimos portugueses, alguns dos quais ainda hoje existem, adaptados para a língua anglo-saxónica".

Quanto à emigração para este país processou-se a uma ritmo mais lento, em resultado da sua dependência da França - país assolado por questões internas relacionadas com a Revolução Francesa - e do interesse deste país em relação à Nova Inglaterra, que se tornou independente em 1783 quando da celebração do Tratado de Versailles. No dizer de Juteau (1986, 35-36), a colonização estrangeira do Canadá segue três períodos distintos a saber:

- a colonização francesa, período que termina com a conquista da Nova França, pela Inglaterra e que se traduziu no acolhimento de 10000 colonos franceses;
- o povoamento britânico, entre 1760 e 1871, com a chegada maciça de colonos oriundos de Inglaterra e dos EUA – cerca de meio milhão de indivíduos;
- o período posterior à Confederação, caracterizado por uma emigração maciça para este país, em especial no período compreendido entre 1851 e 1951, em que entraram no Canadá mais de 7,1 milhões de emigrantes.

Estes valores estão de acordo com os dados recolhidos por Ladame (1958, 102), ao assinalar que a imigração para o Canadá só começa verdadeiramente no século XIX, embora a "um ritmo mais lento que o do seu vizinho americano". Demonstram-no os 5,3 milhões de imigrantes que aqui deram entrada entre 1820 e 1930, contra os cerca de 30 milhões de europeus que foram admitidos nos EUA entre 1850 e 1920 (op. cit., 415). Mesmo assim a chegada destes contingentes contribuiu fortemente para o crescimento da população canadiana, estimada no início do século XIX em cerca de 200000 habitantes e em 1900, em 5,4 milhões.

Até 1930 este montante atingiu os 10,4 milhões e, em 1951, os 14 milhões, dos quais, 47.9% de origem britânica; 30.8% de origem francesa; e 18.2% de origem europeia (com exclusão da França e da Inglaterra). Por sua vez Teixeira (2010, 193-194) considera que este movimento imigratório, que "constituiu até 1981 a principal região de origem dos fluxos migratórios com destino ao Canadá com a Itália e o Reino Unido a encabeçarem a lista (31% do total)", vieram nos últimos anos a ceder lugar à China, Índia, Filipinas, Hong-Kong, Sri Lanka, Paquistão e Formosa.

No que respeita à emigração de portugueses, embora Alpalhão e Rosa (1983, 28) tenham considerado que esta "constitui uma constante histórica (...) desde o período das descobertas aos nossos dias", só a partir de 1956 é assinalada nas estatísticas nacionais em separado e não integrada na rubrica "outros países", como acontecia até então. Isto leva a crer que até ao início dos anos cinquenta tenha sido pouco numerosa, embora em 1953 o número de portugueses que terão emigrado para esse país tenha sido contabilizado, do lado lusitano, em 275 emi-

grantes, e do lado canadiano, em 555. Como justificação indica-se a proveniência de portugueses emigrados noutros países e que posteriormente se terão deslocado para o Canadá.

Importa assinalar que o ano de 1953 marca o início da emigração contemporânea para o Canadá, com o seu carácter permanente e organizado. Regista-se a propósito[53], "Os 178 portugueses seleccionados pela Junta de Emigração e aprovados pela equipa da inspecção canadiana, sendo eles: 18 açorianos, 58 continentais e 102 madeirenses. Os escolhidos para emigrar para o outro lado do Atlântico, iriam começar nesse dia, a viajem que mudaria para sempre as suas vidas e a dos seus familiares. Cada um deles, com apenas 5.000 escudos nos seus bolsos, pois foram-lhes retirados 10.000 escudos para pagar os custos administrativos antes de embarcar no navio Saturnia. O grupo chegou ao porto marítimo de Halifax – Canada em 13 de Maio 1953".

A partir desta data a emigração para este país aumentou regularmente, contribuindo para o fornecimento de mão-de-obra para sectores diferenciados como os caminhos-de-ferro, trabalhos agrícolas, construção e serviços. No seu conjunto foram registadas 1699 saídas entre 1950 e 1954; 12496, ocorridas entre 1955 e 1959 (média de 2499 saídas anuais) e 18463 (média de 7385), entre 1960 e 1964. Em termos absolutos os valores máximos situaram-se em 1957, com 4157 saídas, representando 11.8% do total; em 1959, com 3961 e, em 1960, com 4895. Este acréscimo foi ainda verificado nos anos seguintes, já que o número médio de 6813 saídas, estimadas entre 1960 e 1973, muito se aproxima dos valores de 1968, com 6833 emigrantes, ou mesmo de 1972, com 6845 emigrantes. Em 1974 este valor de foi de 11650 emigrantes, a que corresponde cerca de 26.8% da emigração oficial.

Sobretudo nos primeiros anos e mesmo desde 1968, os valores recolhidos mostram-se bastante inferiores aos citados por P. George (1976, 132), o que confirma a transferência de mão-de-obra de outros países para esta parte do continente norte-americano ou mesmo a regularização de situações decorrentes de uma entrada anterior no Canadá. Destacamos os períodos compreendidos entre 1946/1955 e ainda entre 1968/1973. Assim, na primeira daquelas datas, o número de emigrantes portugueses que entraram no Canadá terá sido de 8223 e de 54199 os que o fizeram durante o último período.

Embora ligado historicamente à emigração, o Canadá adoptou medidas restritivas à admissão de estrangeiros tendentes a moderar a taxa de crescimento dessa população. Este facto não obstou a que, de acordo com as estatísticas oficiais, o número de portugueses saídos entre 1960 e 1964 para este país terá ascendido a 11316, orçando os 18450 entre 1965 e 1969. Entre 1970 e 1974, esse

valor subiu para 39409 emigrantes, dos quais apenas 33,8% eram oriundos do continente. No seu conjunto, ou seja, de 1955 a 1974, terão emigrado para aquele país mais de cem mil indivíduos, dos quais cerca de 1/3 naturais do continente e os restantes da região autónoma dos Açores.

Os dados anteriores justificam que, de acordo com as estatísticas oficiais deste país, em 1981 a população de origem portuguesa residente tenha sido estimada em 188000 indivíduos. Sobre a situação destes imigrantes escreveu Dias (1981, 70): "A corrente que se dirigiu ao Canadá, a mais recente, pois existe apenas a partir de 1953, fixou-se inicialmente no campo ou foi utilizada numa base temporária no trabalho de manutenção de vias férreas. Mais tarde concentrou-se também nas grandes cidades, adquirindo um carácter social e regional bastante semelhante ao da costa Leste (se se exceptuar a ausência de Cabo-Verdianos)".

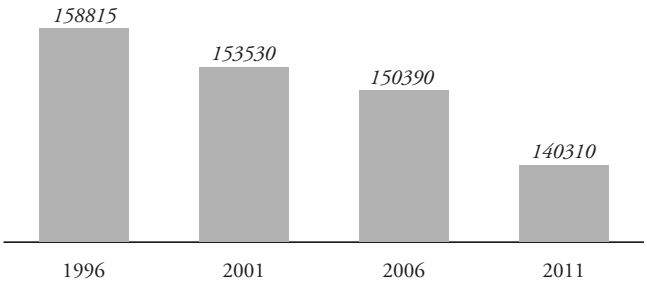
Os dados mais próximos relativos à comunidade de portugueses residentes no Canadá (Observatório da Emigração)[54] dão conta que numa população de 32,852 milhões de habitantes em 2011, 7,217 milhões haviam nascido no estrangeiro e 140310 nascido em Portugal. Se comparado com anos anteriores esta variação, embora decrescente, tem sida reduzida. O mesmo acontece com a população de nacionalidade portuguesa: 31795 em 2006 e 23765 em 2011, o que traduz as dificuldades recentes impostas pelas políticas imigratórias em diversos estados do Canadá relacionadas com as entradas da população estrangeira no seu território, o que constitui um dos traços da política imigratória dos nossos dias.

Fazendo fé nos dados dos registos consulares (DGACCP), o total de nascidos em Portugal tem vindo a aumentar:

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	90819	110054
2009	100296	124082
2010	102603	128052
2011	101519	113649
2012	103653	115786
2013	n.d.	n.d.
2014	n.d.	n.d.

Estes dados confirmam a consolidação de um movimento mais antigo, traduzido na evolução da população de origem portuguesa, que ascendia em 2011 a quase meio milhão de habitantes.

Canadá – População de origem portuguesa (2011)



A alteração do movimento imigratório de origem portuguesa nos dias de hoje fica igualmente expresso no movimento de entradas e nas aquisições de nacionalidade.

Ano	*Mov. Pop. port.*	*Aquisição de nacionalidade*
2005	–	1704
2006	–	1756
2007	407	1266
2008	665	980
2009	623	993
2010	629	847
2011	528	775
2012	560	–
2013	630	–
2014	637	–

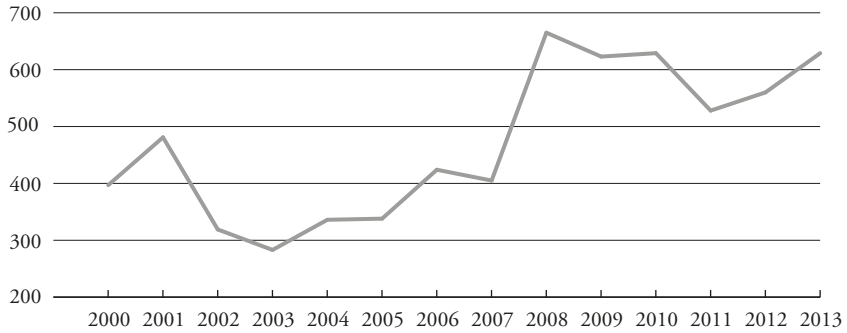
Observatório da Emigração – 2015, 144

Numa síntese sobre as saídas de nacionais para o continente norte-americano, escreveu Dias (1987, 69-71): "Apesar de um certo denominador comum resultante da homogeneidade sociocultural do emigrante, as quatro zonas de presença portuguesa na área transatlântica de expressão predominantemente inglesa constituída pela Costa Leste dos Estado Unidos (em particular a Nova Inglaterra), pelo Canadá (em particular as cidades de Toronto, Montréal e Québec), pela Califórnia e pelo Havai, revelam modos de fixação algo diferenciados".

O conhecimento do autor sobre esta realidade permite-lhe confirmar: "Os

'portugueses' situaram-se, portanto, sempre entre duas águas, quase europeus, quase classe média alta, mas em geral sem a preparação, predisposição ou dinamismo para verdadeiramente romperam todas as barreiras, integrarem-se em absoluto e participarem no processo de direcção". Tal não admira tendo em conta a herança cultural das antigas gerações de emigrantes, o domínio da língua inglesa e as características da sua fixação no território com base na proximidade geográfica e familiar com outros cidadãos da mesma nacionalidade.

Emigração portuguesa para o Canadá



Por sua vez Teixeira (2010, 210), num dos seus trabalhos sobre a emigração portuguesa neste país dá igualmente conta da forte concentração de açorianos no núcleo central de Toronto, "conhecida como 'Little Portugal'". A passagem do seu texto assim o confirma (op. cit., 197): "(...) a maior parte dos luso-canadianos reside nas províncias de Ontário, Quebec, Colúmbia Britânica, Alberta e Manitoba, onde se concentra principalmente nas cidades de maiores dimensões. Em Toronto, Montreal, Vancouver, Winnipeg e Edmonton, é possível identificar comunidades portuguesas relativamente circunscritas e auto-suficientes. As populações destes bairros ('Little Portugals') são maioritariamente oriundas dos Açores, o que explica que sejam por vezes colectivamente designadas por "a décima ilha dos Açores".

Gentes da emigração

A diversificação das saídas de Portugal e das ilhas atlânticas – atuais regiões autónomas dos Açores e da Madeira – e a sua evolução no tempo, permite apreciar as tendências gerais e a composição dos fluxos emigratórios, bem como alguns dos traços essenciais da emigração transoceânica. Deslocamentos em grupo, emigração familiar e de casais de colonos, emigrantes isolados de ambos os sexos e idades, engrossaram as diferentes vias da emigração transoceânica. Em contexto distinto do glosado por Guerra Junqueiro[55], mas ainda actual, a realidade da emigração portuguesa manifesta-se na rudeza de antigas situações: "Vento, porque é que nos arrasas / Num turbilhão?! / Na enxerga fria tremem asas, / No lar extinto faltam brasas, / Nas arcas negras não há pão!"

De forma legal, ou seja, habilitados com carta de chamada ou contrato de trabalho, com autorização de saída ou passaporte, registados oficialmente pelas autoridades locais ou pelos Cônsules de Portugal nos países de destino a emigração transoceânica leva consigo, para os cenários mais distantes, os diversos estratos sociais da sociedade portuguesa: nobres e fidalgos, gente de guerra e religiosos, degredados e prisioneiros, artistas e artesãos, comerciantes e funcionários da administração, gente da agricultura e indiferenciados. Mais ainda, acelera o processo de esvaziamento dos iletrados e analfabetos ou já de letrados e bacharéis que decidem engrossar as fileiras da emigração.

No seu conjunto a emigração transoceânica entra na categoria das migrações de trabalho, de jovens e adultos, nalguns casos de emigração familiar e/ou de reagrupamento familiar, de cidadãos em busca de melhor nível de vida. Contudo um bosquejo sobre a mesma evidencia que os fundamentos religiosos - sobretudo durante a Inquisição -, a oposição à Coroa, a fuga ao serviço militar, constituem igualmente marcas das migrações forçadas na nossa sociedade. À data da mudança do fluxo transoceânico para o intra-europeu, a sociedade portuguesa dava os primeiros passos num processo de democratização do ensino, com o aumento da procura social da educação primária, preparatória, secundária

e superior. Estas mudanças ressentem-se na composição dos fluxos actuais e na marcha da emigração transcontinental.

Prosseguindo na análise da emigração transoceânica recorda-se a dificuldade de uma análise sequencial das características deste movimento até à construção do sistema estatístico nacional e aos registos Junta de Emigração agora centralizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Mesmo assim os valores parcelares ora utilizados são relevantes para a compreensão global deste movimento, sobretudo no decurso de Novecentos, quando se operaram profundas transformações na sua composição, estrutura e evolução. Vejamos alguns aspectos.

Composição

A análise da composição da emigração portuguesa ao longo do tempo apresenta muitas lacunas decorrentes das dificuldades de consulta das respectivas fontes e registos. Valemo-nos, por isso, de descrições diversas que nos dão conta da migração de cidadãos isolados ou já de casais de família que engrossaram muitas das vagas de colonos e de emigrantes que saíram do Reino.

Um dos destinos característicos foi o Brasil com a saída de casais de família e de donzelas embarcadas para este destino. A propósito diz-nos Pereira (2002) que ela teve "como base os 'casais', ou seja, 'marido e mulher', e isso contribuiu substancialmente para a constituição de uma sociedade formada por famílias fortemente consolidadas, sendo este um dos maiores legados herdados pelos brasileiros do povo açoriano". Por sua vez Pedreira (1998, 448), analisando as condições da construção do império português, realça que "a emigração pode ter privado o país de mão-de-obra, de certas aptidões e de espírito de iniciativa, porque os emigrantes eram, em regra, jovens, mais instruídos e ambiciosos do que o conjunto da população e alguns deles possuíam mesmo qualificações profissionais".

Outra questão diz respeito à natureza da viagem encetada. As viagens legais eram as permitidas ou autorizadas pela Coroa directamente ou por intermédio das autoridades locais, como nas ilhas dos Açores e da Madeira, registando-se muitas delas à sua revelia. Temos presente as saídas promovidas por engajadores com origem em portos nacionais ou nas ilhas. É conhecido o caso dos escravos brancos oriundos dos Açores e de outros locais, com destino ao Brasil, onde em meados do século XIX vieram a substituir a mão-de-obra negra. Tal corresponde

ao registo de uma das fases da política de imigração brasileira, descrita por M. B. Rocha-Trindade (2015, 568):

> "- a primeira, que se desenvolve de 1808 a 1850, em que a existência do regime escravocrata perturba a aceitação da entrada de emigrantes;
> - a segunda, de 1580 a 1888, em que as decisões que visam o fim desse regime criam novas possibilidades à imigração;
> - uma terceira, a partir de 1888, cuja riqueza e diversidade dos factos políticos que integra, leva a estabelecer dentro dela um conjunto de subfases bem diversificadas".

Com base no Inquérito Parlamentar sobre a Emigração, de 1873, Serrão (2006. II, 367) assinala que a vida dos emigrantes no Brasil pouco evoluíra desde os tempos da escravatura: "comiam, dormiam e trabalhavam como escravos, quer dizer, tinham a sua tamina (ração) de carne seca, feijão e farinha, que eram obrigados a cozinhar para comer na hora do almoço e do jantar (uma hora para cada refeição). Sem salas eram as habitações". Nestes contingentes incluem-se os jovens em idade de serviço militar ou mais precocemente com o intuito de fugir ao cumprimento dessas obrigações determinadas, a partir de Oitocentos, pelas disponibilidades financeiras votadas no Parlamento em função das quais era determinado o contingente geral de mancebos a recrutar.

As exigências estabelecidas para estas viagens determinam o pagamento adiantado pelos proprietários, sendo descontado após a chegada ao destino pelo fazendeiro na respectiva remuneração, deixando os emigrantes na penúria. Tais condições, conhecidas na Europa, levaram o governo alemão a suprimir a emigração para o Brasil, em 1859 (Serrão, 1977, 49). Para além destas as condições de transporte, a longa duração das viagens e as condições desumanas de acolhimento pelos receptores, justificam a forte morbilidade física e social de muitos desses viajantes.

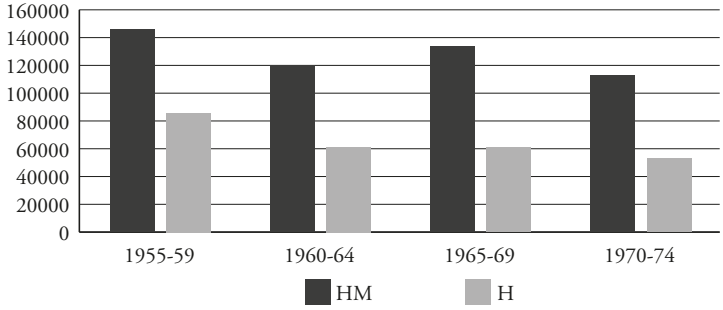
Os dados do Boletim da Emigração sobre a composição e estrutura deste movimento confirmam a existência de diversas fases pelas quais tem passado. Assim, depois de uma intensa fase de juventude, própria de um período expansionista das migrações internacionais relacionadas com os fenómenos de colonização e de crescimento económico registados durante décadas, segue-se a partir dos anos setenta de Novecentos, uma fase de maior contenção destas saídas. No período mais antigo os traços gerais deste fenómeno apontam para a prevalência de emigrantes isolados e do sexo masculino, sem grandes qualificações profissionais e com um nível de instrução elementar ou mesmo nulo. Tal facto está de acordo com as condições sociais e laborais do país, justificando as saídas das

vastas áreas rurais que confirmaram, por esta via, o longo processo de despovoamento então sujeitas. É a fase de expansão das grandes migrações internacionais nas quais se insere a emigração transoceânica portuguesa e que associamos à sua divulgação generalizada a todo o território nacional.

Relatos diversos dão-nos conta da composição desta emigração em diferentes épocas realçando o predomínio de indivíduos do sexo masculino ou já a presença de mulheres, denunciando o reagrupamento familiar que identificou alguns movimentos de saída para territórios além-mar. Relativamente aos finais do século XIX, Evangelista (1971, 125) nota que, até 1890, a "grande massa de emigrantes era (...) quase exclusivamente constituída por homens, não alcançando o sexo feminino mais de 12.4% de 1879 a 1890".

Por sua vez a presença feminina, decorrente do processo de emigração familiar ou já da procura de melhores condições de vida noutros países, acentuou-se no período de 1912 a1920 "em consequência do aumento da emigração familiar e da partida de casadas para se reunirem aos maridos ausentes, já adaptados e com a vida mais ou menos organizada" (loc. cit.). O mesmo vai repetir-se noutros períodos em resultado da procura de novos destinos (facto que prenuncia uma radicação demorada, ou até definitiva, nos países de imigração), da abertura de oportunidades de trabalho feminino e das opções familiares relacionadas com o prosseguimento de um novo projecto de vida em contexto imigratório.

Composição da emigração transoceânica (1955-1974)



As dificuldades crescentes colocadas pelos países de imigração a partir do início dos anos setenta do século XX, levaram à redução dos emigrantes isolados e ao aumento progressivo da emigração de famílias. Por isso a composição destes movimentos veio a alterar-se gradualmente com o incremento da emigração na Europa e as oportunidades de trabalho oferecidas à população feminina, sobretudo na área dos serviços domésticos. Assim aconteceu nos finais dos anos

sessenta e até 1974, devido ao fenómeno do reagrupamento familiar.

Note-se que a emigração transoceânica, inicialmente representada pela emigração masculina e só mais tarde pelo reagrupamento familiar, foi contrária à emigração europeia que embora apresentando de início as mesmas características conheceu, depois de 1974, uma grande intensificação do movimento familiar. Esta ocorrência acabou por dar uma outra feição a este movimento, tornando-o menos temporário e conferindo-lhe um carácter mais duradouro ou até definitivo. Por outro lado, se nesta corrente os jovens parecem constituir uma das parcelas mais significativas deste movimento, não podemos esquecer que houve períodos em que a sua participação, embora sempre representada, foi particularmente reduzida. Registam-se em particular os períodos mais conturbados da nossa história, nomeadamente durante a década de sessenta, quando a hemorragia da população masculina sujeita às obrigações militares, estava legalmente impedida.

Não se pode deixar de assinalar o número elevado de jovens que tem participado neste movimento, dirigindo-se para diversos locais da Europa, como outrora o fez para o Brasil e para outros destinos do continente americano. Estas partidas persistem na actualidade dada a mobilidade acrescida desta população que tem acompanhado as transformações da sociedade portuguesa, mais industrial e urbana, contrastando com o carácter rural que a identificou até à segunda metade do século passado.

Convirá igualmente notar o carácter espontâneo destas saídas, só raramente sucedendo na história recente da emigração portuguesa a intervenção directa do Estado no encaminhamento dos contingentes emigratórios. O recurso a exemplos mais antigos confirma a intervenção do poder central na deslocação de emigrantes isolados e de casais para alguns locais do Brasil e de África. Não é igualmente de menosprezar o apoio directo dado pelo governo português durante os anos sessenta à instalação local de agências oficiais de recrutamento, francesa e alemã, destinadas à colocação de mão-de-obra nacional nestes países.

Estrutura

Acompanhando a evolução dos diferentes fluxos migratórios para o Brasil e outros destinos, temos uma diferenciação da estrutura do movimento por idade e actividade profissional, que importa reportar. Na sua essência esta segue os

traços gerais assinalados pelas migrações internacionais, nomeadamente as de origem europeia com destino aos novos territórios de imigração, Canadá e EUA. Com efeito a consolidação das migrações internacionais e a abertura do mercado de trabalho feminino nos países de imigração, acarretou um recrudescimento da emigração feminina – domésticas - e a uma maior participação de crianças. Tal facto sugere uma fixação do núcleo familiar fora do país dando origem a um processo de socialização e de aculturação, essencialmente urbana, destes grupos sociais.

Esta segunda etapa indicia a maturidade do movimento, identificada pelo maior equilíbrio de sexos em relação à fase anterior e com uma participação diferenciada de diferentes indivíduos e profissões. Tendo em conta os dados oficiais da Junta de Emigração relativos à emigração de activos (maiores de 13 anos de idade) entre 1944 e 1953 verifica-se que dos 134,497 milhares de emigrantes – dos quais 81,6% oriundos do continente -, as ocupações domésticas representaram 28,7% dessas saídas; os agricultores, 23%; os operários, 15,8% e os empregados do comércio, 14,3 % desse total.

Com as ressalvas apontadas pela referida Junta de Emigração (1953, 62) de que o excesso de "empregados comerciais" deve-se, "especialmente, a certas deficiências verificadas na recolha de elementos" e de que "muitos emigrantes agricultores eram levados a declarar como exercendo em Portugal a profissão que iam exercer nos países a que se destinavam", os dados referidos expressam a estrutura social da nossa emigração. Neste caso o panorama da emigração transoceânica diverge da corrente geral estabelecida depois dos anos sessenta. Assim:

- no caso da emigração transoceânica, a fase de maturidade consolida-se logo no início de Novecentos, porventura ainda antes da 1ª guerra mundial, com a saída de famílias inteiras para o Brasil e outros destinos transoceânicos. Disso fizemos referência com o estabelecimento de colonos;
- no caso da emigração geral estabelecida a partir de meados do século passado, notamos que entre 1955 e 1988, a percentagem de homens desceu para 53.6%, o que denota um acréscimo das saídas de mulheres e a tendência para a emigração familiar.

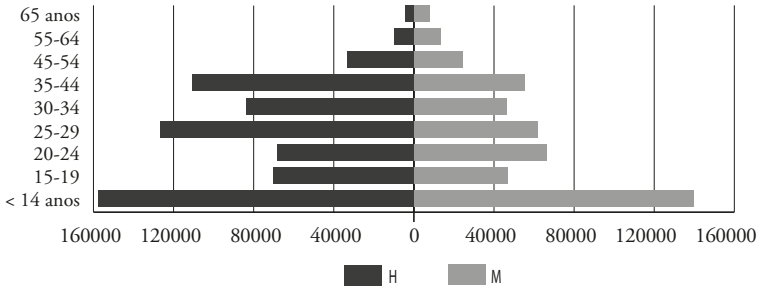
Por esta razão entre 1974 e 1988, apenas no ano de 1983 as saídas de emigrantes isolados - 3875 indivíduos -, superam as saídas dos emigrantes em família. No entanto o incremento da emigração masculina voltou a acentuar-se no decurso da última década, representando esta, em média, mais de 2/3 do total de saídas

registadas.

Na actualidade a emigração portuguesa tem vindo a alterar-se com a variação do seu volume, procura de novos destinos, acréscimo da emigração temporária, saída crescente de jovens com índices de escolarização mais avançada e representação da emigração feminina. Tal está de acordo com a mudança social em curso a qual é evidenciada pelo acréscimo de escolaridade da população jovem, sobretudo de sexo feminino e com as alterações do mercado de trabalho em Portugal alimentando, assim, caudais de jovens diplomados para países europeus e de outros continentes, mais abertos à contratação de certas especialidades académicas. O caso das profissões na área da saúde constitui um exemplo dessa relação de procura/oferta que alimenta a formação terciária nesta área.

Uma nota sobre a estrutura etária desta população. Incluída nas migrações de trabalho, a emigração portuguesa tem sido essencialmente constituída por adultos, sendo a presença de jovens mais reduzida, salvo se integrados na emigração familiar. Contudo a grande participação desta população registou-se entre os finais do século XIX e os anos trinta, quando se intensificou a saída de menores de 14 anos, que fugiam "ao recrutamento e sua fiança" (Serrão, 1976, 242), com destino ao Brasil, "destinados a marçanos dos estabelecimentos comerciais" (Evangelista, 1971, 126). Durante os anos sessenta de Novecentos, como resultado da evolução do sistema político em Portugal, nomeadamente no que respeita à guerra colonial, as tendências da emigração jovem voltam a acentuar-se nos escalões etários anteriores aos do cumprimento do serviço militar obrigatório.

Estrutura etária da emigração portuguesa (1955-1975)



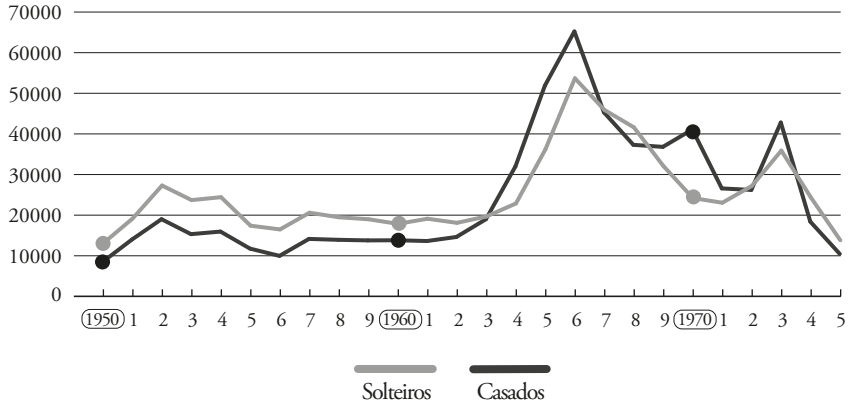
Entre 1955 e 1974, não obstante as restrições impostas aos jovens antes do cumprimento do serviço militar obrigatório, as saídas de jovens até aos 14 anos orçaram os 14% entre os indivíduos do século masculino e os 12% entre os indivíduos

do sexo feminino (Arroteia, 1983, 122). Uma vez ultrapassadas as questões de natureza política relacionadas com a guerra colonial, que condicionaram o processo de emigração familiar, a percentagem de jovens saídos do país com menos de 14 anos representou 22.6% dos 188 milhares de saídas registadas entre 1975 e os finais dos anos oitenta, em 1988.

Em relação aos outros grupos etários é de notar a quebra registada entre 1962 e 1974 do grupo etário dos 20-24 anos, coincidente com a prestação do serviço militar obrigatório. O mesmo se verificou relativamente ao grupo etário (homens) dos 15 aos 19 anos, que decresceu após o início da guerra colonial em consequência das mesmas restrições que afectaram não só as idades anteriores à incorporação militar mas também, nalguns casos, os indivíduos com idade até aos 35 anos. Quanto aos restantes grupos etários registamos, durante o mesmo período, o contributo dos adultos de idade compreendida entre os 25 e os 29 anos, especialmente os do sexo masculino, bem como os de idade compreendida entre os 35 e os 44 anos, que acabaram por representar quase 10% da emigração legal considerada nesse período.

Esbateu-se, como seria de esperar, a participação dos grupos etários respeitante aos mais idosos. Na actualidade, devido ao decréscimo da emigração familiar, o contributo dos emigrantes mais jovens tem vindo a reduzir-se em favor das saídas dos jovens adultos e da população adulta. Apesar de algumas reservas que se poderão levantar quanto às ocupações e à naturalidade (ou residência) dos emigrantes e que constam dos elementos estatísticos, importa assinalar outras características fundamentais deste movimento.

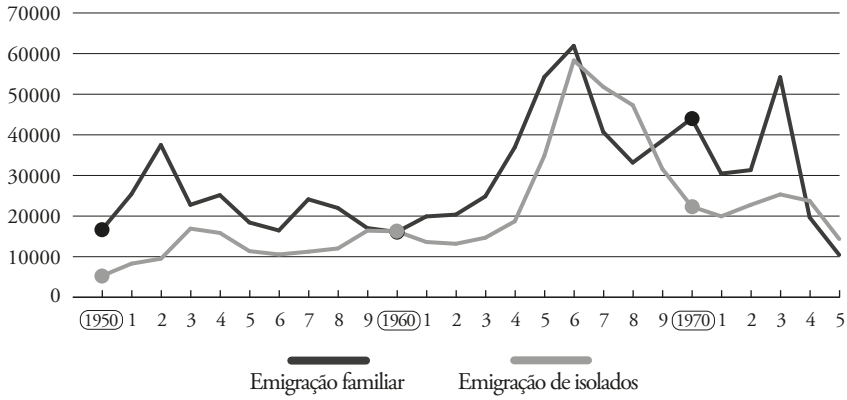
Composição da emigração (1955-1975)



Entre elas a grande participação de "trabalhadores rurais e indivíduos sem qualificação profissional", referida por Evangelista (1971, 130), até aos anos vinte de Novecentos, que foi seguida de uma maior participação de mulheres, igualmente sem qualificação profissional, quando se intensificou a emigração para a Europa. Assim, entre 1955 e 1974, 44.5% dos emigrantes legais declararam não exercer uma actividade económica definida (Arroteia, 1983, 111). Destes mais de metade dirigiu-se para o outro lado do Atlântico e os indivíduos pertencentes ao sector secundário representaram 21.9%.

A composição deste movimento durante o período em que este foi mais intenso, de 1955 a 1974, mostra que o número de emigrantes legais ascendeu a 889604, dos quais 44.5% declararam não exercer uma actividade económica definida. Relativamente às ocupações declaradas pelos emigrantes, constatamos que entre 1955 e 1969, as saídas de activos do sector primário representaram 33.6% da emigração total, diminuindo, gradualmente, entre 1970 e 1974, período em que passaram a estimar-se em apenas 18.6% daquele valor. Já entre 1975 e 1988, este montante desceu ainda mais, passando a representar apenas 7.5% do total de saídas.

Emigração familiar e isolados (1955-1975)



Quanto ao sector II, entre 1955 e 1974, a percentagem de activos pertencentes a este sector (194515 saídas), traduziu-se em 21.9% do total ocorrido neste mesmo período. O seu máximo verificou-se em 1973, com 24319 emigrantes, representando 36.5% desse ano quando a emigração para a Alemanha atingiu o seu auge. Esta ocorrência evidencia a preferência manifestada por este país no recrutamento de indivíduos possuidores de uma certa qualificação profissional.

Por sua vez no período alargado, de 1975 a 1988, este contributo desceu para 18.3%. No que concerne ao sector III, a emigração foi pouco representativa: apenas 7.9%, dos quase 900000 indivíduos que declaram exercer uma actividade económica, saíram legalmente do país entre 1955 e 1974. Já no período de 1975 a 1988, este montante desceu ainda mais, para 6.5%.

Como tem sucedido com as migrações de outros países, o fenómeno emigratório português foi, durante décadas, um movimento de mão-de-obra jovem e adulta, sobretudo masculina, pouco letrada e especializada. Note-se que cerca de 1/4 dos emigrantes legais com mais de dez anos de idade, saídos depois de 1950, pertenciam ao sector primário; pouco mais de 20%, ao sector secundário; menos de 10%, ao sector terciário. Os restantes não indicavam qualquer actividade económica específica. Os dados referidos atestam a componente da população activa na emigração portuguesa, dando conta do contributo elevado de saídas de indivíduos do sector primário neste movimento.

Atendendo à sua decomposição nas suas duas vertentes principais, a transoceânica e a intra-europeia, podemos verificar:

- por um lado, a maior participação dos jovens e das mulheres durante a segunda metade dos anos setenta e durante a década seguinte;
- por outro lado, as alterações registadas na estrutura da população activa em Portugal, com o decréscimo acentuado das actividades relacionadas com a agricultura e em todo o sector primário.

Note-se que as saídas de população activa têm um significado diferente consoante se trata de países de imigração ou de países de emigração. Em relação ao nosso caso estas saídas reflectem a fraqueza dos sistemas produtivos determinantes de um desemprego real ou latente, bem como as dificuldades de uma maior mobilidade social. A saída da população jovem e adulta acarretou uma certa libertação da mão-de-obra excedentária no mercado de emprego e conduziu a um envelhecimento progressivo da população.

A grande participação de "trabalhadores rurais e indivíduos sem qualificação profissional", referida por Evangelista (1971, 130) até aos anos vinte de Novecentos, foi seguida de uma maior participação de mulheres, igualmente sem qualificação profissional, quando se intensificou a emigração para a Europa. Assim, entre 1955 e 1974, 44.5% dos emigrantes legais declararam não exercer uma actividade económica definida (Arroteia, op. cit., 111). Destes, mais de metade dirigiram-se para além-Atlântico, enquanto os indivíduos pertencentes

ao sector secundário representaram 21.9%.

Quanto à composição deste movimento durante o período em que este movimento foi mais intenso: de 1955 a 1974, o número de emigrantes legais ascendeu a 889604, dos quais 44.5% declararam não exercer uma actividade económica definida. Para um total de 213914 emigrantes, registados entre 1975 e 1988, a percentagem de indivíduos sem actividade económica ascendeu a 59.2%.

Tal como sucede em relação ao movimento intra-europeu este movimento prossegue fins de natureza diversa, nos quais predominam os de natureza económica, ditados pela necessidade de sobrevivência individual e familiar no seio de outras sociedades urbanas e industriais, com padrões de nível de vida e de bem-estar material superiores aos da sociedade portuguesa. Esta causa, que no início da República Afonso Costa considerou tratar-se de "um grito de desespero, de agonia" do emigrante português permitiu-lhe defender, a par da nova "constituição política" da República, a "constituição económica" respeitando-se "ambas com a mesma enternecida dedicação" (Serrão, 1976, 161).

Geografia da emigração

Analisar a emigração transoceânica portuguesa obriga a que nos detenhamos sobre os traços fundamentais do movimento, a origem e o destino da população desenraizada da sua terra e o destino de acolhimento. Tal permite conhecer as áreas territoriais mais afectadas por este fenómeno, os seus reflexos sobre o povoamento, a evolução dos habitantes e os seus efeitos sobre as actividades humanas e a sociedade em geral. Complementarmente o seu registo nos países de destino dá conta dos processos de desenvolvimento regionais e nacionais, que exercem a sua atracção sobre a população imigrante, as redes de transporte e de ligação com as sociedades de origem, a dimensão do movimento e os seus múltiplos reflexos no seio dos grupos rurais e urbanos, industriais e agrícolas, onde se radicam.

Ao longo dos anos os dados quantitativos da emigração transoceânica alteraram-se, reflectindo as orientações da governação régia sobre o povoamento, a colonização, a exploração dos recursos naturais das terras de além-mar, a acção das redes familiares e sociais já estabelecidas, a influência dos engajadores e a teia complexa das relações entre o mundo laboral e os seus intermediários junto de populações economicamente debilitadas ou socialmente excluídas.

A narrativa geográfica destas saídas mostra como são diferentes os ritmos e os destinos desta população, as condições regionais e nacionais que pesam na orientação dos fluxos, a evolução do despovoamento, a distribuição assimétrica das formas de ocupação, o desenvolvimento local e os reflexos sobre as terras de origem. As assimetrias espaciais convivem com ritmos distintos de evolução do fenómeno e de contingentes diversificados de emigrantes.

Para melhor compreensão da extensão deste fenómeno no solo português consideramos dois períodos distintos: dos primórdios, a meados de Novecentos e de meados do século passado, aos nossos dias. O primeiro abarca os grandes ciclos da emigração transoceânica; o segundo o despontar da emigração intra-europeia, a queda da emigração brasileira e a procura recente de novos destinos, na Europa e noutros continentes.

Dos primórdios a meados de Novecentos

A análise da distribuição da emigração portuguesa no território segue dois momentos diferentes: o primeiro tem em conta os relatos mais antigos relacionados com a fase histórica deste fenómeno, antes da introdução dos registos oficiais da emigração, durante o século XIX; o segundo tem por base a análise das estatísticas oficiais relativas aos movimentos de saída. Quando o fenómeno se generalizou a todo o território, este expatriamento prosseguiu diferentes objectivos, sobretudo de natureza económica.

Encarado de forma distinta por geógrafos e historiadores, evocamos um texto de O. Ribeiro (1970, 358) para quem "a emigração portuguesa tem variado muito de importância, sendo hoje relativamente reduzida, já por causas internas, já pelos obstáculos postos à imigração pelos estados para onde habitualmente se fazia. Todavia o Norte do País está sobrepovoado, com densidades muito elevadas na zona litoral (Entre Minho e Mondego), com densidades médias e baixas nos planaltos transmontanos, pobres de recursos, de clima rude e de exploração agrícola atrasada". Embora relacionada com uma situação próxima, o autor reconhece a importância desse movimento englobando "todo o movimento de colonização, do século XV aos nossos dias, emigração para as províncias ultramarinas, para o Brasil e outras regiões onde se constituíram importantes núcleos de população portuguesa (Ilhas Havai, Califórnia)".

Com base em análises que nos foram propostas por outros autores (Godinho, 1977; Serrão, 1972), é fácil compreender como a evolução das saídas da população do reino aumentou no decurso da expansão ultramarina de Quinhentos e de Seiscentos, fazendo-se sentir em todo o país, mas com maior incidência nas áreas mais densamente habitadas do Noroeste. Esta região havia já contribuído com colonos para o povoamento do território durante o processo da Reconquista. O mesmo sucede mais tarde quando o Entre Douro e Minho aparece referenciado como terra de origem dos primeiros habitantes que no decurso do século XVI foram colonizar a Madeira, "embora precedidos de uma primeira vaga oriundos do Algarve" (Serrão, 1972, 55). O mesmo é assinalado por Godinho (1977, 208): "foi sempre o Minho a província de Portugal mais densamente povoada e bem servida de portos, que permitiu maior escoadouro de emigrantes para o Brasil".

O relato da emigração portuguesa produzido por Martins (1956, 219) dá conta da extensão deste fenómeno durante o terceiro quartel do século XIX, que alastra a outras áreas do país: "o Minho é o centro da emigração que se

alastra por um lado, pelo litoral, para o Sul (Beira-Alta) (...) estendendo-se ainda ao de Leiria (Estremadura), e por outro lado se insinua para leste no distrito de Vila Real (Trás-os-Montes)". Em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, notamos a saída dos primeiros colonos madeirenses para o Brasil no decurso do século XVI (Serrão, 1972, 55), movimento que terá prosseguido à medida que se instalaram as diversas crises de produção do açúcar nesta ilha. Daí que encontremos relatos da saída de madeirenses para Demerara (Guiana) ou mesmo para as Ilhas Sanduíche (Havai), conforme nos dá conta Martins (op. cit., 234), que anteriormente à segunda metade do século XIX, aponta mesmo aquele território da América Central como o principal destino desta emigração.

Outros estudos mais recentes confirmam a tendência mais antiga de saída de emigrantes madeirenses, em especial de assalariados, que durante o último quartel de Oitocentos desembarcaram no Havai para trabalhar nas plantações. A este respeito regista Dias (1989, 29) que tal fica a dever-se a acordos estabelecidos entre o governo português e o governo local para a "fixação de trabalhadores micaelenses e madeirenses nas plantações de cana-de-açúcar", mais tarde substituídos por asiáticos.

A ida pescadores para o sul de Angola e mais tarde para a República da África do Sul (Arroteia, 1983, 102-117) deve-se à riqueza pesqueira da região banhada pela corrente fria de Benguela. Movimento idêntico de saídas foi registado para a Venezuela, país que entre 1955 e 1974 acolheu quase 60% da emigração proveniente do distrito do Funchal, num total de mais de 40000 emigrantes (op. cit., 97). Durante o mesmo período a população madeirense foi objecto de um processo de "migração dirigida" aquando do seu transporte para "a estação de Huíla, no planalto interior de Moçâmedes" (loc. cit.).

Além do continente africano, para onde terão sido transportados os colonos de Huíla, a população local repartiu-se ainda pelas ilhas de Sanduíche, na Oceânia, (3677 emigrantes, entre 1880 e 1888), Brasil e a Guiana Inglesa (Demerara), que segundo Martins (op. cit., 234-235), "outrora representou a direcção principal da emigração madeirense". Com esta operação procura-se dar seguimento à imposição da Conferência de Berlim sobre a presença efectiva da população branca no território africano.

As características da emigração portuguesa para o Brasil conferiam-lhe um carácter de pioneirismo e de aventura, atestado pelo grande contributo dos jovens e emigrantes isolados e o desconhecimento do que, na maior parte dos casos, os esperaria quando desembarcados em terras de Vera Cruz. Este interesse pela emigração brasileira, incentivada pelo agravamento da situação

económica em Portugal, alastrou aos Açores e à Madeira devido à melhoria das condições do transporte marítimo e à generalização dos barcos a vapor quando as condições locais tornaram precárias as condições de exploração das plantações de cana do açúcar e dos vinhedos que cobriam a "pérola do Atlântico". Nestas tarefas trabalharam os habitantes locais e escravos vindos do continente e outros aprisionados nas Canárias que se ocuparam das tarefas agrícolas e do pastoreio.

Quanto às preferências migratórias nos Açores, regista-se também um forte interesse pelo Brasil. Destas ilhas terão saído, em 1673, colonos para o Pará, movimento que prosseguiu em datas posteriores. Entre outros destinos conta-se a saída de assalariados que durante o último quartel de Oitocentos desembarcaram no Havai para trabalhar nas plantações. A este respeito regista Dias (1989, 29) que tal fica a dever-se a acordos estabelecidos entre o governo português e o governo local para a "fixação de trabalhadores micaelenses e madeirenses nas plantações de cana-de-açúcar".

Dada a situação geográfica deste arquipélago no Atlântico e a sua riqueza pesqueira, a ocupação de pescadores açorianos em navios de pesca americanos é notada desde os finais do século XVIII (Dias, 1981, 26). Este movimento ganhou particular expressão no sul deste país, na Califórnia, onde, de acordo com o citado autor (op. cit., 31-32), residem muito mais açorianos e seus descendentes que nos Açores. Esta participação foi igualmente referida por Martins (1956, 234): "a pescaria da baleia, dirigida por americanos, é para uma parte da população açoriana o que o Brasil é para o minhoto", preferência que se manteve durante a segunda metade de Novecentos quando se reacendeu a emigração para o continente norte-americano.

Dos Açores (Martins, 1956) saíram ainda emigrantes para Buenos Aires e Guiana Inglesa (Demerara), destinos que foram gradualmente perdendo a sua importância devido aos incentivos da emigração para a Califórnia. De facto, já nos finais de Oitocentos era registada uma importante corrente emigratória com destino aos Estados Unidos da América resultante dos contactos frequentes e do recrutamento de pescadores locais para trabalhar nos baleeiros. Esta procura está na origem da fixação de muitas famílias na costa do Pacífico e na costa leste deste país, principalmente em torno de San Diego, cidade que evoca a figura do navegador português pioneiro nestas paragens, João Rodrigues Cabrilho, os estaleiros de atuneiros, as fábricas de conserva e os pescadores que lideravam esta faina[56].

Neste caso o estado de Massachusetts surge desde o século XIX como um dos locais preferidos por famílias açorianas, onde se ocuparam na pesca e na indústria

associada. A este respeito assinala Cerquone (1985) que a chegada dos açorianos aos EUA, a Nova Inglaterra – "coração da vida luso-americana da Costa Leste dos Estados Unidos", deve-se (loc. cit.) aos açorianos "que abandonaram a pátria para fugir ao serviço militar e trabalhar nos baleeiros norte-americanos (...). Dadas as crescentes dificuldades económicas dos Açores e o incremento da navegação entre Boston e Portugal insular, os imigrantes começaram a afluir em número considerável. Temos depois alguns deixaram a pesca da baleia e instalaram-se em cidades costeiras do Massachusetts e Nova Iorque".

Importa ainda assinalar a emigração açoriana para São Luís, no Brasil e a sua responsabilidade na ocupação desta ilha. A propósito da ocupação desta parte do território e da construção de um forte pelas tropas francesas, em 1612, diz-nos E. Marques[57]: "A fundação de São Luís é, portanto, oficializada no dia primeiro de novembro, dia de todos os santos, juntamente com a realização da primeira missa, quando os franceses juntamente com todos os chefes indígenas da região fincam o estandarte da França, ressaltando a soberania francesa do local em relação ao resto do Brasil português".

Quando da união dinástica o território foi reocupado, em 1614 e no ano seguinte, "em 1615, o governo português apela para a Igreja através dos Jesuítas e para os Açores, através de decreto real, requisitando casais para virem conquistar a região amazônica, prometendo-lhes em troca uma nova vida num novo mundo. Nesta altura, a intenção da coroa portuguesa é, ao mesmo tempo, controlar a densidade populacional do arquipélago açoreano mas também dar aos habitantes das nove ilhas melhores condições de sobrevivência no Novo Mundo, já que as ilhas eram constantemente assoladas por terramotos e erupções vulcânicas; saqueadas por piratas e corsários de todos os lados e por pragas que arrasavam as suas lavouras, causando mutações na economia local e transtornos às famílias".

Prossegue o autor dando conta que "os primeiros imigrantes açoreanos que aportaram no Maranhão em 11 de abril de 1619 vieram às custas do contratador Jorge de Lemos de Bettencourt que conseguiu, através da carta régia de 12 de abril de 1617, autorização para transportar 300 casais ao Pará, num total de mil pessoas, ao final do qual receberia o valor de 400 mil réis e a capitania de Pernambuco".

Com a fixação deste contingente, a vida de São Luís (Pereira, 2002) "deixou de ser um simples quartel de tropa, defensor do domínio de uma nação, para tornar-se uma povoação de colonos, cuja vida civil e econômica precisava ser organizada". Sobre a emigração açoriana, Cordeiro e Madeira (2003, 119) registam o

seguinte: "Em termos gerais, a emigração para o Brasil caracterizou-se, no decorrer deste longo período, desde o século XVI, sobretudo, pelo controlo efectivo da coroa. Com efeito, o abandono das suas terras obedeceu menos à vontade da população do Arquipélago e mais aos interesses do Estado. Mesmo nas situações mais dramáticas – acentuadas crises frumentárias, fenómenos sismo vulcânicos, escassez de emprego – que impeliam à urgência da fuga para novos horizontes de esperança, eram os interesses da coroa que prevaleciam, causando, por vezes (...) situações complexas de pessoas que ficavam na dependência da caridade pública, com o alheamento do Governo".

Continuando a sua análise afirmam (loc. cit.) que "esta abordagem sobre a emigração e, em especial, a verificada nos séculos XVIII e inícios do XIX, permite-nos sublinhar a teia intricada de motivações e interesses dos diversos intervenientes no fenómeno. Não se tratava somente dos ditames do Estado e das motivações várias da população. Intervinham ainda as perspectivas das autoridades locais sobre a realidade social e económica das ilhas, além dos interesses, sobretudo económicos, de proprietários rurais, agricultores, negociantes e armadores" (op. cit., 122).

Se tivermos em consideração o registo comum, nos Açores e na Madeira, verificamos que no seu conjunto estes territórios contribuíram com mais de duas centenas de milhares de emigrantes, representando quase 16% do total deste movimento. Sublinhe-se que um dos aspectos mais significativos da corrente emigratória a partir destas Regiões Autónomas é a sua antiguidade, facto que acontece desde os finais do século XVII quando estas zonas de colonização se tornaram, no dizer de Godinho (1978, 15), em núcleos de irradiação de emigrantes "enviando grupos de famílias inteiras para o Brasil, para Moçambique e mais tarde para a América do Norte". Estas saídas ter-se-ão agravado em meados dos séculos XIX com a expulsão de protestantes da Ilha, o que em anos posteriores foi seguida pela procura de melhores condições de vida no continente norte-americano[58].

Este movimento já nos finais do século XIX era considerável e apresenta uma certa especialização nos destinos dos emigrantes, de onde salientamos as preferências das saídas provenientes dos Açores para os E. U.A. e da Madeira para África, Oceânia e continente sul-americano. Com efeito, já Martins (1956, 234) assinala, só no período compreendido entre 1880 e 1888, a saída de "33510 emigrantes (açorianos) para a América, sendo uma grande parte, mas longe da totalidade, para o Brasil". Como justificação, aponta a intensidade de relações entre os Açores (principalmente o Faial) e os E.U.A., considerando bastante

antiga esta corrente emigratória para a "antiga América Inglesa" (loc. cit.).

A análise da evolução da emigração portuguesa, feita com mais precisão a partir dos finais de Oitocentos (quando as saídas passam a ser devidamente registadas a nível nacional), permite atestar a extensão deste fenómeno nos diferentes distritos do continente e ilhas adjacentes. Durante a primeira metade de Novecentos, período em que o total de saídas terá orçado os 1,4 milhões, as saídas foram desigualmente distribuídas no espaço e no tempo. Tendo em conta essa evolução verifica-se, no período de 1890 a 1954, um acréscimo desse movimento até ao início da primeira grande guerra e um decréscimo acentuado a partir de então.

O período de menor intensidade abrange os anos da segunda guerra mundial: quase seis dezenas de milhar de emigrantes, contra perto de trinta e quatro dezenas de milhar no período de 1910 a 1918. A esta fase segue-se um novo período de intensificação do movimento que se estende de forma francamente ascendente durante as três décadas seguintes, até meados dos anos setenta de Novecentos. Se tivermos em conta a distribuição territorial deste movimento verificamos que apesar da sua desigual repartição, mantém-se a tendência esboçada em anos anteriores a qual se traduz na sua maior expressão na metade Norte do país, no litoral e no seu interior.

Os dados referentes ao contributo de cada um dos distritos do continente, em relação ao total de saídas registadas entre 1890 e 1954, dão conta da extensão desse movimento no Centro e Norte, em Viseu (179101 emigrantes), Porto (158877 emigrantes), Aveiro (149286 emigrantes) e Coimbra (110190 emigrantes). No interior, os distritos mais afectados são os da Guarda, Vila Real e Bragança, respectivamente com 97834, 93498 e 83998 emigrantes cada. Por sua vez o distrito de Braga parece continuar os maiores valores ocorridos no centro, registando 85966 saídas; de Viana do Castelo terão saído 51307 emigrantes e de Leiria, 56971 indivíduos.

De realçar que os menores valores ocorrem em Lisboa (32536 emigrantes), e nos restantes distritos do Sul. Com cerca de metade destes valores assinalamos Santarém e Castelo Branco, com 16944 e 15267 emigrantes cada, já que as saídas ocorridas em Beja, Portalegre e Évora - 4454, 3500 e 1321, respectivamente - foram menos significativas.

Se tivermos em consideração o registo nos Açores e na Madeira verificamos, no seu conjunto, que estes territórios contribuíram com mais de duas centenas de milhares de emigrantes, representando quase 16% do total deste movimento. Este fenómeno, que nos finais do século XIX era já considerável, apresenta desde

então uma certa especialização nos destinos dos emigrantes. Assinala Martins (1956, 234) que, no período compreendido entre 1880 e 1888, terão saído "33510 emigrantes (açorianos) para a América, sendo uma grande parte, mas longe da totalidade, para o Brasil". Como justificação aponta a intensidade de relações entre os Açores (principalmente o Faial) e os E.U.A., considerando bastante antiga esta corrente emigratória para este território..

Emigração oficial no continente, Açores e Madeira: 1890-1954

Distrito	*1890-000*	*1900-09*	*1910-18*	*1920-29*	*1930-39*	*1940-49*	*1950-54*	*1900-54*
Aveiro	29640	31402	34322	40544	15470	10669	16879	149286
Beja	1576	733	2431	694	226	149	221	4454
Braga	17118	19697	23030	21637	7728	3496	10378	85966
Bragança	8703	12407	34807	14858	5635	3718	12573	83998
C. Branco	879	1403	5174	4673	1271	819	1927	15267
Coimbra	28759	26128	32157	28761	7864	4934	10346	110190
Évora	250	203	381	397	136	49	155	1321
Faro	1757	2423	6525	10681	5293	2506	4195	31623
Guarda	11226	15833	32571	22719	8197	5693	12821	97834
Leiria	10006	9051	18289	16552	4633	1795	6651	56971
Lisboa	6066	5585	9311	10587	1885	1531	3737	32536
Portalegre	249	227	470	1095	1428	86	194	3500
Porto	38648	34220	37784	43138	14810	8028	20897	158877
Santarém	1502	1778	4335	5542	1776	824	2689	16944
Setúbal	0	0	0	0	122	148	946	766
V. Castelo	10656	12086	13521	9893	4989	2836	7982	151307
V. Real	23620	21516	33138	18071	6950	3414	10409	93498
Viseu	33857	38831	50743	41153	17859	9831	21684	179101
Contin.	224512	233523	338989	290895	106272	59526	144234	1173439
Ang. Her.	8842	14143	27655	5320	1055	795	1142	50110
Horta	7070	9270	6303	3265	259	208	400	19705
P. Delg.	18519	33686	24563	7802	1848	1570	4092	74461
Funchal	17775	16298	17946	17627	8800	15625	400	76696
Reg.Aut.	52206	73397	76467	34911	11962	18198	36034	220972
Total	276718	306920	415456	325809	118234	77724	150268	1394411

Comparativamente, notamos que os valores da emigração no Funchal ou mesmo em Ponta Delgada, foram numericamente inferiores aos já citados para Braga ou Bragança, superando os correspondentes a Leiria. Em termos reais assinalamos neste período 76696 saídas no Funchal, 74461 em Ponta Delgada, 50110 em Angra do Heroísmo e apenas 19705 no distrito da Horta.

Para um período mais recente os dados apresentados no Atlas da Emigração (Arroteia, 1985) permitem-nos ajuizar sobre a dimensão global do fenómeno, a nível de distritos. Entre 1900 e 1954, dos 1394411 emigrantes registados neste período, 84.2% eram provenientes dos distritos do continente e os restantes 15.8% das regiões autónomas, das quais 5.5% do distrito do Funchal; 5.3% de Ponta Delgada; 3.6% de Angra do Heroísmo e 1.4% da Horta.

Destinos da emigração transoceânica (1915-1954)

	Áf. Sul	*Argent.*	*Brasil*	*Canadá*	*EUA*	*Venezuela*	*Ant. Hol.*
1915-19		921	55710		29844		
1920-24		5917	110355		35745		
1925-29		13646	123300		3993		
1930-34		4147	31054		3257		
1935-39		4227	54636		3535		
1940-44	164	728	20920		1277		
1945-49	500	1302	39780		3303	1533	1215
1950-54	1810	6938	145867	1699	5569	15173	2702

Estes dados permitem a comparação do movimento geral da emigração portuguesa no continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Como faz notar (Silva, 2010, 132): "nas ilhas, somos originários do mar e é sobre o mar que partimos todas as vezes que a solidão se torna maior do que a ilha".

A localização do arquipélago, a meio do Atlântico, justifica a opção americana desta emigração. No que respeita ao continente a longa participação nas viagens marítimas e mais tarde na colonização de territórios além-mar reforça, antes da abertura da imigração europeia, a preferência por estas paragens, sobretudo durante as primeiras décadas do século passado em que o Brasil acolheu o maior número.

Tendo por base os elementos conhecidos sobre a evolução da emigração transoceânica no decurso de Novecentos e os seus destinos, reconhece-se a perda gradual que esta assumiu por razões que se prendem com a instabilidade militar e de defesa causada pelos 1º e 2º conflitos armados, mas também por circunstân-

cias regionais decorrentes da crise económica dos anos trinta e dos reajustamentos do sistema económico às novas condições sociais que daí resultaram. A forte indiferenciação dos migrantes transoceânicos não era compaginável com as necessidades de crescimento industrial e agrícola imposto pelos novos países de imigração.

Destinos da emigração transoceânica (1950-1974)

	Áf. Sul	*Brasil*	*Canadá*	*EUA*	*Venezuela*	*Ant. Hol.*	*Argentina*	*Ásia*
1950-54	1810	14867	1299	5569	15191	2326	6938	3
1955-59	4383	91460	12497	10624	21045		2611	112
1960-64	4669	58289	18463	15997	18788		1989	49
1965-69	11124	14978	31942	50677	18530		839	33
1970-74	2126	5646	39410	43839	16912		233	4

À data, o analfabetismo da população portuguesa - apreciada no estrangeiro pelo seu carácter sóbrio, honestidade e qualidades de trabalho - foi um dos entraves à evolução da própria agricultura, do comércio e da indústria ditada pelos interesses de alguns grupos familiares e económicos ligados à exploração e riqueza do ultramar português, sediada junto dos principais portos de embarque e desembarque do território nacional.

Sobre a distribuição da emigração portuguesa no território nacional durante a primeira metade de Novecentos, verifica-se a sua diferenciação em volume e destinos no território português, com particular incidência nas áreas de maior carga humana dos distritos do Noroeste e das Beiras. Estas circunstâncias estão plasmadas na desigual repartição da emigração transoceânica em cada um dos distritos do continente e nos distritos açorianos e madeirense.

De meados de Novecentos aos nossos dias

O levantamento dos dados da emigração desde meados do século passado e, particularmente, durante o período em que se registou a quebra da emigração transoceânica a favor da emigração intra-europeia – de 1950 a 1974 – antecede um novo ciclo da emigração portuguesa marcado pelo decréscimo da própria emigração continental decorrente da suspensão da imigração na maior parte dos

países industrializados, até então receptores de mão-de-obra. Neste período de maior emigração legal e clandestina, esta alastra a todo o território nacional, mantendo-se as áreas de maior emigração distribuídas irregularmente pelo país, ainda com maior incidência no litoral e a norte do rio Tejo (Arroteia, 1983). O padrão espacial deste movimento configura a sua "difusão em cadeia" (op. cit., 87) a partir de concelhos isolados e de grandes manchas caracterizadas por uma certa homogeneidade relativamente ao volume de saídas ou às preferências migratórias ocorridas entre 1955 e 1974.

Com mais detalhe regista-se que entre 1955 e 1959, num período de grande intensidade da emigração transoceânica, esta destaca-se em torno de Aveiro nos concelhos de Vagos, Oliveira do Bairro e Cantanhede (com pouco mais de um milhar de emigrantes), concelhos que registaram grandes perdas e uma maior preferência pelo Brasil e Venezuela, dois dos primeiros países escolhidos por emigrantes desta região. O mesmo sucede nos concelhos de Estarreja e de Oliveira de Azeméis ao passo que em Arouca, Castro d'Aire e Cinfães persistem as saídas para o Brasil. Comportamento idêntico é o que se pode assinalar nos concelhos da Feira, Vila Nova de Gaia e na Maia.

Já nos finais dos anos cinquenta de Novecentos começam a esboçar-se no território, núcleos de emigração para a Europa. Assim aconteceu no concelho de Sabugal, desde a segunda guerra mundial (devido à acção de antigos emigrantes e contrabandistas), ou mesmo em Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, onde predominavam já as saídas para França. Mais a sul outros exemplos são-nos sugeridos em Lisboa e no Algarve, em Loulé, onde as partidas para França e para o Brasil se equilibram. Neste período, embora se tenha verificado uma diminuição da emigração, quer para o Brasil quer para a Venezuela, o aumento registado para a França, E.U.A. e Canadá originou um relativo alastrar deste fenómeno a todo o território nacional, que não só às áreas mais circunscritas do Norte e ao centro do país.

Por sua vez a situação nos Açores e na Madeira realça a grande preferência dos emigrantes madeirenses pela Venezuela e pelo Brasil, país que absorveu mais de 2/3 das saídas. Esta tendência contraria a preferência por outros destinos, nomeadamente as Antilhas, que entre 1944 e 1954 acolheram quase três milhares de emigrantes oriundos deste distrito. Nos Açores, no distrito de Ponta Delgada as maiores preferências vão para o Canadá; nos distritos da Horta e de Angra do Heroísmo as saídas para os EUA representam o maior número de emigrantes.

As preferências da emigração portuguesa, que começaram a alterar-se durante os anos cinquenta, modificaram-se no início da década seguinte acom-

panhando o acréscimo de saídas em todo o continente e o arranque do "ciclo emigratório europeu", em detrimento do "ciclo brasileiro". Daí que a nível do continente verifiquemos, durante a primeira metade dos anos sessenta, entre 1960 e 1964, um acréscimo das saídas para França com a individualização de núcleos de concelhos que funcionam como aglutinadores das preferências emigratórias: Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, concelhos onde se registam as maiores preferências para França, descritas na emigração legal. Igual preferência nota-se no concelho de Sabugal, onde as saídas legais para aquele país ultrapassam os 90%.

No mesmo período, de 1960 a 1964, a importância da emigração para o Brasil foi ainda sensível noutras áreas, em particular em todo o distrito de Viseu, mantendo-se elevada no distrito de Aveiro, nomeadamente em Arouca e mesmo em Vila da Feira. Contudo o acréscimo generalizado da emigração para França foi o grande responsável pelo aumento da emigração noutras regiões, em particular do norte do país nos distritos de Braga e em Viana do Castelo outrora mais afectados pela emigração transoceânica. Mais uma vez o denso Noroeste a exportar os seus residentes num "espectáculo atroz (...) da emigração definitiva, para sempre, da fuga à miséria, do arrastamento impiedoso de famílias inteiras", como assinalou Afonso Costa no começo da República (Serrão, 1976, 160), outrora para os destinos mais remotos da América e Oceânia.

Emigração oficial no continente, Açores e Madeira: 1955-1988

Distrito	*1955-59*	*1960-64*	*1965-69*	*1970-74*	*1975-79*	*1980-84*	*1985-88*
Aveiro	15109	13940	28881	21592	7141	6119	2592
Beja	398	1111	5904	7398	622	1751	835
Braga	10337	17175	43040	20848	3646	4330	1888
Bragança	9100	8312	16139	6148	948	2609	1484
C. Branco	2968	8407	25040	6297	1332	1737	891
Coimbra	6103	5399	12944	12117	2735	2687	2104
Évora	174	200	2227	2534	312	474	233
Faro	3525	6265	17621	7882	1718	1203	407
Guarda	10275	9995	27543	6436	2570	2121	1280
Leiria	6982	14658	34897	22526	4497	3406	2448
Lisboa	3702	12913	39487	31457	16205	13556	5571
Portalegre	335	329	2055	1017	204	174	51
Porto	15012	14700	40595	25074	5287	4358	2419

Distrito	*1955-59*	*1960-64*	*1965-69*	*1970-74*	*1975-79*	*1980-84*	*1985-88*
Santarém	3979	7692	16825	10829	2596	3290	1645
Setúbal	618	1820	9485	8253	3823	3293	1657
V. Castelo	7919	7501	25066	8887	2773	2708	936
V. Real	8581	7200	17922	11735	3898	4386	2859
Viseu	14616	10730	19877	17878	3261	4983	3226
Ang. Her.	1502	3351	11032	11360	70576		
Horta	4592	3591	6007	5547	2570		
P. Delg.	9323	13779	34522	31242	18047	*37567	*8266
Funchal	22193	21139	15273	16671	7563	**4393	**1190
Total geral					98763		

**Açores **Madeira*

Quanto ao movimento por distritos podemos dividi-los em dois grupos: os que já no período anterior apresentaram um forte contingente emigratório e os que continuaram a evidenciar uma emigração relativamente reduzida. Estão no primeiro caso: Aveiro, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real, Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Bragança; no segundo grupo situamos os distritos de Faro, Santarém, Setúbal, Beja, Portalegre e Évora, realçando a oposição entre o norte e o sul do país quanto à participação nesse processo de saídas.

Em relação aos Açores e à Madeira, entre 1960 e 1964, a situação manteve-se relativamente estável, apesar do pequeno aumento verificado - 41860 emigrantes - dos quais 21139 provenientes da Madeira e 20721 dos Açores. Nota-se ainda um aumento da emigração proveniente de Ponta Delgada, com 13779 emigrantes, dos quais 8542, dirigiu-se para o Canadá e 4344 para os E.U.A. Por sua vez, nos distritos da Horta e em Angra do Heroísmo, para um total de 3591 e 3351 saídas, respectivamente, mais de 60% dirigiram-se para este último país, quedando-se em cerca de 30%, apenas, a emigração para o Canadá. Recorde-se o aumento da emigração para os E. U. A. depois da erupção do vulcão dos Capelinhos. No que respeita ao movimento proveniente da Madeira notamos um aumento de 1437 saídas em relação ao período anterior (11148 emigrantes), verificando-se um decréscimo da emigração para o Brasil e mesmo para a África do Sul representando, respectivamente, 28.5% e 13.3% da emigração total.

Relativamente à segunda metade de sessenta, entre 1965 e 1969, a emigração

sofreu um acréscimo considerável, tendo-se apontado, no continente, a saída de 385548 emigrantes. Na sua maior parte estes dirigiram-se para a França, 68.4%, e para a Alemanha, 10.8%, tendo a emigração para o Brasil, para o Canadá e para os E. U. A. apresentado valores mais diminutos. De entre os vários concelhos que apresentaram maior número de emigrantes, destacamos um núcleo no Norte do país, constituído por Braga, Guimarães e Santo Tirso; no centro, Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém; no interior, Sabugal, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, além de Lisboa e de Loulé, no Sul. A preferência pela emigração para a França foi um fenómeno comum em todos os concelhos do continente, à excepção dos concelhos do Vale do Ave e em Santo Tirso, onde a emigração para a Alemanha foi relevante.

Em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira assinala-se, durante a segunda metade dos anos sessenta, a redução das saídas provenientes da Madeira - 15273 emigrantes - por oposição ao que se verificou nos Açores. Este aumento deve-se ao acréscimo da emigração para os E. U. A. - 30996 emigrantes (apenas 8793 no período anterior). Também as saídas para o Canadá passaram de 10979, entre 1960 e 1964, para 19216, das quais 15513 provenientes do distrito de Ponta Delgada. Nos distritos de Horta e em Angra do Heroísmo, manteve-se importante a corrente emigratória para o Canadá - 2468 emigrantes, no segundo distrito, e 1235, no primeiro -, ao mesmo tempo que se incrementara nas saídas para os E.U.A., em número de 8490, em Angra, e de 4761, na Horta.

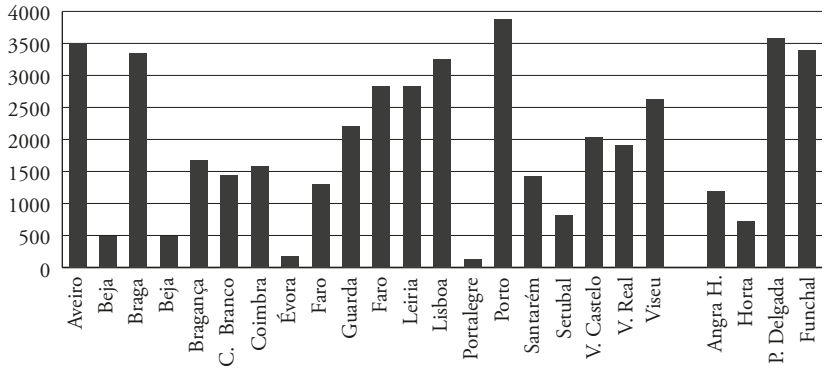
No distrito do Funchal a quebra da emigração deve-se, fundamentalmente, à sua redução para a África do Sul e para o Brasil - apenas 772 e 1514 emigrantes. Para a Venezuela este movimento manteve-se praticamente inalterável (11685 emigrantes), representando 76.5% da emigração total registada nesse distrito. Embora em valor diminuto (218 saídas depois de 1967, já que, até então, estas vinham englobadas nos outros países), o aparecimento da emigração para o Reino Unido surge por influência do turismo, mobilizando alguns trabalhadores, sobretudo do ramo hoteleiro.

Os primeiros anos da década de setenta, de 1970 a 1974, ficaram ainda marcados pelo forte contingente de saídas em todo o território português. Contudo o aparente decréscimo da emigração neste período deve-se, por um lado, ao aumento dos clandestinos e, por outro, às medidas restritivas impostas pela Alemanha e pela França, que fizeram baixar a emigração, a partir dos últimos meses de 1974.

Em relação aos Açores e à Madeira, entre 1970 e 1974, a emigração manteve-se praticamente inalterável, embora com uma ligeira redução de 3412 saídas nos

Açores e um aumento de 1398, na Madeira. Globalmente as partidas do distrito do Funchal foram calculadas em 16671, das quais 68.7% com destino à Venezuela; as provenientes de Ponta Delgada ascenderam a 31242; as de Angra do Heroísmo, a 11360, e as do distrito da Horta, atingiram as 5547. Em percentagem, a emigração para o Canadá representou 61% do total, no distrito de Ponta Delgada; 37%, em Angra do Heroísmo; e 38%, na Horta. Por sua vez, as saídas para os E. U. A. representaram 36%, em Angra, e 61%, no distrito da Horta.

Emigração segundo a origem: média anual de 1950 a 1981



A análise das grandes tendências emigratórias para destinos transoceânicos permite observar que durante este período alargado - em que esta corrente perdeu o seu tradicional significado -, as saídas para o Brasil, preponderantes até 1962, são cada vez mais reduzidas em virtude das saídas legais e clandestinas para o continente europeu. Mesmo assim a sua distribuição no território teve maior significado nas regiões a norte do rio Mondego, as de maior densidade populacional, coincidentes com os distritos de Braga e Porto. Na região centro de Portugal, os distritos de Viseu e de Leiria foram os mais duramente atingidos.

Esta descrição permite individualizar diversos núcleos de irradiação que permanecem ao longo do tempo como centros de difusão do movimento. Assim se verifica nos concelhos de Lisboa, Porto e Arouca, com mais de um milhar de emigrantes cada. Contudo tendo em conta a percentagem das preferências das saídas para o Brasil registadas em relação à emigração oficial total, a emigração brasileira representou mais de 75% desse todo apurado, entre 1955 e 1974, nos concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães. No decurso deste período da emigração transoceânica para as terras de Vera Cruz, a expressão territorial destas saídas vai-se reduzindo no seu volume e extensão, sobretudo nos distritos do

Norte e Centro do território, os que alimentaram os maiores caudais de emigrantes para este país.

No sul, a emigração para o Brasil mantém-se reduzida, salvo no distrito de Faro, onde as saídas foram mais notadas. Por sua vez a importância da emigração para o Brasil em relação ao total das saídas em cada um dos concelhos realça ainda mais as particularidades desde movimento (Arroteia, 1985) fazendo notar a sua diversificação em todas as unidades administrativas consideradas nas estatísticas oficiais. Aqui regista-se a percentagem desta emigração transoceânica em relação ao total da emigração oficial ocorrida no decurso do terceiro quartel de Novecentos em cada uma dessas unidades administrativas.

Expressão diferente teve a emigração para o Brasil nos Açores e, em particular, na Madeira onde as saídas para este país ultrapassaram os 15,7 milhares. Para o conjunto dos distritos açorianos – 1441 emigrantes – o maior volume foi registado em Ponta Delgada com 964 emigrantes. Tal como no continente, os dados globais da emigração para o Brasil são diferenciados em cada um dos concelhos destas Regiões Autónomas.

Já em relação aos EUA o acréscimo deste movimento, entre 1966 e 1969 e a sua manutenção nos anos seguintes, traduziu-se numa repartição desigual no nosso território. Temos assim que aos grupos de concelhos que até 1964 apresentaram valores pouco inferiores ao meio milhar de emigrantes e depois de 1965-69 regista-se um alastrar dessas manchas no nosso território.

À maior distribuição da emigração em todo o litoral a norte do rio Tejo e de alguns núcleos dispersos no norte transmontano e na Beira Interior, as maiores preferências ocorrem num reduzido grupo de concelhos – separadamente ou isolados – com maior predomínio nestas regiões. Assim acontece em Montalegre, Chaves e Boticas; Mangualde, Penalva do Castelo, Gouveia e Celorico da Beira ou ainda na Murtosa e em Alcobaça. Nestes exemplos as saídas para os EUA oscilaram entre os 25% e os 45% da sua emigração total, evidenciando as maiores preferências durante o período alargado de 1955-1974. Tal realça a preponderância de núcleos de emigração, alimentados por movimentos mais antigos de "pioneiros" e a sua perpetuação através dos círculos de amizade e familiar.

Relativamente à situação na Madeira a emigração oficial para os EUA foi de 993 emigrantes. Já nos Açores esse montante foi de 26243 emigrantes, assim repartidos: Ponta Delgada – 36004 emigrantes; Angra do Heroísmo: 18382 emigrantes e Horta: 13857 emigrantes.

Em relação a outros países significativos na nossa emigração transoceânica, como a Venezuela, verifica-se que esta circunscreveu-se a duas áreas distintas

do continente: ao distrito de Aveiro com algum prolongamento para os distritos contíguos do Porto e de Coimbra e no Algarve, especialmente em Faro, Alcoutim e Loulé. O mesmo ocorreu, isoladamente, na Covilhã e em Alcanena, concelhos que a par de outros destinos, indicam as preferências por este país sul-americano.

A relevância desta emigração dirigida para a Venezuela assume particular significado em áreas já afectadas pela emigração transoceânica brasileira, sendo nalguns casos orientada por uma reemigração de nacionais que em período de maior prosperidade económica trocaram os seus negócios no Brasil por iniciativas aparentemente mais promissoras no território venezuelano acolhendo, nalgumas circunstâncias, a nova mão-de-obra oriunda do seu país.

Na região insular da Madeira o total de emigrantes declarados para este país atingiu um valor superior aos 43,9 milhares de saídas. Movimento idêntico foi registado para a Venezuela, país que entre 1955 e 1974 acolheu quase 60% da emigração proveniente do distrito do Funchal, num total de mais de 40000 emi–grantes. Já nos Açores registaram-se apenas 138 saídas para este país.

De acordo com Nascimento (2009, 18) as saídas para a Venezuela – a "Pátria de sonho" para os madeirenses[59] - estão relacionadas com a emigração para Curaçau e a ida dessa ilha para a Venezuela, "nos barcos que traziam fruta, porque a actividade era difícil ou porque tinha acabado o contrato de trabalho." Prossegue, afirmando (op.. cit., 19): "a segunda fase da emigração madeirense para a Venezuela, a partir da época da Guerra Colonial em África, indica uma emigração que poderemos dizer quase forçada, pelo pavor dos jovens de poderem morrer nos ataques de guerrilha em África. Neste período, de 1961 a 1974, vemos partir para a Venezuela muitos estudantes de famílias rurais que já estavam no Funchal, no Liceu (...)". O grande número de emigrantes madeirenses para este país e para outros destinos em meados de Novecentos, deve-se também ao excessivo peso demográfico da ilha, e como uma das formas de minimizar os seus efeitos sobre a débil economia deste território insular.

Entre os destinos mais significativos da emigração portuguesa durante o segundo quartel de Novecentos conta-se o Canadá, país que no século passado acolheu grande número de emigrantes nacionais ao longo do seu terceiro Quartel, entre os anos 50 e 1974. As saídas distribuem-se por todo o litoral a norte do rio Tejo e ainda nos concelhos de Faro e de Loulé, no Algarve. Embora quantitativamente importantes em Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha, Leiria e Lisboa, em nenhum destes concelhos foram assinaladas preferências significativas para este país em relação ao total da emigração registada durante aquele período

alargado. Apenas no Alentejo o concelho de Crato sobressai, sendo que as saídas aqui registadas para o Canadá representaram um valor superior a 25% do total da emigração oficial declarada nesse município.

Tal como sucedeu em relação aos EUA, a emigração açoriana teve grande preferência para o Canadá, país que durante o referido período alargado, de 1955 a 1974, acolheu mais de 62,8 milhares de açorianos oriundos do distrito de Ponta Delgada: 48995 emigrantes; Angra do Heroísmo: 8129 emigrantes e Horta: 5759 emigrantes. As preferências emigratórias para o Canadá acabam por comprovar o interesse da população local por este país após a celebração dos primeiros contractos oficiais, em 1953, com o governo português.

Na Madeira registaram-se apenas 1148 saídas para este país. Tal facto assume, na emigração insular, o peso da tradição emigratória e a oportunidade das saídas registadas em épocas de maior constrangimento económico, situação que na região era frequente em função dos recursos existentes, da dimensão familiar, da densidade demográfica e das oportunidades de emprego na região. Daí a forte receptividade da população local quanto às oportunidades de emprego surgidas no exterior, na África do Sul, Austrália, Brasil, Curaçau e Venezuela.

Por sua vez a emigração para a Africa do Sul teve uma expressão pouco relevante em todo o continente português, salvo em pequenos núcleos nas áreas do Porto e do distrito de Lisboa. Assim e com excepção do período compreendido entre 1965 e 1969, em que foi notória a emigração para a Africa do Sul no distrito de Aveiro, apenas na Maia, em Vila Nova de Gaia e em Lisboa esse valor ultrapassa, entre 1955 e 1974, um milhar de emigrantes. Mesmo assim nenhum dos concelhos assinalados apresenta uma preferência muito significativa em relação à emigração para este território do continente africano.

Nas regiões insulares o maior volume de saídas para a África do Sul foi registada na Madeira – 7451 emigrantes; nos Açores quedou-se por uma dezena e meia de emigrantes. A ida pescadores para o sul de Angola e mais tarde para a República da África do Sul devido à riqueza pesqueira da região banhada pela corrente fria de Benguela, teve os seus reflexos nesta preferência mais recente da emigração madeirense.

Do exposto podemos assinalar que depois desta fase de grande intensidade da emigração portuguesa e no que ao continente diz respeito, a repartição das saídas reforçam o sentido da litoralização do território, do Minho ao Algarve. Trata-se de um fenómeno que tem vindo a acentuar-se com a concentração demográfica, actividades da população, investimentos, infra-estruturas e equipamentos colectivos, que continuam a alimentar os diversos tipos de movimentos

migratórios. A esta segue-se a desertificação progressiva e constante de outras áreas do território nacional, nomeadamente no seu interior.

Distribuição da emigração por regiões de origem e países de destino (1955-1977)

Origem		*Af. Sul*	*Can.*	*EUA*	*Brasil*	*Venez.*	*RFA*	*França*	*Total*
Continente	%	66,5	38,2	43,0	90,0	42,2	99,9	99,7	79,7
Açores	%	0,2	60,6	56,0	0,8	9,4	-	-	13,3
Madeira	%	33,3	1,2	1,0	9,2	57,4	-	0,3	7,0
Total		22913	112901	143215	172185	82638	132768	429113	1157048

No que concerne às Regiões Autónomas é de realçar as preferências migratórias para a Venezuela e para a África do Sul registadas na Madeira, e o êxodo açoriano em direcção aos E.U.A. e ao Canadá. Para além de realçarem a sua extensão no território estas opções levaram à consolidação de importantes comunidades de emigrantes, constituídas essencialmente por indivíduos naturais da mesma região.

Como assinala M. B. Rocha-Trindade (1976, 14)[60], "Os laços que unem os emigrantes à sua terra de origem, como elementos dum grupo, faz com que cada um assuma na sua terra natal o papel de difusor de uma informação que permite o conhecimento de novas condições de vida, estimula o desejo de as atingir e permite e/ou facilita o meio de os gozar". Daí que a decisão de emigrar, a circulação da informação entre os elementos da mesma comunidade e o apoio familiar a estas saídas pesem na expressão actual deste fenómeno, que no presente continua a assumir um peso excessivo da população jovem a seguir os trilhos deste movimento.

Recorde-se que a expansão actual da emigração portuguesa continua a acentuar as assimetrias sociais e os contrastes de desenvolvimento resultantes de factores físicos e de políticas sociais e sectoriais que não têm permitido atenuar os desequilíbrios existentes. Por isso a extensão dos movimentos migratórios, responsáveis pela desertificação progressiva de certas áreas do território, continua a alimentar os ecos antigos deste movimento já descritos por Guerra Junqueiro[61]: "Ai, há quantos anos que eu parti chorando / Deste meu saudoso, carinhoso Lar!... / Foi à vinte, à trinta, nem eu sei quando / Minha velha ama, que me estás fitando, / Canta-me cantigas para me eu lembrar!... / Dei a volta ao mundo, dei a volta à vida... / Só achei enganos, decepções, pesar... / Oh! A ingénua: alma tão desiludida!... / Minha velha ama, com a voz dorida, / Canta-me cantigas de me adormentar!..."

Heranças e territórios religiosos

Numa empresa onde os valores religiosos de cruzada se entrecruzam com os interesses comerciais e militares de expansão do território, a Igreja Católica e as suas missões acompanham o processo de povoamento com a construção da organização eclesiástica, circunscrições religiosas, distribuição dos templos, através da movimentação de fregueses e instalação de ordens religiosas. Localmente identificam-se ainda pela criação de associações de apoio aos habitantes que completam a sua acção apostólica. Justifica-se por isso que recordemos alguns dados da administração religiosa nos territórios das descobertas, geralmente associados aos traçados dos limites das circunscrições administrativas do território: algumas perduraram ao longo do ciclo de duração da emigração transoceânica; outras foram reajustadas de acordo com as necessidades.

Dada a evolução dos movimentos de saída da população portuguesa, a sua dispersão por diferentes contextos geográficos e a sucessão de eventos militares e políticos responsáveis pela sua limitação espacial, a memória comum de muitos destes lugares tem para assinalar um monumento, uma história religiosa, uma tradição cultural, uma festividade e um santoral comum a outras partes do antigo Reino. Esta herança permanece em antigas crónicas e documentos relacionados com a organização religiosa nas terras de missão, hoje habitadas por comunidades de origem portuguesa e noutros locais onde esta se esvaneceu.

Assinala Zurara, na Crónica da Guiné (Serrão, 1976), que entre as causas da expansão portuguesa esteve "o grande desejo que havia de acrescentar em a santa Fé de nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar (...)". Estas razões completavam o interesse comercial e as razões estratégicas do alargamento do Reino para o mar, em detrimento do interior da Península dominado pelo poder de Castela. Daí que a missionação exercida pela Igreja – entendida como "alargamento da acção missionária aos novos mundos tornados acessíveis com a gesta dos descobrimentos iniciada por portugueses e espanhóis" (Eclésia)[62], tenha acompanhado esta empresa, "inicialmente

realizada por missionários religiosos (Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas, etc.) com o apoio financeiro do poder político, nem sempre isento de interesses colonialistas (fase dos Padroados); e, depois, a partir de 1622, sob a superior orientação da Congregação da Propaganda da Fé (...)".

De acordo com a *Enciclopédia Católica Popular*[63], o desenvolvimento da acção missionária da Igreja, com a pregação do Evangelho e a constituição de novas comunidades de fiéis e de Igrejas, foi desenvolvida pelas ordens religiosas, com interesses distintos por parte da Coroa e da Igreja, por vezes até "com excessiva centralização romana e resistência a tentativas de aculturação da fé (caso dos Ritos Chineses e Malabares)" (op. cit.).

Circunstâncias várias, nomeadamente as relacionadas com a extensão dos territórios de missão, a sua localização afastada do Reino e os interesses da Cúria Romana sugeriram novas formas de intervenção relacionadas com a evangelização e cristianização de outros povos. Tal aconteceu com a criação de novas Dioceses e Paróquias. A este respeito regista Serrão (2006.2, 305), que ao tempo das descobertas, o ideal dos portugueses de "fazer cristandade", levou à organização nos novos territórios de "paróquias e dioceses, com seminários e colégios para formação do clero indígena" daí resultando a criação de quarenta dioceses no Brasil e desde o norte de África ao extremo oriente.

A relação entre a expansão portuguesa e a "proclamação da Boa Nova da salvação de J. C. (...) a todos os povos e culturas"[64] surge como um dos desígnios da Igreja Católica na empresa dos Descobrimentos. Daí que a missionação tenha seguido o modelo hierárquico religioso e de domínio territorial estabelecido no Reino, ajustado aos limites e extensão dos novos territórios eclesiásticos que se alargaram às possessões da Índia, Macau e Timor.

A este respeito Doré (2006, 9), citando Thomaz (1998), regista que "A primeira característica explicitada por essas duas experiências alimenta a compreensão de um império que é na sua essência uma rede". Aproximando o quadro português de outras situações semelhantes, Luís Filipe Thomaz (1994, 208) escreve: "Ao longo dessas redes, produziram-se bastas vezes (...) fenómenos de difusão, nivelamento e uniformização cultural, que geraram, por vezes, uma certa unificação ideológica, reforçando a solidez da rede. As grandes religiões de espírito universalista e cariz igualitário, que nas redes encontraram um veículo privilegiado de difusão, desempenharam, frequentemente, essa função: o budismo, na velha rede caravaneira da Ásia Central conhecida por "estrada da seda"; o islão, na rede caravaneira do Saara e nas redes marítimas da África Oriental e da Insulíndia (...); o cristianismo, na expansão portuguesa".

Ainda sobre o mesmo assunto, assinala que ao seu estabelecimento corresponde a difusão de uma língua veicular, que também "se tornou num instrumento de transmissão de outras formas culturais" (op. cit., 209). A propósito assinala Doré (op. cit., 10): "a segunda característica se restringe ao plano das intenções, o que já difere da prática habitual. O avanço para o interior do território africano - até meados do século XVII - aconteceu apenas na região do Congo, assim como a proposta de interiorização das comunidades católicas do Ceilão foi um dos raros projetos visando dar um carácter territorial à dominação portuguesa. No reinado de D. Sebastião houve ainda uma tentativa de avanço na região dos rios de Cuama, em Moçambique, visando o controlo da região das minas de ouro, mas sem sucesso. (...) Plasticidade, pragmatismo, adaptabilidade parecem ser ideias produtivas para a compressão desse império".

Por sua vez Dias (1997, 157), põe em evidência que "ao 'direito da Cruzada' reconhecido a Portugal, a Igreja ligou, como que para retribuição do 'serviço de Deus', o 'direito de conquista' e ainda, a modos de gratificação legal, o 'direito de Padroado', que tudo englobava"- estruturas e organizações religiosas dependentes da Diocese de Goa, sediada na Velha Goa. Esta diocese "foi instituída em arcebispado metropolitano em 1557, tornando-se não só a capital política, mas também o centro económico, cultural e religioso da Índia Portuguesa" (Seabra e Manso (2012, 85).

No início de Quinhentos o Padroado do Oriente constitui-se como um sistema de benefícios e de direitos de natureza religiosa e resulta da outorga, pela bula *Pro Excellenti Praeeminentia* do Papa Leão X, de 1514 (Manso, 2011, 410), que "estabeleceu que todo o Oriente ficaria sujeito ao bispado do Funchal e, em 1533, com a bula *Aequum Reputamus*, Clemente VII criou a Diocese de Goa. Esta abrangia todos os territórios desde o Cabo da Boa Esperança até à China, passando pela Índia". De acordo com o texto da *Enciclopédia Católica Popular*[65], o Padroado consiste no "direito, progressivamente reconhecido pelo poder eclesiástico aos fundadores de igrejas e benefícios, de apresentarem o clero para serviço de suas fundações. (...). No séc. XV, quando da evangelização dos novos mundos, os Papas reconheceram aos reis de Portugal (e aos de Espanha, e a outros, mais tarde) o direito de Padroado Ultramarino (...)". Por sua vez, a Diocese, "Do gr. = governo, administração). O termo transitou da administração do Império Romano para a Igreja, embora só a partir do séc. IV passasse a ter a actual significação de "porção do povo de Deus confiada a um bispo" (cf. CDC 369). (...). Divide-se geralmente em paróquias, que se podem agrupar em arciprestados, também chamados vigararias forâneas ou ouvidorias" (loc. cit.).

O estudo de C. Dias (1997) sobre a evangelização no século XV, regista a existência de três períodos iniciais neste processo:

> - 1415 a 1460, em que esta actividade está dependente da Ordem de Cristo e do seu Administrador, o Infante D. Henrique;
> - 1471 a 1500, que abrange a expansão no norte de África e das costas deste continente até à descoberta de Brasil, com uma relação muito directa da coroa: D. Afonso V, D. João II e D. Manuel;
> - 1500, marca a data em que se "estabeleceu que todo o Oriente ficaria sujeito ao bispado do Funchal e, em 1552", um tempo em que se regista um "mais dilatado movimento missionário no Brasil e no Oriente até à ida dos Jesuítas e S. Francisco Xavier" (Dias, op. cit., 147). Cada um destes períodos fica marcado pela criação de Igrejas e Dioceses: Ceuta (1420), Funchal (1514), Cabo Verde (1534), Goa (1534), S. Salvador, sufragânea do Funchal com sede em Angra (Dias, 1997, 151). Durante este percurso, "conquista e evangelização eram correlativas e estavam interdependentes" (op. cit., 146).

O relato da constituição das novas Dioceses acompanha a progressão e domínio luso nestas paragens. Assim, "Em 1557, a diocese foi desmembrada criando-se duas outras, e elevada a arcebispado (...) Para além da criação das dioceses de Cochim e Malaca, outras dioceses surgiram: Macau (1576); Funay (1588); Angamale (1594); Meliapor (desmembrada da de Cochim, em 1606) e Nanquim e Pequim, ambas em 1690" (Manso, 2011, 410 - cit: Rego, 1940, p. 15-23). Desta relação de Dioceses inscritas no Padroado ultramarino português nos séculos XVI a XVIII referem-se ainda: o Congo (1596) e no território brasileiro: Baía (1551); Olinda (1676); Rio de Janeiro (1676); Maranhão (1677); Belém do Pará (1719); Mariana (1745); São Paulo (1745). Do outro lado do mundo, Pequim (1690); Nanquim (1690).

Completa-se esta referência com a indicação dos sucessivos Papas e do alargamento do domínio territorial sobre territórios do oriente onde algumas das novas dioceses permaneceram sufragâneas das mais antigas (Martins, 1990, 109-110):

> 1516 – "Leão X: concedeu ao rei de Portugal o direito de apresentação para os benefícios dos territórios adquiridos pelos portugueses durante os dois últimos anos e para as terras conseguidas posteriormente (...); erigiu a diocese do Funchal e atribuiu ao monarca o direito de apresentar o seu Bispo (...); e deu aos reis portu-

gueses o direito de Padroado sobre os territórios dominados por eles";
1533 – "Clemente VII: elevou a diocese do Funchal a arquidiocese; instituiu, para sufragâneas, as dioceses de Goa, Santiago, S. Miguel e S. Tomé; a atribuiu ao rei de Portugal o direito de apresentar os seus prelados";
1539 – "Paulo III: estebeleceu a extensão territorial da diocese de Goa – desde o cabo da Boa Esperança pela Índia até à China – recordou os direitos e deveres concedidos pelos Sumos Pontífices ao Padroado Português do oriente (...) e apresentou algumas orientações para a administração eclesiástica (...)";
1558 – "Paulo IV: elevou a arquidiocese de Goa a metropolitana e primacial (...) e erigiu as dioceses de Cochim e Malaca, entregues - como sufragâneas – a Goa e ao Padroado português (...)";
1576 – "Gregório XIII: instituiu a diocese de Macau, espalhada pela província da China e pelas ilhas do Japão e de Macau e outras terras e ilhas adjacentes, e confiada aos monarcas portugueses (...)";
1588 – "Sisto V: criou a diocese de Funay para, como sufragânea de Goa, se ocupar da provincia de Bungo e dos territórios e ilhas do Japão";
1599 – "Clemente VIII: formou a diocese de Angamale (Malabar) para sufragânea de Goa";
1612 – "Paulo V: erigiu a Diocese de S. Tomé de Meliapor (...) e instituiu a Vigararia de Moçambique para administrar a área desde o promontório de Guardafui até ao Cabo da Boa Esperança, terras de Cabeceira, Mombaça, Sena, Ampaza, Zanzibar e Sofala";
1690 – "Alexandre VIII: erigiu a diocese de Pequim (...) e criou a diocese de Nanquim".

Complementarmente à criação das dioceses foi intenso o contributo de diferentes ordens religiosas, em particular dos Jesuítas os quais, de acordo com Manso (2011, 411): "Desde a sua chegada a Portugal, os jesuítas inseriram-se na organização missionária do Padroado e receberam da Coroa e das autoridades régias o apoio necessário para a sua actuação nas missões ultramarinas. Embora alguns dominicanos isolados tenham surgido na Índia, só em 1548 construíram o primeiro convento. A subida de D. João III ao trono determina uma mudança importante no programa expansionista português. O monarca abandona os projectos manuelinos de ataque ao Império Mameluco pelo Mar Roxo, a destruição de Meca e a recuperação de Jerusalém por uma política mais pragmática e menos ideológica".

Mais adiante regista a autora (loc. cit.): "Desde a sua chegada a Portugal, os

jesuítas inseriram-se na organização missionária do Padroado e receberam da Coroa e das autoridades régias o apoio necessário para a sua actuação nas missões ultramarinas. Embora alguns dominicanos isolados tenham surgido na Índia, só em 1548 construíram o primeiro convento. Os franciscanos, até á chegada dos jesuítas em 1542, foram a única ordem a estarem presentes no Índico português". Já depois da Restauração o interesse de Portugal pelo Brasil inclui a consolidação dos domínios religiosos e a coordenação de acções desta natureza.

Relativamente à situação do reino em meados do século XVII, diz-nos Mello (2003, 395) que em meados do século XVII, por volta de 1655, a criação da Junta Geral das Missões corresponde à necessidade sentida pela Coroa em "manter os seus missionários actuantes nas possessões ultramarinas, a fim de poder garantir a autoridade do reino lusitano, ameaçada por outras potências estrangeiras. Para tanto, se fazia necessário a criação de um organismo ligado à administração central que tratasse exclusivamente das questões referentes às missões ultramarinas". Os interesses da Coroa e da Igreja cruzavam-se neste domínio chegando a acontecer a deslocação de colonos para reforçar o povoamento dos territórios das missões.

Regista a autora (op. cit., 399) a criação de Juntas Ultramarinas em Goa (1681), Cabo Verde, Angola, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, a que se seguiram, Bahia (1687), Pará (1701), São Paulo (1746) e Rio de Janeiro (1750) e a "sua extinção na américa portuguesa (op. cit., 419)", a partir de 1757, "quando foram implementadas as reformas pombalinas que, primeiro estabeleceu o fim do Regime de Missões no Estado de Maranhão e Grão-Pará", que se seguiu a constituição do "Directório dos Índios" (loc. cit.).

Para além da criação de novas Dioceses e Paróquias e do contributo das Ordens religiosas, o legado da Igreja Católica nas terras ocupadas pela população portuguesa inclui as Santas Casas da Misericórdia. Trata-se de uma estrutura enquadrada pela hierarquia religiosa que tem por base a constituição da Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia criada pela Rainha Leonor de Lencastre, em Lisboa, no ano de 1498. Era desígnio da Irmandade a prática das obras de misericórdia acorrendo aos doentes e enfermos em situações de fome, peste, guerra, enterro dos confrades e desamparados e noutras situações de necessidade, por meio de práticas caritativas assumidas pelos irmãos da mesma confraria.

O interesse destas instituições, tais como de outras que se espalharam após os Descobrimentos pelo mundo conhecido dos portugueses, foi considerável uma vez que as Santas Casas foram responsáveis pela criação de numerosas alberga-

rias, hospitais e de igrejas onde se cuidava do corpo e da alma dos mais necessitados. Muitas delas desapareceram, sobretudo na Ásia, quando da queda do Império Português no Oriente. Outras ainda persistem como é caso das estruturas criadas no Brasil, em Goa e em Macau[66].

Ao tempo da Rainha D. Leonor foram criadas diversas Irmandades no Brasil, na Índia, nomeadamente em Goa, Cochim e Baçaim e em Macau. Na Índia, a "Irmandade de Nossa Senhora Madre de Deus, Virgem Maria da Misericórdia", criada por Afonso de Albuquerque depois da conquista da cidade, em 1510, tinha como missão principal a de assistir às viúvas e familiares dos militares portugueses para aí deslocados. Com o tempo e sobretudo depois de 1961, com a saída das tropas portuguesas da Índia, subsistem diversas associações caritativas que completam a acção da Santa Casa nos domínios assistencial e desenvolvimento humano. Mantem-se em funcionamento o Hospital da Santa Casa de Goa. Por sua vez a Santa Casa da Misericórdia de Macau foi fundada em 1568, juntamente com um Hospital pertencente à mesma Irmandade.

Uma descrição de Abreu (2001, 595) dá-nos uma relação das Irmandades divulgadas no Ultramar português e respectivas datas de fundação:

> "Açores: Angra e Vila da Praia têm Misericórdias logo em 1498; Ponta Delgada, em 1500 (Correia, 1999, p. 562); Velas, em 1543; Vila Franca do Campo, Vila de São Sebastião, Vila Nova, Horta, Santa Cruz, Vila do Porto e Lajes do Pico, antes de 1570 (Sá, 1998b, p. 365); Madeira e Funchal, em 1511; Faial, em 1528; Santa Cruz (Funchal), em 1529, e outros lugares de além, que eram, em finais de julho de 1502, Arzila, Tânger, Alcácer Ceguer e Ceuta. A essas juntava-se a Misericórdia de Azamor e a de Safim, talvez antes de 1520.
> Embarcadas na carreira da Índia a caminho do Oriente, encontramos a Misericórdia de Goa a funcionar em 1519 (IAN/TT, liv. 41, f. 75v.), e é possível atestar a sua presença em Cochim em 1527,13 a de Diu terá sido fundada em 1535 (Moura, 1905) e a de Baçaim, em 1540 (Rossa, 1999, p. 116). Na década seguinte, o Tombo da Índia de Simão Botelho referia já a existência de Misericórdias em Malaca, em plena actividade já em 1547, se acreditarmos em Pinto (1985, p. 644), Ormuz, Chaul e Cananor (Santos, 1995)."

Esta relação segue a difusão da organização religiosa da Dioceses e das suas Paróquias. Assim (loc. cit.):

> "Pouco depois, o Orçamento do Estado da Índia (...) dava conta de que a recém conquista

> da praça de Damão fundara a sua Misericórdia. Num futuro muito próximo, todas as Misericórdias do Estado da Índia seriam colocadas sob a protecção e controle da de Goa, que parece ter estendido seu raio de acção às Santas Casas de Bengala, Colombo, Jafanapatão, Mahim, Manar, Mangalor, Manila, Mascate, Mombaça, Moçambique, Negapatão, Onor, Suma, Taná, São Tomé e Trapor. (Moura, 1905, p. 197)

Contudo, observa o autor (loc. cit.):

> "Mas, talvez não tenha estendido à de Macau (...) criada em 1569 pelo bispo jesuíta D. Belchior Carneiro como pretende o autor que identifica as filiais da Misericórdia de Goa, nem às do Japão, onde, em 1561, se encontra uma confraria de Misericórdia em Funai, outra no ano seguinte na localidade de Hirado, em 1583 e 1584, respectivamente, em Nagasaki e Shimabara, e, em 1600, em Kyoto (Kataoka, 1998).
> No outro extremo do império, no Brasil, a Misericórdia de São Salvador da Bahia surgira, provavelmente, em 1542, seguida da de Santos, talvez, em 1543 (Pinto, 1958, p. 25), e da do Rio de Janeiro, menos de duas décadas depois. Em 1584, segundo o testemunho do padre Anchieta, já havia Misericórdias em todas as capitanias brasileiras (Harold e Nizza da Silva, 1986, pp. 531-2). Nas ilhas de Cabo Verde nascera, em meados deste mesmo século XVI, a de Santiago, e, em 1576, a Misericórdia de Luanda marcava a chegada das Misericórdias a Angola (Brásio, 1959)."

No Brasil a rede da Irmandade e de Santas Casas da Misericórdia encontra-se espalhada por várias cidades sendo a Irmandade mais antiga, a de Olinda, criada em 1539 a que se seguiram: Santos – 1543; Salvador – 1549; Rio de Janeiro – 1567; Vitória – 1551-1606; São Paulo – 1599-1603; João pessoa – 1602-1618; Belém – 1619-1687; São Luís – 1567 e Campos – 1792.

Ainda hoje nas diversas cidades brasileiras onde existe esta Irmandade, um número significativo de serviços clínicos, de enfermagem e de saúde, é gerido por estas instituições. Assim o refere Khoury (2004, 10): "na maioria dos continentes e países onde foram fundadas Santas Casas, elas se anteciparam às actividades estatais de assistência social e à saúde, e o que é ainda mais extraordinário, em alguns países e, notadamente no Brasil, foram elas as criadoras dos cursos de medicina e Enfermagem, como é o caso daqueles fundados em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e muitos outros mais".

A criação das primeiras Irmandades deve-se ao esforço de povoadores (capitães e outros donatários) e de clérigos, muitos deles da Ordem de Jesus, que se esforçaram por implantar no Brasil as instituições de assistência que seguiam

o modelo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que servia de exemplo na sua organização e privilégios. À medida que a Irmandade se foi generalizando estas foram sendo criadas por iniciativa de particulares, comerciantes, médicos, militares, magistrados e outros, e as suas doações destinadas à criação de hospitais de caridade, asilos para recolha de doentes e de indigentes, idosos e crianças desprotegidas.

Cada uma destas instituições tem uma história diferente sendo que, na sua linha de vida, momentos houve que coincidiram com épocas de crise, tal como a registada durante a ocupação holandesa ou com outros acidentes militares, internos ou internacionais. Daqui resultou a perda de documentação, a extinção de irmandades, a transferência da sede ou até o desenvolvimento de outras actividades que permitem o seu funcionamento presente e a recolha de fundos para a sua subsistência. É o que nos relata levantamento de Yara Khoury (op. cit.), o qual permite ainda destacar:

- aumento registado nas primeiras décadas após a fundação da Irmandade, em Lisboa, que levou à criação de oito instituições no Brasil, entre 1539 e 1585;
- quebra desse movimento durante o domínio Filipino uma vez que, apenas entre 1622 e 1650, foram criadas duas Irmandades no Brasil;
- lenta progressão deste processo de criação após a Restauração, dado que entre 1650 e 1730 não há referência à criação de qualquer Irmandade, o que só acontece entre 1730 e 1822, com a fundação de dez novas Santas Casas.

Só após a independência do Brasil é que o movimento de criação de novas Irmandades ganha um extraordinário incremento, registando-se, durante o século XIX:

- de 1825, a 1850, a criação de dezasseis Irmandades;
- de 1852, a 1900, a criação de setenta e cinco novas instituições.

Este movimento progride durante o século XX, tendo-se verificado:

- de 1901, a 1924, a criação de quase nove dezenas de Irmandades, valor quase idêntico ao registado entre 1926 e 1950;
- de 1951, a 1974, a criação de mais de uma centena de Irmandades;
- depois de 1975 e entre esta data e 1998, foram ainda criadas 31 Irmandades.

Primeiramente fundadas ao longo da costa e do litoral, estas Irmandades foram-se expandindo para o interior à medida que progrediu o povoamento do planalto e do sertão, penetrando ao longo dos cursos de água e dos entrepostos comerciais aí criados. Finalmente difundiram-se por entre o tecido urbano brasileiro constituído pelas Vilas e cidades de maiores dimensões, acompanhando a evolução das colónias de portugueses e dos seus descendentes em locais carenciados de cuidados de saúde e de assistência física e moral das populações.

A estrutura geral da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estendeu-se também a África de que a Santa Casa da Misericórdia de Luanda, designada abreviadamente por Santa Casa, criada em 1576, constitui um bom exemplo. Trata-se de uma instituição religiosa de beneficência e de utilidade pública tutelada pela Arquidiocese de Luanda. A Santa Casa da Misericórdia de Maputo e a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe constituem outros exemplos.

O desempenho destas Irmandades, dentro e fora do Reino, foi em tempo enunciado num discurso de Almeida Garrett[67]: "Temos em Portugal uma instituição que nos honra (...), que nasceu com a monarchia (...), que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ella foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o commercio, a liberdade e as suas colónias. Em nenhum paiz da terra há instituição philantrópica superior nem egual!"

Nos tempos modernos a formação de comunidades de emigrantes portugueses em diversos países de imigração levou a Igreja Católica a prosseguir com o estabelecimento de Missões *(ad gentes)*, destinadas ao cumprimento da "acção evangelizadora o testemunho de vida dos missionários, o diálogo amigo, a presença de caridade, o anúncio explícito de J. C., a conversão e iniciação cristã das pessoas, tendo sempre em vista a implantação local da Igreja" *(Enciclopédia Católica Popular)*.

Na actualidade é a Comissão Episcopal da Mobilidade Humana que superintende a Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM), que presta "assistência religiosa e social às comunidades estrangeiras no País e às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo" (loc. cit.)[68]. As estruturas atuais que integram a OCPM foram criadas em 1962, "por portaria patriarcal a 1 de Julho de 1962, o que aconteceu 10 anos após a publicação da Constituição Apostólica Exsul Familia, do Papa Pio XII, primeiro grande documento da Igreja sobre a migração e com orientações precisas para a pastoral, e no contexto de abertura do Concílio Vaticano II, o que foi considerado um grande passo no âmbito das activi-

dades pastorais em campo migratório promovidas pela Igreja em Portugal"[69].

O relato destas situações remete-nos para um escrito de Nuno Simões (Serrão, 1976, 173) a actividade patriótica dos portugueses e o interesse da comunhão nacional e defesa das "forças espirituais".

Mancebos e emigrantes

A referência a um tema castrense relacionado com a prestação do serviço militar obrigatório faz sentido numa narrativa histórica e geográfica da emigração transoceânica portuguesa, ela própria composta por jovens aptos para a prestação do serviço militar e adultos em idade activa. Assim se verificou ao longo do tempo, particularmente em períodos de maior pressão militar em que a saída desta população jovem foi mais dificultada, antecipando à decisão da família a idade da sua partida ou então escolhendo vias diferenciadas para fugir ao seu cumprimento. Entre elas conta-se o pagamento da fiança, a que sujeitavam alguns mancebos para se eximir do cumprimento do serviço militar. Esta via comprometia o fiador a fazer chamar, quando necessário, o moço ou então indicar um mancebo idóneo para o substituir no cumprimento desta prestação obrigatória.

Uma das questões fundamentais da emigração tradicional, e que se prolonga nos nossos dias, é a falta de gente que as migrações acarretam. Mais ainda, é a componente activa do movimento de saídas abranger o grupo funcional de jovens, jovens-adultos e adultos, o que significa uma perda considerável da força laboral. Este é um fenómeno antigo desde que as questões de defesa do reino foram colocadas escusando da sua obrigatoriedade determinados jovens com actividades relacionadas com a pesca, a agricultura, a religião e outros com situação familiar mais delicada, nomeadamente órfãos de pai, considerados como base do sustento familiar.

Recorde-se que a organização do exército permanente é um dos reflexos da luta pela Restauração e da necessidade de dotar o Reino de forças regulares, disciplinadas e pagas pela Coroa, contrariamente à prática então seguida de incorporação de muitos marginais, mal aquartelados e remunerados. Daí os entraves colocados pelo poder régio às saídas dos seus súbditos que não estivessem directamente envolvidos nas tarefas militares, de defesa, colonização e outras assumidas pelo Reino nomeadamente as relacionadas com a evangelização

dos povos indígenas. Tal corresponde às imposições de organização do estado moderno e que desde o tempo de D. Sebastião vieram a determinar o estabelecimento, em 1569, das "obrigações militares" à população do reino (Narciso, 1999, 80). Como assinala o mesmo autor, "o cumprimento destas obrigações dava direito a privilégios, a fuga a elas implicava penalizações" (op. cit., 81).

As necessidades de gente para a guerra sempre colidiram com o interesse da população no embarque e fixação noutros locais do então Império marítimo português. Daí que a pós a Restauração as necessidades de defesa do território fossem consideradas de forma diferente, vigorando desde então medidas mais restritivas à saída da população jovem em idade de serviço militar. A falta de braços justificava, pelos finais de século XVIII, o "alistamento à força (...), violento, penoso, odioso, da obrigação militar, que transforma cidadãos livres em escravos que só recuperam a sua liberdade muitos anos depois" (op. cit. 88).

A situação alternativa, partilhada por muitos emigrantes portugueses, está traduzida no número de saídas ilegais, não controladas pelas autoridades, mas que não eram apenas devidas ao serviço militar. Elas estão igualmente associadas à enorme procura das vocações religiosas para os conventos, libertando os interessados do cumprimento daquelas funções. Também as dificuldades burocráticas e políticas, nomeadamente as que respeitam ao exercício de funções oficiais justificam a evolução deste movimento e a sua evolução no tempo.

A este respeito assinala Cruz (1986-87, 24) "que parte significativa dos portugueses que embarcavam para o Brasil (...) faziam-no clandestinamente" usando expedientes diversos como passaportes falsos, "tais como os passados em nome de outros indivíduos, predominantemente quando o emigrante procurava fugir ao recrutamento militar e utilizava a documentação de um irmão ou vizinho menor de 14 anos (...)". Outras formas passaram pela ocultação no porão dos navios; embarque registado como tripulantes ou saída através do porto de Vigo "com passaporte de Vice-Cônsul do Brasil nessa cidade". Nota ainda a mesma autora (op. cit., 25) que esta emigração clandestina estava "tão descaradamente organizada que as próprias reservas alimentares embarcadas na partida denunciavam imediatamente a programação da chegada a bordo de mais passageiros".

A evolução deste movimento ao longo das várias dinastias mostra como os interesses pontuais determinaram opções contraditórias no que respeita à emigração adulta através da permissão destas saídas reverter directamente para a Coroa num determinado pagamento: licença, passaporte e fiança ou remissão dos mancebos recrutados. Assim aconteceu ao tempo de D. Sebastião para angariar fundos para as suas expedições a África, processo que se prolongou

no tempo permitindo que os "os mancebos recrutados possam remir-se da obrigação do serviço militar pela apresentação de um substituto, quer antes quer depois do alistamento do mancebo substituído" (Ministério dos Negócios do Reino – 1873)[70]. Assim se perpetua o sistema de fiança militar.

Tendo em conta a idade de prestação do serviço militar e a defesa do Reino, as dificuldades impostas a estas saídas passaram a ser direccionadas para a população jovem depois da reforma do exército estabelecida pelo Marquês de Pombal, com o seu carácter permanente, regido pelas normas do Conde de Lippe. O mesmo vai acontecer noutros momentos posteriores em virtude do acréscimo das tarefas de defesa organizada, impostas pelas contendas internacionais.

A legislação de meados de Oitocentos sobre o recrutamento militar reforça a importância do exército nacional ajustando os contingentes às necessidades do país. Por meados de Oitocentos a Lei de 1 de Julho de 1859 continua a permitir (Monteiro, 1998, 98) "as remissões a dinheiro", daí resultando não ir "um só soldado rico para o exército, como soldado forçado". Tal permite arrecadar, directamente e através de fiança a pagar pelos jovens entre os 14 e os 21 anos que se ausentavam para o Brasil, verbas significativas para os cofres do Estado.

Desde então que os entraves relativos à saída de jovens em idade de cumprimento do serviço militar obrigatório, particularmente depois da Inspecção Militar aumentaram, fazendo com que o escalão etário máximo de proibição de saída viesse a situar-se nos 14 anos de idade. Como reflexo destas medidas regista-se que os caudais da emigração passam a integrar um caudal de menores, sós ou com a família, que saem do país para fugir ao serviço militar obrigatório. Desta forma o tributo de sangue a pagar por esta gente e pelas suas famílias torna-se cada vez mais oneroso para os mancebos e parentes, iniciando-se um processo que se vai ampliar no tempo quando da participação do exército português na primeira guerra mundial, em França ou mais tarde durante o período da guerra colonial. O número de soldados mortos em combate nas trincheiras da Flandres e os que tiveram a mesma sorte em África, reforça o significado social deste tributo.

A evolução da política de defesa nacional e a importância assumida pelo exército desde o tempo das Invasões Francesas, no continente e mais tarde nas ilhas e nas possessões ultramarinas, conduz a alterações várias da legislação relativa ao serviço militar, antes ainda da primeira grande guerra, com a defesa militar das principais ex-colónias e a constituição do Exército da África Ocidental e do Exército da África Oriental. Sobre a criação desta força militar, refere Bernardino (2014) a organização inicial das forças brancas "em 'companhias pagas de arcabuzeiros sem número determinado e de alguns ginetes mantidos pelos

capitães e senhores mais ricos, por quem se repartiam em parte os despojos e a cuja sombra se fazia o negócio do sertão, de cujos presídios, feiras e distritos eram êles os capitães-móres'".

Com o tempo e dada a ameaça dos "franceses, ingleses e holandeses, atraídos pelos lucros do tráfico" (loc. cit.) e do comércio destas paragens, sobretudo em Angola, procede-se à criação, a partir de meados do século XVII de uma força infantaria constituída por 10 Companhias com 100 homens cada. A maior parte deste contingente foi constituído por degredados enviados para os presídios militares, a que se juntavam os descendentes de portugueses aí residentes e outros soldados vindos da Metrópole. As circunstâncias pouco favoráveis pagas pelo soldo aos militares durante a campanha, as doenças aí contraídas ligadas ao clima e a alimentação foram sempre um escolho a essa prestação.

Tal como assinala Narciso (1999, 90), o cumprimento do serviço militar foi estabelecido após a Revolução Liberal, passando a ser entendido como um dever de cidadania, mas que as classes populares entendiam como um obstáculo à vida económica e familiar pelas condições em que era exercido, pela sua duração ou mesmo pelas incertezas associadas ao cumprimento desse período de ausência familiar.

Embora tardiamente em relação a outros países europeus, como a França - onde foi introduzido nos finais do século XVIII, seguindo a máxima de que "todo o cidadão deve ser soldado e todo o soldado cidadão"- o dever de "pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Reino e defendê-lo dos seus inimigos externos e internos" havia sido estabelecido na Carta Constitucional de 1826 (Art. 113º), mas a sua obrigatoriedade ficou apenas definida no terceiro Quartel de Oitocentos.

O assunto é tratado por Narciso (op. cit., 90) que afirma: "Em 1869 é estabelecido o serviço militar obrigatório, não pago, por cinco anos, findos os quais os militares passam a uma segunda linha ou primeira reserva e depois para a reserva territorial até completarem cinquenta anos. Os mancebos em idade militar e apurados depois de inspecção médica eram convocados por sorteio até o seu número satisfazer as necessidades do exército". Continua o autor esclarecendo que, uma vez recenseados e submetidos à inspecção médica, o sorteio[71] dos que ficavam obrigados à referida prestação continuou a permitir a remissão a dinheiro, pelo que (loc. cit.), "a melhor parte da população isentava-se e só eram compelidos a servir nas fileiras como sorteados ou substitutos, os indigentes na sua quase totalidade analfabetos, o que rebaixava o nível social do exército e consequentemente o seu valor táctico".

A sua institucionalização ocorre em 1911 na sequência da reorganização militar estabelecida pela República. Regista o mesmo autor (op. cit., 92) que evolução dos contingentes militares foi sucessivamente alargada no decurso da 1ª e da 2ª guerra mundial correspondendo, nesta última data, ao preconizado na Constituição de 1933 (Art. 54º) que estabelece ser "O serviço militar é geral e obrigatório", dando especial ênfase à instrução pré-militar e patriótica assegurada pela Mocidade Portuguesa.

Com o início da guerra colonial (1961-1974), o serviço militar obrigatório é fortalecido com novas restrições e contingentes, facto que determina um acréscimo das fugas antes e após a incorporação militar. Este facto sugere uma análise mais detalhada da relação entre a emigração e o serviço militar obrigatório registado neste período de guerra. Mau grado a emigração transoceânica deixar de ser relevante desde meados do século passado, é possível estender a situações mais remotas as considerações sobre o seu desenvolvimento mais recente.

A emigração portuguesa antes de 1974 não pode assim ficar indiferente à história militar do país e ao seu envolvimento na guerra colonial. Com efeito quando apreciamos a evolução da emigração portuguesa ao longo dos séculos e, sobretudo, no decurso dos últimos anos, notamos como se continuam a evidenciar razões de diferente natureza, que não só de origem económica, que assinalam a continuidade e a evolução deste movimento.

Outras causas, para lá da procura de melhores condições de vida e trabalho podem ser assinaladas, quer nos movimentos intra-europeus, quer nas migrações transoceânicas. Entre elas destacamos as que se acentuaram durante a segunda metade do século XX, até à revolução de Abril de 1974. Referimo-nos às causas de natureza política que determinaram a saída de um número significativo de jovens e adultos, durante o período da guerra colonial portuguesa em África (1961 a 1974), em discordância com o regime do Estado Novo e a política seguida por António Salazar e continuada por Marcelo Caetano, quanto ao domínio dos territórios africanos sob jurisdição portuguesa.

Muitas destas razões estiveram na origem de número significativo de saídas de jovens estudantes e outros, fenómeno que teve expressão em diversos grupos sociais e regiões do país. Parte desta população expatriada esteve na origem da formação de um escol de diplomados e de profissionais ainda hoje radicados no estrangeiro ou já regressados a Portugal, que em tempo oportuno fortaleceram grupos sociais e as elites da vida política, cultural e económica, surgidas em Portugal depois da revolução de 1974.

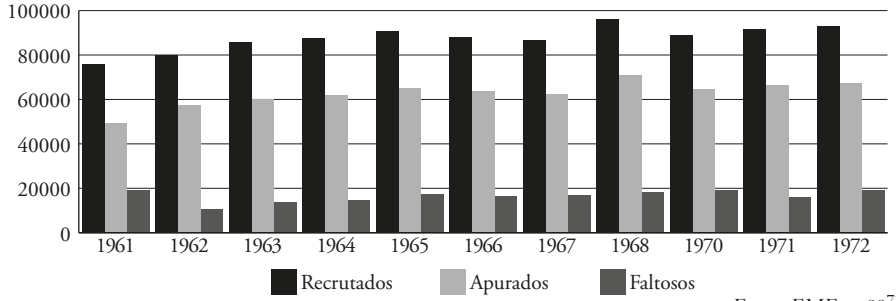
Fixemos a nossa atenção na situação do país no início da década de sessenta do

século passado quando a sociedade portuguesa vivia os últimos anos do regime do Estado Novo, com Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, a determinar as regras de vivência de uma sociedade de base rural, ainda pouco industrializada e urbanizada. Uma sociedade na qual o prestígio social era apanágio das elites políticas, culturais e económicas, constituídas por figuras gratas ao sistema e por famílias de renome. Uma sociedade onde a par destes grupos sociais, algumas instituições da Igreja e as instituições militares eram bem aceites pelo Estado Novo e por diversos sectores da sociedade portuguesa, sobretudo nas áreas rurais. Neste caso a sua imagem surge como facilitadora do reconhecimento político, da mobilidade social e como promissora de um futuro mais digno aos seus elementos.

Não admira que assim acontecesse dadas as perspectivas, ainda reduzidas, de abertura do sistema de ensino público à população jovem, aos encargos que decorriam do prosseguimento de estudos para além da 4ª classe (escolaridade obrigatória) e à possibilidade de ingresso na função pública dos mancebos (indivíduos recenseados e aprovados pelas Juntas militares) que tivessem cumprido o serviço militar obrigatório, e de outros candidatos com formação liceal, técnica ou obtida em estabelecimentos da Igreja (Seminários).

Estas considerações permitem compreender que a instituição militar, sendo reconhecida e prestigiada (o discurso oficial sobre a perda da Índia portuguesa, não permitiu alterar essa imagem), foi encarada por grandes estratos da população jovem como uma porta que importava franquear para a obtenção da alforria familiar, antes de obter o ingresso autónomo no mundo laboral. Por isso o cumprimento do serviço militar abria portas em empresas, no Estado e quando da abertura económica da sociedade portuguesa registada desde o início da década de sessenta - por via da emigração, da industrialização, da urbanização e do turismo -, o cumprimento do serviço militar obrigatório (SMO) passa a facilitar a saída para o estrangeiro.

Recrutamento na Metrópole (1961 a 1972)



Fonte: EME, 1988[72]

Assim se justifica que o cumprimento do SMO tenha evoluído em curva ascendente até praticamente ao final da década de sessenta em virtude não só dos valores de natalidade elevada registados nas décadas precedentes, como ainda devido à participação e comprometimento da população jovem na formação dos contingentes militares. Neles eram incluídos os voluntários, admitidos anteriormente à idade legal do cumprimento do SMO e os demais, integrados no contingente geral obrigatório.

A contestação política ao regime, mantendo-se sob vigilância directa da PIDE e através de uma rede de informadores no território, controla os diversos actores e os seus movimentos. Este enquadramento, que um ensaio mais profundo pode realçar, serve de apresentação ao clima social registado pelo Estado português quando da deflagração da guerra em Angola (1961) e posteriormente à sua generalização nos restantes territórios: Guiné-Bissau (1961), Moçambique (1964) alastrando, em anos seguintes, a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe.

A guerrilha em África, habilmente explorada pela nomenclatura política, serviu nos primeiros anos para gerar um movimento de algum apoio popular aos contingentes que passaram a dirigir-se, cada vez com maior intensidade, para aqueles territórios. No entanto com o envolvimento crescente do exército português em ações militares nos diversos territórios africanos, as notícias das perdas e das baixas em combate e acidentes, a chegada dos feridos e mutilados, juntamente com a contestação interna ao regime - consubstanciada nas crises académicas de 1962 e de 1969 e no envolvimento cada vez maior de diversas forças políticas e partidárias -, estão na origem de uma alteração significativa da leitura popular da guerra em África, da sua oportunidade e utilidade.

De igual modo a pressão política internacional de repúdio à colonização portuguesa fazia-se sentir no território de diferentes maneiras: através de correntes de opinião, pela leitura da imprensa clandestina, através da escuta de emissões estrangeiras de rádio difundidas em língua portuguesa para Portugal e territórios de África e pelas restrições do regime. Esta situação foi acompanhada de mudanças significativas no processo de recrutamento militar - na sua idade legal ou antecipadamente em regime de voluntariado, dos mancebos maiores de dezoito anos de idade -, bem como na postura da juventude face ao seu envolvimento na guerra do Ultramar.

As obrigações militares foram reguladas pela Lei de Recrutamento do Serviço Militar (LRSM, de 1937) e depois de 1968, pela nova versão então adoptada. De acordo com um documento do Estado Maior do Exército (EME) (1968), a "lei de 1937 continha doutrina particularmente focalizada para a preparação

militar da juventude", referindo-se no seu texto à Legião Portuguesa e à Mocidade Portuguesa. Por sua vez LSM/68 já não se refere a estas situações, mas sim ao cumprimento do serviço militar "obrigatório para todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, podendo os de sexo feminino prestar 'serviço militar voluntário'".

Na sequência do início da guerra colonial nos três Teatros de Operações – Angola, Moçambique e Guiné -, os efectivos militares das Campanhas de Portugal em África, que abrangiam também os recrutados localmente, aumentaram substancialmente. Os valores indicados pelo EME (op. cit., 240) indicam o seguinte:

- Angola - em 1961: 33.000 militares; em 1965: 57.000; em 1973: 65.592 militares.
- Moçambique: aumento mais sensível desde 1964, tendo atingido o seu máximo em 1973, de 51.463 militares.
- Guiné: aumento desde 1963 até 1973, quando se atingiu um máximo de 32.035 militares.

Assinala o mesmo documento (op. cit., 242):

-"o total dos efectivos no três TO aumentou bastante de ano para ano, com excepções dos anos de 1970 e 1972 em que se estabilizou. O seu valor mais elevado foi atingido em 1973 (149.090);
- A média anual de efectivos em Angola foi de 55.029; em Moçambique, de 31.910 e na Guiné de 20.876".

Em princípio de 1974, prestavam serviço no Exército (op. cit., 251):

" – na Metrópole– cerca de 51.000 homens;
– no Ultramar (nos três teatros) – 142.359 homens".

A expressão da guerra colonial em África traduzida no aumento de efectivos militares, nas reacções políticas internacionais e na situação do país, é anualmente ensombrada pelo número de mortes e de feridos que ilustram a dimensão destas Campanhas. Os valores oficiais indicam que o número de mortos e feridos sofridos pelo Exército durante as mesmas (op. cit., 246) "foi, respectivamente, de 8.290 e 26.223", dos quais, considerando "que os efectivos médios do Exército eram de cerca de 55.000 homens em Angola, de 21.000 na Guiné e 32.000 em Moçambique, resulta para estes territórios, respectivamente, uma permilagem de 1,69, 4,90 e 4,19". Estes dados influenciavam a opinião pública e sobretudo os grupos

funcionais dos jovens, alterando a sua leitura do Serviço Militar Obrigatório.

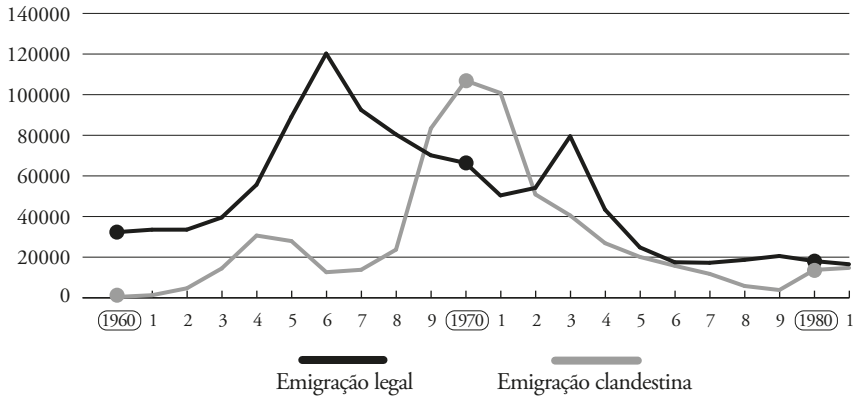
Tendo em conta a vigilância política aos movimentos estudantis e de opinião, uma das formas dessa contestação passa pela não prestação do SMO na efectividade de serviço. Por isso os valores relativos aos faltosos ou seja, os que não compareciam à inspecção militar (aos 20 anos de idade, completados durante esse ano civil), aumentou gradualmente a partir do início da guerra colonial situando-se no final dessa década próximo do 20%. A não comparência à junta de recrutamento por ausência no estrangeiro traduzia uma opção política em relação à guerra do Ultramar ou então uma saída decorrente da intensificação do fenómeno da emigração.

Recorde-se que desde 1961 a emigração portuguesa para a Europa aumentou substancialmente sendo que, a par da emigração legal, assiste-se a um número de crescente de saídas clandestinas para diversos países do ocidente europeu, assim distribuídas:

- de 1960 a 1964: 51442 emigr. clandestinos (em 245.990 emigrantes)
- de 1965 a 1969: 161359 emigr. clandestinos (em 613.773 emigrantes)
- de 1970 a 1974: 325974 emig. clandestinos (em 619.732 emigrantes).

Estes valores estão parcialmente representados na evolução da emigração clandestina durante os anos sessenta e seguintes, calculados com base no registo das estatísticas oficiais dos países de destino, especialmente a França, base inicial de acolhimento de emigrantes portugueses saídos do país nestas condições. Muitas outras escapam a este registo o que não impede de se acentuar o seu volume estatístico e as razões de natureza social, cultural e políticas que lhe estão associadas.

Emigração legal e clandestina



Em virtude dos valores elevados de natalidade nas décadas anteriores, expressos também em elevados valores dos saldos fisiológicos que entre 1948 e 1968 foram quase sempre superiores a uma centena de milhares de indivíduos, o total de jovens recenseados continuou a aumentar até esta última data (75,4 milhares em 1961 e 95,6 milhares, em 1968), facto que traduz a disponibilidade da reserva demográfica portuguesa existente no país, tal como sucedia noutros países da Europa mediterrânica.

Contudo o agravamento do clima de guerra nos territórios africanos e as mudanças operadas na nossa sociedade, cada vez mais aberta aos movimentos de mobilidade interna, à emigração europeia, à luta política e ideológica interna e às perspectivas pouco animadoras de uma solução para esses conflitos, levou a uma contestação crescente que se fez sentir nos meios académicos e laborais. Em consequência a repressão tornou-se evidente em quartéis e em lugares públicos, motivando um número crescente de adeptos e de candidatos à fuga ao serviço militar, antes ou já depois da respectiva incorporação no exército, na marinha ou mesmo na força aérea. O acréscimo de faltosos é disso um bom exemplo, cujo valor ultrapassou os 20% do total de recenseados nos anos de 1970, 1971 e 1972, respectivamente: 18,5 milhares; 15,6 milhares e 18,8 milhares.

Diversos estudos sobre as mudanças operadas na sociedade portuguesa durante os anos sessenta, até à revolução de Abril de 1974, permitem uma leitura mais aprofundada dos contextos sociais e locais de natureza política associados ao fenómeno geral da emigração e à consequente fuga desta população. Os dados conhecidos apontam para alguma identidade entre as regiões com maior densidade emigratória, tais como o nordeste e o interior do país e os distritos que então registam maior número de faltosos.

Para além destes dados, os valores relativos aos cidadãos que durante o mês de Janeiro não se apresentassem ao recenseamento militar no ano em que completavam os 20 anos de idade (desde 1971, passou para os 18 anos, idade confirmada pela Lei do Serviço Militar de Julho de 1987), conhecidos por faltosos, ou porventura os que não se apresentassem à inspecção militar, então designada na linguagem comum por ir "às sortes" (os compelidos, ou seja, os faltosos às Juntas de Inspecção), continuou mais elevado nos distritos de maior emigração.

Noutros casos conhecidas as dificuldades e os perigos da guerra colonial, as saídas para fora do país ocorriam já com os cidadãos incorporados numa determinada unidade militar e que aí não se apresentavam - refractários - ou depois, durante o período de cumprimentos do serviço militar obrigatório. Tratava-se esta falta de um crime grave, a deserção. Neste caso, sempre que a ausência

ilegítima era inferior a oito dias o militar era considerado desertor, sendo punido pelo Regulamento de Disciplina Militar. Quando a ausência fosse superior, era considerada como crime militar e por isso julgada pelo Código de Justiça Militar. A este respeito, reconhece o estudo do Exército (EME, 1988, 247 - dactilografado):

> - este fenómeno foi verificado quer em relação aos militares metropolitanos quer em relação aos ultramarinos;
> - no caso do "pessoal metropolitano, incidiam, sobretudo, nos graduados dos quadros de complemento";
> - apesar da sua ocorrência, "a deserção para fugir à guerra ou protestar contra ela foi prática muito excepcional e só raramente verificada durante a permanência das unidades em operações no Ultramar".

Estas situações completam as vivências dos cidadãos jovens que por razões de natureza política deixaram de cumprir o serviço militar obrigatório. Sobre a situação vivida em Portugal nos anos da guerra do Ultramar, Espírito Santo (2014) assinala o seguinte: "Em 1961, foram recenseados (aos 20 anos) 73.366 indivíduos, tendo sido apurados para o serviço militar 64,8% e faltando 11,6% às suas obrigações (faltosos). Os indivíduos apurados, de acordo com as suas habilitações literárias, foram cumprir o serviço militar no contingente geral (88,5%), frequentar o Curso de Sargentos Milicianos (9,5%) ou de Oficiais Milicianos (2,0%). Em 1971, o recenseamento foi efectuado pela primeira vez aos cidadãos masculinos que completavam 18 anos. Os recenseados atingiram os 91.363 indivíduos, tendo sido apurados 72% e registando-se 20,3% (15.664) faltosos. Os apurados foram distribuídos pelo contingente geral (84,5%), Curso de Sargentos Milicianos (10,1%) e Curso de Oficiais Milicianos (4,7%)".

O seu registo durante o período assinalado confirma mais uma das categorias das migrações internacionais descritas em diversas tipologias ocorridas em Portugal e noutros países sujeitos a regimes totalitários ou que tenham vivido experiências de guerra e conflitos armados de natureza semelhante. Tal justifica a categorização das causas evidentes da emigração portuguesa para França, proposta por M. B. Rocha-Trindade (1970), que considera como causas preponderantes desta emigração as de natureza económica, valorização intelectual e a adesão a ideologias políticas opostas às do regime português, representado pelo Regime de Salazar e de Caetano.

De fora fica a referência às situações de obrigatoriedade do cumprimento

do serviço militar de jovens luso-descendentes nascidos em países estrangeiros ou tendo aí adquirido a respectiva nacionalidade e incorporados nas forças militares dos países de acolhimento. Entre os exemplos sugestivos a referir conta-se a participação de luso-descendentes em diversas campanhas militares conduzidas pelos EUA, nomeadamente a guerra do Vietname e noutros palcos de intervenção militar.

Por terras africanas

Entre as muitas rotas da emigração transoceânica portuguesa as terras africanas, englobadas na antiga designação de possessões ultramarinas, constituem um dos palcos mais complexos do sistema migratório português. Com excepção da África do Sul, aqui englobada na mesma área geográfica de Angola e de Moçambique, as demais foram povoadas com gentes e escravos do Reino e do continente africano. Desenraizada da sua origem a população negra, considerada durante séculos como produto de um tráfego rendoso de mão-de-obra, foi a força laboral necessária ao desenvolvimento de culturas de plantação, de trabalhos agrícolas e mineiros aí realizados.

Para a vastidão dos territórios de Angola e de Moçambique foram transplantados colonos, à data tidos como migrantes internos - pela afiliação patriótica de uma só Nação e várias províncias -, e que devido à instabilidade política e militar posterior à independência, não conseguiram o estatuto de emigrantes. Tal sucedeu sobretudo no período final do domínio militar português quando parte da população lusa aí residente regressou ao seu país de origem. Outra parte terá embarcado para outros destinos de imigração engrossando, no decurso do último meio século, as fortes correntes e contracorrentes migratórias de Portugal para África, daqui para o continente e para outros destinos como o Brasil e África do Sul.

Não sendo recente, o aumento da mobilidade geográfica da população portuguesa para as antigas possessões de África foi evoluindo em função dos interesses da colonização desses territórios, das pressões políticas e da adesão dos habitantes da Metrópole em relação aos programas e medidas de incentivo à sua fixação regiões tropicais.

Em épocas distintas os regimes monárquico e o republicano tomaram iniciativas no sentido de ocuparem de forma mais intensiva os territórios do ultramar em África, considerando-os como uma oportunidade para desviar a tradicional corrente emigratória para o Brasil. Assim se lê num documento oficial

do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração – Ministério do Interior, de 1925: "Para Portugal, com possessões ultramarinas capazes de retribuírem todo o trabalho de cultura e desenvolvimento material e ético, o verdadeiro ideal consiste em proporcionar à laboriosidade e às faculdades operosas da nossa gente o emprego acomodado. Sem isto nunca poderá esfriar a emigração".

O reforço do povoamento das terras africanas sucede à promulgação do Acto Colonial de 1930, integrado na Constituição Política de 1933[73], que refere o seguinte:

> "Artigo 1.º - A Constituição Política da República, em todas as disposições que por sua natureza se não refiram exclusivamente à metrópole, é; aplicável às colónias com os preceitos dos artigos seguintes.
> Artigo 2.º - É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.
> Artigo 3.º1.- Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português;
> 2. O território do Império Colonial Português é definido nos nos 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição."

Referindo-se aos povos locais, estabelece o mesmo documento:

> "Artigo 15.º - O Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania, as disposições deste título e as convenções internacionais que actualmente vigoram ou venham a vigorar. As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas."

Define ainda o referido documento:

> "Artigo 24.º - As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino."

Com este modelo de governação afirma-se a unicidade da nação portuguesa e

o direito desta se constituir com territórios situados fora do continente europeu, mas sob a sua esfera de influência política, económica e cultural. Assim o entende Costa (2006, 19), que identifica três grandes princípios da colonização portuguesa:

> - "A Metrópole e as Colónias, pelos seus laços morais e políticos, tinham na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural;
> Os regimes económicos das Colónias seriam estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com reciprocidade entre elas, os países vizinhos e com os direitos legítimos da Metrópole e do Império Colonial Português;
> Pertence à Metrópole, sem prejuízo das descentralizações garantidas, assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que (...) devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das Colónias."

Apesar de acontecimentos comuns na história dos territórios do Triângulo austral africano e nos demais territórios desse continente sob antiga administração portuguesa, registam-se factos semelhantes no processo de colonização e de implantação de algumas das suas actividades económicas ligadas às migrações humanas.

África intertropical

As viagens realizadas pelos navegadores portugueses ao longo da costa ocidental de África ancoraram-se em pontos fixos destinados ao movimento comercial e, nalgumas circunstâncias, à exploração dos territórios adjacentes com vista ao carregamento dos recursos naturais ou já à captura de mão-de-obra escrava para exportação. Dessa actividade resultou a intensificação do povoamento e exploração de recursos naturais com a fixação de população do Reino, da qual resulta a herança colonial deixada nas antigas províncias de África, hoje estados independentes integrados na CPLP.

Vejamos alguns aspectos desta ocupação centrada nos territórios atlânticos do Golfo da Guiné, da costa de Angola e de Moçambique.

Cabo Verde

A chegada dos portugueses às ilhas desabitadas de Cabo Verde, em 1460, "estéreis porque são vizinhas ao trópico Câncer e têm muito pouco arvoredo por causa de nelas não chover mais dos ditos três meses. São terras altas e fragosas e serão más de andar" (Pereira. in: Serrão, 1976) segue-se, no início da década seguinte, o seu povoamento por "colonos brancos e escravos africanos do continente" (Seibert, 2014, 41). Este processo teve início em Santiago, estendendo-se ao Fogo e mais tarde às outras ilhas. Regista o mesmo autor que "devido à ausência de mulheres brancas, a união entre homens europeus e escravas africanas era frequente" (loc. cit.), donde a mestiçagem e o crescimento demográfico que esteve na origem do povoamento das ilhas e da constituição de uma sociedade crioula, conhecida noutros territórios de colonização portuguesa.

Dada a localização estratégica do arquipélago no Atlântico[74], passou a ser um ponto obrigatório de passagem das rotas marítimas, o que incentivou a sua colonização em Capitanias Hereditárias. A sua exploração assentou no comércio e captura de escravos, sobretudo no golfo da Guiné. Por sua vez as condições locais de solo e clima árido não permitiram a intensificação de monoculturas mas sim a agro-pecuária assente nas plantações de cana-de-açúcar e milho, frutas e legumes usados pela população local e para abastecimento das embarcações nas grandes viagens. Note-se que o clima semiárido tornou a colonização deste território mais difícil para a população negra do que para a população branca o que corresponde, juntamente com a crioulização da sociedade e o crescimento de nativos crioulos ou forros, a uma redução gradual do comércio de escravos e à sua quebra no total da população residente.

Para Seibert (op. cit., 61), as mudanças operadas no sistema fundiário das ilhas com o fim do morgadio (1863) e a abolição da escravatura deram início à emigração moderna para os Estados Unidos da América, "em resposta à miséria em que viviam muitos cabo-verdianos". Refere o mesmo autor (loc. cit.) que o ano de 1824 assinala a data em que "o primeiro cabo-verdiano que havia embarcado num baleeiro e fixado nos Estados Unidos da América se tornou cidadão americano". Outros se seguiram em meados do século para Nova Inglaterra, Califórnia e Hawai a bordo de baleeiros e de outras embarcações, facto que através das relações que mantiveram com a sociedade de origem - envio de remessas e de bens alimentares, sobretudo em anos de crise de seca e de fome -, permitiu engrossar os caudais de imigrantes já aí estabelecidos.

Para a mudança social operada no território contou a criação do ensino

primário, em 1847, na Ilha Brava e a sua divulgação nas outras ilhas. Tratou-se de uma iniciativa fortemente apoiada pela Igreja, que em 1866 fundou em São Nicolau um Seminário-Liceu (Seibert, op. cit., 63) e da criação do ensino liceal, em 1937. A possibilidade de criação da instrução pública ficou estabelecida na Constituição da Monarchia Portugueza (1822) – Art. 237º que refere: "Em todos os logares do reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensino a mocidade portugueza de ambos os sexos a ler escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis". Desde então progride a escolarização da população nas várias ilhas do arquipélago, o que deu origem à criação de uma elite intelectual cabo-verdiana (loc., cit.), decisiva para "influenciar a emergência do nacionalismo cabo-verdiano".

O reconhecimento da ascensão social do mestiço neste território é assinalado por O. Ribeiro (1970, 275): "são os Cabo-Verdianos, profundamente influenciados por uma cultura que é a nossa, e integrados no mesmo espírito de expansão, que fornecem os únicos exemplos, infelizmente tão raros, de homens de cor a que se atribuíram elevadas funções de governo". Tal decorre do prosseguimento de estudos na Metrópole e do engrossar dos caudais da emigração por uma população mais letrada e apta a enfrentar os desafios das sociedades de acolhimento. Assim se regista em vários países do continente americano e na Europa onde esta população tem sido acolhida em momentos distintos da história da sua diáspora.

Os dados relativos à imigração portuguesa neste país dão conta que em 2010, numa população de 491683 habitantes, há registo de 1716 nascidos em Portugal. Em 2008 esse valor era cerca de metade, 848 habitantes sendo que, na mesma data, os residentes com nacionalidade portuguesa ascendiam a 472. Por sua vez os registos consulares (DGACCP) dão conta de uma evolução crescente entre 2008 e 2014.

Guiné

A chegada dos portugueses ao golfo da Guiné dá sequência às viagens realizadas para lá do cabo Bojador e da sua progressão ao longo da costa ocidental de África, o que permitiu a descoberta deste território e das ilhas de Cabo Verde. Em 1460 o testamento do Infante D. Henrique inclui aquele território e cinco das ilhas deste arquipélago, inicialmente dependentes da feitoria da Guiné. Diz-nos Serrão (2006.3, 179) que nos primeiros tempos desta presença "procuraram os portugueses assegurar-se do monopólio comercial nesta vasta região, através da

acção diplomática, do domínio marítimo e da fundação de um pequeno número de posições fortificadas".

Estas preocupações levaram ao estabelecimento das fortalezas e feitorias de Arguim, Cacheu e Bissau, que serviam de apoio à actividade comercial e ao domínio territorial exercido pelos militares portugueses, do século XV ao século XX. A lista de feitorias na área do Golfo da Guiné incluiu ainda as fortalezas de São Jorge da Mina, importante entreposto do comércio de escravos, e a de São João Baptista de Ajudá, conquistada pelo Daomé no início dos anos sessenta do século passado.

O clima tropical húmido do território e a topografia e natureza do solo, assente numa planície sedimentar de cotas reduzidas, estão na origem de culturas distintas na zona do litoral e no interior. Junto do mar dominam as culturas arvenses, os arrozais e os mangais; no interior, predomina a savana. Das mercadorias transaccionadas no território, os escravos foram a riqueza humana fundamental exportada desde cedo para a casa da Guiné, em Lagos.

A intensificação deste movimento está na origem das primeiras fortificações construídas: Cacheu, a sua primeira praça-forte e Bissau, a sua capitania. Embora dependentes da coroa portuguesa, eram dominadas nos seus negócios pelos cabo-verdianos[75]. Daqui decorre que as relações estabelecidas entre Portugal e este território africano tenham sido bastante ténues, o que se traduz na reduzida parte de população mestiça residente, facto que só na segunda metade de Oitocentos veio a ser alterada com as exigências da Conferência de Berlim sobre a ocupação efectiva dos territórios europeus no continente africano. Inicialmente dependente de Cabo Verde, em 1879 adquire a autonomia administrativa com sede em Bissau.

Dizem-nos Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 312) que na Guiné "são tão diferentes as origens, os caracteres, as religiões e as qualidades ou costumes bélicos dos variados povos que habitam a Guiné portuguesa, povos que desde remotos tempos sustentaram, uns contra outros, encarniçadas lutas (...)". Neste processo juntam-se diversas tentativas de ocupação do território por parte de cidadãos franceses e ingleses. Estas continuaram em diversos momentos da história recente sendo que, "em 1870, por sentença arbitral de Ulysses Grant, presidente dos Estados Unidos da América, foram reconhecidos definitivamente a Portugal os seus direitos sobre Bolama, até então contestados pela Inglaterra (...)". Diversas acções militares marcam a evolução desta província no decurso da consolidação do poder governativo e territorial e da sua vida económica, abalada com a abolição da escravatura e a necessidade de comercialização de novos produtos,

tais como o amendoim e a borracha (Serrão, 2006.3, 181).

Os limites fronteiriços são estabelecidos em 1905 quando "a comissão de limitação de fronteiras luso-francesa fixa definitivamente os limites da Colónia de acordo com os termos da Convenção de 12 de Maio de 1886" (Baião, Cidade e Múrias, 1940.III, 362). A resistência dos diversos povos indígenas alimenta várias campanhas militares que se dão por terminadas em 1936, seguindo-se um novo período de ocupação que culmina em 1975 com a proclamação da independência do território.

De acordo com os registos consulares (DGACCP)[76] os dados relacionados com a presença de portugueses neste país têm vindo a aumentar na última década: numa população base de 1,647 milhões de habitantes em 2010 esse valor ascendeu, em 2014, a 7168 indivíduos.

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	1877	2796
2009	1983	3407
2010	2130	4064
2011	2206	4768
2012	2323	5491
2014	n.d.	n.d.

São Tomé e Príncipe

A ocupação humana das ilhas de São Tomé e do Príncipe está associada à expulsão dos cristãos-novos do reino, ao tempo de D. Manuel (1485) e à sua fixação como colonos destes territórios a partir do reinado seguinte. A este respeito escreve Heller (2008, 2): "Já então, boa parte desses cristãos-novos portugueses havia encontrado seu espaço económico e social no rastro da expansão ultramarina portuguesa, primeiro a Oriente e, depois, a Ocidente, jogando um papel comercial relevante no que alguns autores chamam de Primeiro Sistema Atlântico, isto é, no desenvolvimento do eixo comercial representado pelo tráfico negreiro via costa ocidental e pelo comércio de produtos tropicais e, logo, o açúcar produzido no nordeste brasileiro".

A passagem para o segundo sistema Atlântico vai ter lugar, décadas depois, a partir de Amsterdão, Hamburgo, Londres e mesmo do sul de França, com a passagem do "subsistema económico sub-equatorial para o Atlântico Norte" (op. cit., 4). Neste processo os países do ocidente europeu tiveram particular relevância. Acompanhados de escravos foram os portugueses responsáveis pelo povoamento das ilhas atlânticas (depois de 1470) onde encontraram traços específicos do solo, da vegetação e do clima, introduzindo culturas distintas e adaptadas aos novos territórios.

Relativamente ao território insular de cabo Verde, os traços do clima equatorial quente e húmido, propiciadores de doenças tropicais e causa de mais danos à população branca que à população negra, só é permitida com a introdução de novas plantas para sustento e procriação da população residente, nomeadamente dos escravos trazidos para as ilhas. Para tanto refere Barros (s/d, 10-11) a colonização da ilha de Santiago e a fixação de novos habitantes a quem D. Afonso V (1466) concedeu "o exclusivo do comércio e resgate de escravos da Guiné, com excepção de Arguim". A este respeito e sobre o processo de colonização deste território, Seibert (2014, 47), com base em estudos de F. Tenreiro, assinala o papel inicial dos donatários a quem foram conferidos terrenos para exploração e o seu povoamento com escravos, promovendo a introdução de culturas alimentares e animais domésticos e a mestiçagem biológica entre a população branca e a população negra. Esta é tida (loc. cit.) como "alforria colectiva e individual de escravos", bem como a base da evangelização por parte da Igreja católica.

As vicissitudes históricas sofridas no Reino e a marcha dos processos de colonização noutros contextos geográficos e sociais, justificam um crescimento lento da população, agravado pela sangria de mão-de-obra escrava que até à abolição do regime esclavagista, em finais de Oitocentos, foi preponderante. A economia assente inicialmente na monocultura sacarina deu lugar a outras produções como a exploração da madeira e associa-se à pimenta. A partir de meados do século XIX expande-se o café e o cacau, cultivados nas roças e que se constituem as principais riquezas do arquipélago.

Como os demais territórios da África central e austral, o comércio negro foi uma das fontes de riqueza das ilhas, comércio autorizado por D. João II aos moradores da ilha de traficar escravos para além da costa da Mina. Diz-nos Caldeira[77]: "Os escravos que fizeram movimentar a economia são-tomense durante o final do século XV e primeiros anos do século XVI vinham, acima de tudo, da bacia do Níger, com particular destaque para o reino do Benim. No entanto, a falta de mão-de-obra para a produção de açúcar e a intensificação do tráfico de

escravos com destino às Índias Ocidentais, vão exigir o recurso ao Congo e a Angola, de onde provém a grande massa de escravos que chega a São Tomé desde aquela última data até às primeiras décadas do século XVII".

A evolução social de São Tomé, ditada pelo crescimento da monocultura local e tráfico de escravos manteve, por razões igualmente geográficas relacionadas com a natureza da vegetação e o clima, uma proximidade cultural com a costa africana. Tal fica reforçado com a abolição da escravatura, em 1875, quando os fazendeiros das plantações indígenas são obrigados a recrutar mão-de-obra em Cabo Verde, Angola e Moçambique, para assegurarem as necessidades locais.

À data, com a intensificação do fenómeno de colonização, a população nativa de forros e angolares recusa-se a trabalhar nas plantações (Seibert, 2014, 60), que consideravam "trabalho escravo", tendo-o "abaixo do seu estatuto de africanos livres". Regista ainda o mesmo autor (op. cit., 62) que enquanto a colonização em São Tomé e Príncipe "resultou na marginalização dos forros e na emergência de uma sociedade plural, a sociedade crioula continuou a consolidar-se em Cabo Verde". Esta situação foi reforçada pela introdução do ensino escolar neste território, contrariamente a São Tomé, que em 1881 acolheu o ensino primário e o ensino secundário em 1952.

De acordo com os dados do Observatório da Emigração[78] e os registos consulares da DGACCP, em 2010, numa população total de 165000 habitantes, o total de inscritos era de 2256 cidadãos, assim repartidos:

Ano	*Total nasc. PT.*	*Total de portugueses*
2008	686	2221
2009	862	3113
2010	967	3541
2011	1069	4041
2014	n.d.	n.d.

Triângulo austral

Dada a sua localização a meio caminho para o Oriente e afastado da rota atlântica para o Brasil, o território da África austral é conhecido dos portugueses

desde a passagem de Vasco da Gama por este território, em 1498, a que seguiram outros navegadores quinhentistas. Recorde-se que a presença portuguesa na costa ocidental de África, a sul do Golfo da Guiné, assumiu formas diversas. De acordo com Valério (2001, 17) as primeiras, "dos finais do século 15 a finais do século 16 (...) assumiram a forma de feitorias, enquadradas pelo protectorado de Portugal sobre o Reino do Congo. De finais do século 16 a finais do século 18, as possessões portuguesas no sudoeste da África assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas". Entre outras faziam parte desta rede, São Paulo de Luanda (construída em 1576), Ambaca (construída em 1614) e São Filipe de Benguela (construída em 1617). Por sua vez Serrão (2006.4, 63) dá conta que após a criação da capitania de Angola, em 1571, "o donatário desembarca em 1575 num ilhéu em que moravam já quarenta negociantes portugueses, dependentes do reino do Congo (...)" e do seu comércio de escravos.

Desde os meados do século XVII que o triângulo do Cabo foi objecto da colonização por parte de holandeses e depois por colonos ingleses, colmatando um despovoamento crescente deste território, sobretudo da sua costa ocidental, sujeito desde há muito à captura intensa da população negra. Este constitui um dos traços da nossa história colonial e da expansão ultramarina ligada ao povoamento do Brasil e às relações com as praças do Índico e do Pacífico. A população branca europeia chegou a partir dos anos vinte de Oitocentos, em função do "projecto de em terras africanas lançar as bases de 'novos Brasis'" (Serrão, 1977, 78), situação não confirmada pelos números da população branca que aí se veio a fixar.

Os acontecimentos do final desse século relativos à pretensão da coroa portuguesa em dominar o território interior do continente africano, entre o litoral atlântico de Angola e o Índico, de Moçambique – assinalado no Mapa Cor de Rosa -, colidiram com os interesses da coroa britânica na ocupação do espaço interior do Egipto ao Cabo levando ao abandono das terras entretanto atravessadas por exploradores portugueses. Tal está contemplado no texto do *Ultimatum* britânico a Portugal, em 1 de Janeiro de 1890, seguido do acordo sobre a delimitação das fronteiras dos territórios portugueses em África, celebrado entre Portugal e a Inglaterra e alterado no ano seguinte, em 1891.

Recorde-se que o interesse das nações europeias sobre o continente africano, antes de ser determinado pela exploração dos seus recursos naturais, assentou no tráfico negreiro só terminado na segunda metade de Oitocentos. Com o avanço da revolução industrial e a necessidade de abastecimento de matérias-primas, os recursos minerais e naturais sofreram uma intensa exploração, causando conflitos

locais e regionais que prosseguiram no tempo. Em resultado destes acontecimentos a Coroa portuguesa inicia um processo de povoamento que se estende ao território de Angola e de Moçambique, com o envio de soldados para defesa e o lançamento de colonatos, base da construção do império em África.

Recorde-se que a extensão da nação portuguesa definida na Constituição Politica da Monarchia, em 1822, regista o seguinte: (Art. 20º): "A Nação portugueza é a união de todos os portuguezes de ambos os hemisférios. O seu território forma o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves", onde se incluem, na Africa ocidental: "Bissao e Cacheu, na costa da Mina o forte de S. João Baptista de' Ajudá, Angola, Benguella e suas dependências, Cabinda e Molembo, as ilhas de Cabo Verde, e as de S. Thomé e Principe e suas dependências: na costa oriental Moçambique, Rio de Senna, Sofalla, Inhambane, Quelimane, e as ilhas de Cabo Delgado(...)".

Debruçando-se sobre este fenómeno, Teixeira (1987, 688) assinala as preocupações que o governo português teve na relação com as suas colónias: "Primeiro, promover e reforçar os laços entre a metrópole e as colónias, a partir quer da penetração comercial, quer da própria aplicação de capitais no domínio da produção. Segundo, evitar, ou, pelo menos, reduzir ao mínimo, a intromissão das outras potências europeias nos territórios coloniais portugueses, e particularmente de Inglaterra, na zona entre Angola e Moçambique". O predomínio de cada uma destas relações sugere uma diferenciação entre as antigas colónias ou feitorias, ligadas ao comércio e as destinadas à exploração agrícola e as plantações, alimentadas pelos movimentos da população branca, colonização e emigração e pelos movimentos da população negra ligada à escravidão.

A evolução dos regimes políticos em Portugal, da Monarquia à República e no Estado Novo, recupera imagens distintas das províncias e domínios ultramarinos - assim definidos no Liberalismo – e das colónias, assim designadas pelo Estado Novo. Este processo acompanha-se de perspectivas políticas diferenciadas, construídas no solo pátrio, nos territórios ocupados e nos areópagos internacionais. Recorde-se que a atitude de diversas potencias internacionais é acompanhada de movimentos distintos de emancipação política e de independência, não atendidos pelas autoridades portuguesas. Daí que tenham prosseguido esforços de fixar novos habitantes nos territórios africanos, sobretudo no sector rural ou já na exploração natural e mercantil, no povoamento e defesa militar.

Por razões distintas este modelo não teve o acolhimento esperado, dados os proventos alcançados pela emigração, sobretudo na sua componente europeia, expressa no enorme volume de partidas da segunda metade de Novecentos.

Angola

A ocupação das terras de Angola está associada ao início da povoação de S. Paulo de Assunção de Luanda (Amaral, 2015, 11), "fundada nos princípios de 1576 por Paulo Dias de Novais, no morro que domina a baía, para servir como 'boca do sertão' representado pelos reinos do Congo, de Angola e de Benguela, como Salvador da Bahia (1549) ou o Rio de Janeiro (1565), criadas na outra margem do Atlântico Sul". Tendo desempenhado funções como centro militar, administrativo e comercial ficou esta povoação, "situada numa terra semiárida e quente, pobre de riquezas do solo e do subsolo" (loc. cit.) reduzida, "até ao século XIX, a 'acampamento' de população flutuante que aí acorria para enriquecer com o tráfico dos escravos embarcados para o Brasil, ou a habitava por imposição do Estado (funcionário públicos e degredados), em regra homens que se cruzavam com mulheres da terra" (loc. cit.). Só com o fim do tráfico negreiro a favor do Brasil é que se regista a fixação de novos habitantes e o correspondente desenvolvimento urbano.

Segundo Baião, Cidade e Múrias (1939.II, 82) segue como modelo um sistema idêntico ao do Brasil de colonização povoamento, por via de donatários. Contudo (loc. cit.) "o sistema não se enraizou e foi a conquista que prevaleceu; de terra de povoamento, entrevista no começo da colonização, Angola ia transformar-se em terra de despovoamento (...) em triste mercado de escravos para os donatários das terras de Santa Cruz". Assim, o modelo de ocupação litorânea do continente africano aliado à exploração humana e mercantil, sem ocupação efectiva do território interior, traduziu-se na "manutenção de autoridades eficazes, que garantissem nesses território inteira liberdade de comércio e de trânsito" (op. cit., 1940.III, 371).

Por sua vez Marques (1976.II, 127) afirma que "as razões para esta restrita ocupação do continente africano eram várias" uma vez que, "à excepção de Angola, nos finais do século XVI e começos do XVII, a Coroa nunca planeara efectivamente uma conquista substancial do território, preocupando-se apenas em proteger feitorias costeiras com um mínimo de 'hiterland' circunjacente, na boa tradição do 'Império' asiático. Por outro lado, e comparada com o Brasil e com o Oriente, a África desempenhava para Portugal um papel económico mínimo, onde só os escravos avultavam. Em terceiro lugar (...), os povos africanos ofereciam geralmente resistência tenaz ao avanço europeu".

Note-se que o negócio de escravos a partir da costa africana tornou-se, no final do Antigo Regime, um negócio altamente lucrativo cobiçado pelos países

europeus concorrentes de Portugal neste comércio. Contudo as condições naturais de relevo, clima e vegetação dificultavam a ocupação europeia, presença que levou a que no início de Oitocentos e apesar das diferentes levas operadas ao longo do tempo em todo o império português, a população branca não fosse além de dez mil europeus (op. cit., 129).

Durante a primeira metade de Oitocentos o modelo de ocupação em vigor foi posto em causa devido um conjunto de pressões internacionais, nomeadamente por parte da Inglaterra e de outras potências europeias, que estiveram na origem da Conferência de Berlim (1884-1885). Este encontro vai permitir ao rei Leopoldo II, da Bélgica, a posse territorial do futuro Estado Independente do Congo e "o estabelecimento do princípio da 'ocupação efectiva de territórios', o que abriu a corrida para a delimitação (e demarcação) de colónias (e do colonialismo no continente africano" (Amaral, 2014).

A referida deliberação conduz à perda de influência de Portugal sobre parte do território do Congo, vendo ainda "recusadas as pretensões cartografadas no 'Mapa-cor de rosa'" (loc. cit.). Daí decorrem as preocupações da Monarquia expressas em diversas operações militares desde Cabinda (1986), aos Dembos (1890); de Santo António do Zaire (1901), ao Novo Redondo (1903) e ao planalto de Huíla (1906). Estas iniciativas pretendem evidenciar um carácter científico enquadrado pela constituição da Sociedade de Geografia de Lisboa (formada por cientistas e militares), em 1876, e pela intensificação do povoamento. Integra-se neste processo a "ocupação efectiva" (Teixeira, 1987, 692) do território através da exploração e da colonização branca apoiadas pelas autoridades públicas, mas com resultados pouco evidentes dado o modelo rural seguido e o abandono, à sua sorte, das famílias transportadas.

Como foi preconizado em Berlim, a ocupação definitiva das colónias esbarra com os interesses dos povos locais e o desconhecimento dos limites territoriais desta parte do continente africano. Estas circunstâncias terão implementado a emigração dirigida, traduzida no envio de colonos rurais para as ex-colónias de maiores dimensões, Angola e Moçambique. A este respeito dizem Baião, Cidade e Múrias (1940. III, 326) que "desde a reforma liberal até ao tratado de Berlim, verificamos que em 1837 o Estado procurou activar o povoamento de certas parcelas da colónia por elementos da metrópole, de modo que esses núcleos contrariassem, eficazmente, a infiltração de colonos estranhos. Concederam-se, então, passagens gratuitas para Angola, ou quaisquer outras possessões em África, a todos os operários mecânicos que para tais zonas se dirigissem, ao mesmo tempo que se prometiam socorros e ajudas de todo o género".

Prosseguem, afirmando: "Procurava o Estado criar núcleos de população branca em todas as regiões onde esta melhor se adaptasse e pudesse fixar". Tal foi acompanhado da aceitação de compatriotas anteriormente "emigrados para o Brasil" (op. cit., 327) em circunstâncias idênticas aos colonos enviados pelo Estado ou recrutados por particulares e a famílias deportadas. Acompanharam-nos os pescadores algarvios que se fixaram no litoral de Moçâmedes banhado pela corrente fria de Benguela alimentada pelos alísios de Sudeste.

Prosseguem os referidos autores (loc. cit.) assinalando que face às condições climáticas de Huíla, "em 1857 consentiu-se na fundação de uma nova colónia de europeus constituída por 19 alemães, e partiu para Huíla a primeira companhia do terceiro batalhão de Caçadores de Angola, organizada em Lisboa, e para a qual se recrutaram, especialmente, operários de ofícios mecânicos, como serralheiros, carpinteiros, pedreiros, etc., e uma maioria de agricultores. Os objectivos eram a colonização de algumas secções do extenso planalto, e por isso se preferiam os soldados casados que por suas mulheres e filhos fossem acompanhados". Ao que parece esta foi uma experiência mal sucedida com o regresso desses soldados após a sua comissão.

Continuando a descrição, os citados autores (op. cit., 309) afirmam que "ao entrar o segundo quartel do século XIX, a ocupação de Angola limitava-se a uma faixa litoral, que para o interior pouco se alargava, sem limites definidos. Ao norte alastrava-se pelas margens do Zaire até onde este rio é navegável; para o sul estendia-se até aos limites de Caconda Velha. Para sul destes imites, apenas havia conhecimento do Humbe, na margem direita do médio Cunene, sendo absolutamente ignorada toda a região da margem esquerda deste rio. Mesmo a zona costeira ao sul de Benguela era ainda mal conhecida, quando, em 1839, a corveta 'Isabel' realizou a sua viagem de exploração, até Porto Pinda (actualmente Porto Alexandre), reconhecendo as baías de Mossâmedes e dos Tigres (...)".

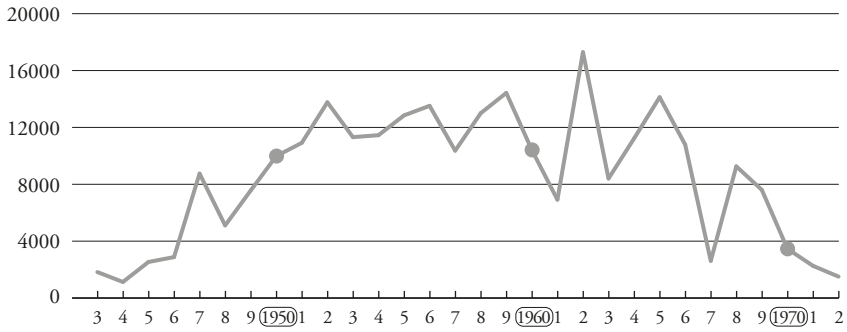
Desde então, até aos finais de Oitocentos, diversas contendas com os povos locais marcam a ocupação do território e a delimitação dos limites fronteiriços, num esforço que abrange o envio de novos habitantes e a criação de estruturas de apoio à emigração, nomeadamente através da criação, em 1881, de uma junta de emigração portuguesa, em cada colónia ultramarina (Baião, Cidade e Múrias, 1940.III, 328). A criação de companhias privadas orientadas para a exploração de plantações e de recursos naturais, exigindo mão-de-obra branca, pode justificar algumas dessas medidas, conjuntamente com a exploração interior e a construção das linhas férreas no território. Entre as companhias criadas em

Moçambique contam-se a Companhia do Zambézia (1892), a de Moçambique (1888) e a do Niassa (1893).

Este foi um movimento que teve particular acolhimento durante o Estado Novo, em que se procurou seguir os princípios de colonização branca praticados noutros contextos africanos (Castelo, 2007) como na Rodésia, Quénia, África do Sul e Argélia. A imagem de desenvolver o território como um todo mantinha-se na sua visão redutora de o manter aberto, apenas, a pequenos grupos de colonos agrários da metrópole, segundo modelos arcaicos e baseado em culturas tradicionais. Daí a fraca aceitação popular destas migrações contrariamente às do Brasil, expressivas nos seus resultados e rendimentos.

A figura seguinte, construída com dados de Serrão (1977, 82), permite apreciar a evolução dos saldos das entradas e saídas por via marítima, da população portuguesa, nas províncias ultramarinas antes da sua independência.

Saldo das entradas e saídas, por via marítima. Nas províncias ultramarinas (1943-1972)



in Serrão, 1977, 82 (Quadro XXII)

No que a Angola diz respeito o processo de povoamento branco assenta no desenvolvimento de um povoamento litoral e no estabelecimento do comércio no interior, com o aprisionamento de escravos enviados para São Tomé e Brasil. Periodicamente, em função de factores externos e não tanto do interesse em promover o povoamento branco nas terras de África, prosseguem as iniciativas relacionadas com o envio de colonos capazes de assegurar o povoamento branco no território determinado no Acordo de Berlim (1885).

A evolução deste movimento mostra, contudo, as incertezas da população em trocar o território continental pelo africano ou, melhor ainda, as expectativas de uma opção mais acertada e muitas vezes acolhida por familiares, para o Brasil,

em detrimento das promessas e das incertezas de África. Os dados recolhidos por Serrão (1977, 79) relacionados com as estimativas da população residente em três das colónias da África ocidental, assim o comprovam.

População de algumas colónias africanas (meados do século XIX)

		Cabo Verde a)	*S. T. Príncipe b)*	*Angola e Benguela c)*
Habitantes Livres	Brancos	–	–	1832
	Pardos	52854 *d)*	185	5742
	Pretos	–	7054	292220
Habitantes escravos		3979	6514	86726

Legenda: *a)* 1834; b) 1844; *c)* 1845; *c)* não se distingue a cor da pele; *d)* Inclui brancos e pardos

in Serrão, 1977, 79

Como foi notado o povoamento das possessões no continente africano está relacionado com a débil situação económica do país e com os interesses das potências estrangeiras, em particular do seu velho aliado, a Inglaterra (Manso e Sousa, 2013, 3). De acordo com os supracitados autores (op. cit., 5), no decurso do pós-guerra, Portugal "em sentido contrário ao exemplo inglês ou francês, introduziu novos projectos sócio-políticos, canalizando grandes investimentos para a construção de núcleos de povoamento agrícola dirigidos pelo Estado, com vista a perpetuar o seu sistema colonial com a fixação camponesa. Esses núcleos previam uma convivência 'multiracial' o que funcionaria para contra argumentar a crítica internacional que, insistentemente considerava o colonialismo uma instituição anacrónica".

É neste modelo que se inscreve a colonização do planalto de Huíla, em Angola, com o estabelecimento de colonos açorianos, madeirenses e de portugueses perseguidos no Brasil, após a sua independência (Medeiros, 1976). Dadas as condições climática regionais, esta é a parte de Angola que apresenta melhores condições para a colonização branca. O seu território sul acolhe ainda Bóeres (descendentes de holandeses estabelecidos na costa do Transval) - que por aqui deambularam procurando fugir ao controle britânico na África do Sul - ocupação terminada no termo da segunda década de Oitocentos.

A população transplantada vai ocupar territórios dominados pelos indígenas, sem capacidade de recurso à mão-de-obra local, em condições de conflito e desconfiança sobre o domínio da terra e as culturas a implementar. Regista Bastos (2009, 64) que ao desinteresse manifestado no Continente sobrepôs-se o interesse dos madeirenses que terão acorrido em grande número ao planalto de Moçâmedes e às colónias de Chibia, Lubango e Humpata. Esta última remonta ao início dos anos oitenta de Oitocentos quando o governo português, "para contrabalançar a influência bur, promove (...) um surto de colonização lusitana, enviando para ali os colonos remanescentes da falhada colónia de Júlio Vilhena, de Pungo-Andongo, e diversos pequenos grupos de madeirenses que iam chegando a Angola" (Serrão, 2006.3, 235).

Pelo seu interesse transcreve-se um Edital do Governo Civil de Braga (1884), relativo ao recrutamento de colonos para Angola (Bastos, 2009, 63-Fig. 5).

"EDITAL

JERONYMO DA CUNHA PIMENTEL, Bacharel formado em Direito, com a habilitação do Curso Administrativo pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, antigo Deputado da Nação, e Governador Civil do Districto de Braga:

Faço saber que tendo o ministerio da Marinha e Ultramar resolvido mandar para Angola pelo vapor INDIA ate 50 colonos, que desejem estabelecer-se no districto de Mossamedes, são por este meio convidados em execução do Regulamento de 16 de agosto de 1881, os que estiverem em condições de se proveitar d'este offerecimento. Devem ser homens validos, morigerados, de edade não superior a 35 annos, agricultores, ou operarios de officios inherentes aos trabalhos agricolas (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.) preferindo-se casados.

Os que estiverem n'estas circumstancias até o numero de 8 para este districto devem declaral-o aos respectivos administradores do concelho, e depois assignarem n'este Governo Civil os termos de contracto, elles e seus abonadores, apresentar-se-hão no ministerio da Marinha e Ultramar impreterivelmente ate o dia 22 do corrente, para partirem o seu destino no dia 25.

A cada um dos colonos será dado um subsidio de 30$000 reis em dinheiro, alem da passagem, e mais 1 arma de fogo e respectivos petrechos, 1 machado, 2 enxadas, 1 pá de ferro, 1 colchão de palha, 1 travesseiro, 4 lençoes de algodão, 1 cobertor, 2 toalhas, 2 pentes, 2 bacias de zinco, 2 escovas, 1 panella de folha, 1 caçarolla, 4 pratos, 2 tigellas, 2 canecas, 1 colher, 1 garfo e 1 faca.

Á sua chegada a Angola, os colonos ficarão desde logo ao cuidado da junta de pro-

tecção dos emigrantes que tratará de lhes dar o destino mais conveniente no districto de Mossamedes que é, como todos sabem, muito saudavel, rico e com todas as condições dos melhores paízes da Europa, onde terão a protecção das auctoridades e a convivencia dos que fallam a mesma lingua e teem a mesma patria.

Para que chegue ao conhecimento de todos os que queiram procurar na emigração remedio para as circunstancias difficeis em que se encontrem, se mandou passar o presente, que será affixado nos logares mais publicos de todo o districto.

Governo civil em Braga, 14 de fevereiro de 1884

O GOVERNADOR CIVIL

Jeronymo da Cunha Pimentel"

Depois desta data prosseguiram outras tentativas de fixar os habitantes da Metrópole neste território. Contudo foram geralmente frustradas, quer pela importância da emigração brasileira, quer pelas condições oferecidas aos colonos portugueses. O registo dos discursos parlamentares da segunda metade de Oitocentos, em Portugal, dá conta da preocupação de alguns deputados em relação ao esquecimento da problemática da colonização africana e às razões da nossa emigração. Para Oliveira Martins (1956, 220) um facto comum da sociedade portuguesa depois da conquista de Ceuta foi a sua constante saída e atracção pelo Ultramar, o que se verificou a par da emigração para o Brasil, fenómeno que resulta não "dum capricho de aventura, de uma sede de enriquecer, mas sim, fundamentalmente, da míngua de meios de subsistência". Só que, face à dimensão humana e financeira da procura da emigração transoceânica, reconhece que (op. cit., 240) "desviar do Brasil para Africa a corrente de emigração proletária que para além vai, em demanda de trabalho, seria um erro económico sem alcance nem vantagem política. Agravaria os nossos orçamentos coloniais, sem esperança de um benefício correspondente".

As incertezas quanto à colonização dos territórios de África acompanham o fim da Monarquia e prosseguem durante os primeiros anos da I República, que depois de 1910 e até meados do período da primeira guerra mundial, continua a registar "um movimento crescente marcado por forte debandada" (Godinho, 1978, 7). A extensão do primeiro e do segundo conflito mundial não modificou o desinteresse da saída da população portuguesa para este continente. Daí que, no início do Estado Novo (Costa, 2006, 47), "a preocupação de fomentar o povoamento dirigido ou oficial dos territórios ultramarinos levou Oliveira Salazar no início dos anos cinquenta a impor uma nova forma de ocupação, retomando ideias e projectos anteriores, que se traduziu na implementação de Colonatos

para a colocação de população de Portugal. Estes tinham como objectivo a resolução do problema demográfico de Portugal, impedir a formação de movimentos anti coloniais e a criação de uma zona tampão no Sul de Angola, sobretudo através do Colonato da Matala".

Com este objectivo foi igualmente lançado o colonato de Cela para onde embarcaram, em 1957, as 7 primeiras famílias para este destino, num total de 54 pessoas. Para além deste local foi igualmente criado um outro colonato, no Cunene, associado à construção da barragem sobre o mesmo rio e orientado para a aproveitamento do regadio. De acordo com os dados da Junta da Emigração (1957, 87-89), em 1957 foram embarcadas 58 famílias – num total de 472 pessoas - para este colonato, oriundas principalmente de Bragança e do Funchal. No ano seguinte esse valor foi de 50 famílias, num total de 393 pessoas.

O relato da colonização branca destas terras inclui ainda outras medidas da República e do Estado Novo através de incentivos, tímidos e contraditórios em relação ao apoio a colonos portugueses e à exploração das glebas que lhes eram destinadas. Em oposição a estes retalhos crescem as plantações - café, sisal, algodão – e a exploração de diamantes que se afirmam como a principal fonte de riqueza e exportação. De acordo com Valério e Fontoura (1994, 1197), "O boom do café teve importantes consequências para Angola, ao tornar-se um poderoso atractivo sobre a imigração portuguesa. Em 1930 havia na colónia cerca de 30 000 brancos e 53 000 mestiços, representando cerca de 5% da população total (4,8 milhões)".

Referem-nos Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 388) que a vista do Chefe de Estado Português a Angola, em 1938, marca a assinatura de um "importante diploma que criou em Angola o 'Fundo de Fomento' (Dec. Nº 28924 de 16 de Agosto de 1938), destinado à realização e um largo plano de melhoramentos materiais (...): caminhos-de-ferro; rede de comunicações telegráficas; estudo das regiões mineiras; construção de escolas; instalação de serviços administrativos; construção de hospitais; construção da estrada central de Angola; abastecimento de água às povoações do litoral; e assistência indígena".

Para o período seguinte, Ferreira (1985, 100) afirma: "A população branca, que em 1950 era de 78 826 colonos (2,6% da população total), passa para 160 000 (4,7%) em 1960 e 280 000 (6,5%) em 1970. Estes últimos valores, se bem que do recenseamento, parecem estar abaixo da realidade, principalmente quando comparados com o número de 'retornados' de Angola aquando da descolonização, calculado (se bem que incluindo alguns pretos e mestiços) em 400 000, pelo menos". Complementarmente, adianta (loc. cit.): "A instalação de portu-

gueses de forma sistemática e acelerada não corresponde, contudo, a uma mera necessidade de alargamento de mão-de-obra na economia angolana. Ela corresponde a uma política resultado de vários interesses da economia metropolitana: absorção do desemprego que o fraco desenvolvimento económico da metrópole não permite debelar, alargamento da mão-de-obra disponível, principalmente especializada e semiespecializada, para a economia de mercado e implantação de agentes económicos estreitamente ligados à metrópole como garantes do domínio colonial numa época em que a soberania portuguesa é posta em causa".

Desenvolvimento populacional em Angola de 1900

1900	2716000	9000
1920	3131200	20700
1940	3738010	44083
1960	4830449	172529
1973	6000000	600000

Fonte: Kivouvou, 1980, 101
in Matine, 2015, 62

Um olhar externo sobre os colonatos de Angola e de Moçambique passa pela referência ao modelo seguido na sua constituição. Ribeiro (1970, 287) refere-se à imagem desoladora de Cela dado o modelo transposto para o sertão africano de "uma paisagem de policultura de subsistência, um pouco no estilo do campo e da horta que na metrópole já não comportam a gente que vive deles". Por sua vez, Luansi (2003, 6-7) apresenta outra perspectiva:

> "Financeiramente subvencionada, a fundação de colonatos levou à expropriação e ao trabalho forçado. A título de exemplo citamos o colonato da Cela no então distrito de Kwanza-Sul onde foram instaladas em 1951 mais de 370 famílias portuguesas com uma totalidade de 2000 pessoas. Para esse efeito foram expropriados 220000 hectares. No colonato de Matala no distrito de Huila estabeleceram-se famílias vindas do Norte de Portugal, da Madeira e dos Açores, que para além das terras agrárias que lhes foram distribuídas, possuíam igualmente boas possibilidade de irrigação através da barragem hidroeléctrica do mesmo nome no rio Cunene.
> Com a expropriação, muitos povos bantu de Angola perderam as suas terras ancestrais para se refugiarem nos países vizinhos ou ainda foram obrigados a prestar serviço nas fazendas cafeícolas do Norte. Embora o governo colonial partisse do princípio de que a estrutura demográfica nas zonas rurais poderia ser modificada com a emigração,

constatou-se ao longo dos anos uma nova tendência migratória. Os novos migrantes abandonavam os colonatos para as zonas urbanas, onde iam aumentando o número de desempregados não qualificados".

Recorde-se que sob administração portuguesa, a saída de população para Angola e Moçambique inseria-se nas actividades de fomento do território e de desenvolvimento impostas pelo governo da Metrópole. Assim se justificam as contradições inerentes ao desenvolvimento da emigração, participada por colonos para África e não por outros contingentes, mesmo depois da elaboração dos planos gerais de fomento pelo Governador-Geral de Angola e de Moçambique, após a crise económica dos anos trinta e no final dessa década.

Os interesses não públicos estabelecidos nestes territórios, assentes na exploração de recursos agrícolas e mineiros, deram mesmo assim origem ao movimento da população local para os territórios vizinhos do Cone Austral - caso da República da África do Sul, em relação aos moçambicanos -, ou mesmo de Angolanos para as plantações de São Tomé e Príncipe. Com a evolução dos Planos de Fomento[79] são canalizados investimentos para estes territórios, nomeadamente para a construção de infra-estruturas de transporte ferroviário para escoamento das matérias-primas locais e transporte do planalto de Malange para os portos de Luanda, do Congo para Lobito e Benguela e do planalto de Huíla para Moçâmedes, importante porto pesqueiro da região. Parte dos investimentos iniciais beneficiaram dos auxílios do Plano Marshall para a reconstrução europeia.

Só no início de sessenta, por via do condicionamento industrial no território é que avança a industrialização e com ela o alargamento do sector de serviços, o que permite atrair novos cidadãos, nomeadamente ex-elementos dos contingentes militares aí destacados. Tais investimentos incluem medidas para a colonização branca, mas não bastam para intensificar a emigração da Metrópole para os territórios do Ultramar. A este respeito assinala Ferreira (1985, 101): "Contudo, esta tentativa de solucionar o problema da mão-de-obra nunca alcançou as dimensões relevantes que se lhe pretendia dar. Tanto demográfica como economicamente, a mão-de-obra portuguesa «dirigida» por esta política ficou bastante aquém do pretendido". Assim o demonstram, também, os dados referentes ao movimento de colonos antes do início da guerra colonial em Angola e Moçambique.

Entre 1956 e 1962, num total de 1030 famílias recrutadas para os colonatos de Cela e Cunene em Angola e Limpopo, em Moçambique, foram apenas 13 as famílias que se dirigiram para Cela; 238 para o Cunene e 779 para o Lim-

popo. Contudo apenas este colonato acolheu novos habitantes em 1961 e em 1962 – 1565 habitantes – contrariamente ao território angolano que não registou qualquer movimento.

Depois do início da guerra colonial diversas medidas são tomadas relativas ao termo do estatuto do indígena, à protecção laboral, à criação do espaço económico e monetário português - referido pelo Decreto-Lei nº 45 222, de 30 de Agosto de 1963 - e as que promovem a formação dos recursos humanos de nível superior, com a criação dos Estudos Gerais Universitários em Luanda e em Lourenço Marques.

A evolução das campanhas de África reacende, através da intervenção do Conselho Ultramarino, a necessidade do povoamento em terras de África e anima a emigração moderna para estes territórios, ligada a formas de exploração agrícola e a serviços estabelecidos no território. Assim o assinala Costa (2006, 14) a respeito da importância do Congresso Colonial Nacional de 1901, na "promoção de outras iniciativas, que não só as de natureza militar, assentes na "ocupação comercial, industrial, agrícola e populacional", requeridas pela Sociedade das Nações, com vista "à protecção dos colonos europeus e a manutenção da paz entre os nativos (...) aumento do bem-estar material e moral dos colonos (...) facilidade das comunicações pelos territórios coloniais (...), exploração dos recursos naturais e agrícolas (...), facilidade do comércio e (...) desenvolvimento da indústria" (loc. cit.).

Para Alexandre (2004, 965), o plano "gizado pelo Conselho Ultramarino exigia vastos recursos, que o Estado português dificilmente poderia disponibilizar. Por essa mesma altura dava-se início na metrópole à construção da rede de vias de comunicação — estradas e caminhos-de-ferro — essenciais à formação do mercado interno, financiada através de empréstimos públicos contraídos no estrangeiro. Para ocorrer ao dispêndio com as colónias seria necessário ou aumentar o endividamento do país no exterior ou reduzir o nível do investimento interno". Esta era uma situação difícil de alcançar face ao volume de investimentos direccionados para o ordenamento e construção de infra-estruturas no território e de apoio à população.

Retomando uma referência a Medeiros (1976) sobre o exemplo da colonização dos planaltos de Huíla em Angola, observa o autor, serem "as mais antigas e mais importantes terras de colonização branca, devido a condições naturais específicas, que derivam da altitude, e que, por seu intermédio, interferem no clima, nos solos e na vegetação". Contudo ao regime específico das chuvas tropicais, às particularidades do povoamento negro e aos conflitos entre si e com a

população branca, juntaram-se as condições impostas pelo isolamento e a dificuldade de escoamento dos produtos agrícolas conduzindo à atrofia económica dos colonos da região.

De acordo com o anteriormente exposto, a história das migrações em África inscreve-se em duas vias antagónicas do processo de povoamento:

- a ocupação militar, comercial e religiosa do território, associada a iniciativas pontuais de colonização com o envio de degredados do Reino e de habitantes de outras origens;
- o desvio da população autóctone através de rotas da escravatura que acompanham a instalação do comércio fora das áreas do litoral, no interior do território.

Já a história recente, inscreveu outras vias complementares:

- a ocupação militar durante a guerra colonial com a permanência, em regime de rotação", de largos quantitativas militares durante os anos sessenta e até ao começo da década seguinte. Depois da independência destes territórios e do fim das guerras internas que se seguiram, a emigração de portugueses para estes países alimenta ciclos distintos da emigração de nacionais, especialmente para Angola e para Moçambique;
- a saída da população autóctone e da população branca aí estabelecida, quando da independência destes novos países, movimento que se continua por mais tempo em direcção ao continente português com o estabelecimento de ciclos igualmente distintos da imigração portuguesa.

Fora destes exemplos fica a referência da imigração periódica de nativos de Cabo Verde para trabalhos públicos no Continente, sobretudo durante os períodos de seca, de más colheitas e de maior mortandade no arquipélago e que deram igualmente origem à saída dos seus habitantes para outros países da Europa e da América quando do processo de independência. Tratam-se de exemplos distintos de um fenómeno de mobilidade geográfica forçada pelas condições naturais de clima e por razões de natureza política associadas à mudança de estatuto e de regime político.

Dada sua posição mais excêntrica em relação à rota do Cabo e à navegação marítima para o Brasil depois da queda do Império da Índia, Moçambique acabou por sofrer das mesmas vicissitudes que referimos para Angola. A existência de mais de meio milhão de portugueses aí residentes no termo do século passado justifica-se pelo enorme volume de saídas que se registou nos anos seguintes à

independência destes territórios africanos e ao interesse remoto da emigração madeirense por Angola.

A este respeito transcreve-se um texto alusivo à colonização em Angola[80], às suas características e orientação técnica:

> "O regadio tem muito pouco interesse nos trópicos (a não ser nos climas semi-áridos e áridos, como o Egipto), ao contrário do clima mediterrânico, pois neste a estação quente é esterilizada pela secura, enquanto nos trópicos, a estação das chuvas é quente, de modo que se podem efectuar as culturas destas condições com a rega gratuita das nuvens. Assim, nos planaltos pode-se dizer que só os pomares (para passarem a estação seca, se for longa) e as hortas necessitam de rega. Estas diferenças não se compreendiam claramente e dominava a mística da transplantação da agricultura minhota, familiar, pequena propriedade, cultura intensiva, trabalho a braço e a gado, ainda mais imposta pela forte personalidade de Trigo de Morais, que já tinha sido o apóstolo do regadio na Metrópole e em Moçambique.
> O regadio tradicional português ocupava muita gente, o que constituía grande vantagem para o povoamento nas colónias."

Procede-se, em seguida, ao enquadramento da região:

> "A escolha de um local interior (329 km tem a linha eléctrica da Matala ao litoral em Moçamedes) tinha a vantagem de estender a ocupação para o interior. A barragem hidroeléctrica da Matala tinha assim duplo aproveitamento. Mas as distâncias são enormes, sempre por estrada: 160 km da Matala ao Lubango, mais 230 a Moçâmedes; ao Huambo (Nova Lisboa) 280 km. Todos centros de consumo modestos e abastecidos localmente. As estradas eram péssimas, do Lubango para a Matala vinha-se por terraplanagens, sem qualquer piso, uma sucessão ininterrupta de covas, durante horas, pior do que as simples "picadas", o que impedia a saída de mercadorias de camião. Esta estrada veio a ser asfaltada em 1970. É certo que havia o comboio e que tinha havido o cuidado, que os serviços de Trigo de Morais nunca esqueciam, honra lhe seja, de estabelecer pequenas indústrias de transformação, que se referem adiante."

Descrevem-se, em seguida, as características desse núcleo de povoamento:

> "O colonato foi estabelecido em 1954, em conjugação com a grande barragem hidroeléctrica do Cunene. A altitude é de cerca de 1230 m, o que faz as noites muito frias na estação seca. A área a regar constitui uma faixa de 2 a 5 km de largura, que se estende

ao longo da margem direita do rio por cerca de 22 km. Os solos são de maneira geral de boa qualidade, derivados de doleritos e lavas basálticas; foram considerados por estudos pedológicos próprios para o regadio em um pouco mais de metade. O património distribuído a cada colono devia ser constituído por:
1) Casa de habitação modesta, com 5 divisões, logradouro em volta, estábulos para bovinos e porcos, galinheiro e arrecadação de alfaias.
2) Uma parcela regada com 5 ha para colonos que tenham até 2 filhos, complementos conforme a família.
3) Uma parcela de 0,5 ha incorporada no lameiro comunitário, explorado pela associação de regantes; cultivada principalmente com luzerna para o gado leiteiro do lameiro comunitário e para a fábrica de desidratação de forragens explorada pela cooperativa.
4) Uma parcela de 30 ha de sequeiro para o gado."

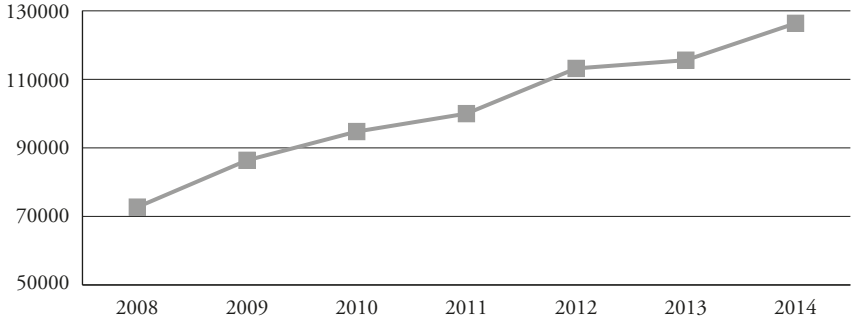
Reconhecem-se, também alguns inconvenientes do modelo:

"Nem tudo foi bem assim. As parcelas de 30 ha de sequeiro não foram distribuídas, pois seriam longe dos casais e das aldeias, de modo que seriam muito difíceis de utilizar. O lameiro comunitário - mais um sonho europeu - faliu passado pouco tempo e os colonos perderam quase todo o gado que ali tinham, o que lhes pareceu muito mal, pois eram sócios, mas obrigados, e não tiveram qualquer interferência na gestão do lameiro, que foi de técnicos teóricos. Cultivou-se luzerna que não se dava bem; mais um erro por querer copiar as culturas da Europa.
Aprendeu-se alguma coisa. Os colonos pagaram o erro da escolha da luzerna que não tinha sido deles. A colocação dos estábulos junto das habitações não era aconselhável, por razões de salubridade, ainda mais em clima tropical. O colonato era constituído por 5 aldeias. Infelizmente, as distâncias a percorrer pelos colonos para irem aos campos eram grandes, gastando em regra o agricultor uma hora por dia na deslocação à exploração e regresso. O custo da instalação de um casal agrícola, foi computado no total de 393 contos (inclui 164 c. do regadio). Em 1963 estavam instaladas 324 famílias sobre 2.756 ha regados. Em 1968, havia 319.
Os serviços do Eng.º Trigo de Morais souberam compreender as necessidades de transformação dos produtos; já assim tinham feito no colonato de regadio do Limpopo (Moçambique). Na Matala, com mais razão, em vista da falta de mercados próximos e das enormes distâncias a percorrer pelos produtos. (...)".

Esta é a descrição de um modelo que à data foi entendido como fundamental para

o desenvolvimento agro-pecuário de Angola, construído à imagem de um país temperado, de uma agricultura de subsistência, de produtos alheios ao cenário africano onde estavam implantados e com colonos-emigrantes de origem rural, típicos de qualquer aldeia rural do norte, do centro ou mesmo do sul da Metrópole. Uma replicação do Portugal rural, nas terras de África.

Angola: registos consulares



Os dados relativos à imigração portuguesa em Angola disponibilizados pelo Observatório da Emigração[81], ainda que parcelares, dão-nos conta de alguns dos seus aspectos recentes. Em 2013 numa população total estimada em 23 milhões de habitantes, a população nascida em Portugal orçava os 38994 indivíduos. Segundo os registos consulares, a população portuguesa ascendia a 126 milhares.

No que respeita à sua evolução é de salientar uma quebra acentuada entre 2009 e 2104: 23787 imigrantes em 2009, 4651 imigrantes em 2013 e 5098 em 2014. Esta variação realça o carácter bastante irregular da imigração portuguesa para este país.

Moçambique

À semelhança de outros territórios africanos, a presença portuguesa nas costas orientais do continente africano remonta ao tempo da primeira viagem de Vasco da Gama a caminho da Índia e dos contactos posteriormente estabelecidos nesta zona com "estratos culturais bastante variados: negros, árabes, turcos, indianos e possivelmente chineses aí trocavam mercadorias ou exploravam, riquezas" (Serrão, 2006.4, 319). Esta presença manteve-se através da instalação de

fortalezas e de feitorias que asseguram os contactos com a população e o comércio local, ou já com as carreiras e a navegação procedente da Índia. Estão neste caso as praças de Zanzibar e de Sofala (conquistada em 1505) – e as suas dependências de Sena e de Tete (Valério, 2001, 18) – Mombaça, Quíloa e Moçambique. Destas terras, Zanzibar e Mombaça foram perdidas para o Sultanato de Amã nos séculos XVII e XVIII, respectivamente.

A marcha da colonização branca em Moçambique (Cruz, 2008), teve como sede a Ilha de Moçambique, estendendo-se à parte norte do território e progressivamente ao longo da costa e para sul da foz do rio Limpopo, com a construção da sede do governo próximo de um antigo presídio e dotado de amplo ancoradouro, a baía de Lagoa, mais tarde designada por Espírito Santo. Beneficiando da confluência de diversos cursos de água, este lugar deu origem à vila e depois à cidade de Lourenço Marques. À data os interesses dos portugueses centravam-se mais a norte, em Sofala, onde foi instalada uma capitania e uma feitoria, e na ilha de Moçambique que lhes permitia ter melhor acesso ao ouro do Monomotapa.

A este respeito assinala Mendes (1979, 5) que "a atracção do ouro de Monomotapa e a das minas de prata de Chicoa estão na base do interesse pela costa oriental da África e justificam a construção das fortificações de Sofala e de Moçambique, que constituem os primeiros nós das redes de tráfego mais intenso na África Oriental." Contudo, assinala a autora (loc. cit.) que "o litoral ao sul de Sofala não merecia a atenção dos navegadores, preocupados em explorar o comércio cujas linhas gerais tinham sido previamente delineadas. Entretanto, já em 1498, dois anos passados sobre a chegada de Vasco da Gama à Ilha de Moçambique, existiam informações seguras sobre a baía de Lagoa".

Apesar da evolução do comércio com a Índia a importância desse entreposto só foi considerada quando os holandeses "procuraram novos portos de apoio à sua política expansionista na África oriental, nomeadamente nas baias de Inhambane e Lourenço Marques", e aproveitaram a "fraqueza dos meios de defesa e da fragilidade da presença portuguesa" (op. cit., 6). Neste território a larga cobertura dos chamados solos leves permitiu a ocupação humana litoral, o desenvolvimento de culturas alimentares de diversa natureza e a cultura extensiva de algodão. Nas áreas ocupadas pelos solos aluvionares, as culturas dominantes preferidas foram o arroz e a cana-de-açúcar, os cereais e os produtos alimentares.

A história da capital ressente-se da perda da soberania portuguesa e do domínio Filipino que levou ao abandono dos territórios anteriormente detidos,

deixando-os à mercê dos holandeses, ingleses e austríacos que ancoraram em vários pontos da costa africana: Sofala, Inhambane e baía de Lourenço Marques. Aqui desembarcaram os holandeses que atacaram frequentemente a fortaleza da baía – o Forte da Lagoa. Só para finais do século XVIII, em 1781, é que a presença portuguesa inicia a ocupação efectiva do antigo presídio, situação que no final dessa década fica confirmada com a instalação da povoação. Para esse efeito foram recrutados reforços no Reino e em Goa.

Durante o século XIX e à semelhança doutros territórios do continente africano, os territórios ocupados pelos portugueses mereceram um grande interesse por parte das potências europeias: Inglaterra, França e Alemanha. A este respeito assinala Rocha (2012, 120) que "As regiões costeiras para o Atlântico e Índico sul-africano apresentavam uma densa rede comercial onde a exploração e troca de produtos como ouro, marfim e o decadente tráfico de escravos, movimentava a produção e incrementava as divisas das metrópoles imperiais. Entretanto, como os interesses eram em sua maioria conflituantes, e durante anos contendas entre Portugal e outros países [como Holanda e Inglaterra, por exemplo] por domínios de terra em pontos estratégicos na costa pareciam insustentáveis, houve a decisão entre as nações imperiais em demarcar suas pretensas possessões em África".

Tal está na origem do incremento do povoamento de Moçambique, que seguiu o mesmo modelo de Angola, e que se desencadeou após a reocupação da baía por tropas portuguesas e a recuperação da soberania portuguesa, "embora dificultada ainda pelas lutas com os indígenas e com os Ingleses, que reivindicavam aqueles territórios como seus" (Serrão, 2006.4, 63). Este domínio foi confirmado quando da reestruturação territorial e dominação política deste continente em torno do "Acto Geral da Conferência de Berlim" (1885) e a delimitação dos territórios sob administração portuguesa, inglesa e alemã. Seguiu-se o incremento da sua ocupação humana que no caso de Moçambique (Rocha, 2012, 121) "num primeiro momento, se deu através da concessão de partes do território moçambicano às companhias majestáticas e em seguida pelo envio de pessoal militar em assentamentos em áreas mais alijadas da costa, ou seja, para as tais hinterlands". Assim sucedeu em 1825 com a criação das Companhias Comerciais de Lourenço Marques e de Inhambane, com o fim de explorar o território mais meridional deste território.

Referem Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 317), que no início de Oitocentos "o domínio português limitava-se a uma estreita faixa litoral que descia da baía do Tungue, então limite norte da Província; incluía as ilhas Cherimbas, a Ilha de

Moçambique e o continente fronteiro Mossuril e Cabaceiras); deixava Angoche (...) seguia por Quelimane, Luabo e bocas do Zambeze, internando-se ao longo deste rio até Tete, voltando depois a seguir para sul, por Sofala e Inhambane, até Lourenço Marques – ponto extremo da colónia e ao tempo simples presídio – e incluindo a fronteira ilha de Inhaca".

A colonização militar através da fixação de soldados europeus e famílias, procurava desviar para África a emigração tradicional para o Brasil e Guiana, contraindo então o Estado um empréstimo avultado para o "estabelecimento de colónias compostas de naturais do Reino e das Ilhas Adjacentes, nas duas províncias de Angola e Moçambique" (op. cit., 327). Nesse sentido "em 1838 haviam seguido para reforço da colonização de Moçambique alguns alunos da Casa Pia de Lisboa" (op. cit., 328), experiência que se retoma para África em anos posteriores. No que a Moçambique diz respeito apostava-se na colonização do vasto território da Zambézia – onde se haviam estabelecido os primeiros habitantes portugueses e adoptado o "regime de prazos" (Serrão, 2006.IV, 320) - agora com base em soldados europeus e africanos.

Sublinham Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 318) que "todas as tentativas de colonização, com soldados brancos, se malograram, como havia de gorar também, a colonização com soldados negros, tentada desde 1896, pela criação de várias granjas militares que a breve trecho vieram a ser dissolvidas". Mais ainda, acentuam o significado da assinatura de um tratado de amizade entre Portugal e a República da África Meridional, para delimitação das suas fronteiras (op. cit., 320). A sul foi reconhecida "como portuguesa toda a baía de Lourenço Marques e ainda mais alguns territórios (...)". A partir desta cidade a linha férrea do Transval assegura o movimento geral do porto, o que vai contribuir para o crescimento da capital. Na parte norte do território, zona de Zumbo (margem esquerda do Zambeze) a Tete, a fronteira política do território é estabelecida em 1891 através de contrato estabelecido entre Portugal e a Inglaterra.

Com esta delimitação desenvolveram-se diversas campanhas militares com o fim de efectivar a posse do território adjacente, o que vai acontecer entre 1897 e 1906 (Baião, Cidade e Múrias, 1940.III, 407-408) em relação a Prazos do Sena (1897), Matuca (1899), Barué (1902) e distrito de Moçambique (1906). Estas acções são completadas nos anos seguintes, entre 1907 e 1914 (op. cit., 410) e sobretudo a partir de 1911, "com a criação do Ministério das Colónias pelo Regime Republicano e o reforço do interesse pelas Colónias que este trouxe à vida política portuguesa". Em consequência "a administração civil foi-se estabelecendo e com crescente eficiência da sua acção civilizadora". Nesta tarefa colaboram a

administração do Estado e as Companhias Majestáticas (op. cit., 410).

Tal como sucedeu em Angola no decurso da primeira guerra mundial, estes territórios foram ocupados por forças alemãs, daí resultando o envio de expedições militares destinadas ao combate. O palco destas intervenções foi sobretudo o norte de Moçambique, que pelas suas características naturais de orografia, vegetação e acessibilidade física, favoreciam a guerrilha militar. De acordo com Matine (2015, 48), os colonatos que se seguiram estão contemplados na administração colonial de Moçambique - bem como a concessão de terras à Companhia de Moçambique, em 1891 -, entendidos estes como "regiões de ordenamento e fixação branca baseada na agricultura". Tal como outras sociedades existentes no território, o capital dominante nesta sociedade, de origem inglesa e francesa, deixou de fora capitais nacionais.

Nas entregas à Companhia de Moçambique inserem-se as terras de Manica e de Sofala, administradas por esta Companhia desde a última década de Oitocentos a meados do século seguinte (Direito, 2013). Tais medidas assentam numa visão local do desenvolvimento deste território entregando-o, na sua parte norte, à exploração de grandes companhias concessionárias de recursos e de plantações e na proximidade sul, ao trabalho de mineiros no Transval e na África do Sul.

Após a intervenção do exército português nas campanhas de África, onde participaram além de expedicionários do continente, tropas indígenas oriundas de Angola, Moçambique e Guiné – 1ª guerra mundial –, assiste-se a um interesse pela fixação da população branca no território que vai ter seguimento nas décadas seguintes. No início do Estado Novo e após a promulgação do "Acto Colonial" de 1930 (artº 20) o Estado pode "compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam". Este texto é completado com a Reforma Administrativa do Ultramar (Decreto-Lei 23 229 -15NOV1933). Apesar da "liberdade do trabalho" consignado no Regulamento do Trabalho Indígena, de finais de Oitocentos (1899), o Estado mantinha a sua tutela sobre a utilização da força braçal da referida população.

De acordo com Rocha (2012, 123), "a política colonial estava alicerçada sobre as mais simples práticas, porém as mais autoritárias, relativas ao trabalho obrigatório do indígena, à taxação compulsória da produção agrícola e à venda de contratos de trabalhadores migrantes para a África do Sul visando submeter os ganhos económicos das colônias aos interesses da metrópole (...)". Mais adiante (op. cit., 124-125), escreve: "sendo assim, a partir de 1945 ocorreu uma maior

preparação dos colonatos [colônias irrigadas], e aos colonos foram concedidas passagens, subsídios e empréstimos". Após a guerra, "Portugal viu-se confrontado com a pressão internacional para consagrar a autodeterminação dos territórios coloniais, visto que as colônias britânicas e francesas estavam a passar por processos de independências. Contudo, com o término da guerra a corrente migratória volta a aumentar; e tal fato se dá também pela forte dinamização das economias das colônias" (op. cit., 125).

Embora de forma distinta a evolução do povoamento branco em Moçambique - entendido desde a realização do *III Congresso da União Nacional* (1951) por "Colonização Agrícola Dirigida" (Costa, 2006, 64) - assenta na criação destas estruturas e na sua inserção nas comunidades e nos circuitos produtivos de subsistência e produtivo/mercantil, assim enunciado nesse Congresso da U. N. (loc. cit.): "é de interesse nacional e tem carácter de urgência recorrer ao sistema da colonização agrícola dirigida para atenuar o excesso demográfico e intensificar o povoamento de portugueses de raça branca no Ultramar. As famílias rurais metropolitanas poder-se-ão fixar em zonas apropriadas a colonização de raça branca, nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, em terrenos onde é possível o aproveitamento de águas para a rega. Está averiguado, pela prática, ser possível a fixação permanente de colonos agrícolas metropolitanos em África, e estes viverem ali exclusivamente da agricultura e do seu braço, desde que previamente lhes sejam preparadas as condições económicas de produção".

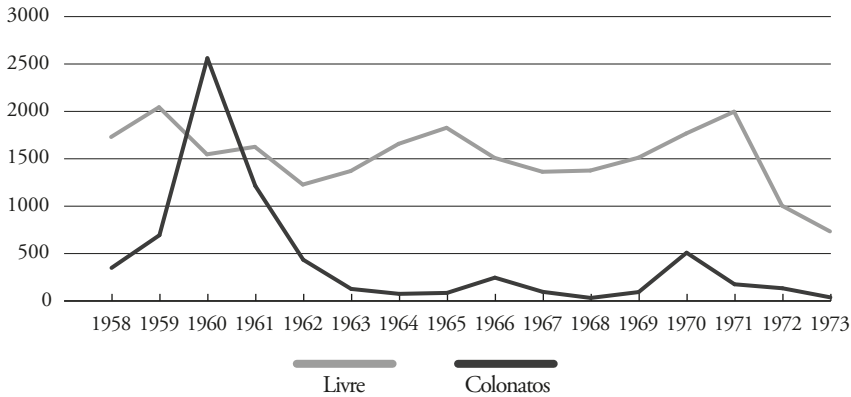
Resumindo alguns aspectos deste tema, Rocha (op. cit., 125) afirma que "o influxo de portugueses vindos da metrópole mais que triplicou até à década de 60, passando de 27.400 na década de 40 para 97.200 nos anos 60 (Penvenne, 2005). Dos anos 40 em diante foi dada preferência à colonização livre, orientada e auxiliada por organismos públicos de assistência técnica e de crédito, pela exploração agrícola de forma extensiva e mecanizada e, devido ao crescente processo de industrialização, houve ainda o incremento na migração de técnicos portugueses para as colônias e o crescimento do sector urbano e rural (Castelo, 2007)" (op. cit., 126). A partir da década de 60 até ao período da descolonização iniciado em 74, um discurso recorrente do Estado português expressava-se no sentido de afirmar que através do fluxo migratório a unidade plurinacional vigente até então, se manteria de forma a "consolidar as respectivas estruturas econômicas e melhorar o processo de elevação social e material dos povos autóctones até ao estado de luso-tropicalização integral" (loc. cit.).

A evolução deste movimento está associada à construção de obras públicas como a barragem para irrigação do vale do rio Limpopo (Província de Gaza) e

a construção do respectivo colonato na sua margem direita, a cerca de uma centena de km da foz. Este constitui um modelo de colonização interna, assegurada por população branca e mais tarde pela população local – apesar da proibição de utilização dos indígenas pelas autoridades portuguesas - destinada a arrotear a terra e a incentivar a divulgação de certas culturas irrigadas. De acordo com Matine (2015, 5) o exemplo seguido, enraizado no regadio, "é para brancos e negros e situa-se no caminho seguido desde sempre por Portugal na sua acção civilizadora. A vida de brancos e negros será fraternalmente ligada pelo anseio do engrandecimento espiritual da nação". O movimento de colonos admitidos neste colonato do vale do Limpopo, entre 1956 e 1962, foi de 779 (op. cit., 58).

De acordo com os dados da Junta da Emigração (1957, 87-89), em 1957 embarcaram para este colonato 26 famílias recrutadas por este organismo, num total de 195 pessoas e no ano seguinte seguiram mais 70 famílias, num total de 542 pessoas.

Portugueses embarcados para Moçambique (1958-1973)[82]



Tal como em Angola, o modelo seguido na organização desta estrutura de fomento rural assentou na transplantação de famílias, que se constituíam como unidades de produção autónomas, em auto-subsistência, responsáveis pelo amanho e exploração da sua parcela-irrigada do colonato. Para benefício do conjunto de habitantes foram criadas estruturas de apoio à vida da aldeia rural, inspiradas no povoamento do centro e noroeste português, com recurso a animais do mesmo tipo, à divisão do trabalho sexual do mesmo género e a infra-estruturas limitadas, onde o próprio abastecimento de água era limitado.

Da legislação publica relativa a este processo destaca-se o Decreto-lei nº

36199, publicado em 29 de Março de 1947, o qual suspende a emigração portuguesa, salvo "quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino", por se entender a necessidade de "valorização dos territórios o ultramar pelo aumento da população branca". Acresce o Preâmbulo: "Considerando que, além da que vier a ser absorvida por efeito da colonização interna que possa efectivar-se, convém assegurar mão-de-obra para a realização dos trabalhos públicos em curso e dos já projectados ou em vias de execução, por forma a que tais trabalhos não sejam prejudicados no seu ritmo".

Em complemento desta legislação é publicado o Decreto-lei nº 36558, de 28 de Outubro de 1947, que cria a Junta de Emigração, serviço do Ministério do Interior essencialmente destinado ao conhecimento de todos os assuntos relativos à emigração, nomeadamente à facilitação do processo de emigração, à defesa e acompanhamento dos emigrantes, ao estabelecimento de regras com as companhias de navegação, à criação das Casas do Emigrante (em Lisboa e no Porto).

Em 1951 o Decreto-lei nº 38200 de 10 de Março, "autoriza o Governo a habilitar em cada ano o Ministério das Colónias com uma doação destinada a fomentar o povoamento do ultramar e estreitar as relações deste com a Metrópole" (Sumário). Contudo o modelo de organização dos colonatos, as condições de acolhimento, os encargos e tarefas a cumprir e, sobretudo, a falta de apoio em tempo útil a esta população deslocada, fez com que alguns colonos viessem e engrossar os caudais emigratórios locais para as regiões mineiras e agrícolas do Triângulo austral.

Tal como sucedeu com Angola, o assunto do desenvolvimento de Moçambique foi contemplado nos Planos de Fomento, com inscrição de dotações especiais para o povoamento e construção de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, de apoio ao desenvolvimento socioeconómico da província. Entre os empreendimentos recentes levados a cabo no território conta-se a construção da barragem de Cabora Bassa, destinada à produção de energia eléctrica para consumo interno e exploração, bem como ao aproveitamento de áreas irrigadas para a agricultura, pecuária e industrias associadas. A divulgação das novas oportunidades de trabalho alimentou a saída de novas famílias, de cidadãos isolados e, sobretudo, de funcionários administrativos que alimentaram a escassa migração para este território já que destino preferido era o continente europeu.

A guerra do ultramar, embora tenha anulado a fixação de colonos veio, no entanto, originar a fixação de novos habitantes atraídos pela criação de serviços públicos e privados, pelo comércio e por alguma indústria que se fixou no território.

Mais tarde, após a independência e uma vez ultrapassado o período de guerra civil que o atingiu, o crescimento da economia moçambicana volta a atrair novos emigrantes, operários especializados, técnicos e quadros superiores que desta forma dão continuidade às saídas, muito reduzidas, do começo do século passado.

Após a consolidação do regime democrático, a economia tem vindo a florescer a partir quer da descoberta de jazidas minerais e de gás no norte do território, quer do desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços na capital. Assim se justifica o interesse recente das vagas de emigração jovem e qualificada que tem emigrado para este país. Os dados referentes à imigração portuguesa para Moçambique (Observatório da Emigração) dão conta que numa população total de 20, 223 milhões de habitantes em 2007, a população com nacionalidade portuguesa era de 4279 indivíduos, valor bastante inferior aos 22090 residentes em 1997. Por sua vez os registos consulares (DGACCP)[83] indicam uma variação crescente desde então:

Ano	*Total nasc. Pt*	*Total de portugueses*
2008	6211	16448
2009	7178	18813
2010	7902	20301
2011	8315	19007
2012	9224	20415
2013	10631	24191
2014	n.d.	n.d.

De acordo com os dados do Observatório da Emigração (2015, 229) o movimento de portugueses registado nos últimos anos tem vindo a aumentar: 2264 indivíduos em 2011; 2597 em 2012; 3759 em 2013 e 3971 em 2014.

República da África do Sul

A exploração do território sul do continente africano está ligada às navegações portuguesas do final de Quatrocentos e à passagem do Cabo das Tormentas. Contudo o seu povoamento deve-se à ocupação holandesa e à presença da sua Companhia das Índias Orientais que em meados do século XVII fundou a cidade do Cabo para abastecimento das armadas das Índias. O território

tornou-se mais tarde colónia britânica tendo a partir de então sofrido uma intensa colonização de origem europeia: bóeres, flamengos, holandeses, alemães e franceses. A estes se devem os movimentos de emancipação política, face ao domínio inglês, estando na origem da criação da União Sul Africana (em 1910) que incluía as antigas colónias holandesas do Cabo e de Natal e as repúblicas de Orange e do Transval[84]. A independência do país foi promulgada em 1931.

Antes ainda da constituição da União a descoberta de ouro e diamantes, na segunda metade de Oitocentos, dá origem ao desenvolvimento deste país e ao incremento da imigração estrangeira. Nestes contingentes integram-se mineiros oriundos de Moçambique e de outros países vizinhos. Contudo, como referem Rosa e Trigo (1986, 85), "aparte os contactos que Portugal mantinha com o território da África Austral, via Moçambique e Angola (...) que levaram ao estabelecimento esporádico de alguns portugueses, até aos começos do século XX, não pode falar-se propriamente de um movimento migratório português para essa região. De facto, tal movimento só se inicia, a partir da década de 1950, envolvendo sobretudo madeirenses com destino a actividades agrícolas e piscatórias".

Este movimento era conhecido sobretudo pelos emigrantes desta ilha atlântica, que aportavam clandestinamente aos portos do Cabo transportados por "navios mercantes e de passageiros com destino a Moçambique" (op. cit., 86). Para além destes, também os moçambicanos aqui se dedicavam aos trabalhos mais penosos da indústria.

Globalmente a emigração portuguesa para a República da África do Sul pode considerar-se pouco numerosa, salvo depois de 1974, após a independência de Angola e Moçambique, em que se notou um fluxo considerável de nacionais para este país. Embora as lacunas sejam numerosas não deixaremos de referir os elementos disponíveis sobre a evolução e a origem da emigração portuguesa para a África do Sul a partir de 1955, valor que até 1959 foi de 4383 saídas, decrescendo entre 1960 e 1964, em que não chegou a atingir os 5000 emigrantes. Este número foi largamente excedido no quinquénio seguinte: 11114 saídas, tendo-se registado o máximo em 1965 e em 1966, respectivamente com 2802 e 4721 emigrantes. Entre 1970 e 1974 a emigração para a África do Sul é praticamente diminuta — apenas 2126 saídas —, facto que se justifica pelo maior interesse da emigração para a Europa.

Relativamente às 22275 saídas registadas entre 1955 e 1974 com destino a este país, verifica-se que 56.3% foram oriundas do Continente e 33.5% da Madeira, correspondendo os maiores valores ao período compreendido entre 1965 e 1969. Este fluxo foi essencialmente constituído por emigrantes de origem continental originários dos distritos do Porto (4769 emigrantes), de Lisboa

(2692 emigrantes) e Aveiro (2389 emigrantes).

No que concerne à emigração insular, verifica-se uma redução desde 1955 até à actualidade, tendo baixado de cerca de 3500 emigrantes, entre 1955 e 1959, para 2807, na primeira metade dos anos sessenta, decaindo drasticamente desde então. Deste modo das 7499 saídas registadas nas ilhas entre 1955 e 1974, para a República da África do Sul, 7451 provieram da Madeira. Depois desta data e até 1988 o total de saídas para este país orçou os 2,1 milhares, denotando o relativo desinteresse por este movimento.

De forma global esta emigração é justificada pela dimensão do fenómeno urbano e pelo desenvolvimento mineiro e industrial, que desde meados dos anos cinquenta do século anterior atraiu a população de origem portuguesa residente no continente, na Madeira ou já em Angola e, sobretudo, em Moçambique. Estima-se que no decurso do processo de descolonização, cerca de uma centena de milhares de portugueses residentes neste território terão entrado neste país, muitos deles ocupados posteriormente nas minas do *"rand"* (Dias, 1989, 11).

Acontecimentos posteriores relacionados com a evolução política do continente sul-africano, nomeadamente a independência de Angola e de Moçambique e a descolonização da Federação das Rodésias e Niassalândia, com a criação pela minoria branca aí residente, da Zâmbia e do Malawi, em 1965; a independência da Rodésia do Sul conduziu a um movimento de saídas de cidadãos de origem portuguesa para este território.

Relativamente ao movimento recente (Observatório da Emigração) em 2007, numa população total de 20,252 milhões de habitantes, o total de cidadãos nascidos em Portugal era de apenas 3767 e os cidadãos com nacionalidade portuguesa, de 4279.

Fazendo fé nos registos consulares da DGACCP[85] esse registo era de 24779 em 2014, assim distribuídos:

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	6211	16448
2009	7178	18813
2010	7902	20301
2011	8315	19007
2012	9224	20415
2013	10631	24191
2014	n.d.	n.d.

Os dados anteriores traduzem os reflexos de um movimento complexo de entradas e de partidas da população portuguesa em África e de africanos para o novo mundo. A referência a um poema de Fernanda de Castro (Alves, 1983, 365), ajuda-nos a conhecer melhor essa realidade:

> "Ó Àfrica, raiz de quantas Áfricas / Pelo mundo espalhadas lhe consentes. / África mítica dos mitos / De cinco continentes. / África negra em cujas veias corre / Um sangue denso e grosso. / África impenetrável, obstinada, / Desbravada a machado, troço a troço."

Pelo Índico

A exploração dos segredos do oceano Atlântico e a descoberta das rotas marítimas e das fontes de riqueza como o ouro, as especiarias, os metais e as mercadorias exóticas transaccionadas no Mediterrâneo por comerciantes islâmicos, constituiu uma aspiração das coroas ibéricas no final da Idade Média, que desejavam encontrar aquelas origens. No que respeita à coroa portuguesa este desígnio era manifesto desde a época Henriquina com o lançamento das bases da exploração atlântica.

A prova da esfericidade da terra reforçada pelas viagens de Colombo para ocidente esperando desta forma atingir as Índias, foi comprovada pela circum-navegação de Fernão de Magalhães (1522). Parte do percurso índico era conhecido dos navegadores portugueses, que seguindo a rota do Cabo da Boa Esperança conseguiram alcançar os mares do Oriente.

A consolidação e a permanência das viagens nestes oceanos pelas costas do continente asiático e mais tarde pelas ilhas do Pacífico, deram origem à formação do império português do oriente - constituído essencialmente por enclaves situados no litoral e "cercados de um lado pelo mar, de onde vinham as riquezas e também os principais inimigos", os holandeses e os reinos asiáticos (Doré, 2002, 311) - centrado nas operações militares, comerciais e religiosas de Goa. A partir daqui e através de ligações regulares entre o continente e esta cidade, foram estabelecidos contactos duradouros com Timor e a praça de Macau, permitindo uma ligação antiga e pioneira dos portugueses com o Japão. Salvo no termo final do domínio português sobre Macau, a emigração para esta parte do mundo foi reduzida, cingindo-se às exigências administrativas e de defesa desses territórios.

O desenho do grande mapa de viagens no Índico construído a partir da viagem de Vasco da Gama (1498), descrita em *Os Lusíadas* de Camões - Canto VI -, ilustra uma série de contrariedades que acompanharam o estabelecimento da população portuguesa nesta parte da costa do Malabar. Entre outras dificuldades relacionadas com a sua ocupação conta-se, além da distância e da concorrência

com outros povos já aí estabelecidos, o regime de ventos e as monções que nesta parte da costa do Malabar sopram alternadamente do mar para a terra e da terra para o mar, condicionando a aproximação das armadas e das naus de carreira durante parte do ano.

Assinala Serrão (2006. I, 186) que as embarcações destinadas ao Índico começavam a aprestar-se em Abril, "para estarem prontas a sair no início do Verão – fins de Agosto até Setembro". Por sua vez "em Janeiro partia de Goa uma armada que 'servia para vigiar e dar caça às naus que saíam de Meca sem cartaz – isto é, sem licença das autoridades portuguesas -, e recolhia em Abril a Goa, com os navios da China, Malaca, Molucas, Bengala, Coromandel e S. Tomé". Ao tempo da sua formação o império português no Oriente estendia-se de Moçambique ao estreito de Adem, abrangendo os antigos sultanatos de Quíloa e de Ormuz, o Sultanato de Malaca, seguindo daqui até Macau e Nagasaki.

Esta rede de contactos foi-se consolidando depois de Afonso de Albuquerque definir como bases do império do oriente as praças de Adem, Ormuz, Goa e Malaca. As duas primeiras visavam anular o domínio árabe sobre o Mar Vermelho e juntamente com Mascate controlar as rotas terrestres que alimentavam o Mediterrâneo oriental de produtos do Índico (Doré, 2002, 316); por sua vez Malaca, aberta ao mundo insular do Índico, "fragmentado por ilhas mil e culturas muito pouco reconhecidas, descritas e visitadas antes de bem entrado o século XIX" (Sousa, 2003, 148), integrava a rede de feitorias, de fortalezas e de cidades mantidas como aliadas da coroa portuguesa, o que se registou até ao final da primeira metade de Seiscentos com a sua perda a favor da Companhia das Índias (Holanda).

Tomando com referência uma apresentação da DGLAB – Torre do Tombo[86]: "O governo do Estado da Índia foi-se constituindo à medida que a presença portuguesa se tornou mais efectiva e que se tornou premente a existência de uma estrutura organizada que foi estabelecida nos moldes da existente no Reino. No topo da governação encontrava-se o vice-rei ou governador, cargo de nomeação régia, com um elevado grau de autonomia, que concentrava na sua pessoa os governos político, militar, administrativo, judicial e económico".

Dada a distância do Reino, "A comunicação com o poder central estabelecia-se de forma regular, mas condicionada às monções, devendo toda a correspondência ser remetida em diversas vias, em diferentes naus, e mesmo por terra, para garantir a sua chegada ao destinatário". Tal obrigou ao estabelecimento de um governo local com funções políticas, económicas e civis - também religiosas centradas na criação da Diocese de Goa. Regista a mesma fonte (loc. cit.) que

"em finais do século XVI, o poder português no Oriente, centralizado em Goa, estendia-se desde a costa oriental de África a Malaca, Timor e Macau, passando por Ceilão e São Tomé de Meliapor, dominava o Golfo Pérsico com fortalezas ou feitorias em Ormuz, Mascate, Calaiate, Curiate, Soar, Barém e outras localidades da costa da Arábia até Baçorá". Mais tarde, por Decreto de 19 de Abril de 1752, "a administração das possessões da costa oriental de África foi separada do governo do Estado da Índia".

A primeira capital do Vice-Reinado da Índia foi estabelecido em 1505, em Cochim, onde Vasco da Gama havia firmado em 1503, com o rei local, "um acordo, para assentar feitoria em terra do qual consta a importante cláusula da jurisdição do feitor português sobre todos os cristãos, portugueses ou convertidos, que estivessem na cidade" (Thomaz (2006, 310). À data esta cidade portuária era considerada um dos principais mercados do comércio de especiarias, a pimenta, oriunda desta costa do Índico.

De acordo com Ferreira[87], "Esta região era caracterizada pela disseminação de pequenos reinos hindus, entre os quais se encontrava o de Cochim, com origens no século XII. No entanto a cidade portuária de Cochim apenas se destacou, enquanto entreposto comercial de dimensão considerável, em meados do século XIV, após a ruína do porto de Cranganor. (...). Com o decorrer do século seguinte Cochim viu-se eclipsada pelo crescimento hegemónico da vizinha Calicute, que conseguiu alcançar uma posição dominante entre os portos do Malabar". Esta a razão pela qual, quando se analisa o roteiro dos portos visitados pelos portugueses nessa ápoca, surpreende-nos o número elevado de pontos de contacto então estabelecidos.

Apenas cinco anos depois, com a conquista de Goa e a transferência da administração portuguesa para esta cidade, em 1530 (Ferreira, loc. cit.), assumiu "plenamente a sua capitalidade no Estado da Índia" e serviu de plataforma para um conjunto de operações navais, comerciais, religiosas e administrativas. No seu conjunto estas deram origem a importantes movimentos de soldados, religiosos, famílias, comerciantes e escravos que se radicaram nestas paragens. Tratou-se de um movimento criado pelas lutas travadas com os sultanatos locais e indirectamente com o Imperador de Constantinopla, sede do poderia turco que dominava as rotas comerciais da região.

O relato de D. João de Castro no seu Roteiro da costa da Índia (publicado por D. Kopke em 1843, VII) assim o refere: "Tinhão-se coligado o Imperador de Constantinopla, Soleimão, filho de Selim, e Mahmud III. , Sultão de Cambaya, sobrinho de Bahadur, para lançar os Portuguezes da India. D. João 3º sendo disto

certificado, assim por avisos da India como pelas novas vindas d'outras partes, que lhe denunciavam os grandes apercebimentos em Suez e Constantinopla, acudiu ao perigo com huma poderosa armada (...)". Esta situação agravou os custos da empresa, arrojada face ao domínio das comunidades muçulmanas já estabelecidas, que no dizer de Oliveira (2003), eram "hegemónicas em relação a quaisquer comunidades autóctones, indianas ou malaias, suplantaram também, quer os grupos provenientes do Mediterrâneo e da Pérsia, quer os próprios árabes, se bem que estes conservassem uma importância relativa na metade Ocidental do Índico".

O desenvolvimento do império português do oriente, governado a partir de Goa, conta com a acção de religiosos, sobretudo da Companhia de Jesus e da sua intervenção no domínio da missão e da educação. Durante a vigência do Padroado a sua grandeza está associada à criação de outras instituições de natureza religiosa ligadas, sobretudo, à formação religiosa. Destas destaca-se o Colégio de São Paulo que acabou por assumir novas funções ligadas à formação, que não só a educação religiosa, estando na origem da criação da Escola Médico-cirúrgica de Goa no final da primeira metade de Oitocentos. Localmente a instrução oferecida em Goa abrangia pessoal para a administração e ensino da maior parte da área abrangida pelo Padroado e Estado da Índia.

A partir deste território os jesuítas criaram uma densa rede de contactos com as novas missões e estabeleceram a criação de confrarias e de serviços de beneficência, de seminários e de colégios, entre os quais o Colégio de São Paulo de Macau e o Colégio de São Paulo de Nagasaki. Para além da costa do Malabar, a entrada da companhia religiosa no Japão - de onde foram expulsos na primeira metade do século XVII (1639) -, manteve a sua influência noutros locais, como em Macau, cuja diocese era dependente de Goa, cidade conhecida como a "Roma da Índia".

Esta designação foi reforçada quando do estabelecimento do Padroado do Oriente, sediado na mesma cidade e que consistia no "direito, progressivamente reconhecido pelo poder eclesiástico aos fundadores de igrejas e benefícios, de apresentarem o clero para serviço de suas fundações"[88]. Quando da fundação do Padroado régio (1514) a jurisdição espiritual das "terras conquistadas e a conquistar aos infiéis de Marrocos" (Serrão, 2006.IV, 508), ficara confiada ao vigário de Tomar cabendo à Coroa portuguesa, como fundadora de novas igrejas, a apresentação do clero respectivo.

Com o alargamento dos domínios territoriais, nomeadamente para o Oriente, a primeira diocese criada fora do continente foi a diocese do Funchal, da

qual se vieram a desmembrar novas circunscrições religiosas compreendidas no eixo Atlântico-Índico e Pacífico, com o intuito de promover a missionação e a defesa dos interesses do Reino ou seja, a união entre o "trono e o altar" (Faria, 2012, 358). Assinala este autor que (loc. cit.) as competências atribuídas à Coroa portuguesa na promoção do Evangelho no ultramar que haviam sido "definidas por bulas papais que instituíram o Padroado régio".

A perda de influência portuguesa e o decréscimo do movimento de habitantes do Reino para o Oriente, operada desde finais do século XVI por razões internas decorrentes dos custos desta operação, agravada pela União das coroas ibéricas pôs termo à "ocupação militar e de domínio naval e mercantil" (...) então vigente. De acordo com L.F. Thomaz (1994, 207) essa ocupação registou-se num espaço geográfico alargado, constituído "por um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou em territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão".

Prossegue o autor (op. cit., 210) confirmando o já descrito: a formação do Estado da Índia como "uma rede e não um espaço"; não lhe interessando "a produção de bens – mas a sua circulação"; não se preocupando "tanto com os homens mas como as relações entre os homens; por isso, aspira mais ao controlo dos mares que à dominação da terra". Tal assenta nas características do comércio já aí estabelecido quando da chegada dos portugueses, desenvolvido por caravanas e mercadores através do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico.

De acordo com Doré (2002, 316), "O plano dos portugueses visando bloquear essas vias tradicionais teve êxito apenas parcial. O governador Afonso de Albuquerque (1509-1518) tencionava estabelecer o império português sobre "quatro cabeças": Adem, que tentou conquistar sem sucesso; Ormuz, conquistada uma primeira vez em 1508, perdida e novamente tomada em 1515; Goa, em 1510; e Malaca, em 1511". Prossegue, afirmando: "O bloqueio do Mar Vermelho, que o controle de Adem e Ormuz garantiria, tinha, na concepção de Albuquerque, apoiado nas ambições de D. Manuel, o peso de um grande projecto: o bloqueio também aos muçulmanos e a conseqüente recuperação dos Lugares Santos" (op. cit., 333). Mais adiante, observa que "a presença portuguesa na Ásia ao longo do século XVI, confirmam que essa presença esteve restrita a pontos fortificados às margens do Oceano Índico, sofrendo sempre o risco de ataques por parte dos reinos locais. Depreende- se o apego dos portugueses pelo mar, pelo litoral, seu desinteresse ou incapacidade de penetração no território" (loc. cit.).

A necessidade de gente levou ao transporte de degredados e à captura de

escravos na costa índica de África e o seu encaminhamento para os territórios da Índia, fazia parte das mercadorias transportadas pelas naus da Carreira da Índia (Manso e Sousa, 2013, 10) que "tinham por hábito fazer escala em Moçambique, onde adquiriam escravos a baixos preços, os quais eram posteriormente vendidos em Goa e enviados para toda a Ásia". Tal facto justifica-se pelas vicissitudes históricas da União Dinástica com Espanha e do fim das grandes viagens para os portos orientais onde os portugueses sofreram a concorrência dos reinos locais e de outras nações europeias. Destes portos fizeram parte, além das fortalezas e feitorias de Cochim – perdida a favor da Companhia das Índias orientais (Holanda) - e de Goa e suas dependências, Chaul, Baçaim, Bombaim, Diu e Damão. Por aqui transitavam os carregamentos de pimenta até ao aparecimento da concorrência oriunda dos mercados da Indochina e da Insulíndia, dominada pelos mercadores muçulmanos.

Registe-se que a abertura dos territórios africanos da costa oriental às águas do Índico e a sua grande distância do continente levou a que estes ficassem dependentes do poder de Goa. As necessidades de ocupação e administração para aí conduziam soldados, funcionários administrativos e famílias, escravos e condenados do Reino. Observa Figueiredo (2004, 231) que "O Estado da índia constituía, desde o século XVII, o principal destino destes condenados. Nos finais do século seguinte, continuavam a chegar ao Oriente, em alguns anos, levas de mais de duas centenas de degredados. Nos princípios do século XIX, a deportação anual ainda atingia, para todas as colónias, mais de centena e meia. (...). No que se refere concretamente ao Estado da índia, a estratégia consistia, desde o princípio do século XVIII, em fixar, naqueles territórios, o maior número destas pessoas durante o máximo de tempo possível. Era como se a Coroa, gradualmente, tivesse deixado de ver os degredados como criminosos, para os considerar uma força de trabalho disponível a utilizar onde e à medida das suas necessidades, cada vez maiores".

Perante a afluência maciça dos habitantes do Reino às novas fronteiras externas, sobretudo ao Brasil e à Índia, bem como à situação de despovoamento registada no continente, os impedimentos a estas saídas surgem frequentemente como sucedeu em finais do século XVII - por Alvará régio de Outubro de 1694 -, quando o rei proibiu a "todas as pessoas ir deste Reino para a India por terra" sem sua licença. Tal corresponde a um período em que a população portuguesa, vítima das sangrias provocadas pelas lutas em que Castela estava igualmente ameaçada por más produções agrícolas e subalimentação.

Esta evolução não consegue superar o ritmo de crescimento compatível com

as exigências impostas pela sua assistência nos pontos do globo onde as necessidades de defesa implicavam uma presença mais constante de soldados, mercadores, religiosos e artífices. Mais tarde os incentivos da fixação de novos habitantes levam a outras medidas relacionadas com o comércio e a navegação da Ásia, com o benefício do imposto de baldeação às embarcações que serviam de transporte a colonos portugueses.

Recorde-se que para além da costa ocidental do continente indiano os portugueses estabeleceram-se também no seu lado oriental, no Mar de Bengala e mais a sul na Costa da Pescaria. A este respeito escreve Doré (2006, 7, 8 e 9): "A par dos contactos estabelecidos no continente, as relações entre o reino de Portugal e Ceilão foram estabelecidas. O primeiro contacto dos portugueses com o mar do Ceylão aconteceu em 1506 com a expedição de D. Lourenço de Almeida, filho do primeiro vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida. Em 1535, membros de uma comunidade de pescadores de pérolas da costa de Tirunelveli - os Paravas -, no Tamil Nadu, extremo sul da Costa do Coromandel, foram a Cochim propor uma aliança com os portugueses contra uma comunidade muçulmana com a qual disputavam uma importante zona de pesca de pérolas. Em troca do apoio, os Paravas se converteriam ao cristianismo".

Esta descrição prossegue afirmando:

> "A partir de 1542, a Companhia de Jesus fez da Costa da Pescaria uma de suas bases principais – Francisco Xavier ali passou alguns anos, considerado por sua vez o período de glória do cristianismo Parava. Passou a existir então um conflito envolvendo os jesuítas, o Estado da Índia e as estruturas políticas locais – os de Madurai e os seus subordinados. Conflito decorrente da fraca presença oficial portuguesa na região, e das ambições temporais dos jesuítas (...). Os jesuítas – acusados de estarem desviando os lucros da pescaria de pérolas – foram expulsos da Costa da Pescaria em 1605, por 16 anos, e substituídos por padres diocesanos (p. 8). Nos anos 1620, os jesuítas persuadiram algumas comunidades desses portos fortificados a se estabelecerem na costa oeste do Ceilão; o porto de Jaffna, mais ao norte da ilha estava sob controle português desde 1619 e carecia de apoio. Anos mais tarde o vice-rei Conde de Linhares quis controlar a costa, mas o capitão nomeado por Goa para a praça precisou vencer a oposição dos jesuítas que já então consideravam a região como domínio seu.
> À parte o conflito que essa conversão gerou entre os Paravas (...) e as conseqüentes alterações sociais, sobretudo no plano das castas, esse caso traz um aspecto particular da preocupação portuguesa em obter pontos estratégicos, indica a importância que os portugueses atribuíam não apenas à conversão mas aos seus efeitos: a criação de

uma rede de portos cristãos a preencher os espaços entre as fortalezas." (p.9)

Esta rede de relação, com vários pontos e habitantes da península do Industão, reforça a função religiosa assumida por Goa no século XVI, pela sua Diocese e Padroado, que se manteve até à integração deste território no Estado da Índia, em 1961. A partir de então as responsabilidades religiosas transitaram para a Diocese de Macau até à entrega deste território à China, em 1999, quando se extingue o Padroado Ultramarino português cujo fim estava anunciado desde a independência das antigas possessões africanas.

Ao tempo do Vice-reinado da Índia, dependia deste um conjunto de possessões situadas na costa do Malabar, tais como:

- Bombaim (Nobre)[89]: constituía uma" vasta área a 500 km de Goa, formada em torno das cidades de Baçaim e Damão e situada na costa ocidental da Península Indostânica. Foi oferecida aos Portugueses em 1534 pelo sultanato do Guzerate, num contexto de forte antagonismo entre ambos os reinos. Em Bombaim e na restante Província, o Estado da Índia manteve as circunscrições territoriais, administrativas e militares pré-existentes, assim como o modelo de exploração económica e de ordem social";
- Diu (Antunes)[90], cuja importância "residiu na sua magnífica posição estratégica na península do Gujarate, na costa noroeste da Índia, que permitia controlar a navegação e o comércio para o golfo Pérsico, o mar Vermelho e o Índico oriental. A crescente influência dos portugueses na costa do Malabar fez aumentar a importância económica de Diu, na posse dos islamitas. Diu era uma das posições mais fortes no caminho da navegação arábica e detinha praticamente o monopólio do comércio com Malaca, porto que fazia a ligação dos produtos do Extremo Oriente com a Índia, e que foi conquistado, em 1511, por Afonso de Albuquerque";
- Damão, cidade descrita por Matos (2001, 9): "na costa ocidental do Hindustão e à entrada do golfo de Cambaia, na embocadura do rio Sandalcalo ou Damangagá, a cidade de Damão pertencia ao reino muçulmano de Cambaia ou Guzerate, quando os portugueses chegaram à Índia. Segundo Luís Filipe Thomaz, estava muito provavelmente confiada como «feudo militar» a uma guarnição de escravos abexins guerreiros, que haviam sido convertidos ao islão. Sem interesse comercial, este pequeno porto de pesca não atraiu logo o interesse português. D. Afonso de Noronha aqui naufragou em 1510 quando vinha de Socotorá e, doze anos depois, aí aportaria Diogo de Melo. Quando os portugueses entraram em guerra com o reino de Cambaia, c. de 1530, a fortaleza é incendiada, posteriormente atacada em 1533, e finalmente arrasada por Martim Afonso de Sousa no ano seguinte."

Prossegue o autor, afirmando (loc. cit.): "Em consequência deste conflito, o rei de Cambaia enviou um embaixador ao vice-rei D. Nuno da Cunha e cedeu-lhe a cidade de Baçaim como compensação da de Damão, que continuava na sua posse. Apesar de posteriormente doada aos portugueses por iniciativa e acção do governador Francisco Barreto, só com D. Constantino de Bragança é que seria arrebatada pela força das armas. Com efeito, quando o crescimento económico das cidades de Baçaim e Diu era visível e, ao aperceber-se da importância de Damão na protecção dos domínios territoriais de Baçaim e contando com a neutralidade do sultão Mahud de Cambaia, o vice-rei conquistou aos abexins a praça em 1559. É então integrada no Estado Português da Índia com todo o seu território e 25 léguas de extensão ao longo da costa e oito de profundidade, passando a constituir com as terras de Baçaim, a «Província do Norte»".

- Dadrá e Nagar Haveli - Territórios sob administração portuguesa desde finais de Setecentos. Assim[91], "Em 1783, Nagar-Aveli foi cedida aos portugueses, como compensação pelo afundamento de um navio português pela marinha maratha. Posteriormente, em 1785, o Império Português comprou Dadrá, inserindo-a no Estado Português da Índia. Foi a primeira colônia a desmembrar-se do Império pela ocupação da União Indiana, em 1954, depois de quase duzentos anos de convivência pacífica entre colonizadores e nativos". Após a independência do Estado da Índia, em 1947, foi reclamada a sua transferência para a soberania do novo estado, o que aconteceu em 1961 após a retirada portuguesa da Índia.

Ainda na parte sul deste continente destaca-se a Ilha de Ceilão ou Taprobana, que foi conquistada em 1518 e perdida para a Companhia das Índias (Holanda) em 1656[92] após demorado cerco. Dizem-nos Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 224) que depois da Restauração e o afastamento dos holandeses do Brasil quiseram estes ressarcir do desastre sofrido apoderando-se ainda "de muitas embarcações de frota que regressava do Brasil". À queda de Colombo seguiu-se a perda de outras fortalezas na costa de Coromandel e de Malabar, nomeadamente a de Cochim, a seu favor. Deste porto provinha a pimenta de Cochim que constituiu a base inicial da carreira da Índia, conjuntamente com a canela do Ceilão e o cravinho das Molucas. Para além destes produtos os metais preciosos, as gemas minerais e as jóias constituíam produtos transportados por essas naus e carreira marítima.

Com efeito, a diversidade de produtos comercializados deve-se ao domínio português sobre os mares do sul, os quais, segundo Oliveira (2003): "Excepto o

Japão, que apenas é visitado cerca de 1543, as restantes costas dos Mares da Ásia foram reconhecidas pelos portugueses, os protagonistas da primeira expansão europeia por essas águas, no intervalo muito breve de quinze anos: entre 1500 e 1509, a exploração centra-se no Índico ocidental, até Ceilão; o último destes anos coincidiu com a chegada a Malaca da esquadra do futuro governador Diogo Lopes de Sequeira, abrindo-se então a via dos 'Mares do Sul', um processo que está praticamente concluído entre o segundo e o terceiro ano posteriores à conquista da mesma cidade (1511)".

A importância estratégica desta praça é acentuada pelo autor que reconhece (loc. cit.): "É a partir de Malaca, assim revelada ponto de apoio de inestimável importância, que se exploram de modo sistemático o Índico oriental, os mares da China e do Arquipélago. Pela ordem com que foram reconhecidos: os portos do Golfo de Bengala (1511-1514); os portos do Sião (1511); as ilhas de Maluco (Maluku ou ilhas Molucas) e Banda (1512); e a China (1513)".

Os aspetos acima referidos ajudam a compreender a marcha dos movimentos da população para esta parte do globo durante períodos distintos da evolução do regime político em Portugal. Particularmente nefasta para a continuidade destas relações no Oriente foi a União dinástica com Espanha e o envolvimento de Portugal nos conflitos da nação espanhola que acentuaram as rivalidades surgidas em relação às nações que se mantinham em conflito com a coroa de Castela. Destes, os holandeses, dispondo de maiores recursos económicos e poder marítimo, estabeleceram pontos de conflito nos tópicos mais distantes do império português, no Ocidente (Brasil) e no Oriente (Ásia). Daqui resultam importantes perdas territoriais e demográficas da população portuguesa.

A estas quebras junta-se o seu envolvimento nas viagens e nas actividades ligadas à defesa ao comércio e religião, às doenças causadas pelas longas deslocações sujeitas ao corso, às intempéries do Índico. A estas situações acresce ainda o trabalho e a ocupação de braços inerentes à construção de novas frotas o que contribui para reduzir, ainda mais, a força militar na região. Daí que impedida de manter algumas das posições estratégicas no Oriente, é durante o século XVII que a Coroa portuguesa abandona parte das suas possessões nesta área: Ormuz cai nas mãos dos Ingleses em 1622; os contactos com o Japão quebram-se em 1639 com a sua expulsão deste território; Malaca e Colombo são tomados pelos holandeses em 1641 e em 1655, respectivamente. Por sua vez Ceilão é perdida em 1656; Cananor tem o mesmo destino, em 1632 e Cochim seguiu destino idêntico em 1663, com a sua tomada pelos holandeses.

A perda destas praças põe fim a um movimento intenso de partidas relacio-

nadas com as viagens para o Oriente assinaladas por Gil Vicente no Auto da Índia: "Partem em Maio d'aqui, / quando o sangue novo atiça.../ parece-te que he justiça?"

A entrada dos navegadores portugueses no espaço marítimo deste Oceano e os contactos comerciais aí estabelecidos organizou-se sob a forma de "um colar de portos e de rotas comerciais, envolvendo licenças e concessões ou comércio internacional articulado com a carreira da Índia, a grande rota transoceânica que transportava pimenta, especiarias e outras mercadorias para a Europa" (Schwartz, 2008, 211). A partir de Goa as rotas regionais organizam-se com destino a outras linhas de menor extensão, em direcção a Macau-Japão e a Macau-Filipinas.

As condições locais, nomeadamente as referentes à manutenção financeira de postos militares leva a que muitos adultos entrem nos conventos, assegurando por esta via os meios de subsistência, fora da vida das armas. Deste movimento ressente-se a defesa e a capacidade de intervenção das armadas portuguesas face aos seus adversários e concorrentes no domínio territorial do Índico. Daí que a perda soberania vá ditar o fim do império marítimo no Oriente, quebrando a partir de então a mobilidade da população do Reino para essas paragens.

Esta rota distingue-se da rota do Atlântico dominada pelas ligações ao Brasil, Angola e África Ocidental. Daqui se compreende a morosidade nestas ligações podendo o transporte de mercadorias demorar, de Lisboa a Macau, cerca de um ano, dependendo da sua realização e da oportunidade de navegar durante a monção de Verão ou na monção de Inverno e de outras dificuldades surgidas nestas viagens de longo curso.

A importância deste centro vital, que é a Índia, deve-se (Oliveira, 2003) "por ser o cruzamento das duas monções contrárias que permitem a confluência das embarcações provenientes de África, do Médio Oriente e do Mar da China, é a referência do primeiro, que engloba o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, a costa ocidental da mesma Índia e a África oriental. Um segundo segmento inclui ainda a Índia, Java, Samatra, a Birmânia, a Tailândia e os antigos reinos do Mecão (Mecom/Mekong/Lan-ts'ang Chiang/Daz Chu). O terceiro abarca a China, o Japão e o Sudeste asiático continental e insular". Por sua vez, na parte sul deste continente destaca-se a Ilha de Ceilão ou Taprobana[93], conquistada e depois perdida para a Companhia das Índias (Holanda) em 1656, com forte resistência da população local.

Conforme já assinalado, Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 224) registam que após a Restauração e o afastamento dos holandeses do Brasil, estes quiseram

ressarcir do desastre sofrido apoderando-se de diversas embarcações integradas na frota proveniente do Brasil. À queda de Colombo seguiu-se a perda de outras fortalezas na costa de Coromandel e de Malabar, nomeadamente a de Cochim, a favor dos holandeses. Deste porto provinha a pimenta de Cochim que constituiu a base inicial da carreira da Índia -, conjuntamente com a canela do Ceilão e o cravinho das Molucas.

A diversidade de produtos comercializados deve-se ao domínio português sobre os mares do sul, os quais, segundo Oliveira (2003): "Excepto o Japão, que apenas é visitado cerca de 1543, as restantes costas dos Mares da Ásia foram reconhecidas pelos portugueses, os protagonistas da primeira expansão europeia por essas águas, no intervalo muito breve de quinze anos: entre 1500 e 1509, a exploração centra-se no Índico ocidental, até Ceilão; o último destes anos coincidiu com a chegada a Malaca da esquadra do futuro governador Diogo Lopes de Sequeira, abrindo-se então a via dos "Mares do Sul", um processo que está praticamente concluído entre o segundo e o terceiro ano posteriores à conquista da mesma cidade (1511)".

A importância estratégica desta presença nos mares do Sul, assenta ainda na triangulação de várias praças cujos vértices passam por Ceilão e Malaca (loc. cit.): "É a partir de Malaca, assim revelada ponto de apoio de inestimável importância, que se exploram de modo sistemático o Índico oriental, os mares da China e do Arquipélago. Pela ordem com que foram reconhecidos: os portos do Golfo de Bengala (1511-1514); os portos do Sião (1511); as ilhas de Maluco (Maluku ou ilhas Molucas) e Banda (1512); e a China (1513)".

A densidade de ocupação humana em toda a Ásia das monções e nas suas ilhas, aliada às condições de domínio dos mares e de administração estabelecidas pelos navegadores nos territórios da Índia e no oriente ressentem-se dos efeitos da longa distância de Lisboa e da diversidade territorial que abarca regiões muito distintas, berços de civilizações diferenciadas, merecedores de respostas administrativas, militares e religiosas adequadas. Daí que a fraca presença portuguesa dominante a partir da segunda metade de Quinhentos esteja na origem das perdas terrestres como dos conflitos entre as instituições, alimentando as muitas questões militares com os reinos locais ou mesmo as relações com outras potências instaladas na área, como a Inglaterra. Sobre este assunto Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 414) assinalam a eclosão, em 1895, de uma revolta de origem militar motivada "pela deserção de algumas (298) praças maratas, que, recusando seguir para a Província de Moçambique, para onde tinham sido transferidas, saíram do seu quartel (...)", no qual foram seguidas por "ranes" ou tribos maratas.

Mais do que o resultado desta acção importa ver a mobilidade da população entre as colónias do oriente, submetidas ao poder de Goa e o reforço das estruturas de formação e de ensino aí sediadas destinadas à formação de quadros para a administração. Daqui decorre a forte emigração de goeses instruídos em escolas de origem portuguesa para diferentes destinos do Estado Indiano e países estrangeiros, dando um exemplo concreto da complexidade destes movimentos a partir de núcleos fortalecidas pela emigração transoceânica.

Como assinala Carvalho (1875, 43) apesar do esforço de missionação no Estado da Índia, os fracos investimentos da Coroa, o "declínio das posições oficiais portuguesas" e a importância crescente dos comerciantes privados no comércio, nos mercados e na "diversificação das técnicas comerciais" (loc. cit.), levam à perda de influência e domínio nesta parte do globo. Com ela quebra-se o interesse e a fixação da população portuguesa nestas paragens e a "mestiçagem integrada" (op. cit., 111) com a população local. Os testemunhos desta presença fazem parte da memória colectiva de algumas populações da Índia, da Insulíndia e da Ásia costeira, onde subsistem herdeiros e testemunhos de fortificações militares, templos religiosos e outros, que evocam a antiguidade e a presença de vagas distintas do êxodo marítimo português.

Mais do que o resultado desta presença importa ver a mobilidade da população entre as colónias do oriente, submetidas ao poder de Goa e o reforço das estruturas de formação e de ensino aí sediadas destinadas à formação de quadros para a administração do mundo oriental português. Estes vão alargar a área de influência da presença portuguesa em diversos centros então submetidos à administração régia.

Evocando um texto de Magalhães Godinho (1977, 61) recorda-se que a dispersão dos portugueses não se limita aos territórios do império: "ao dealbar o século XVI o caudal avoluma-se, o ritmo acelera-se, a dispersão alastra vertiginosamente ao Globo inteiro". Por isso, antes do final de Quinhentos (loc. cit.) eram "mais de 100000 do Brasil ao Japão, da Terra Nova ao Peru, dos Países Baixos a Moçambique e à Abissínia, de Ormuz e da Pérsia a Timor e às Filipinas, do Rio de Prata e Sevilha e ao interior de Castela".

Tal coincide com o começo da diáspora lusitana, da Ásia ao Brasil - com particular destaque para a Índia e terras de Vera Cruz - que vai tendo os seus reflexos no crescimento da população portuguesa, no despovoamento do reino, no desenvolvimento das suas actividades produtivas e na evolução futura de algumas praças mantidas ao longo dos anos. Nalgumas circunstâncias saíram os mais válidos do reino, levando consigo os seus negócios e capitais, como sucedeu

aos cristãos novos e judeus perseguidos pelo Santo Ofício.

Depois do Antigo Regime, os movimentos de população entre o continente e as terras do Oriente acompanharam as diferentes vicissitudes históricas e políticas que marcam a evolução da Coroa e a sua marcha próxima depois da implantação do Liberalismo e de manifestações externas relacionadas com a ocupação estratégica de fontes de abastecimento e de mercados, imposta pela revolução industrial. Tal como em África onde a ocupação humana foi mais reduzida os países da Ásia meridional registam testemunhos de um património monumental, escrito e oral dessa presença resultado da fuga da população portuguesa.

Os dados recentes da DGACCP[94] sobre a população de nacionalidade portuguesa neste país, particularmente residente nos antigos território de Goa, Damão e Diu, indicam um total de 57517 habitantes em 2014.

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	< 50	5741
2009	60	8720
2010	72	10845
2011	145	17164
2012	220	24262
2014	550	n.d.

Por mares da Ásia e do Pacífico Sul

O alcance das navegações portuguesas para além da costa de África permitiu a exploração de novos horizontes geográficos no Índico e no Pacífico, ainda não conhecidos dos mareantes europeus. A este respeito diz-nos Marques (1976.I, 319): "a fama e a originalidade das descobertas na África e na América levam muitas vezes ao esquecimento de que o oceano índico e o continente asiático estavam sendo, pela mesma altura, completamente 'descobertos' e 'explorados' do ponto de vista ocidental. Antes da chegada dos Portugueses, não existiam na Europa quaisquer mapas pormenorizados da Ásia", em particular das respectivas áreas costeiras. Prossegue, afirmando (op. cit., 320): "foi isto que os Portugueses, ajudados pelos portulanos árabes parciais, fizeram pela primeira vez, publicando itinerários detalhados e cartas marítimas de todo o oceano índico".

O conhecimento das condições naturais de navegabilidade no Atlântico permitiram aos navegadores ocidentais progredir para além da costa oriental africana, no Índico, como o fez Vasco da Gama na sua viagem marítima do final do século XV (1498). Esta empresa foi o começo de uma intensa exploração dos mares asiáticos o que num período de quinze anos, até 1513, permitiu aos navegadores portugueses alargarem o seu conhecimento geográfico à Insulíndia e a diversas ilhas e praças comerciais dos territórios da península da Indochina e dos arquipélagos Indonésio e Filipino. Outros navegadores e comerciantes o repetiram, nomeadamente genoveses e venezianos, florentinos e europeus interessados na compra de especiarias e outros produtos orientais.

Macau e Japão

A chegada dos portugueses aos mares da China e a tentativa de aí implantarem feitorias promotoras do comércio com o Reino tornou-se à época particular-

mente difícil dada a extensão da costa, a concorrência dos reinos asiáticos e, mais tarde, da influência de outros europeus interessados no domínio dos circuitos e das redes estabelecidas. Compreendem-se as dificuldades surgidas aos portugueses quanto à gestão da rede de contactos comerciais, emparedada entre o litoral e os reinos locais, particularmente nos sítios mais distantes dos mares da China e do Japão.

Como assinala Monteiro (2011, 14) tal assentou na "construção de uma rede de fortalezas-feitorias, ou por outros pequenos nichos geoestratégicos, que pudessem garantir apoio aos homens do mar que faziam o trato. A tal objectivo prendia-se um outro, igualmente significativo, protagonizado pelo empenhamento de missionários que, no terreno, se esforçavam por cumprir uma missão, a da evangelização. Neste proselitismo encontravam forças e fé para enfrentar um mundo desconhecido, muitas vezes demasiado agressivo ou arreigado a outras crenças, para os escutar". A presença nestas costas do continente asiático remonta à segunda década de Quinhentos através de uma fixação regular centrada na foz do Rio das Pérolas - desde 1555-1557 - seguida da ocupação da colina de Patane, sobranceira ao porto de *A-Ma gau*, situado na foz deste rio[95]. Diz-nos Serrão (2006.II, 56) que esta ilhota "entrou em plena posse de Portugal após o auxílio prestado ao governo de Cantão na sua luta contra a pirataria marítima".

As actividades comerciais alastraram-se ao território adjacente, incluindo Cantão, que "nas duas décadas que precederam a fundação deste último entreposto, bem como durante a década de sessenta, portos da costa da China como Liampó e Chinchéu, ambos no Fujian, e, depois, em Cantão (ilhas de Coloane, do Pinhal e de Lampacau) serviram a mercadores privados e a aventureiros portugueses para lançarem as bases do comércio sino-nipónico que Macau articulará daí em diante por efeito da proibição Ming que incide sobre todo o comércio externo com o Japão" (Oliveira, 2003).

O estabelecimento nestas paragens com a abertura de Cantão ao exterior e as suas relações privilegiadas com o comércio do continente, permitiram a Macau desempenhar um papel relevante na construção do império marítimo português do Oriente. Para Monteiro (2011, 39) a enorme "dimensão do Mar da China e o facto de estar rodeado de reinos/estados que se dedicavam a um comércio, em escalas portuárias e dimensões económicas variáveis, distendido por uma complexa teia de rotas de pequena e média dimensões, granjearam-lhe importância significativa em termos económicos, sociais, políticos e multiculturais".

Por sua vez assinala a Fundação Jorge Álvares (loc. cit.): "Para além das parcerias comerciais com mercadores chineses, os portugueses aproveitaram a boa

vontade das autoridades do Guangdong, para que o seu estabelecimento em Macau se tornasse gradualmente permanente". Esta presença foi determinante para a consolidação do comércio português no mar da China a qual beneficiou, em 1564, da comunidade portuguesa residente (Monteiro, 2011, 16) ter tido "a oportunidade de auxiliar a dinastia Ming contra a pirataria que, perigosamente, se aproximava da imensa metrópole que já então era Cantão". Esta intervenção levou à oferta dessa praça à Coroa portuguesa.

Alem de vir a servir para a expansão do comércio no Mar da China, diz-nos Carvalho (2006, 28) que o tratado com estes estados abriu maiores perspectivas de comércio na Ásia e o papel de intermediário assumido pelos portugueses entre estes reinos, sem relação directa entre si, abriu ainda mais as portas de êxito ao comércio comandado pela praça de Goa, na sua ligação direta com Macau e Nagasaki. A par desta rota, a de Macau-Sião-Japão (loc. cit.) ocupava o terceiro lugar em importância entre as rotas comerciais do Mar da China, nomeadamente com o Japão, algumas das quais abastecidas pelas feiras de Cantão.

Por sua vez afirma Figueiredo (2004, 215) que, "O comércio das especiarias das Molucas e do sândalo de Timor originava viagens de ida e regresso, quer a partir de Goa quer desde Macau e vice-versa, ao ritmo da monção. Iam e vinham comerciantes e missionários, os principais agentes da colonização nesse período". Mais ainda (op. cit., 217): "Embora não houvesse uma dependência político-administrativa de Timor em relação a Macau, antes de 1836, o facto de ser esta cidade a ter a responsabilidade de assegurar o navio das vias, organizar a sua viagem e garantir a guarda de pessoas e bens e o sustento dos que ali se destinavam, dava-lhe, à partida, uma possibilidade de intervir e condicionar a vida naquele território. De resto, Goa tinha aceite essa situação, pressupondo agora toda a colaboração de Macau na comunicação que, apesar de indirecta, mantinha com Timor".

De acordo com a Fundação Jorge Álvares (loc. cit.), "Ao longo do séc. XVI, a linha de comércio marítimo internacional mais rentável era a que se fazia entre o sul do Japão e o litoral da China. Estando os chineses proibidos pelo poder central de comerciar com os japoneses, assumiram os portugueses o papel de intermediários nas trocas comerciais. Esta situação foi vantajosa para os portugueses que se foram estabelecendo ao longo da costa do sul da China".

Apesar das condições favoráveis a expressão desta presença fica ameaçada com a união da coroa portuguesa à de Castela. A perda da soberania e as guerras alimentadas por Castela permitiu que outros europeus, holandeses e ingleses principalmente, conhecedores das rotas da Índia, viessem a instalar-se progressivamente

no mar da China implantando as suas regras e domínio no Índico e Pacífico. Até então o volume do comércio pelo mares da China permitia a coexistência dos mercados sediados em Goa e em Manila e o controlo do comércio marítimo pelas Coroa(s) Ibérica(s). Tal só foi posto em causa no início de Seiscentos com o estabelecimento dos Holandeses na Ásia, a captura de embarcações da Coroa, o bloqueio ao porto de Goa e a conquista das rotas e de algumas praças de comércio dominadas até então pelos portugueses, muitos deles cristãos-novos interessados em novos rotas comerciais entre a Ásia, as colónias holandesas da América e o continente europeu. Esta a situação regista-se no começo da 2ª metade do século XVI quando os espanhóis passaram a dominar a Coroa portuguesa, mantendo embora o seu Vice-Reino da Ásia sediado em Manila - Filipinas (Carvalho, 2006, 30).

Note-se que a fixação dos portugueses no mar da China e a intensificação das relações comerciais com os povos dos mares do sul através de mercadores ao serviço da Coroa ou já por iniciativa própria, terá favorecido os contactos com a população local, papel auxiliado pelos Jesuítas que juntavam à missão apostólica, a de facilitadores de negócios. Esta parece ter sido a solução encontrada pelos religiosos perante os atrasos do pagamento à Missão por parte da Coroa portuguesa, obtido através da alfândega de Malaca (Costa, 1998, 107). Outros rendimentos terão sido encaminhados directamente do Padroado do Oriente para a Companhia de Jesus ou então obtidos por doações.

Como justificação diz-nos Costa (op. cit., 117) que por volta de 1580 "a guerra civil que lavrava pelo país não deixava a missão incólume, pelo que os jesuítas sofriam, por vezes, grandes prejuízos que tinham de colmatar". Mais ainda (op. cit., 147), "a acção dos missionários, para lá de uma oposição natural e praticamente sistemática dos bonzos, nunca recolheu um apoio unânime de todos os dáimos ou das autoridades de Miyako". Daí a publicação de um "édito anti-cristão" em 1585 (op. cit., 160), facto que embora tenha conduzido ao abandono de algumas comunidades "e outras forçadas a dispersarem-se, a cristandade nipónica continuou a crescer, apesar de se ter verificado um número considerável de apostasias" (op. cit., 174).

Regista o mesmo autor que por efeito da União dinástica com Espanha, depois de 1580 passaram a servir neste território e na China religiosos da ordem franciscana dependentes do Padroado (Patronato) espanhol de Manila (op. cit., 179), fazendo desta praça o centro da missionação religiosa espanhola na Ásia. A história religiosa de então, até ao encerramento dos portos do Japão à navegação portuguesa (1639) e à expulsão dos religiosos do Japão, em meados do século

XVII fica assinalada pela disputa entre as duas ordens, pela intervenção dos Filipes e do Papado, pela reacção do Conselho das Índias, em Goa.

O rol de acontecimentos que marcam a perda de influência dos portugueses no Oriente está ainda relacionada com a implantação dos holandeses nos mercados do Extremo Oriente após a conquista de Malaca (1641) sendo que, de cordo com Marques (1972.I, 456) "a multiplicação dos ataques e a escassez ou falta total de reforços vindos da Europa explicam os grandes desastres sofridos por Portugal a partir de 1630". Daí que (loc. cit.) "depois da Restauração, os desastres acentuaram-se e aceleraram-se visto que o governo era obrigado a organizar a resistência na metrópole e dificilmente se podia permitir o envio de quaisquer reforços". Conclui assinalando que após a perda da maior dos territórios orientais (loc. cit.) "por volta de 1665, e depois de vinte e cinco anos de desastres sucessivos, o outrora poderoso Império da Ásia estava reduzido a Goa, Damão, Diu, Baçaim e meia dúzia de insignificantes fortalezas na Índia, a Macau na China e a metade de Timor, na Indonésia".

Apesar das questões criadas aquando da dinastia Filipina, a presença portuguesa no extremo Oriente manteve-se na Cidade do Santo Nome de Deus de Macau – designação que decorre desta cidade não ter reconhecido a união dinástica das coroas de Portugal e de Espanha. Com efeito após a restauração da independência, em 1640, "às armas da cidade foi incorporada a frase 'Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, Não há outra mais leal" (Sousa, 2003, 9). No que respeita à sua organização religiosa é de notar o aumento da influência religiosa, especialmente dos jesuítas nas margens do império marítimo português do Oriente e a criação da Diocese de Macau (1576) "com jurisdição sobre a China, Japão, Coreia e 'ilhas adjacentes' subordinada ao Bispo de Goa (era sufragânea de Goa). Macau tornava-se, assim, o centro da religião católica no Extremo-Oriente" (Seabra e Manso, 2012, 102).

As décadas seguintes são marcadas pela evolução política do reino de Portugal e das dinastias chinesas, pela evolução do comércio marítimo que a partir da Cidade do Santo Nome de Deus estende-se pelas rotas do Mar do Sul, "área geográfica privilegiada – pela riqueza das suas produções, pela fragmentação dos seus estados, pela diversidade das suas gentes – onde os indivíduos mais empreendedores podiam ainda enriquecer à conta dos tráficos inter-regionais" (Loureiro, 1995, 39). Tal permite a abertura ao mundo do interior da própria China, onde Macau, Hong-Kong e Cantão tiveram um papel relevante.

Observa Sousa (2003, 7) que desde os primeiros tempos, até 1846, os portugueses foram obrigados a pagar "o tributo de foro do chão. Com isso, a China

não reconhecia a soberania portuguesa sobre a área e os portugueses admitiam, pagando esse tributo, estar em terra estrangeira". Da evolução desta presença regista o autor (op. cit., 8) a criação do Senado de Macau, em 1583; a instituição do cargo de Governador de Macau – "por acto do Vice-Rei da Índia", em 1615; a criação do Leal Senado – antigo Senado da Câmara – por D. João V, em 1810; a criação da Província de Macau, em 1844, iniciativas que vão fortalecendo os laços dessa presença.

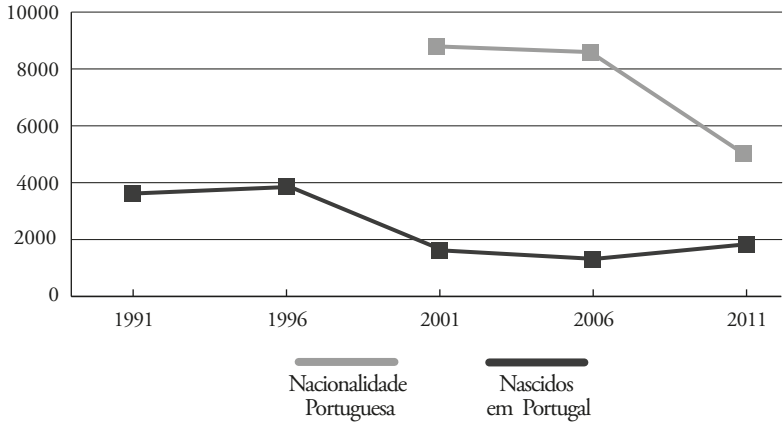
Por sua vez referem Baião, Cidade e Múrias (1040.III, 417) que "a concessão pela China à Grã-Bretanha da ilha de Hong-Kong, em 1841, deu um golpe profundo nas actividades de Macau, que até então regorgitava de estrangeiros os quais, passados poucos anos, seguiam com muitos macaenses para aquela colónia nascente, que meio século depois seria o maior empório britânico na China e um dos maiores portos do mundo". Como resultado (op. cit., 418), "os indivíduos mais enérgicos ou mais necessitados emigraram e foram ocupar lugar em empresas nascentes em Xangai, Kobe, Hong-Kong, Cantão, Bang-Kok etc., dando lugar à formação de comunidades portuguesas ali existentes. Raros foram os que voltaram para Macau a fomentar as suas riquezas". Este movimento traduziu-se na redução do volume de tráfego e no agravamento das condições de navegabilidade no porto de Macau, conduzindo à realização de dragagens que permitissem a atracação de navios ao porto e a circulação no seu porto interior. Tais obras tiveram o seu início em 1923.

Tal como noutras províncias portuguesas, o século XIX ficou aqui assinalado por um conjunto de questões militares entre os ocupantes e as tropas chinesas, traduzidas em bombardeamentos de parte a parte, até à sua pacificação definitiva. No século passado a cidade foi ocupada pelas forças japonesas no decurso da 2ª guerra mundial e em 1976, o Estatuto Orgânico de Macau, atribui a Macau a condição de "território chinês sob administração portuguesa". Dá-se assim início ao processo de transferência da soberania negociado em 1987 e executado em 1999.

O processo de transferência deste território para a China e a sua transformação na Região Autónoma Especial de Macau (RAEM) definiu novos estatutos para este território, que se insere numa área do globo marcada pelo seu crescimento económico e afirmação dos mercados internacionais, nomeadamente na sua articulação com a antiga colonia inglesa e actual RAE de Hong-Kong e com a Mainland da R.P. China. Tal facto levou a que parte da população residente tenha optado pela nacionalidade do país anfitrião. Por isso os dados relativos à presença de portugueses neste território decresceram. Numa população es-

timada em 2011 em mais de 552000 habitantes, os cidadãos com nacionalidade portuguesa decaíram para 5020[96], facto que se deve à fixação da residência nesse território de antigos habitantes e à fixação recente de outros.

Macau: cidadãos portugueses



Já os dados dos registos consulares de Macau, onde se incluem 38000 registos transferidos em 2003 de Hong-Kong, dão conta de 165000 cidadãos inscritos, assim repartidos:

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	2169	118305
2009	2322	121314
2010	2459	123615
2011	2626	125923
2012	2752	125813
2014	n.d.	n.d.

Para além de Macau é de salientar a relação desta praça com outros territórios mais a norte do mar da China o que acontece em meados de Quatrocentos, com o território do Japão. A este respeito a Fundação Jorge Álvares[97] assinala: "Em 1543 os portugueses atingiram o Japão e a partir dessa data tornaram-se intermediários no comércio da zona. Compravam prata aos japoneses para venderem na China; seda e loiça aos chineses para venderem por toda a Ásia e enviarem

para a Europa. Os negócios feitos informalmente davam tanto lucro aos portugueses como aos chineses. Por isso mesmo os mandarins deixavam os portugueses ir à feira de Cantão e a pouco e pouco os portugueses foram-se instalando na zona". Prossegue, afirmando: "Por volta de 1554, Leonel de Sousa, capitão-mor da viagem ao Japão, conseguiu fazer um acordo verbal com as autoridades locais para o comércio regular dos portugueses no delta do rio das Pérolas. A partir de então, a presença portuguesa aumentou bastante. Macau tornar-se-ia o grande centro de fixação dos portugueses no Extremo Oriente, porto de escala do comércio entre a China, o Japão e outras regiões asiáticas".

Esta foi uma presença reduzida no tempo, cerca de um século desde a chegada dos portugueses à ilha de Tanegashima e os contactos posteriores desenvolvidos noutros centros do território, tal como Funai (Oita, na atualidade) e Nagasaki (em 1571). De acordo com Seabra e Manso (2012, 96) este foi o "único porto de comércio entre Macau e o Japão, até a sua suspensão definitiva em 1639", mantendo-se, por algum tempo, o único porto aberto ao comércio mundial.

A presença portuguesa nestas paragens, nomeadamente através da sua Missão e ensino sob a responsabilidade dos Jesuítas, foi decisiva para a alteração do sistema feudal nipónico, abrindo-o para uma nova dimensão do seu processo de histórico, do comércio, da tecnologia e uso de armas de fogo bem como na expansão do cristianismo. A este respeito Seabra e Manso (op. cit., 122) reconhecem que a importância dos Jesuítas no Oriente foi particularmente "decisiva para a implantação e enraizamento da cultura e demais valores dos portugueses e europeus no Oriente (entre séculos XVI e XVIII). Eles deram a conhecer, ao oriente, a configuração do planeta, os dos continentes, povos e oceanos, assim como diversos produtos e técnicas que até então desconheciam; melhoraram as técnicas metalúrgicas, de construção naval e meios de navegação, a matemática, a geografia, a engenharia e a música; bem como aí introduziram um novo tipo de farmacêutica e medicina, um outro estilo urbanístico, etc".

Da presença portuguesa no Japão, salienta Oliveira (2003) que Nagasaki é uma "cidade onde a tutela jesuíta (...) faz com que seja mais cosmopolita do que exactamente portuguesa". Perturbações sociais registadas no segundo quartel de Seiscentos atribuídas aos cristãos e particularmente aos portugueses, culminaram em 1639 com a quebra das relações entre Portugal e o Japão, apesar das tentativas que até final do século foram encetadas nesse sentido.

A população de nacionalidade portuguesa residente neste país, em número de 406 em 2009, de 413 em 2006 e de 382 em 2005, testemunha uma presença mais antiga. Os registos consulares (DGACCP) dão conta da inscrição de 635

cidadãos em 2014, de 550 em 21011 e de 476 em 2008, o que faz transparecer um certo interesse da população portuguesa pelo reino nipónico.

Reino da Austrália e Timor

O conhecimento da Austrália por navegadores portugueses é afirmado por Marques (1972.I, 320): ''no Pacífico, as primeiras expedições portuguesas começaram por 1511, após ter sido explorada a maior parte da Indonésia até Timor. Pouco tempo depois, é possível que se tenha alcançado, ou avistado, a costa setentrional da Austrália, embora os portugueses nunca se ocupassem da circum-navegação da grande ilha". Tal terá acontecido em 1522 com a viagem de Cristóvão de Mendonça e a descoberta de um vasto continente a sul de Timor – a ilha do Ouro – cuja descoberta terá sido mantida em segredo - apesar da presença de missionários e comerciantes portugueses - pela ausência de meios para a povoar.

Escreve Loureiro (1995, 32) que a expressão, Ilhas de Timor, "designava um conjunto vasto de ilhas e ilhotas situadas na extremidade oriental da Insulíndia", conhecidas pela madeira preciosa de sândalo – usada em perfumes, unguentos, incensos, na febre e em enxaquecas - mel, cera e escravos (loc. cit.). Mais ainda, refere-se ao comércio de sândalo e à catequização do gentio como tarefas que se desenvolveram paulatinamente, desde a chegada dos portugueses às Ilhas (op. cit., 37), num "exemplo tão frequente na expansão portuguesa, de informal aliança entre os interesses mercantis e missionários".

A perda de Malaca (1641) e o enfraquecimento do comércio e da navegação na rota do Cabo, sobretudo após a Restauração – devido ao encerramento dos portos controlados pelos espanhóis no Oriente, em particular nas Filipinas – levam a uma redistribuição dos mercadores portugueses no oriente e ao surgimento de questões de poder entre os religiosos, os funcionários da Coroa e os comerciantes residentes nesta parte da Insulíndia até à nomeação do primeiro governador da ilha em 1702.

Refere ainda Loureiro (op. cit., 159) a escassez de cidadãos nacionais na ilha até ao final do século XIX registando, no final do mesmo, a fixação de novos cidadãos: missionários, comerciantes, funcionários civis e militares e deportados. Já depois da segunda guerra mundial esta presença aumentou devido à permanência na ilha, de militares oriundos das ex-colónias africanas e de Macau.

Prossegue o autor (op. cit., 160) fazendo notar que "da debilidade da presença portuguesa na ilha ao longo dos séculos, do reduzido número de europeus estabelecidos, e da difusão do tétum como língua franca, resulta que o português se não impôs nunca de uma maneira definitiva como língua veicular".

Quanto à vizinha Austrália - cujo eventual achamento pelos portugueses no início de Seiscentos foi mantido em segredo -, a sua posse pelo Reino Unido foi reclamada por James Cook em 1770. A partir de então o novo continente passa a colher deportados e colonos enviados do Reino de Sua Majestade, movimento que menos de um século depois, com a descoberta do ouro e a falta de mão-de-obra, faz despertar a corrida de imigrantes de outras nacionalidades para o novo continente.

Com as vicissitudes decorrentes da evolução histórica e política da sociedade portuguesa reconhecemos que os destinos da emigração portuguesa para o Oriente sofrem vários reveses devido à corrente preferencial para o Brasil sendo que, só após a eclosão do primeiro conflito armado, temos a presença de militares portugueses em vários territórios ultramarinos e a sua fixação nessas paragens.

No período seguinte a esse conflito as tentativas para "fazer entrar Portugal na modernidade" (Godinho, 1977, 177) não bastaram para estancar a forte tradição emigratória no continente e nas ilhas. Dos Açores, baleeiros e outros pescadores partiam para os EUA; da Madeira, partiam para a África do Sul, Venezuela e mesmo para a Austrália. Recorde-se que o desenvolvimento desta actividade em toda a Ilha segue as necessidades de aprovisionamento decorrentes do acréscimo da população residente e da importação de peixe salgado e fumado dos portos europeus, do norte de África ou já da Terra Nova.

Quanto à Austrália, este país aparece referenciado nas estatísticas oficiais desde os finais de cinquenta como tendo acolhido mais de 2,7 milhares de portugueses entre 1958 e 1970. Este montante ascendeu, entre 1971 e 1980, a 3,7 milhares para ultrapassar, entre 1981 e 1988, os 9 milhares. De acordo com o Expresso (2006), "Ainda hoje, a simples análise de um mapa denuncia os vestígios da presença portuguesa na região. A costa noroeste da Austrália revela o nome Abrolhos, que não é mais do que a reminiscência de uma frase portuguesa que ecoa, através dos tempos, os gritos dos marinheiros portugueses ao navegarem por estas águas traiçoeiras: «Abre os olhos!» A própria fronteira terrestre da Austrália Ocidental, feita à boa maneira anglo-saxónica de delinear fronteiras a régua e esquadro, não é mais do que o malfadado meridiano de Tordesilhas. Quis assim o destino que os portugueses só regressassem a este continente quatro séculos depois da sua descoberta por Cristóvão de Mendonça" (Veloso, Expresso, 2006).

Neste período já o continente australiano havia recebido grandes contingentes de imigrantes europeus, atraídos pela exploração de ouro iniciada em meados de Oitocentos ou já depois da declaração da independência da Federação de Estados, em 1901. Entre eles contam-se cidadãos ingleses uma vez que até finais do século XIX este território, além da população aborígene, funcionou como colónia penal do Reino de Sua Majestade. A vinda desta população, de militares, de cidadãos de outras nacionalidades europeias como alemães, suíços e italianos, de colonos e imigrantes chineses e asiáticos, permitiu que em 1890 a população do continente fosse estimada em 3 milhões de habitantes repartida pelas diferentes colónias independentes já estabelecidas no território e na ilha da Tasmânia.

A política de imigração prosseguida pelo Governo acolheu grandes vagas de imigrantes durante os anos vinte e mais tarde no termo da segunda guerra mundial, quando a população havia chegado aos 7 milhões de habitantes. No entanto, tal como noutras antigas colónias inglesas, o conhecimento da língua inglesa constituiu um entrave à imigração de cidadãos que não dominassem esta língua, adoptando uma forte selecção dos candidatos à imigração. O acolhimento de cidadãos europeus, de judeus e de refugiados da segunda guerra mundial e a nova política de imigração declarada pela Federação depois do segundo conflito armado, vão permitir a entrada de novos contingentes, nomeadamente de cidadãos asiáticos e de cidadãos europeus incluindo da Europa de leste, representados nos dez milhões de habitantes recenseados em 1959 e em 1981, num total de quinze milhões.

Com a evolução da política imigratória da Federação e ao abrigo de diversos programas dirigidos para a população imigrante, abriram-se as portas à diversificação da imigração estrangeira e à imigração portuguesa, nomeadamente aos madeirenses. De acordo com Veloso (2002): "Os pioneiros da imigração portuguesa na Austrália foram os madeirenses que na década de 50 estabeleceram uma pequena comunidade piscatória na cidade de Fremantle, na costa ocidental. Desde então, os portugueses continuaram a chegar à Austrália em número sempre crescente até aos anos 90, altura em que muitos começaram então a regressar a Portugal''.

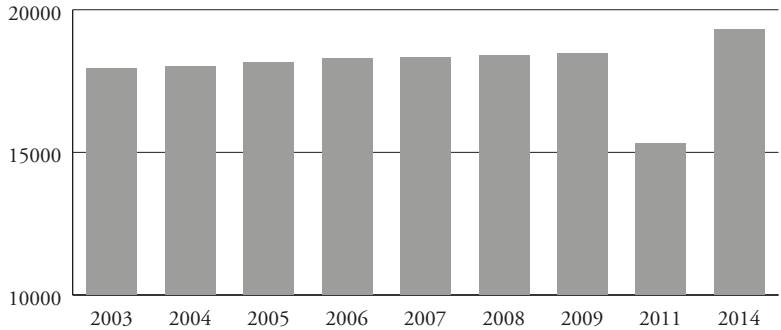
Prossegue o jornalista assinalando que "De acordo com o recenseamento de 1996 levado a cabo pelo Australian Bureau of Statistics, a Austrália contava nessa altura com cerca de 17 mil pessoas nascidas em Portugal e mais cerca de nove mil descendentes de portugueses, que em conjunto representavam uns meros 0,15% da população australiana", concentrados essencialmente em Perth, Melbourne ou Sydney.

Num total de 36 milhares de portugueses residentes neste país em 2006,

cerca de 6 milhares eram madeirenses[98]. Desde os anos setenta que estas novas vagas de imigrantes deixaram de integrar as correntes transoceânicas de transporte marítimo, substituído pelas rotas aéreas de navegação intercontinental. Através delas têm sido acolhidos refugiados de diferentes países em contexto de guerra e de catástrofes naturais.

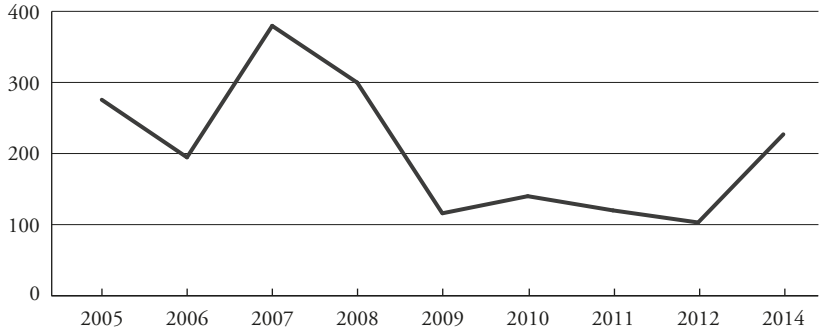
A população da Federação contava com vinte milhões de habitantes em 2003 e 23,491 milhões em 2014 dos quais, cerca de 6,5 milhões nascidos no estrangeiro e 15328 em Portugal. Os registos oficiais dão conta de 31271 cidadãos de origem portuguesa em 2001 – 41226 em 2006 – o que atesta uma emigração mais antiga para este continente.

Austrália: População de origem portuguesa



Por sua vez os registos consulares (DGACCP)[99] dão conta de cerca de meia centena de milhares de cidadãos inscritos e de um movimento anual de entradas da ordem das seis dezenas/ano. Já o movimento de aquisição de nacionalidade tem variado, sendo pouco significativa na actualidade.

Austrália: aquisição de nacionalidade (cidadãos portugueses)



As viagens dos portugueses pela Insulíndia permitiram o encontro com várias ilhas, onde foram estabelecidos contactos com os reinos locais, como nas Molucas – ilhas das especiarias - e com Timor. Nesta ilha, dada a recusa do rei em converter-se ao Cristianismo, ensaiaram um modelo de "dominação territorial indirecta" (Thomaz, 1979, 106), baseada na vassalagem do monarca à soberania portuguesa. O comércio local, dependente da Coroa, assentava no comércio de certos produtos como o ouro e as especiarias (op. cit., 107). Localmente este era animado pelo comércio do ferro e produtos diversos em troca da valiosa madeira de sândalo que cobria as florestas da ilha e vendido no exterior a bom preço.

A exploração dos produtos naturais da ilha constitui um dos primeiros interesses económicos dos portugueses sendo que, até meados do século XVI (1997), era "terra incluída num modelo de tráfico comercial que os barcos portugueses especializaram também na Insulíndia, entre Malaca, Solor, Timor, Molucas e, mais além, já Macau, interferindo lucrativamente nos intercâmbios regionais"[100]. Mais ainda (loc. cit.): "Só com a segunda metade do século de Quinhentos, começam a acumular-se os esforços de fixação empreendidos, como em tantos outros horizontes da nossa Expansão, por missionários, principalmente dominicanos, não obstante as reivindicações habituais de outras ordens que, como a dos Menores ou a Companhia de Jesus, parece terem dirigido alguma atenção para esse mundo que, apesar de intitularem de várias formas, sempre entendiam prolongar a Índia, também as suas missões e martírios, como (Índias Orientais) ou, pela multiplicidade da insularidade, enquanto «Insulíndia»". Mais tarde este seria alargado ao comércio de escravos e já no século XIX, ao café e à exploração mineira.

Da população inicial fazem parte militares e comerciantes, religiosos e descendentes dos primeiros que se cruzaram com mulheres da ilha, dando origem a uma população mista, os Topasses, filhos desta relação. Com a intensificação destes contactos e o aumento do comércio de especiarias nesta parte do território insular, - cruzado pelas embarcações portuguesas e pela armada holandesa – o mesmo foi palco de disputa entre os dois estados. Esta situação ficou resolvida em 1859, sendo modificada em 1902 com a divisão da ilha em duas partes: a parte ocidental governada pela Holanda e a parte oriental sob dependência de Portugal.

A referida divisão vai permitir que após os três séculos de presença pouco efectiva, e depois da perda do Brasil e interesse por parte de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, Portugal acabou por se interessar por este território. Assim o assinala a Constituição da Monarquia Portugueza,

de 1820, que define o Reino de Portugal como "Associação política de todos os Cidadãos Portugueses, forma uma Nação livre e independente" (Art. 1º). O seu território é o Reino de Portugal e Algarves (Art. 2º), compreendendo (Art. 3º -§ 3º) — "Na Ásia, Salsete, Bardez, Goa, Damão, Diu e os Estabelecimentos de Macau e das Ilhas Solor e Timor".

A obra de Baião, Cidade e Múrias (1940.III, 315), assinala que foi preciso "entrar no período final do século XIX (1894 em diante) (...) para vermos ali entrar em liça as armas portuguesas (...) contra os timorenses (...) a quem por fim se impõe pela força a obediência à autoridade portuguesa". Completando esta narrativa regista-se que[101], "modestos esforços de modernização do Timor Leste foram interrompidos durante a segunda guerra mundial. Apesar dos protestos de Portugal, que permanecia neutro, os aliados ocidentais, ao declararem guerra ao Japão, começaram a utilizar a ilha de Timor como linha de defesa contra o avanço japonês em direcção à Austrália. O Japão, no entanto, invade a ilha e rapidamente expulsa os holandeses da parte ocidental. Na parte oriental, timorenses e militares australianos conseguiram resistir durante quase um ano às investidas japonesas". Na sequência destes acontecimentos em Janeiro de 1943 o Japão já controlava toda a ilha.

Ainda sob ocupação japonesa, em 17 de agosto de 1945, os indonésios declararam a sua independência. A parte oriental permaneceu sob domínio português levando a que, até ao início da guerra colonial em África, pouca atenção se tenha continuado a dar a este território, salvo no que respeita à presença militar e administrativa. Já na actualidade, a economia local assente na exploração da madeira de sândalo, na cultura do café e na pequena agricultura e pequena industria, perspectiva-se melhorada com a exploração de recursos naturais no solo e na plataforma marítima do mar de Timor (Figueiredo, 2004). Uma descrição de Figueiredo (loc. cit.) assinala:

> "Do processo de descolonização iniciado com a revolução de 1974 e das negociações com a Indonésia resulta a invasão por este país e ocupação da sua parte oriental decorre um período extenso de negociações internacionais que se alteram com a adesão plena de Portugal à C.E.E. em 1986. O massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991 e as reacções internacionais, nomeadamente da ONU, que daí resultaram abre caminho para a confirmação da independência, já declarada em 28 de Novembro de 1975. O referendo popular de 30/08/1999 possibilita a independência formal do país face à proposta de autonomia proposta pela Indonésia. Em resultado das "eleições para a Assembleia Constituinte que elaborou a actual Constituição de Timor-Leste, que

> passou a vigorar no dia 20 de maio de 2002, (...) foi devolvida a soberania ao país passando este dia a ser assinalado como Dia da Restauração da Independência."[102]

Os dados do Observatório da Emigração relativos a Timor – Leste assinalam, em 2010, a presença de 139 cidadãos nacionais neste país. Já os registos consulares da DGACCP[103] indicam um valor mais elevado, com a seguinte repartição:

Ano	*Total nasc. PT*	*Total de portugueses*
2008	576	2823
2009	801	4537
2010	1081	6249
2011	1699	9487
2012	1699	9487

A par de Timor a ocupação da Ilha das Flores deu origem à manutenção de um núcleo de luso-descendentes, cuja origem remonta ao início da segunda década de Quatrocentos quando da chegada de mercadores e de missionários portugueses a esta ilha. De acordo com o Jornal de Notícias[104]: "Apesar de os portugueses terem sido os primeiros europeus na Indonésia – uma herança visível no património cultural, linguístico e religioso do país, em especial nas Flores, única ilha maioritariamente católica do arquipélago -, foram os holandeses que colonizaram o país". Tal decorre da venda, em 1851, por parte do Governador de "Timor, Solor e Flores, Lima Lopes, com uma administração pobre, aceitou vender as Flores e as ilhas próximas por 200.000 florins (antiga moeda holandesa), sem consultar Lisboa, tendo sido demitido por isso, mas a decisão foi irrevogável".

O tempo voou! Em tempo recente surgem as canções da resistência e uma nova República. Como traço de identidade entre a população residente, o Português e o Tétum são consideradas na Constituição da República de Timor-Leste as duas línguas oficiais deste Estado.

Portugueses na Diáspora

A análise da evolução, das características e da distribuição espacial da emigração portuguesa nos diversos países de destino permite-nos entender a extensão e o significado actual da diáspora portuguesa a partir de Quatrocentos, após a expansão para as terras do norte de África. Em momentos diversos este movimento alargou-se ao Brasil, às costas do Índico e do Pacífico, onde se formaram colónias de portugueses, inicialmente constituídas por gente de guerra, administração, religiosos, marinheiros, comerciantes, colonos e emigrantes. O cruzamento com a população local esteve na origem do aumento desses núcleos e as trocas estabelecidas através do comércio marítimo alimentaram as relações de muitos desses centros com a Coroa portuguesa. Razões distintas ditaram a continuidade, o crescimento ou o seu abandono.

Quando da análise das comunidades portuguesas no mundo, regista-se que as mais antigas e numerosas estão ligadas às viagens transoceânicas e aos fluxos ditados pelo domínio comercial e militar de certas praças estratégicas, servindo de núcleos de doutrinação Cristã em terras dominadas por outras religiões e interesses comerciais. Integramos estes exemplos no que apelidamos de Diáspora do Antigo Regime, estabelecida pelas grandes navegações de Quinhentos e cujo domínio territorial perdurou em muitos casos até Setecentos, quando da União Dinástica com Castela. Durante o mesmo período ou mesmo anteriormente algumas delas acabaram por perder o seu interesse e significado militar, comercial ou estratégico.

As situações que perduram para além do início do século XVIII e que resultam da emigração oceânica e das oportunidades de trabalho desencadeadas pela revolução agrícola, povoamento e crescimento dos novos países e espaços americanos, são incluídas na situação da Emigração Transoceânica. O registo recente da emigração transoceânica mostra como algumas destas rotas foram desactivadas em função de decisões próprias ou por imposição de forças militares externas; outras continuaram atractivas registando sinais de procura por parte dos nossos emigrantes.

Destinos adormecidos

A extensão da presença de portugueses acompanha o movimento dos Descobrimentos, a construção e defesa das praças militares e das feitorias comerciais em África e no Oriente, bem como a formação de comunidades religiosas e de fiéis em vários locais dos continentes americano, africano e asiático. Embora alguns deles estejam abandonados por razão das opções da Coroa, da União dinástica ou até da sua queda e abandono perante o interesse de outras potências marítimas, merecem ser considerados.

No seu estudo sobre a estrutura da antiga sociedade portuguesa, Magalhães Godinho (1977) assinala como características fundamentais desta distribuição, a "tenuidade do povoamento português", aliada à sua extrema dispersão, o que se pode comprovar através de alguns valores: por volta da segunda metade do século XVI, quando a população do Reino - estimada no Numeramento de 1527 - não deveria ir além de um milhão de habitantes, o número de portugueses residentes fora do Reino orçaria entre os 100000 e os 150000 indivíduos. Deste montante o maior número residia nas cidades do norte de África: cerca de 25000, sendo cerca de 16000 os que residiam nas paragens do Oriente. A riqueza do Oriente passara a exercer uma forte atracção. Na mesma época a presença portuguesa no Brasil não seria ainda relevante, pouco mais de dois milhares de cidadãos, valor que aumentou significativamente para o final do século.

Observa o referido autor (op. cit., 64) que "a expansão dos portugueses pelo mundo não se circunscreve aos quadros do império português, antes pululam fora dele como mercadores, artífices, marinheiros, bombardeiros e homens de armas". Por isso, antes do final de Quinhentos (op. cit., 61-62) eram "mais de 100000 do Brasil ao Japão, da Terra Nova ao Peru, dos Países Baixos a Moçambique e à Abissínia, de Ormuz e da Pérsia a Timor e às Filipinas, do Rio de Prata e Sevilha e ao interior de Castela". Trata-se do começo da Diáspora Lusitana, da Ásia ao Brasil - com particular destaque para a Índia e terras de Vera Cruz - que vai tendo os seus reflexos no crescimento da população portuguesa e no desenvolvimento das suas actividades produtivas.

Já nos finais de Seiscentos, após a Restauração, o peso demográfico do Império (incluindo a Metrópole), deveria atingir os 3 milhões de indivíduos, dos quais 2 milhões residentes no continente. Os restantes distribuíam-se pelas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira: 150000; pela Guiné, Cabo Verde e São Tomé: cerca de 30000; em Angola e em Moçambique: entre 80000 e 100000; na Índia: cerca de 50000, não se ultrapassando uma dezena de milhares de portugueses no Oriente.

As mudanças registadas durante a União dinástica, expressas na perda de influência da Coroa portuguesa no Índico e no sudoeste asiático -, face aos interesses dos holandeses e outros pelo comércio oriental -, justifica esta redução, a que acresce a intensificação da mobilidade da população nacional nos territórios até então sob o domínio Filipino. Daí ser notória a presença de portugueses noutros locais do globo, em particular no continente sul-americano: Argentina, Perú, México e sobretudo no Brasil, onde residiam mais de uma centena de milhares de cidadãos nacionais.

Considerando que estas situações tiveram o seu desenvolvimento num período determinado da história da expansão e dos movimentos de saída da população do reino de Portugal, importa recordar a sua evolução entre os séculos XVI e XVIII, período identificado em História como fazendo parte do Antigo Regime. Optando por esta designação verifica-se que no início de Novecentos, após a saída da Coroa portuguesa para o Brasil e a revolta Liberal de 1820, a Lei fundamental votada pelas Cortes Constituintes e aprovada em 1822, estabelece o seguinte (Art. 20º):

> "A Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios. O seu território forma o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves".
> I. Na Europa compreende o Reino de Portugal com as suas províncias, o Reino do Algarve e as ilhas Adjacentes, Madeira, Porto Santo e Açores;
> II. Na América o Reino do Brasil, com as suas províncias e ilhas que integraram o Reino do Brasil;
> III. Na África Ocidental, Bissau e Cacheu, o forte de São João Baptista de Ajudá, Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo, as ilhas de Cabo Verde e as de São Tome e Príncipe e na costa Oriental, Moçambique, Rio de Sena, Sofala, Inhambane, Quelimane e ilhas de Cabo Delgado;
> IV. Na Ásia, Salsete, Bardez, Goa, Diu e os estabelecimentos de Macau e das ilhas e Solor e Timor.

Em momentos posteriores o domínio português e a mobilidade da população nacional para os territórios do ultramar altera-se ainda mais, havendo como que uma quebra dessa letargia em momentos decisivos da história mundial: finais do século XIX - quando da realização da conferência de Berlim e a ocupação de facto desses domínios em território africano - e no decurso do primeiro e do segundo conflito armados. Então as posições beligerantes foram assumidas para lá do palco central da guerra militar, o coração da Europa, para os territórios ultramarinos de cada uma das partes envolvidas na contenda.

A partir de meados de Novecentos a contestação mundial ao velho colonialismo e os movimentos de incentivo à autodeterminação e independência, justificam as perdas registadas. Daqui decorre que o domínio português sobre os territórios anteriormente mencionados tenha sido reduzido para os domínios territoriais estabelecidos na Constituição de 1933, base do regime do Estado Novo. A propósito da Nação Portuguesa, refere o Art. 1º do texto que o território de Portugal é constituído:

> 1º - Na Europa, pelo Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;
> 2º - Na África Ocidental, pelo Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;
> 3º - Na África Oriental, por Moçambique;
> 4º - Na Ásia, pelo Estado da Índia e Macau e respectivas dependências;
> 5º - Na Oceânia, por Timor e suas dependências.

Esta relação inclui territórios habitados por população portuguesa, reforçada por uma descendência significativa fruto das relações interétnicas, estabelecidas e aprofundadas durante séculos e alimentadas por movimentos de colonização datados e circunscritos no território. Porque não podemos ignorar as migrações entre a Metrópole e o Ultramar em épocas distintas da nossa história, salientamos como fazendo parte destes destinos adormecidos, Goa e Macau.

Quanto ao primeiro, recorda-nos Costa (2010) que os territórios sob administração portuguesa na costa do Malabar, anexos à União Indiana (independente em 1947), ficaram parcialmente sob sua alçada em 1954 - Dadrá e Nagar Aveli, na proximidade de Damão – e os demais, Goa, Damão e Diu, ocupados em 19 de Dezembro de 1961. A evolução política posterior levou a que Goa se mantivesse como estado independente, sendo os demais integrados na soberania directa de outros estados da União.

Daqui decorre que a relação de proximidade entre o antigo Estado da Índia, sob dominação portuguesa e o actual, deve ser entendido na sua relação com "um passado histórico muito rico", como "centro de um império marítimo muito poderoso que, pela orla marítima do oceano Índico, se estendia desde Moçambique até ao Japão" (Costa, op. cit., 25). Passado esse (op. cit., 29), que "teve origens no século XVI, quando os portugueses careciam de homens para guarnecerem os seus navios que navegavam no oceano Índico", necessitando de mão-de-obra oriunda do reino e dos habitantes locais.

Como foi dito as diversas funções desempenhadas no Vice-Reinado da Índia

justificam as saídas do reino para os territórios do Índico e a deslocação de outros habitantes, sobretudo da costa oriental africana para o centro de decisão da velha Goa. Contudo a perspectiva de situar o Estado da Índia como guarda avançada dos interesses económicos, religiosos e culturais de Lisboa em todo o Índico e Pacífico, justificam as iniciativas religiosas ligadas à criação do Padroado Português do Oriente, que se estendia desde Macau a Timor Leste, e de Ceilão à Malásia. Os colégios religiosos de Goa e mais tarde a criação da Escola Médico-cirúrgica de Goa inserem-se nesse projecto de irradiação da cultura e influência religiosa, política e cultural lusa, a partir desta cidade. Já no novo mundo a Escola Cirúrgica da Baía foi constituída em 1808, após a chegada da Corte Real a este território.

A capacidade de atracção e de irradiação populacional de Goa concedeu-lhe funções de plataforma migratória, onde as populações se acolhiam e a partir da qual partiam para outros destinos e ocupações. Disso nos dá conta Costa (op. cit., 29) ao assinalar a importante corrente emigratória de portugueses e de goeses que no século XIX "foi atraída pelas necessidades inglesas e dirigiu-se para as grandes cidades indianas, como Bombaim, Karachi e Calcutá, para a costa oriental africana e, também, para os serviços da marinha mercante, onde os goeses eram muito apreciados por serem ocidentalizados e pelos seus conhecimentos na música, na culinária, etc". À data, a emigração goesa foi igualmente orientada para Portugal (loc. cit.), "sobretudo para completar a formação académica e, mais tarde, os goeses também integraram importantes postos na administração colonial portuguesa, nos seus diferentes espaços territoriais, numa dinâmica migratória em que também participou a Igreja Católica". A evangelização dos territórios entre Moçambique a o Japão estava confiada ao Padroado Português do Oriente e desde 1886, sob autoridade do Arcebispo de Goa, Patriarca das Índias Orientais.

A referência anterior serve para evocar a complexidade das rotas de emigração transoceânica de origem portuguesa oriundas do continente e também os núcleos regionais que se assumem como centros de difusão do mesmo fenómeno para indivíduos com a mesma nacionalidade, mas oriundos de contextos geográficos diferenciados. A complexidade destas situações está plasmada numa outra referência a Costa (op. cit., 29) e à situação registada em 1961: "num inquérito realizado em 1961, verificava-se que cerca de 50% dos habitantes de Goa, Damão e Diu tinham familiares a viver ou a trabalhar no exterior, dos quais 86,4% se encontravam na Índia, sobretudo em Bombaim, cerca de 8,1% estavam em Portugal e nos territórios portugueses, distribuindo-se os restantes 5,5% por

África (1,9%), Arábia Saudita (0,7%) e outros países (2,9%)''.

Prossegue afirmando (loc. cit.) que "depois de 1961, com a anexação indicados territórios portugueses e com o crescimento da economia mundial o movimento emigratório goês acentuou-se, diversificou-se e estendeu-se a novos destinos: os países do Golfo, a Inglaterra, a América do Norte, o Brasil, a Austrália e muitos outros", num total de cerca de meio milhão de goeses residentes no exterior, dos quais cerca de 300 milhares na Índia e 200 milhares no estrangeiro. Regista ainda o autor que o crescimento económico do Estado de Goa no começo da actual centúria, permite comparar Goa com o Luxemburgo (op. cit., 17), "podendo afirmar-se que a prosperidade do Luxemburgo em relação à União Europeia tem paralelo com a prosperidade de Goa em relação à União Indiana". Tal como se regista em relação a Macau, podemos estar em presença de mais um destino adormecido da emigração portuguesa.

Os dados divulgados pelo Observatório da Emigração relacionados com a presença de portugueses na Índia permite uma leitura recente sobre a sua residência anterior. Em 2013 as estatísticas da ONU davam como nascidos em Portugal e residentes na Índia, apenas 159 pessoas. Contudo os dados dos registos consulares do ano de 2012 incluíam 33,580 milhares de cidadãos de origem portuguesa. Este é um valor considerável merecedor de uma análise de outro tipo e de uma apreciação recente sobre o valor intrínseco e o significado destes assentamentos.

Cidadãos portugueses

Países	*Nascidos em Portugal (PT)*				*Nacionalidade Portuguesa*		*Emigrantes e descendentes de emigrantes*			
	Institutos nacionais de estatística		ONU		Institutos nacionais de estatística		Ascendência portuguesa		Registos consulares	
	N	Ano	N	Ano	N	Ano	N	Ano	N	Ano
Índia	..	..	159	2013	..	..	..	..	33 580	2012

Por analogia com o Estado da Índia tomamos o exemplo de Macau, território considerado sob administração portuguesa na Constituição Portuguesa de 1976. Depois de então o processo de transferência de poderes para a República Popular da China desenvolve-se a partir dos finais da década de setenta, com o restabelecimento das relações diplomáticas com a China, em 1979 e a realização

de conversações diplomáticas com este país, que culminaram em 13 de Abril de 1987, através da assinatura da Declaração Conjunta sobre a transferência da soberania de Macau.

O processo de transição durou até 20 Dezembro de 1999, data em que a Região Administrativa Especial de Macau (R.A.E.M.) foi integrado no território da R. P. da China, em conformidade com o princípio, "um país, dois sistemas" e a criação de "regiões administrativas especiais". No decurso do período de transição, a administração pública portuguesa continuou responsável pela administração de Macau comprometendo-se, de acordo com o texto da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China, "a promover o desenvolvimento económico e a preservar a estabilidade social de Macau, e o Governo da República Popular da China dará a sua cooperação nesse sentido".

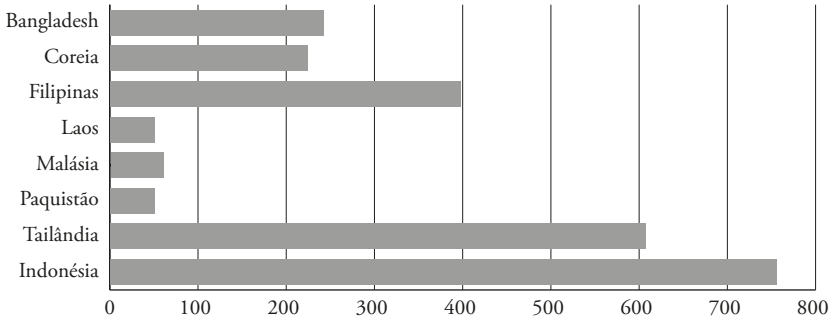
Relata-se a construção de um conjunto significativo de infra-estruturas que canalizaram fortes investimentos e deslocação de recursos humanos e técnicos para a R. A. E. M. Destes destacam-se o aeroporto internacional de Macau, o porto de Coloane, os aterros entre as ilhas de Taipa e Coloane, a ponte de ligação entre a ilha de Taipa e o continente chinês. Outros investimentos foram igualmente responsáveis pela emigração temporária de diversos quadros da administração e serviços públicos para o território, nomeadamente a construção do novo hospital e de estabelecimentos de ensino superior, como a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau. No domínio privado as relações económicas e comerciais assumem particular significado entre Portugal e a R.P. C. e através das relações com a R. A. E. M. e o mundo lusófono.

Cidadãos portugueses

Países	*Nascidos em Portugal*				*Nacionalidade Portuguesa*		*Emigrantes e descendentes de emigrantes*			
	Institutos nacionais de estatística		ONU		Institutos nacionais de estatística		Ascendência portuguesa		Registos consulares	
	N	Ano	N	Ano	N	Ano	N	Ano	N	Ano
China (Hong Kong)	105	2006	109	2013	569	2006	..	..	..	..
China (Macau)	1 835	2011	1 523	2013	5 020	2011	..	..	126 238	2013

Já no Oriente asiático além da Costa do Malabar, contam-se Ceilão e outros destinos onde a presença portuguesa foi bem importante até meados do século XVII: Costa do Coromandel, Tailândia, Indonésia, Filipinas e Malásia.

Cidadãos de origem portuguesa (início do século XXI)



Entre outros exemplos mantem-se ainda um núcleo de descendentes de portugueses residentes no Bairro português de Malaca, que tenta preservar a língua e os traços culturais das raízes lusas nesse grande empório comercial de produtos orientais, drogas e especiarias. A Associação Cultural em Malaca tem sido uma das entidades promotoras destas iniciativas. Neste grupo de países, a Indonésia surge como um dos países que regista maior número de portugueses – cerca de 750 em 2012, dos quais 408 nascidos em Portugal.

Ano	*Nasc. PT*	*Total de portugueses*
2011	99	255
2010	89	223
2009	68	181
2008	62	158

Por sua vez o Sião (Tailândia) constituiu um dos territórios estratégicos para o estabelecimento do comércio português com que os navegadores-comerciantes depararam no início do século XVI no decurso das viagens ao Oriente. A conquista de Malaca permitiu esse contacto com o Reino de Sião e o encontro com mercadores muçulmanos que dominavam estas rotas marítimas. Os relacionamentos com os povos locais, na dependência directa do governador da Índia, permitiu em 1518 o estabelecimento de um acordo entre o Sião e o Reino de Portugal, daí resultando um

processo de miscigenação linguística, religiosa e política com as populações locais.

Entre as descrições relativas a esta empresa destacamos a apreciação de Bispo (2012) que nos transmite o seguinte: "O desenvolvimento das acções lusas passou a ter um redireccionamento, levando a reconfigurações estratégicas das relações internacionais. Com os sucessos em outras regiões, os portugueses passaram a comerciar com portos no golfo pérsico, na Arábia e no Mar Vermelho a partir de Goa; passaram ao Ceilão e exploraram as costas orientais da Índia, Arakan, Pegu e Sorian, estenderam-se ao longo das costas de Annam, Champa e Tonkin até chegarem à própria China, onde se assentaram em Macau e passaram a explorar a China e o Japão".

A importância da praça de Macau é evidenciada pelo autor (loc. cit.): "Sobretudo Macau passou a constituir por séculos o centro principal da rede lusa no Extremo Oriente. Mercadores passaram a comprar e vender bens nas ilhas das especiarias, em Sumatra, Java, nas Molucas, Ternate, Tidore, Celebes; alcançaram Bornéu, Banda, Bintang, Sunda, Flores e Timor, possivelmente até mesmo a Austrália". Contudo (loc. cit.), "A queda do reino de Com a deslocação do centro do reino da destruída Ayutthaya a Bangkok, também a comunidade luso-siamesa, de secular história, foi transferida", mantendo-se essa relação com a coroa portuguesa estabelecida a partir de Macau.

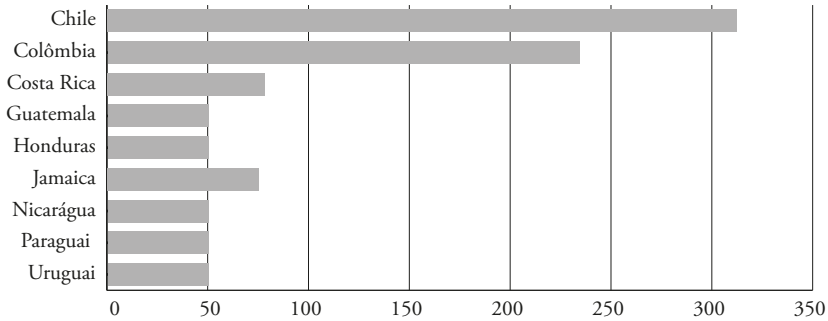
Já o arquipélago das Filipinas, situado na parte espanhola do acordo de Tordesilhas, manteve relações comerciais com o reino de Portugal durante o seu domínio no Índico. À parte, as Ilhas Molucas eram tidas como domínio português até à União com Espanha. Com esta união e a ausência forçada dos portugueses no Índico, foram os espanhóis que intensificaram essas relações com o seu território. A par destes tanto os holandeses como os ingleses reforçaram a sua presença e acção através da criação de Companhias orientadas especificamente para o comércio com o Oriente. Em consequência, no século XVII assiste-se à invasão de antigas praças portugueses no Oriente, por parte de Inglaterra e da Holanda, que substituem os mercadores de Lisboa nas suas rotas e contactos comerciais no Índico e Pacífico. Daqui resulta a perda de influência de Portugal no Oriente orientando as suas forças para os seus interesses no estado da Índia.

Ainda sobre as Filipinas regista-se ser um arquipélago de acolhimento para uma população asiática diversificada, nomeadamente de chineses há muito residentes neste território das Índias Orientais espanholas. Assim se mantiveram até à independência da coroa espanhola nos últimos anos do século XIX. Pelas suas relações com a língua, cultura e práticas sociais dos habitantes, estas antigas colónias registam semelhanças com os antigos territórios ibéricos da América latina.

Como foi assinalado a distribuição de descendentes de portugueses nesta parte do globo deu origem a núcleos dispersos de luso-asiáticos, que no dizer de Sousa (2003, 149), "ainda agitam presentemente uma identidade 'portuguesa' – de Tugu, nos arredores de Jakarta, a Bidao, perto de Dili, passando pelos 'kristang' de Laca ou pelos católicos de Larantuku, nas Flores (...) continuam a celebrar da festa à procissão uma herança muitas vezes combinando a missionação católica com a proeminência social local desses luso-asiáticos que saíram de famílias de 'casados', conversões de escravos e utilização sistemática de uma mão-de-obra local que assegurava a presença oficial dos escassíssimos portugueses europeus que, do século XVI ao século XX, se movimentaram no Sudeste Asiático".

Esta relação acresce a um conjunto de destinos noutra parte do globo, no continente americano, onde a presença de portugueses é igualmente diminuta, circunstância que tem a ver com os combates para estabelecimento de fronteiras com os domínios do território brasileiro, sobretudo no sul e norte do território, ou já com a emigração de portugueses, muitos deles de origem judia, para as plantações da América central.

Cidadãos de origem portuguesa (2013)



Os dados publicados pelo Observatório da Emigração[105], conjuntamente com os registos da DGACCP, permitem uma análise mais detalhada da situação e dos traços locais relacionados com a vida associativa e das comunidades residentes nestes países, do Chile à Guina, da Colômbia ao Uruguai.

Para além do anteriormente assinalado importa ainda destacar, já no continente africano, o antigo reino do Congo, conhecido desde os finais do século XV quando da exploração da costa africana e da foz do rio do mesmo nome. Esta ligação

manteve-se perene por via das relações estabelecidas durante a presença dos Jesuítas responsáveis pela cristianização de habitantes deste território e o aprofundamento dos contactos com a população negra (Doré, 2006).

Diz-nos a história que no final da Conferência de Berlim a acção do monarca belga, Leopoldo II, fez-se sentir neste vasto território a coberto de fins "humanitários, filantrópicos, científicos e geográficos", tornando-o sua propriedade pessoal. As vicissitudes sofridas pela população local durante a vigência desse regime traduziu-se numa quebra da sua população e do povoamento inicial. Da ocupação posterior à criação da Associação Internacional do Congo, impulsionada pelo Imperador Leopoldo II, regista-se na primeira década de Novecentos (1908) a sua incorporação no território do estado belga, situação que se manteve até 1960, data da sua independência.

A exploração mineira e o comércio foram responsáveis pela deslocação de alguns portugueses para o território justificando, por esta via, a dimensão da colónia residente no antigo território do Congo-Kinshasa ou Zaire-Congo – actual República Democrática do Congo - onde em 1988 residiam cerca de 6500 portugueses, especialmente em Kinshasa – 3000 indivíduos – e no Baixo Zaire – cerca de 1200 indivíduos. Este montante veio a decair substancialmente nas últimas décadas. Em 2014 os registos consulares (DGACCP)[106] acolhiam 884 inscrições (1000 em 2011 e 800 em 2008).

Países de imigração

Entre os antigos destinos de emigração portuguesa registam-se um conjunto de outros países que prevaleceram no tempo como preferidos pela população portuguesa. O mais importante é o Brasil que depois da fixação da corte portuguesa, toma medidas em prol deste movimento quando da abertura dos portos brasileiros a outras nações, que não só à Inglaterra, incrementando assim uma nova fase crescimento económico e de emigração transoceânica para o seu território. Esta presença aumentou de forma significativa depois da independência desta antiga colónia (1822), destacando-se desde então como principal porto de abrigo destas partidas. Note-se que já nos finais de Oitocentos começam a ser conhecidos novos destinos no continente norte-americano, em África e na Europa, dando assim início a uma nova fase do movimento que atinge o seu cume durante o terceiro

Quartel do século XX. Como reflexo deste movimento tomamos os dados de 1987 relacionados com a distribuição das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro: mais de 3,5 milhões de portugueses. Os dados dos serviços oficiais da emigração dão-nos conta dessa distribuição: 1,2 milhões na Europa e igual número no Brasil; 660 milhares em África, dos quais cerca de 600000 na África do Sul; meio milhão nos E.U.A.; 350 milhares na Venezuela e um número significativo na Austrália; 50000 na Argentina, 50000 no Zaire, 20000 em Angola e cerca de 30000 em Moçambique. De acordo com as informações consulares estes valores são substancialmente menos relevantes no Zaire, com 6,5 milhares e no Zimbabué (antiga Rodésia) com 8 milhares de residentes.

Ainda que esquecendo uma parcela significativa de possíveis imigrantes clandestinos, estes valores alertam-nos para as questões relacionadas com as causas destes movimentos e ainda para os seus efeitos e consequências imediatas na sociedade de origem e nas sociedades de acolhimento. Entre eles destacamos as relações entre as comunidades imigrantes e o seu país natal, assunto que pela sua complexidade exige uma atenção especial que atenda à diversidade das comunidades, às condições de vida, de trabalho e à sua inserção nas sociedades de acolhimento, de acordo com as suas expectativas e as directrizes internacionais relacionadas com a mobilidade geográfica da pessoa humana.

Correspondendo a uma tradição que remonta há mais de cinco séculos de emigração transoceânica, no início do milénio actual mais de metade dos cerca de cinco milhões de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro estavam dispersos no continente americano (EUA, Canadá, Brasil e outros destinos); quase um terço residia em países da Europa e os demais repartiam-se por diversos destinos da América central, África, Ásia e Oceânia. Para além do continente sul-americano, a América do Norte corresponde ao segundo grupo de países que continua a colher emigrantes portugueses, sobretudo os oriundos da Região Autónoma dos Açores.

Traduzindo ainda as amarras do antigo movimento transoceânico, devemos realçar a permanência de portugueses em África, evidenciando uma presença mais antiga, acompanhada de tentativas de colonização e correntes migratórias que ganharam no continente sul-africano a sua maior expansão e representatividade. A Ásia e a Oceânia são outras paragens referidas nas estatísticas oficiais que assinalam vestígios de movimentos mais antigos – esporadicamente revisitados na actualidade - ou então a procura de novas oportunidades abertas aos nossos emigrantes mais qualificados. Esta distribuição atesta a extensão e o significado da antiga diáspora portuguesa.

Dos destinos mais recentes recorda-se a intensa corrente migratória orientada para os países da Europa ocidental, o que se traduz num número considerável de concidadãos que residem em países da U.E. ou mesmo noutros contextos europeus. Apesar das alterações dos fluxos migratórios registadas desde a crise energética dos anos setenta, temos continuado a assistir a uma diversificação das saídas para países europeus, para o continente americano, africano e outros, onde hoje residem muitos dos nossos concidadãos.

Os dados apontados têm em conta a emigração de carácter permanente, deixando de fora os movimentos de tipo sazonal e temporário relacionados com este tipo de emigração ou já com a mobilidade laboral no seio dos países da União Europeia. A constatação destas ocorrências vem ampliar a expressão e o significado da emigração portuguesa no seu contexto nacional e internacional e dos seus reflexos sobre a sociedade de origem. Recorde-se que a dimensão deste fenómeno deve ser avaliada em função não só do valor global das saídas, como pela sua extensão no território, reflexos na demografia, na economia e na sociedade portuguesa. Mais ainda, na sua relação de vivência dessas comunidades com as suas sociedades de acolhimento e a sua Pátria de origem.

Na sua relação com um passado mais remoto, um estudo de Godinho (1977, 61) permite evocar a extensão da diáspora lusitana, que teve uma rápida difusão e expressão nos quatro cantos do globo: "De princípio saem para as praças marroquinas, para Madeira e Porto Santo, depois para os Açores e (...) da Guiné algumas centenas por ano (...)". Com o incremento das grandes navegações oceânicas espalham-se, ao sabor dos ventos e das correntes marítimas, pelo mundo inteiro. Assim às marcas da presença portuguesa nas terras descobertas e colonizadas pelos antigos soldados-marinheiros e religiosos-soldados, durante o período das descobertas, juntaram-se mais tarde outros testemunhos trazidos pelos emigrantes que no desejo de ligação à sua terra de origem, incentivaram novos contactos e formas de relação.

Deste fenómeno chegam-nos múltiplos relatos da manutenção dos laços de solidariedade com as sociedades de origem, bem como diversas formas de cooperação traduzidas em transferências monetárias destinadas à aquisição e construção de bens materiais e imobiliários e nas cartas de chamada aos seus familiares e amigos. Em diversas épocas e contextos, com o envio das remessas e o pagamento de favores desenvolve-se o espírito de gratidão e de reconhecimento pelas comunidades emigrantes, ao mesmo tempo que se intensificam novos contactos, sobretudo de natureza comercial e cultural, entre as sociedades de origem e as comunidades emigradas. Vários exemplos comprovam também as preocupações assistenciais, de entre ajuda e de solidariedade social, cultivadas entre os

membros da mesma comunidade imigrante como formas de sobrevivência e de afirmação em contextos societais distintos dos da sociedade materna.

Como assinalado são hoje bastante numerosos os testemunhos da emigração transoceânica existentes em países de imigração, como hospitais, misericórdias e clubes, monumentos, obras sociais e culturais ou simples edificações que recordam, em terra portuguesa e no estrangeiro, as grandes vagas da emigração brasileira, americana e francesa. Outros testemunhos evocam, em símbolos públicos, arruamentos, obras de beneficência e outras, a presença da comunidade emigrante e a gratidão que lhe é votada pelos seus compatriotas.

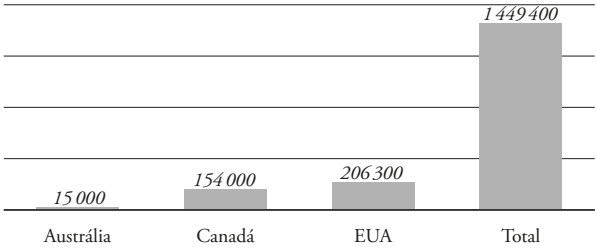
Distribuição geográfica da população portuguesa emigrada em 2010 – há mais de 1 ano

Região	*Nº*
Total	2291695
Europa	1529237
América Norte	384183
América Latina e Caraíbas	299004
África	59672
Oceânia	16406
Ásia	3193

in Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2013) - *Relatório da Emigração*, 45

Estas são algumas das razões que continuam a pesar na emigração dos nossos dias, na escolha de certos destinos e na dimensão das respectivas comunidades de emigrantes. De acordo com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2013, 46) os principais países de residência da população portuguesa emigrada, em 2010, eram os seguintes: EUA: 167000 portugueses; Canadá: 150000; Brasil: 140000; Venezuela: 37000 portugueses.

Cidadãos de origem portuguesa residentes em países da OCDE (2011)



Quanto aos nascidos em Portugal e aos cidadãos de ascendência portuguesa, a sua distribuição confirma a persistência de antigas vagas de emigração - Brasil, Canadá e Venezuela – bem como a reemigração de cidadãos nacionais para outros destinos, como se aponta para o caso da Austrália, a partir essencialmente de Timor.

Países	*Nascidos em PT - a*	*Ascendência PT - b*	*b/a*
Austrália	15328	31271	2,0
Canadá	140310	429850	3,1
EUA	158002	1383560	8,8
Nova Zelândia	195	912	4,7
Brasil	139973	581869	4,2
Venezuela	37000	165498	4,5

in Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2013) - Relatório da Emigração, Quadros 35 e 36

O mosaico de destinos e de países onde se concentra esta população tem variado, em função não só da conjuntura económica e política nacional, como em função dos ciclos de vida da economia mundial e dos seus reflexos nos diversos continentes e países desenvolvidos, em desenvolvimento, emergentes e outros. Apesar das novas realidades alimentadas por ciclos económicos de duração varável mantêm-se manchas de alguma perenidade nos diversos cantos do globo como se observa numa representação gráfica dos finais do século passado.

Os dados oficiais relativos à sua distribuição em 2014[107] confirmam o acréscimo de população portuguesa residente no estrangeiro no decurso da última década e a extensão da nossa diáspora, assim representada: França: 599 milhares; Suíça: 211 milhares; EUA: 177 milhares; Venezuela: 170 milhares; Macau: 165 milhares; Canadá: 140 milhares: Brasil: 138 milhares: Reino Unido: 127 milhares: Angola: 126 milhares: África do Sul: 121 milhares: Luxemburgo: 121 milhares; Espanha: 117 milhares e Alemanha: 107 milhares.

Retalhos do movimento

Com as incertezas inerentes à dimensão e volume de saídas, ritmo, causas imediatas, evolução e destinos, a súmula do movimento transoceânico é fragmentada, correndo por isso o risco de minimizar a sua importância e expressão territorial. Tal é reforçado pela condição e registo de saída dos cidadãos, à partida e nos seus destinos, no que respeita à terminologia oficial das condições de embarque e natureza das viagens. No seu conjunto estas fazem parte das migrações humanas, sendo que as rotas aqui enunciadas devem ser entendidas como exemplos de uma vasta rede que identifica a emigração transoceânica portuguesa e a dispersão das comunidades portuguesas no mundo.

Iniciado na segunda década de Quatrocentos, o êxodo de portugueses acelera-se nos séculos seguintes em função do alargamento das actividades militares, administrativas, comerciais e religiosas no Atlântico, no Índico e no Pacífico. Para finais do século XVI e a transferência do "eixo política colonial do Índico para o Atlântico", os portugueses no continente asiático assumem o papel de uma presença militar associada às actividades mercantis, ao domínio dos mares, à missionação dos habitantes. Em simultâneo, no outro lado do globo, vai-se consolidando a defesa, a ocupação do solo brasileiro, com o aumento de saídas do Reino e a intensificação de novas culturas. A cultura sacarina é disso um bom exemplo.

A este respeito escreveu Pedreira (1998, 446): "No século XVI, a emigração intensificou-se. Em 1540, as cidades fortificadas de Marrocos continham umas 25000 a 30000 pessoas (5000 das quais eram soldados). Nessa altura havia uns 17000 portugueses na Madeira e mais 10000 nas outras ilhas do Atlântico. No Oriente, a população originária do reino não chegou a atingir este número e mais de metade (5000 a 6000) vivia na cidade Goa, dispersando-se os restantes por inúmeras cidades, da Abissínia ao Japão. No Brasil, os brancos ainda não eram mais de 2000. Todos os anos, de 1500 a 1580, 3000 a 5000 portugueses deixaram o país a caminho dos territórios ultramarinos (nos trinta anos que se seguiram à descoberta da rota do Cabo, só a opulência do oriente exerceu o seu poder de atracção sobre cerca de 2000 emigrantes por ano). Calcula-se que durante esse

período, umas 280000 pessoas terão saído, ou seja, o equivalente a uma média anual de 35000".

Prossegue o autor, afirmando: "Nos sessenta anos seguintes, estes números aumentaram para 300000 a 350000 e 5000 e 6000, respectivamente. O Brasil, que contava 20000 colonos originários do reino na década de 80 do século XVI e 50000 em 1610 (além de 120000 escravos negros e índios) já atraía a maior parte do fluxo migratório, ao passo que as possessões espanholas (Rio da Prata e Peru) também tentaram muitos portugueses".

Já depois da Restauração, "em 1640, a emigração abrandou: até ao fim do século, cerca de 120000 pessoas (ou 2000 anualmente) embarcaram, tendo o Brasil como primeiro destino. A corrida ao ouro brasileiro fez aumentar este número para 600000 nos sessenta anos seguintes. A emigração deve ter afrouxado nas décadas de 60 e 70, mas, na viragem do século, a prosperidade comercial voltou a incentivá-la".

A evolução das saídas da população portuguesa do Reino ou já das ilhas atlânticas, menos intensa após a Restauração, é uma consequência da sangria humana e material do período Filipino com as perdas de homens e embarcações nos palcos de guerra de Castela e nas iniciativas bélicas, terrestres e marítimas em que se viram envolvidas as tropas portuguesas. Por isso com o termo do domínio castelhano e das lutas com os holandeses no Brasil, a crise açucareira então registada não foi capaz de atrair grandes contingentes. Mesmo assim entre 1640 e o início da centúria seguinte saldam-se em cerca de 2000 emigrantes/ano, onde estão incluídos colonos madeirenses que o governo de Lisboa incentivou a partir para o Brasil nos finais de Quinhentos devido à crise açucareira na ilha, bem como outros colonos açorianos que no mesmo período rumaram com o mesmo destino ou já para Moçambique.

Noutros momentos da nossa história, tanto a Madeira como os Açores foram exportando "emigrantes para o Brasil e para outras partes do Império" (Marques, 1976.I, 625-626); outros, sobretudo "jovens açorianos e madeirenses em idade militar iam para Angola, como recrutas, quando um novo governador era nomeado, morrendo como tordos com a mudança de clima e alimentação".

Revisitando a nossa história, regista ainda Pedreira (1998, 446):

> "A retirada da família real e da corte para o Rio de Janeiro em 1807 constituiu mais um encorajamento, mas a guerra tornou-se depois um obstáculo à mobilidade. A emigração para o Brasil não foi inibida pelo colapso do antigo sistema colonial nem mesmo pela secessão de laços políticos. Depois da independência, em 1822, cerca de

> 4000 a 5000 portugueses partiam todos os anos para o antigo domínio, uma corrente que mais do que duplicou no ultimo quartel do século XIX."

O transporte marítimo com a utilização da máquina a vapor - responsável pela revolução industrial -, e as carências de mão-de-obra resultantes da abolição da escravatura, da intensificação da colonização e do desenvolvimento dos territórios do continente americano, permitem compensar as deficientes condições de vida, mormente no mundo rural, dominantes em Portugal como noutros países europeus atingidos pelo aumento rápido da sua população e por crises políticas e de subsistência.

Estas situações justificam a enorme participação de europeus nas migrações transoceânicas levando a que, como refere Ladame (1958, 88), só no decurso do século XIX e primeiros anos do seguinte (entre 1815 e 1914), tenham emigrado cerca de 65 milhões de europeus para o continente norte-americano e outros destinos de além-mar. É no entanto difícil estimar os que anteriormente àquela data atravessaram o oceano. Recorrendo ao mesmo autor (op. cit., 424) ficamos a saber que dos 25 milhões de emigrantes que entre 1820 e 1930 emigraram para os destinos ultramarinos, salvo para os EUA, o maior volume de saídas partiu de Espanha: 7,4 milhões; Ilhas Britânicas: 7,3 milhões; Itália: 5,8 milhões; Portugal: 3,5 milhões; Alemanha: 500 milhares; Bélgica e França: 300 milhares; Países Baixos, Escandinávia e Suíça: 200 milhares.

Por sua vez, no período posterior ao da 2ª guerra mundial, entre 1946 e 1955 (op. cit., 453), esse valor foi de apenas 6 milhões: Reino Unido: 1,5 milhões; Itália: 1,2 milhões; Alemanha e Áustria: 1,1 milhões; Países Baixos: 441 milhares; Espanha: 417 milhares, Portugal: 252 milhares. Estes dados traduzem os efeitos deste segundo conflito armado sendo os dados recolhidos por diversos organismos internacionais, nomeadamente pelo *CIME – Comité Intergouvernemental pour les Migrations Européennes*, formalmente constituído em 1954.

A evolução da emigração portuguesa coincidente com a vaga da emigração transoceânica ocorrida entre meados do século XIX e o início da primeira guerra mundial, dirigida para o continente americano, coincide com a substituição da navegação à vela pela máquina a vapor e traduz-se num crescimento gradual do movimento partir de 1860: 27071 emigrantes entre 1860 e 1864 e 135138 emigrantes entre 1895 e 1899. Só em 1895 contabilizaram-se 44746 emigrantes. O ciclo seguinte, de 1901 a 1914, é caracterizado por um crescimento ainda mais intenso passando estas saídas de 115966 entre 1900 e 1904 – com um valor máximo de 42000 emigrantes em 1907 - a 291480 entre 1910 e 1914. Neste período o total

de saídas ascendeu, em 1912, a 89000. A partir de então o movimento decai gradualmente sendo que, durante o 1º conflito mundial, de 1914 a 1918, registaram-se 19000 saídas anuais, valor que entre 1900 e 1913 havia ascendido a 41000.

Ate ao final dos anos vinte a emigração portuguesa sofre novas quebras que se acentuaram com o desemprego que acompanhou a crise económica dos anos trinta e com a paralisação dos transportes marítimos durante a guerra de 1939/45. Comprovam-no as cerca de 8450 saídas legais registadas nesse período, valor que duplicou em 1949 – cerca de 17500 emigrantes – e atingiu os 33664 em 1951. A partir de então a corrente emigratória portuguesa apresenta valores consideráveis, sobretudo depois de 1963 – quase quarenta mil emigrantes, tendo alcançado um máximo de 120239 saídas legais em 1966. O elevado número de saídas clandestinas, sobretudo para a Europa, esbate o interesse pela emigração transoceânica para o Brasil, EUA, Venezuela, Canadá e África do Sul.

Estes valores correspondem a um máximo da emigração portuguesa no período anterior ao primeiro conflito armado, sendo na sua generalidade recuperados meio século depois, quando da vaga de emigração intra-europeia. Registe-se que na continuidade do movimento anterior, durante todo o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a emigração portuguesa teve como principal destino o continente sul-americano, em especial o Brasil.

Uma estimativa relativa às saídas registadas durante a última década do século XIX indica que num total de cerca de 250 milhares de emigrantes saídos de Portugal entre 1891 e 1900 (Serrão, 1972, 151-152), mais 90% encaminharam-se para as terras de Vera Cruz. Estes valores mantiveram-se elevados no período que antecedeu a primeira grande guerra mundial, estimando-se que cerca de 80% dos quase 600 milhares de emigrantes saídos de Portugal neste período, tenham partido para aquele país da América do Sul.

Como justificação deste movimento refere-se a situação económica de Portugal e a intensa propaganda de angariadores e do governo brasileiro para recrutar emigrantes portugueses e de outras nacionalidades destinados a acorrer às necessidades de mão-de-obra do ciclo expansionista do café. Tal justifica a saída de quase meio milhão de portugueses para este país até aos alvores do 1º conflito armado e o seu decréscimo posterior – 233655 emigrantes entre 1920 e 1929 – valor que volta a decrescer entre 1931 e 1950 – 148699 emigrantes para o Brasil. A partir de 1952, data em que se registou um máximo de 41,5 milhares de emigrantes para este país, as saídas para o Brasil decrescem gradualmente para menos de um milhar em 1974. No seu conjunto a análise dos dados acima referidos permite destacar a preferência, quase exclusiva, da emigração portuguesa pelas saídas transoceânicas com

destino ao Brasil, movimento que absorveu quase 90% do total das saídas registadas durante a primeira metade do século XX. Note-se ainda que num total de quase 1,5 milhões de emigrantes, cerca de 89% dirigiram-se para o Brasil, país que durante séculos constituiu o principal destino dos emigrantes portugueses.

Já no contexto geográfico do continente norte-americano, entre os finais do século XIX e o começo do século XX - de 1890 a 1914 -, só os EUA acolheram cerca de 30 milhões de imigrantes. Tratou-se de um período determinante na história da emigração europeia uma vez que este movimento integrou populações de diversos países do norte, do centro e do sul da Europa, denunciando as deficientes condições de vida que então dominavam no velho continente e a forte atracção exercida pela nova sociedade americana.

No que respeita à emigração portuguesa as saídas para este país registadas entre o começo de Novecentos e o princípio da 1ª Guerra, indicam mais de 100 milhares de emigrantes, representando apenas 16% do total arrolado no mesmo período. Depois de então, entre 1915 e 1930, esse valor reduz-se ainda mais: 70,7 milhares, só acusando um acréscimo depois de 1959 e 1960 com 4,5 milhares e 5,6 milhares de emigrantes, respectivamente. Trata-se de um fenómeno associado ao acolhimento especial das vítimas do vulcão dos Capelinhos.

Dos demais países de imigração transoceânica - Canadá, Venezuela e África do Sul - só durante a segunda metade de Novecentos é que referem volumes mais significativos na preferência dos imigrantes portugueses. Contudo, dada a preponderância da emigração brasileira, verifica-se um reduzido número de saídas para estes destinos, que no seu conjunto não representaram mais de 10% do total das saídas ocorridas no decurso da primeira metade dessa centúria. Tal não impediu o fenómeno de reemigração a partir de outros países ou mesmo das terras de Vera Cruz, sobretudo em períodos marcados pela evolução menos acentuada da economia brasileira.

Durante a segunda metade de Novecentos, sobretudo no decurso do seu terceiro quartel (1955 a 1974), a sua variação é orientada em função das preferências pela emigração intra-europeia e do registo das saídas clandestinas, sobretudo para França, antes de serem regularizadas nesse país de destino.

Na sua repartição por países de destino, o contributo de cada um deles é diferenciada em relação à emigração oriunda do continente e das ilhas. A maior relevância dos destinos americanos é justificada pela tradição desse movimento e do acolhimento dado à emigração portuguesa nos EUA e Canadá. A par destes, a Europa surge como o principal concorrente da antiga emigração transoceânica.

Note-se que após a independência dos territórios africanos sob administração

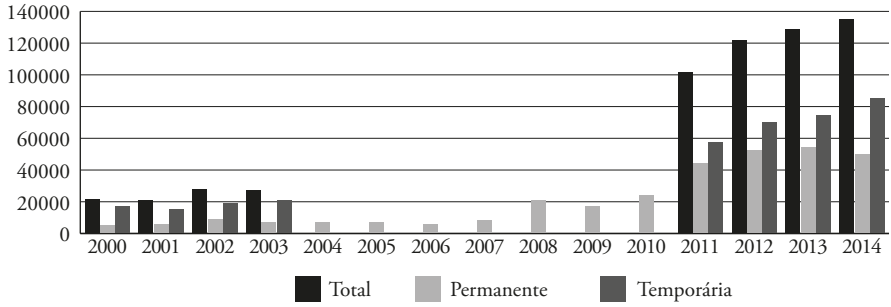
portuguesa e durante o período de conflito armado seguinte, a emigração foi diminuta: 5956 emigrantes entre 1975 e 1988 dos quais, a sua maioria – 79% - partiram param o Brasil; 13% para Angola; 3,9% para Moçambique e 3,7% para Cabo Verde. Depois de então as possibilidades de trabalho noutros continentes e países justifica uma reorientação destes movimentos para Ásia e África, na direcção de antigos territórios sob ocupação portuguesa ou já das economias emergentes do sudeste asiático e de Macau.

Por razões que se prendem com a evolução económica dos países de além-mar e com as necessidades de mão-de-obra sentidas na Europa, os novos destinos da emigração portuguesa traçados desde os finais do século XIX alteraram-se no decurso do século XX, conduzindo à redução drástica da emigração transoceânica em detrimento da emigração intra-europeia. Para isso terão contribuído a proximidade e as facilidades de transporte, os salários e o nível de vida que vieram a fomentar estas saídas em direcção aos países do ocidente europeu.

Tendo em conta as características desta mão-de-obra, fracamente especializada, este movimento alastrou a todas as regiões do país contribuindo para engrossar os contingentes de emigrantes portugueses que se espalharam pelos mais diversos países da Europa e do resto do mundo diversificando os sinais da diáspora brasileira que decorreu até aos anos sessenta do século passado.

Este foi um movimento que afectou tanto o continente como as ilhas do Atlântico, particularmente a Madeira, região que no século passado viu partir um número elevado de habitantes para o Brasil, África do Sul e Venezuela. Neste caso saídos directamente do continente, da Madeira ou mesmo de outros países como o Brasil – em virtude da maior facilidade na obtenção de contractos de trabalho – a emigração para a Venezuela revelou um carácter bastante regular durante o 3º Quartel de Novecentos - entre 1950 e 1975 -, com uma média de 3,5 milhares de saídas anuais. Este mesmo fenómeno foi registado em relação África do Sul.

Emigração portuguesa (2000-2015)



Os aspectos assinalados dizem sobretudo respeito à emigração oficial. Contudo não se pode esquecer que a par desta, a emigração clandestina, não controlada pelas autoridades e conseguida através da acção de engajadores, está primeiramente associada à fuga ao serviço militar e às obrigações estabelecidas pelo Estado em relação à segurança e defesa colectiva das fronteiras e dos cidadãos residentes.

O reconhecimento do volume das saídas ilegais da população portuguesa para destinos transoceânicos está patente na diferente legislação restritiva dessas viagens, facilitadas pela pressão económica interna, desejo de melhoria das condições de vida e analfabetismo da população. A estas condições juntam-se as promessas de familiares, o comprometimento e as facilidades prometidas pelos engajadores, as ofertas das companhias de navegação e dos seus agentes, contribuindo desta forma para engrossar o caudal deste movimento. A este respeito escreveu Godinho (1977, 209): "aos que ansiavam emigrar, na impossibilidade de conseguir a licença legal ou o custo da passagem, restava o recurso de se engajarem como marinheiros das frotas do Brasil e, como único passaporte, a resolução de se evadirem, nos portos de destino".

Aos valores destas saídas registados nos portos do continente e nas ilhas, devemos ainda acrescentar as entradas de nacionais em diversos países de destino, sobretudo no continente americano, decorrentes da reemigração, como sucedeu para os EUA ou mesmo com o desembarque de pescadores e tripulantes de barcos portugueses dedicados à pesca do bacalhau, quando da sua passagem pelo Canadá. A referência a este tipo de movimentos por parte de O. Martins (1956); V. M. Godinho (1977); Evangelista (1971) – mostra como esta coexistiu, primeiro para o Brasil e outros países do continente norte-americano e mais tarde para a Europa, evoluindo de forma crescente, apoiado por redes de engajadores e ultrapassando as dificuldades impostas pelas restrições legais.

A constatação desta realidade é registada por O. Martins (1956) que em finais de Oitocentos assinala a importância destas saídas a partir dos portos da Galiza, especialmente de Vigo, de onde embarcavam grandes contingentes de emigrantes portugueses, "algum grupo de pobres diabos (...) porque os não deixam embarcar em Lisboa ou Leixões". Por sua vez V. M. Godinho (1977, 209) dá-nos conta da "deserção dos próprios marinheiros, que, ao chegar aos portos do Brasil, largavam para as Minas".

À data mais do que a expressão da "desordem crescente da economia social portuguesa" (Martins, 1956) a emigração clandestina traduz a complexidade da burocracia nacional e a cumplicidade de vários atores no processo de expatriamento

da população jovem e adulta, do seu país de origem. Tal obriga ao revisitar das teias de segurança e repressão, dominantes no passado, bem como as histórias dramáticas inscritas no capítulo da emigração portuguesa.

Assim o recorda M. Alegre[108]: "Vão-se os homens desta terra. / Ficam cabras sem pastores / ficam terras sem seus donos. / Fica no ar um soluço / na parede uma guitarra. / Às vezes uma espingarda / E nas mãos das mulheres ficam sombras. / Às vezes uma rosa. / Às vezes coisa nenhuma. / Vão-se os homens desta terra (...)".

Em todas as ocasiões, com a saída dos homens desta terra fica a esperança amarrada aos troncos e às sombras que em locais inóspitos ou já nas grandes urbes, se alimentam de sonhos de inquietação e promessas dos que são obrigados a partir.

Sociedades e associações

A existência de comunidades portuguesas em diversas partes do globo está associada à preocupação dos seus membros em fomentar a solidariedade entre si, reforçando os traços culturais, cívicos e religiosos da sociedade de origem. Para Serrão (2006.I, 236) o "agrupamento de várias pessoas com o objecto de alcançar resultados que excedam aquelas que conseguiriam com as suas actividades individuais" constitui um dos objectivos das associações, que permitem uma interacção social mais intensa e duradoura no âmbito da sua actuação.

As estruturas mais antigas promotoras dessas relações andam ligadas à missão da Igreja, às práticas religiosas dos fregueses, às obras de beneficência pregadas pela doutrina Cristã bem como à transmissão de valores culturais ligadas à música, folclore e às festividades populares. O crescimento dessas comunidades e o enriquecimento de algumas delas permitem ampliar o leque das preocupações solidárias integrando-as em organizações específicas com capacidade de intervenção na sociedade civil.

Associações de beneficência

A presença de sociedades de filantropia e beneficência, de associações religiosas, irmandades e confrarias, de mútuas de auxílio comum e outras, antecede o universo dos agrupamentos de natureza cultural, recreativa e desportiva que animam as comunidades de portugueses residentes no estrangeiro. As primeiras estão fortemente ligadas à Igreja e à sua missão junto das comunidades imigrantes, "criando organismos e actividades de assistência e acolhimento"[109]; as segundas resultam do envolvimento da sociedade civil promovendo o convívio entre cidadãos da mesma e origem e/ou nacionalidade, o bem-estar e a cultura de valores comuns. Estas permitem o desenvolvimento de estratégias na defesa

de interesses colectivos, a médio e a longo prazo consubstanciadas, muitas vezes, em obras materiais de longa duração e alcance fora dos limites geográficos onde estão estabelecidas.

Na sua relação com a emigração e com outros fenómenos sociais, este assunto permite leituras distintas consoante a postura científica e a perspectiva metodológica que adoptamos. Tomando em conta este movimento na sua evolução e características fundamentais, podemos assinalar:

- a sua natureza como fenómeno colectivo, revelado pelos enormes contingentes de saídas ao longo do tempo;
- a existência de uma consciência colectiva, traduzida nas vivências individuais e grupais dos emigrantes afectados por estes movimentos, que se repercutem nos modos de vida das comunidades;
- a identidade desses contingentes, realçada pela sua composição e origem geográfica, social e cultural, frequentemente assinaladas pela forte concentração de habitantes da mesma terra ou região;
- a solidariedade das comunidades emigrantes manifestada nas associações e nas suas ligações à sociedade de origem.

Tendo presente o caso do Brasil, assinala Fonseca (2009, 225) que, "Para os estrangeiros em geral, e os portugueses em particular, a associação era uma estratégia útil individual e colectiva, tanto frente ao governo brasileiro como ao do seu país de origem. Na medida em que a emigração 'desmancha' laços com a comunidade de nascimento – mesmo no caso de emigração familiar, e se sabe que esse não é o modelo predominante no caso português, a família que migra é aquela nuclear, próxima, e o isolamento e solidão frente aos problemas que a vida apresenta são comummente minorados pela associação com os patrícios, sejam eles os próximos, da mesma cidade ou aldeia, ou, pelo menos, da mesma pátria".

Para lá destes aspectos é de salientar que na ausência de um sistema de segurança social ou de protecção na doença, velhice e infortúnio, os objectivos destas associações começaram por incluir aspectos contemplados nas Irmandades, baseadas nas obras de misericórdia, tais como (op. cit., 226): "o que era considerado 'socorros', por exemplo, benefícios em períodos de inactividade por doença ou acidente, ajudas para funeral e luto, do associado ou alguém da sua família, assistência médica e farmacêutica, assistência jurídica, auxílio para viagem ao interior ou exterior por motivos de saúde, fianças para o exercício

de actividades profissionais ou para contratação de aluguer de residência e pequenos empréstimos, até às chamadas 'beneficências', principalmente pensões, para pessoas inválidas para o trabalho ou presos, e pensões ou heranças para os familiares, em casos de morte do sócio, além de oferecerem ocasiões de convívio, principalmente em dias de festa, e a manter a biblioteca".

A fundação de sociedades de beneficência, como as que foram criadas no Rio de Janeiro a partir de 1840, corresponde a uma necessidade registada por grupos da sociedade brasileira, portugueses e brasileiros, no sentido de alargar a sua missão de apoio junto da população imigrante. Esta acção visava complementar, conjuntamente com outras entidades – caso da Associação Beneficente Luso-Brasileira (1872) – ou em substituição da resposta das Misericórdias, das Ordens Terceiras ou mesmo das Irmandades, a sua intervenção pública. Do referido autor (Fonseca, 2009, 227), transcrevemos uma relação de algumas associações portuguesas no Brasil criadas depois da sua independência.

Associação Beneficiente Protectora da Colónia Portuguesa	29/06/1884
Assoc. Portuguesa de Beneficiência Luis de Camões	10/06/1980
Centro Beneficiente da Colónia Portuguesa	24/05/1896
Centro Beneficiente dos Monarquistas Portugueses	05/07/1908
Congregação dos Artistas Portugueses	28/09/1883
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	08/07/1882
Liga Monárquica D. Manuel II[110]	
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	26/05/1863
Real Centro da Colónia Portuguesa (do Rio de Janeiro)	13/12/1892
Sociedade Fraternidade Açoriana	15/08/1881
Soc. Port. Caixa de Socorros D. Pedro I V, Real e Benemérito	31/05/1863
União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos	18/08/1907

Entre as margens da primeira década de Novecentos e o começo do nosso século, encontramos em leque variado de estudos e de iniciativas relacionadas com a evolução e distribuição, a vida social e cultural, as actividades económicas, as realizações culturais e a vida associativa das comunidades portuguesas no estrangeiro. Esses estudos versam aspectos singulares deste movimento e a sua interligação com outras comunidades migrantes e as sociedades de acolhimento, nomeadamente no que respeita a "transplantações de uma mesma comunidade de origem" (M.B. Rocha-Trindade, 2015, 311).

Associações recreativas

Apreciados alguns aspectos relacionados com os traços gerais dos movimentos de saída da população portuguesa, importa destacar o contexto social e cultural em que estas populações se movimentaram. Dada a configuração geral da sociedade portuguesa, descrita por S. Nunes (1964) como uma sociedade dualista, as referências culturais desta população eram, na sua grande maioria de origem rural, de onde saíram os maiores contingentes. Referimo-nos ao êxodo rural responsável pelo esvaziamento ou desertificação do território e à emigração maciça que nos períodos áureos da emigração brasileira registada na transição de Oitocentos para Novecentos, afectou todo o território nacional.

São as referências culturais de uma sociedade rural, iletrada e pouco desenvolvida que transportam as comunidades migrantes e que ditam a sua sobrevivência no seio das sociedades de acolhimento através do reforço da consciência colectiva. Perante esta situação as comunidades imigrantes reagem por iniciativa própria, criando as suas próprias instituições que tendem a preservar os traços de uma cultura deixada na pátria de origem e que se tenta conservar e transmitir às gerações mais novas, em processos de socialização familiar e associativa.

Tomamos como exemplo as associações com fins de beneficência que foram importadas com a Corte para o Brasil e que até à independência deste país permitiu a constituição de mais de uma centena de Santas Casas da Misericórdia, subsidiárias da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Destinadas a dar apoio aos emigrantes necessitados e mais tarde a todos os irmãos da Irmandade e à população em geral, estas instituições tendem a garantir a sua acção noutros contextos e comunidades portuguesas. Refere-se Dias (1987, 28) ao contributo das "sociedades fraternais" como "como um dos mais poderosos mecanismos de entreajuda e convívio dentro da comunidade portuguesa" que evoluíram de "associações de socorros mútuos" a "centros culturais recreativos", com organizações próprias e públicos distintos.

Para além destas associações múltiplos exemplos de outras instituições que se dedicaram à preservação dos traços culturais e recreativos, de que se toma como exemplo o Gabinete Português de Leitura, fundado em 1853. Outras associações mais recentes encontram-se largamente espalhadas pelos países de imigração, geralmente ligadas a actividades diversificadas como o desporto-rei; a etnografia, com escolas de dança e ranchos folclóricos; a música tradicional portuguesa e, muitas delas, promovendo o ensino da língua e da cultura portuguesa particularmente a partir da segunda metade de Novecentos.

A este respeito assinala Dias (1987, 22) que "a manutenção da identidade cultural numa ambivalência culturalmente adversa tem sido sempre uma constante na existência dos grupos emigrantes portugueses. É fácil de compreender como o alheamento linguístico e sócio-cultural em relação à sociedade (...) circundante consolida a perduração de muitas atitudes e tradições trazidas do outro local do Atlântico. Na sua ausência um vácuo espiritual e mesmo social difícil de suportar ter-se-ia inevitavelmente criado". No seu contexto norte-americano cita (loc. cit.) como exemplos as festas religiosas, os grupos folclóricos, as cantorias regionais e muitas outras manifestações evocativas das terras de origem alimentadas pelo domínio da língua-mãe (op. cit., 24) ou já pelo domínio de um "português do emigrante (...) inevitavelmente marcado pelo idioma do país de acolhimento".

Em estudo específico sobre os "falares emigreses", Dias (1989, 7) identifica os vocábulos e as expressões usadas pelas comunidades após a sua fixação nos países de acolhimento que o autor considera como "lexemas", com "um certo grau de nativização". Como exemplo assinala o autor o designado "portinglês" (op. cit., 47), falado nos Estados Unidos e no Havai há quase dois séculos, surgindo como "a mais antiga e ossificada forma do 'emigrês', com uma gama de fenómenos fonéticos, morfológicos, sintácticos e semânticos só aproximada pelo portufrancês", usados em "textos poéticos artigos de jornal e actas referentes a reuniões de tipo fraternalista" (loc. cit.).

Como foi dito algumas destas associações prolongam a acção da Igreja e das comunidades religiosas imigradas. Estas tendem a reproduzir localmente as inúmeras celebrações e festas religiosas que têm lugar no país de origem dos emigrantes e que se registam desde a chegada das primeiras armadas aos portos de destino levando consigo padres seculares e religiosos de diferentes ordens que as acompanham. Para M. B. Rocha-Trindade (2015, 387), "o papel tradicional da Festa é o de localizar, em dado espaço e tempo, um pretexto de evasão à rotina e ao quotidiano: evasão explícita, visível, e tanto mais assumida quanto maior for a dimensão do colectivo que conseguir afastar das ocupações habituais". Assim acontece com as festividades religiosas em honra dos Santos e Patronos, de datas religiosas festivas ou em comemoração de dia festivo.

Sobre o registo destas celebrações em Goa e na Ásia portuguesa, diz-nos Zupanov[111] que as festas e as procissões "eram actos sociais com uma grande exaltação simbólica e ideológica que visava fortificar a solidariedade comunitária e, ao mesmo tempo, abrir um espaço 'de reflexão', encorajando a integração de novos actores sociais".

Não pretendemos entrar no domínio da afectividade, das promessas, dos contributos e da participação social e cívica da população emigrante em obras de índole comunitária orientadas para a população local, ou mesmo para as comunidades emigrantes da mesma ou de outras nacionalidades. Recordá-lo exigiria um levantamento exaustivo das situações concretas vividas ao longo de séculos em terras da emigração e nos países que acolhem as colectividades de imigrantes. Salientamos mesmo assim que muitas dessas realizações são vocacionadas para a recolha de fundos destinados a projectos concretos de natureza social destinados aos parentes, a amigos e à comunidade da mesma terra e lugar. O exemplo apontado por M. Rocha Trindade (1986, 153) sobre o caso do Hospital de Celas em Coimbra, constitui um bom exemplo:

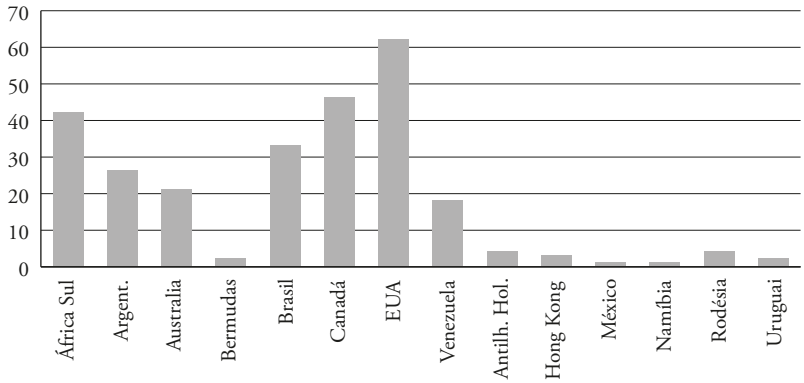
> "A criação do Hospital-Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil, em Coimbra, por doação de terrenos, imóveis e bens móveis da Quinta dos Vales, feita pela Assistência da Colónia Portuguesa do Brasil aos Órfãos da Grande Guerra (1931). Pelo decreto segundo o qual o Governo Português aceita a doação, além daqueles órfãos e dos combatentes da Grande Guerra, têm admissão preferencial no Hospital os portugueses residentes no Brasil e os seus filhos, quando aqui residentes;
> A iniciativa da Liga Propulsora da Instrução em Portugal, criada sob os auspícios da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, atribuindo o património reunido de 600 contos à construção de «edifícios escolares higiénicos e modernos nas terras mais afastadas dos centros principais e menos beneficiadas pelo ensino oficial» (1930?). Foram assim criadas, pelo menos, cinco escolas em Freixo de Numão, Vilar Formoso (distrito da Guarda), Camarneira, Avelãs de Caminho (distrito de Coimbra) e Rio de Moinhos (distrito de Viseu) (Nuno Simões, 1934) (...)."

Para além deste exemplo não raro é vermos uma participação cívica alargada da comunidade emigrante em torno de projectos de índole religiosa, como por exemplo a construção ou beneficiação de templos religiosos; a criação de grupos recreativos, como ranchos e filarmónicas ou de projectos assistenciais, como lares e residências destinadas à população idosa; de afiliação desportiva em torno de um clube de renome, ou até de defesa gastronómica e de outros aspectos de natureza social. Esta participação reflecte os laços de solidariedade, identidade e pertença da comunidade emigrante, que através de dádivas reforçam entre si os laços de solidariedade e as determinantes de uma consciência colectiva e da coesão social, que estreitam os laços de familiaridade entre os membros do mesmo grupo.

Exemplos vários dão-nos conta de digressões de ranchos, de bandas de música popular, grupos desportivos e outros, que participam em iniciativas específicas orientadas para a divulgação da cultura autóctone, junto das sociedades de acolhimento, de comunidades imigrantes e da comunidade nacional emigrada independentemente das suas origens e proveniências. Em datas festivas, como no Dia das Comunidades[112], é o poder político que incentiva algumas dessas deslocações com a realização de conferências, exposições e outras iniciativas que promovem o ser, o sentir, o espírito colectivo e de grupo da população emigrada e a sua valorização junto das sociedades de acolhimento.

Não raro, vemos nos actores envolvidos neste fenómeno uma redefinição de papéis sociais reveladores de uma ascensão social permitida pela mobilidade geográfica das migrações, pelo fruto do trabalho realizado e pelos resultados económicos obtidos por indivíduos, que sendo oriundos da base da escala social dominante no seu país, conseguem atingir lugares cimeiros no rol ordenado de empresários em certos sectores de actividade e da vida económica.

Associações de origem portuguesa em países de imigração (1981)



O panorama da nossa emigração oferece muitas imagens sugestivas da meritocracia imigrante e do reconhecimento das sociedades de acolhimento em relação a esses cidadãos do mundo. É o caso de diversas situações relativas às antigas e às novas gerações de emigrantes, muitos deles totalmente integrados nas sociedades de acolhimento e com uma participação económica, cívica e política digna de realce.

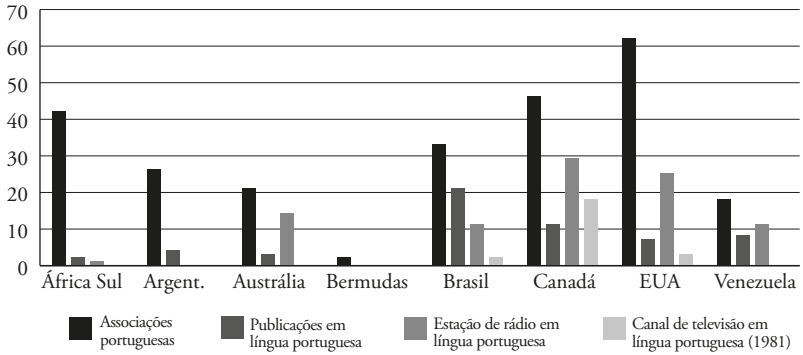
Note-se que o distanciamento da terra e da sociedade de origem tem sido um fenómeno sentido e reforçado durante séculos desde as grandes viagens transoceânicas, aos primeiros tempos da emigração europeia. Com a melhoria das re-

des de viagem e de comunicação entre os cidadãos emigrantes, os familiares e amigos, a terra natal e a nossa sociedade, tais manifestações ganham hoje em dia novos contornos com a procura crescente das raízes familiares, da nacionalidade portuguesa ou da busca de outras referências culturais que se julgavam perdidas para sempre. Acontece que a procura dessas raízes reforça os sentimentos de identidade, de pertença e de cidadania entre os grupos e junto das sociedades de acolhimento.

Num estudo sobre as comunidades portuguesas no Brasil, Schimiti (1985, 13) regista o seguinte: "É comum, ao chegar a um país diferente, que o imigrante sinta saudades de sua terra: são os lugares em que nasceu, são as brincadeiras infantis, são os momentos em que passou junto de amigos, são as comidas típicas, são as músicas que afloram à sua mente; isto faz com que procure algo, aqui, que lhe faça lembrar as coisas de lá. Assim sendo, grande parte dos portugueses que chegaram ao Paraná, procuraram organizar-se formando Associações Portuguesas, ou ainda Associações Luso-Brasileiras que pudessem congregar membros com objectivos claros: fazer reviver as imagens de Portugal, além de propiciar momentos de lazer (...)".

Estas são algumas da razões que justificam o número e a diversidade de associações de portugueses nos diversos cantos do globo, animadas por comunidades de cidadãos com origens sociais e geográficas distintas, mas reforçadas pelos mesmos sentimentos de identidade e pertença com os seus concidadãos. Como nota M. B. Rocha-Trindade (2015, 637-38), "É óbvio que, nas Comunidades mais antigas e de maior dimensão, se torna mais fácil exprimir e manter laços identitários relativos às origens, fruto em particular do maior grau de organização, solidez e número das suas estruturas associativas (formal ou formalmente constituídas) as quais tendem a reforçar mais fortemente os laços, tanto oficiais como afectivos, com a Pátria ancestral". Nestes casos os elos de confiança mútua estão reforçados pela sua vivência diária e dedicação às causas e assuntos comuns, às reuniões e festas regulares, às manifestações públicas em que concorrem na defesa das tradições e do prestígio alcançado, muitas vezes, pelos seus membros e antecessores. Contam-se, nestes exemplos, certas festividades religiosas e cívicas importadas do país de origem e valorizadas pelos portugueses da Diáspora.

Associações de origem portuguesa em países de imigração (1981)



O levantamento da rede de associações de portugueses no estrangeiro, muitas delas mais do que centenárias, evidencia justamente os laços de solidariedade efectiva que continuam a unir os membros da diáspora lusa aos seus concidadãos residentes no solo pátrio.

Atestam ainda o sentimento de saudade expresso por Almeida Garrett (Cabral, 1985): "Saudade! Gosto amargo de infelizes,/ Delicioso pungir de acerbo espinho,/ Que me estás repassando o íntimo peito / com dor que os seios d'alma dilacera, / - Mas dor que tem prazeres – Saudade!"

Tropicalidades e mestiçagem

Um dos traços conhecidos da presença dos portugueses no mundo tem sido a sua capacidade de adaptação ao meio e de relacionamento com as sociedades locais. No caso da emigração transoceânica portuguesa, iniciada com as descobertas e a ocupação do mundo tropical, o contacto com a população negra e de outras raças permitiu o cruzamento entre a população deslocada e a população autóctone, o que constitui um dos traços de identidade da diáspora portuguesa. Com efeito tão relevante como foi a descoberta, a presença portuguesa em África e no Brasil, na Índia, em Malaca, Timor e Macau, além de garantir um conhecimento mais vasto do globo, da sua geografia e clima, da sua vegetação e populações, promoveu o encontro com povos e civilizações diferentes das do velho torrão lusitano.

Tomando como exemplo um texto de O. Ribeiro (1970, 267) sobre as margens do Atlântico, refere o autor os casos de Angola e de Cabo Verde, com contactos entre os portugueses e nativos "e, como em toda a parte, os Mestiços servem de elo entre as duas raças; Mulatos da terra e Crioulos de Cabo Verde, que as suas ilhas inóspitas compelem ao trabalho na terra alheia". Na sua convivência diária e nas relações forçadas de uma estratificação social dominante, assente no binómio dono/escravo, ou já no reconhecimento de outros traços humanos e culturais específicos, o cruzamento destas populações é particularmente relevante nas áreas intertropicais e de clima subtropical.

Dando como exemplo o caso de África assinala o referido autor (op. cit., 280) que dos primeiros contactos entre a população autóctone e os seus visitantes resultou "um enriquecimento do seu património agrário e a introdução no mundo negro de elementos de civilização superior. Os mais antigos, levados pelo Islame; os mais recentes, trazidos sucessivamente por povos do Ocidente". Daqui decorre um encontro extremo, em determinadas condições (loc. cit.), onde "o reverso da medalha foi a escravatura e a sua herança de trabalho compulsivo", dominante depois da sua abolição.

Na sua percepção do encontro com os novos mundos e na sua relação com os gentios, o povo dos Descobrimentos estava imbuído dos sentimentos da superioridade das armas, da cor, da religião e da "consciência do domínio do senhor sobre o escravo" (op. cit., 270). Não obstante as diferenças fisionómicas e culturais, a atracção física entre sexos deu origem à troca de genes e de patrimónios entre habitantes de raças distintas, fenómeno que acompanha a colonização e a emigração transoceânica portuguesa estando na origem do desenvolvimento de diversas nações. *O Brasil*, de Darcy Ribeiro (1970), constitui um bom exemplo.

Neste mundo novo se nalguns casos persistiu a "acção coerciva de um poder superior", o modelo utilitarista de aproveitamento da mão-de-obra escrava - baseado no "sistema efectivo de dominação" (Claval, 1987, 418) como sucedeu em África e no Brasil -, foi preponderante. Já no Oriente os portugueses depararam com civilizações diferenciadas e domínios de navegação distintos sugerindo, para além do uso do poder das armas, o estabelecimento de relações de amizade (e interesse) com os povos locais. A este respeito Claval (op. cit., 417) faz notar que o ajustamento das vontades para uma vida social passa não só pelo exercício de autoridade e dominação, mas ainda pela "adesão voluntária a normas comuns de comportamento" e da "procura egoísta de satisfações pessoais" (loc. cit.). Neste domínio a área de expansão dos descobrimentos alargou-se por uma zona vasta do mundo africano, asiático e americano, delimitada pelos trópicos, facilitando o cruzamento precoce desta população com os nativos e os residentes. Tal faz parte dos testemunhos da colonização portuguesa em todas essas paragens.

Como tema recorrente na história da expansão portuguesa ele interessa à geografia, como elemento estruturante do processo de povoamento em que as diferenças de cor não impedem a procriação e o acréscimo da população. Tal foi evidente em contextos geográficos distintos, abarcando quer a população branca de origem portuguesa, quer a população escrava sujeita às mesmas regras e costumes. Pela sua incidência no mundo intertropical podemos associar este fenómeno a manifestações de tropicalidade, em que os atores envolvidos: cidadãos brancos, escravos negros e índios nativos, cruzam-se num processo de mobilidade geográfica e social onde a cor da pele torna evidente a ancestralidade do fenómeno e os privilégios inerentes a essa situação.

Situando-nos no Brasil o cruzamento entre raças distintas deu origem a uma miscigenação, onde o *mulato* traduz a união entre a população branca e a negra; o *cafuzo*, a união entre a população negra e o índio nativo e o *mameluco*; o mestiço resultante da união entre a população branca e o índio. A propósito da incidência deste fenómeno em África e às relações estabelecidas entre este continente

e o continente americano, escreve Pantoja (2004, 117) que estas relações atlânticas "atestam, acima de tudo, a construção de uma cultura africana, fundamentalmente litorânea, resultante em parte das formas com que essas conexões se fizeram, desde o final do século XVI e primórdios do XVII, e da saída em grande escala de africanos para os litorais europeu e americano".

A continuidade destes movimentos e a sua evolução até à abolição do tráfico esclavagista, em Oitocentos, permite a mistura de raças, povos e nalguns casos, de religião, num processo contínuo de miscigenação humana e cultural. Nestas circunstâncias a associação deste tema com o da mobilidade humana sugere-nos outras reflexões relativas a contextos históricos e geográficos associados a esta constante da sociedade portuguesa, a emigração. Não cabendo agora discuti-los importa recordar que, numa primeira fase, este processo ficou marcado pelas grandes navegações marítimas dos finais de Quatrocentos e de Quinhentos e pelo estabelecimento de diversas relações - de natureza étnica, cultural e outras - com os povos autóctones.

A partir de Seiscentos, quando da intensificação da exploração dos recursos naturais e do aumento das migrações familiares e de trabalho, tal situação foi acompanhada da emigração maciça, por razões económicas e tantas vezes políticas e religiosas, que acompanham este movimento. As necessidades de mão-de-obra registadas continuamente em algumas dessas paragens levam ao desenvolvimento de comunidades de nacionais e à intensificação do cruzamento com os povos locais e com outros colonos aí residentes.

Complementarmente a estes fenómenos relacionados com os movimentos de saída da população portuguesa é de considerar o processo inverso de arrastamento de populações indígenas para o Reino - em situações de apresamento e de escravatura -, destinado a colmatar as deficiências de mão-de-obra causadas pelas saídas dos habitantes do continente e das Ilhas do Atlântico. Assim o descreve Garcia de Resende (1534, Miscelânea. *in* Rocha, A. C. 1979): "Vimos muito espalhar / Portugueses no viver,/ Brasil, ilhas povoar, / E às Índias ir morar, / Natureza lhes esquecer". Noutros momentos da nossa História encontramos situações relacionadas com o acolhimento e a fixação de cidadãos de várias nacionalidades, que na época actual têm tido grande expressão na imigração estrangeira em Portugal.

Relembrar alguns aspectos destas migrações é uma oportunidade de evocar o processo de mestiçagem, inicialmente entendido como um cruzamento de populações de raças diferentes e com os nascimentos decorrentes dessa união. Mais do que uma combinação étnica, a mestiçagem é um processo cultural com dife-

rentes leituras e resultados. Entendida por Seibert (2014, 43) como "caldeamento cultural", deu origem a sociedades marcadas por um processo de crioulização, durante o qual (loc. cit.) "identidades étnicas desapareceram e são substituídas por uma única nova identidade étnica" assinalada pela conservação da matriz e estruturas de base europeia e pelas marcas africanas incorporadas. Para Darcy Ribeiro (1970), "A mestiçagem é a democracia social em sua expressão mais pura".

Exemplos de uma "mestiçagem linguística" registados junto da população lusa emigrada nos E.U.A. e noutros países de imigração, são referidos por Dias (1989, 61) como "falares híbridos no seio das comunidades portuguesas". No seu entender tal decorre da construção de um novo dialecto "da língua nativa entre um grupo minoritário estabelecido numa região onde prevaleça outro idioma", o "emigrês". Mais ainda, esclarece o autor (op. cit., 69) que a "génese de variantes emigresas representa uma inevitabilidade da vivência na diáspora" de que apresenta como exemplos, em países de imigração transoceânica portuguesa, o "portafricânder", da África do Sul e o "portinglês" da costa leste dos EUA, leste do Canadá e Hawai. Ambos estão em evolução, há quase dois séculos de presença maciça dos portugueses nestes países.

Noutros contextos de viagem o contacto entre dominadores e dominados deu origem aos "crioulos de base portuguesa", assim definidos por D. Pereira[113]: "Os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilingues relativamente estáveis". Assinala a mesma autora (loc. cit.) que estes "são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação", dando como exemplo os seguintes:

- Crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa) e os do Golfo da Guiné (em S. Tomé, Príncipe e Ano Bom);
- Indo-portugueses os crioulos da Índia (de Diu, Damão, Bombaim, Chaul, Korlai, Mangalor, Cananor, Tellicherry, Mahé, Cochim, Vaipim e Quilom e da Costa de Coromandel e de Bengala) e os crioulos do Sri-Lanka, antigo Ceilão (Trincomalee e Batticaloa, Mannar e zona de Puttallam). Quanto a Goa (na Índia), é discutível se aí se terá formado um crioulo de base portuguesa. Theban (1985) e Tomás (1995) consideram, contrariamente a Holm (1989) e Clemens (1996, 2000), que a pressão muito forte do português, língua oficial e de instrução, teria impedido a formação de um crioulo em Goa.

- Na Ásia surgiram ainda crioulos de base portuguesa na Malásia (Malaca, Kuala Lumpur e Singapura) e em algumas ilhas da Indonésia (Java, Flores, Ternate, Ambom, Macassar e Timor) conhecidos sob a designação de Malaio-portugueses.
- Os crioulos Sino-portugueses são os de Macau e Hong-Kong.
- Na América encontramos ainda um crioulo que se poderá considerar de base ibérica, já que o português partilha com o castelhano a origem de uma grande parte do léxico (o Papiamento de Curaçau, Aruba e Bonaire, nas Antilhas) e um outro crioulo no Suriname, o Saramacano, que, sendo de base inglesa, manifesta no seu léxico uma forte influência portuguesa.
- Alguns autores referem-se a variedades de um semi-crioulo de base portuguesa no Brasil e a variedades dialectais afro-brasileiras que corresponderiam a uma fase avançada de descrioulização de antigos crioulos, como a de Helvécia."

Noutros contextos de viagem (loc. cit.) assinala a autora que, "Sendo a língua-base aquela que dá o léxico, podemos encontrar crioulos de diferentes bases: de base inglesa (como o Krio da Serra Leoa), de base francesa (como o crioulo das Seychelles), de base árabe (como o Kinubi do Uganda e do Quénia) ou outra".

Os exemplos retirados das migrações de portugueses no mundo e do seu contacto com outras civilizações permite a Seibert (2014, 45) distinguir os espaços desabitados das ilhas atlânticas, com o poder da população branca nas sociedades já constituídas, onde se registou uma interacção com a matriz e as estruturas existentes. Refere como exemplos a assimilação, característica da emigração dos europeus para os EUA durante as migrações maciças dos finais do século XIX ao início do século seguinte, com a americanização de diferentes gerações de europeus e a força da assimilação cultural na construção da sociedade americana. Porventura o exemplo do Canadá sugere a construção de grandes comunidades nacionais que estão na origem de diferentes estados.

Por sua vez a colonização levada a cabo pelos portugueses no sul desse continente e noutras paragens, está na origem da construção de novas sociedades e culturas resultantes da miscigenação de diferentes grupos raciais e étnicos. Uma referência a essa combinação genética e cultural é retratada por Darcy Ribeiro (1970), que a propósito das origens do povo brasileiro, escreveu o seguinte: "Nós, brasileiros, somos um povo sem ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si (...). Assim foi até se definir como uma nova iden-

tidade étnico-nacional, a de brasileiros (...)".

Como resultado deste encontro nasceram gerações de mestiços, mulatos, mistos (e de cidadãos com outras designações) - que preenchem o imaginário popular e textos científicos -, retratados em tantas obras de natureza etnográfica, literária e artística que fazem parte do acervo cultural das populações de origem portuguesa.

Não cabendo relembrá-las é oportuno evocar alguns testemunhos desse processo de mestiçagem étnica e cultural resultante da emigração portuguesa e da imigração estrangeira em Portugal. Inscritos em cenários regionais tão diversificados, podemos apenas assinalar que os traços comuns destes movimentos deixam marcas específicas de apreciação e/ou de vivência de um longo processo sistémico de interacção física e cultural que identifica a mestiçagem de origem portuguesa. Trata-se de um processo complexo que resulta do encontro e da articulação de sistemas sociais e de culturas diferenciadas, no tempo e no espaço, no território nacional e em muitas paragens onde se cruzam populações que partilham traços comuns de uma mesma cultura e civilização: os crioulos.

Completando o já assinalado a propósito da lusofonia e da importância da língua na tessitura dos países lusófonos, evoca-se uma vez mais M. Pérez (2000) para ilustrar a extensão dos crioulos de origem portuguesa, tais como: "créoles indo-portugais (ou Sud-Ouest asiatique : Diu, Damão, Srilanka) et créoles malaio-portugais (Extrême-Orient : Java, Flores, Malacca, Singapour, Timor)".

Conforme foi assinalado, evocar as situações relacionadas com a crioulização e a mestiçagem da população de origem portuguesa obriga a uma referência ao fenómeno das migrações e à evolução destes movimentos que desde o início do século XV, data da descoberta das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, estiveram na origem da saída constante da nossa população para África, para as Índias Orientais e para o Brasil. Esta situação levou Garcia de Resende (1470-1536)[114] a evocar tais saídas bem como a presença de inúmeros cativos Reino: "Vimos muito espalhar / portugueses no viver, / Brasil, ilhas povoar, / e às Índias ir morar, / natureza lhes esquecer. / Vimos no reino meter / tantos cativos crescer, / e irem-se os naturais, / que se assim for,/ serão mais / eles que nós, a meu ver".

O antigo fenómeno de despovoamento do Reino foi retratado por Sá de Miranda (1481-1558)[115] ao assinalar: "Não me temo de Castela, / donde inda guerra não soa; / mas temo-me de Lisboa, / que, ao cheiro desta canela, / o Reino nos despovoa (...)". Esta situação acentuou-se com o incremento das saídas da população portuguesa após o "rush" mineiro, estando na origem do fenómeno

colectivo da emigração brasileira.

No auge deste movimento, Guerra Junqueiro (*Finis Patriae*) descreve a extensão deste movimento em solo pátrio, nos seguintes termos: "Olhai, olhai, vão em manadas / Os emigrantes... / Uivos de dó pelas estradas, / Junto dos cais, nas amuradas / Das naus distantes... / Velhinhas, noivas e crianças, / Senhor! Senhor! / Ao voar das últimas espr'anças/ Crispam as mãos, mordendo as tranças, / Loucas de dor! / Lá vão levados, vão levados, / Pelo mar alto... / (...) / Lá vão levados, mar sem fundo, / Longe das noivas e dos pais!... / Terras, Jesus! nos fins do mundo... / Voltarão? Quando, mar profundo? / Jamais! Jamais!"

A dimensão das saídas, então justificadas pelo enriquecimento obtido além-mar, é retratada por Filinto Elísio (1734-1819, Obras, vol. III)[116], na situação do brasileiro de torna viagem - o rico de Samardã: "Saiu da Samardã certo pedreiro,/ faminto de ouro, em busca da fortuna. / Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas / e lida e fossa e sua, arranca à Terra / o luzente metal, que o vulgo adora. / Vem rico à Samardã: vinhas, searas, / casas, móveis, baixela compra fofo; / brocados veste, vai-se nos domingos / espanejar à igreja, acompanhado / de lacaios esbeltos. Vem o Cura / saudá-lo coa água benta; os mais graúdos / do lugarejo a visitá-lo acorrem; / para ele os rapapés, as barretadas / se apostavam de longe, a qual mais prestes (...)".

Como assinalam Maia e Monteiro (2015, 124) a designação de "brasileiro" está associada ao "emigrante que, tendo partido para o Brasil, assumia o seu retorno de sucesso, exibindo atitudes, comportamentos e hábitos que, sendo diferentes dos residentes, sublinhavam a sua condição". Mais ainda (loc. cit.): "A literatura portuguesa de finais de Oitocentos reproduziu este lugar-comum e acentuou os seus matizes, ajudando a fixar a figura do 'brasileiro' de torna-viagem com traços estereotipados que acentuavam o exotismo da linguagem e do vestuário, a ostentação dos adereços e dos sinais exteriores de riqueza, associados, geralmente, a um perfil psicológico pouco abonatório, em que a imodéstia, a falta de cultura e de educação, decorrentes de um arrivismo endinheirado, eram a tónica".

No cenário da emigração transoceânica, no Brasil como noutras paragens marcadas pela colonização portuguesa, as gerações de mestiços, registam diferenças no seu genótipo, que se traduzem em traços de um novo fenótipo, evocados frequentemente em textos literários. Passagens recentes de Vinícius de Morais, de Luandino Vieira ou de Mia Couto mostram traços e memórias desta mestiçagem, da sua identidade e características. Permitam evocar alguns excertos:

- V. de Morais - "Mulata no sapateado" (Vinícius de Moraes, Ary Barroso)[117], evoca o

seu jeito: "Quem tem mais balanço no sapateado / Tem mais molejo, tem mais requebrado, oi / Do que a mulata tem? / Quem é mais faceira, mais apaixonada / Faz mais miséria quando está gamada / Tem mais feitiço que a mulata tem?"

- Luandino Vieira (Canção para Luanda, 1957)[118] descreve a sua mulata noutro modo: ''(...) / Zefa mulata / o corpo vendido / batom nos lábios / os brincos de lata / sorri / abrindo seu corpo / – seu corpo-cubata! / Seu corpo vendido / viajado / de noite e de dia. / – Luanda onde está?''

- Mia Couto, em "Poema mestiço"[119], transmite assim a sua vivência e fenómeno de forma diferente: "escrevo mediterrâneo / na serena voz do Índico / sangro norte / em coração do sul / na praia do oriente / sou areia náufraga / de nenhum mundo / hei-de / começar mais tarde / por ora / sou a pegada / do passo por acontecer (...)."

Estas referências não esbatem a dimensão do fenómeno da mestiçagem cultural que acompanha o fenómeno das migrações contemporâneas. Nestas cabe a presença de cidadãos de outras nacionalidades e, particularmente, os naturais dos antigos territórios sob administração portuguesa, que depois da independência se acolheram em Portugal alterando significativamente o padrão normal das migrações no nosso país. Assim e contrariamente ao que já sucedia com outros países da Europa mediterrânica, Portugal deixou então de ser um país de forte emigração – como ainda hoje se verifica - para se constituir, durante as quatro últimas décadas, num polo de atracção para novos emigrantes. Comprovam-no a evolução das diversas comunidades estrangeiras residentes no continente português, cujo montante legal, ascendia, em 2011, a 436,8 milhares (395,2 milhares em 2014).

A evolução deste movimento leva-nos a evocar, no auge da emigração europeia para França, o poema de Manuel Alegre ("Portugal em Paris", Serrão, 1976) que descreve tal situação: "Solitário... / por entre a gente eu vi o meu país. / Era um perfil / de sal / e abril. / Era um puro país azul e proletário. / Anónimo passava. E era Portugal / que passava por entre a gente e solitário / nas ruas de Paris / Vi minha pátria derramada / na Gare de Austerlitz. Eram cestos / e cestos pelo chão. Pedaços / do meu país. / Restos. / Braços. / Minha pátria sem nada / sem nada / despejada nas ruas de Paris. / E o trigo ? / E o mar ?''

Não sendo esta a imagem actual, mas aproximando-se dela em relatos ocasionais e muito pontuais, não sabemos onde ela vai chegar. A situação demográfica da população portuguesa carece de um rejuvenescimento significativo da sua estrutura populacional assente no crescimento da sua população autóctone ou de população imigrante. Sendo assim é de esperar que os cerca de meio milhão

de estrangeiros ora residentes venham a variar, deixando em aberto a possibilidade de novas admissões ou o registo fatal do seu regresso à terra natal.

Numa e noutra situação ousamos afirmar, numa referência a Fernando Pessoa[120], a frase que os navegadores antigos diziam como gloriosa: "Navegar é preciso; viver não é preciso".

Volte face da emigração

Às diferentes leituras histórica, geográfica, económica ou sociológica das migrações, correspondem quadros conceptuais, espaciais e relacionais que permitem apreciar traços distintos da mobilidade humana. No caso da emigração portuguesa, o sentimento de pertença à sociedade de origem e a sua afirmação perante a mesma surge como um dos traços fundamentais deste fenómeno. O regresso dos fundiários e colonos e da sua corte, a vinda dos mineiros, dos brasileiros, dos americanos e outros, surge associada a sinais de sucesso do fenómeno e a ciclos distintos da sua evolução.

O regresso em condições previstas ou já em condições forçadas, como o retorno, significam etapas de um mesmo processo migratório em que o actor-emigrante, após a sua partida, vê-se confrontado com a nova realidade do país de origem. Em condições extremas de despovoamento intensivo, falta de mão-de-obra para o desenvolvimento social e económico, ou já por razões forçadas, a emigração tende a ser compensada com a entrada de mão-de-obra necessária para colmatar as necessidades do mercado laboral. São estas as situações referidas como o volte face ou contra retorno da emigração portuguesa.

Do regresso e retorno

O registo de fluxos compensadores das saídas da população provocados pela emigração é um fenómeno que interessa à geografia, na leitura que esta faz do espaço onde estes movimentos se desenrolam; no tempo e na cronologia destes movimentos, bem como no quantitativo ou número de pessoas deslocadas. Neste sentido a geografia da população dá particular realce a estes movimentos na medida em que estes condicionam o crescimento (positivo e negativo) da população, reforçando tal análise com o levantamento das condições de

desenvolvimento socioeconómico articuladas com o nível de vida, o bem-estar e o desenvolvimento humano dos habitantes.

Outras ciências sociais, da história à economia e da antropologia à sociologia, completam a leitura anterior realçando a complexidade social e cultural deste fenómeno que desde 1865, com Ravenstein e o enunciado das leis da migração[121], são aplicadas ao contexto interno e internacional.

A leitura dos movimentos migratórios no espaço restrito de um país ou nação, atesta as diferenças do meio físico e os contrastes humanos decorrentes da exploração e aproveitamento dos recursos naturais; do povoamento, nas suas modalidades de rural e urbano; das condições de circulação e acessibilidades; das oportunidades de emprego e nível de vida da população. Assim podemos considerar que as migrações são um sinal evidente dos desequilíbrios sociais e culturais existentes num território, das desigualdades sociais que estes acarretam e dos fluxos de capital e investimentos responsáveis pela criação de bolsas de emprego/desemprego numa determinada região.

Tal como noutros países europeus em Portugal os movimentos internos da população antecedem os ciclos de emigração, interferindo na distribuição da imigração estrangeira no território. Assim o considerou Girão (1960) referindo que "para onde correm os rios, correm as gentes", o que se pode aplicar à deslocação das populações do interior do país para a sua orla litoral onde as oportunidades de trabalho são mais evidentes. Para Ribeiro (1970) estes movimentos são orientados pela pressão demográfica e pelas oportunidades de trabalho, sendo responsáveis pelo processo de despovoamento contínuo do interior do país e por outros movimentos de carácter internacional.

Exemplos do passado foram representados por trabalhadores temporários que do Alentejo passavam as fronteiras com destino a Gibraltar e à Andaluzia e dos Galegos que desde a segunda metade de Oitocentos fixam-se em Portugal, sobretudo na baixa de Lisboa. No que à população portuguesa diz respeito também o volume de saídas da área da grande Lisboa está relacionada com as migrações internas que alimentam o êxodo rural em Portugal desde que os processos de industrialização e de terciarização se acentuaram.

No caso da emigração o movimento marítimo ou transoceânico nos portos de partida e de chegada dá-nos conta do embarque e desembarque de passageiros, incluindo nesta categoria o caso do retorno ao país de origem. Como faz notar Serrão (1980, 99) este constitui um dos aspectos menos aprofundados da emigração portuguesa, sendo que os valores referidos por este autor sobre Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e Pará, relativos a anos distintos da 2ª metade do sécu-

lo XIX, são reveladoras do seu volume e causas subjacentes. Por sua vez Alves (1999, 14), regista que no período de 1855-1880 "desembarcam em Pernambuco 9443 portugueses e embarcam rumo a Portugal 4516, ou seja 48%, segundo números apresentados pelo cônsul no movimento por via marítima 25; de igual modo, no Pará, entre 1861-1880 chegam 11000 portugueses e partem 6800, o que corresponde a 61% das chegadas".

Retornos, a partir do Rio de Janeiro

Saíram a expensas próprias		Saíram indigentes	
1870	1728	416	19%
1871	2375	273	10%
1872	2711	278	9%
1873	3346	262	7%
1874	3050	278	8%

Serrão, 1980, 104 (Quadro VIII)

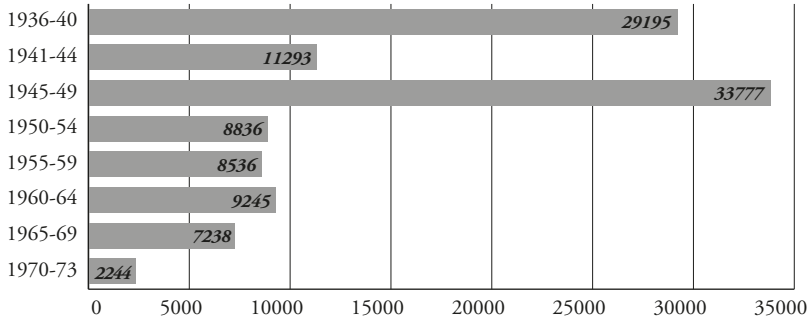
Nestes grupos há os que regressam ricos, remediados e também os que são repatriados à custa da Coroa; os indigentes que trazem as agruras e o mau êxito dessa imigração. Para além de outras referências os dados publicados pelo Boletim Anual da antiga Junta de Emigração ou pela respectiva Secretaria de Estado (1974, 6-7), dão-nos conta do retorno definitivo, por via marítima, em navios em que embarcou equipa de assistência a emigrantes no derradeiro período em que estes serviços funcionaram.

Nestes exemplos os valores significativos correspondentes à década de trinta e aos posteriores à segunda guerra mundial – 29195 retornos definitivos entre 1936-1940 e 33777 entre 1945 e 1949 – fazem notar uma redução gradual deste movimento a partir de então. Tal coincide com o acréscimo da emigração para a Europa e à ocorrência deste movimento em navios sem presença das referidas equipas de assistência a emigrantes. Esta era uma prorrogativa essencial da Junta de Emigração responsável por este serviço e do respectivo regime emigratório nacional, com base na protecção ao emigrante, nos interesses económicos do país e na valorização do território do Ultramar com vista ao acréscimo da população europeia.

Um documento da Junta de Emigração (1953) esclarece: "numa primeira fase, a emigração portuguesa era quase livre; fazia-se caprichosa e desordenadamente;

o emigrante seguia, na maioria dos casos, à 'aventura'; os actos preparatórios estavam a cargo das agências que, por vezes, actuavam no sentido de explorar os emigrantes; estes, com frequência, encontravam-se desempregados, no estrangeiro, em situação deprimente para si e para o país, pondo em dificuldade as nossas autoridades consulares para os fazer repatriar, uma vez esgotadas as quotas de passagens gratuitas ou de preço reduzido que os barcos que transportam emigrantes são obrigados a fornecer ao Estado".

Retorno definitivo (1936-1973)



Nesta parte devemos encarar os movimentos de regresso, como um reflexo da emigração portuguesa e do seu retorno ao país de origem. Tal facto abona a favor das causas, sobretudo de natureza económica, apontadas como fundamentais para o desenvolvimento deste fenómeno e para a sua expressão em tempos idos e na actualidade. É esse o entendimento de Serrão (1977, 27), quando afirma: "o drama nacional da emigração é uma das faces de todo o processo socio-económico do Portugal contemporâneo, pelo menos a partir da década de 30 do século passado".

Esta referência não esconde a diversidade de causas assinaladas em estudos sobre o mesmo fenómeno e a etapa de regresso à mãe-pátria do emigrante português, no termo da sua permanência em país estrangeiro. Esta foi sempre uma situação presente na história da nossa emigração, assim retratada por Filinto Elíseo (*in* Poesias, Cabral, 1985, 287): "Deseja o peregrino, que em anos longos / Viveu da Pátria ausente, / Tornar a ver o tecto, onde à luz veio, / E o lar, que o aquecera; / Ver vizinhos, com que, na idade tenra, /Teceu jogo e amizade; / O vergel, que lhe deu sab'rosos frutos; / E a pampinosa cepa, / Que lhe ensombrava o sono meridiano".

De acordo com a nossa realidade muitos foram os que não conseguiram

almejar o ambicionado regresso. Outros fizeram-nos em condições distintas:

- com o apoio das Mútuas e das Associações de beneficência, ou já do apoio do governo através do repatriamento oficial;
- por iniciativa própria, de forma discreta ou em situação de grande conforto económico.

Neste exemplo incluímos o emigrante brasileiro de torna-viagem, a que alguns autores associam manifestações de ostentação e de riqueza no seu retorno à sua terra natal. Aponta-se, como exemplo, a vinda do Brasil – "Eldorado" -, referido por Jaime Cortesão (1980, 40) como "fonte lendária de riquezas", embora nem sempre bem-sucedidas e cantadas pelo povo (ob. cit., 97): "Ó Brasil, terra de enganos, / Quantos lá vão enganados; / Tantos lá vão por três anos / E lá ficam sepultados".

Outras referências permitem ajuizar da existência deste movimento, do seu significado e volume em diversas épocas. Citamos Alves (1994, 252), que a propósito deste movimento no norte do país, refere: "é verdade que só à barra do Douro chegava um movimento de retorno na ordem dos 5% a 10% das partidas legais anuais, e este número não representava senão uma pequeníssima parte dos regressos, pois, como lembravam os relatórios do governo civil, a maior parte deles desembarcava nos lazaretos de Lisboa e Vigo, aonde os navios faziam quarentenas dado virem de portos frequentemente dados como "infeccionados", dirigindo-se directamente para o Porto apenas os menos abastados".

Diversos valores permitem conhecer a dimensão deste fenómeno:

- no início de Novecentos (de 1919 a 1930), Evangelista (1971, 159) regista o regresso de mais de uma dezena de milhares de emigrantes portugueses, "em estado de indigência", do Brasil (a quase totalidade), dos EUA, da França, de Espanha e de "diversos" países;
- o volume deste movimento desde meados dos anos trinta ao início dos anos cinquenta – em particular nos anos seguintes ao termo do 2º conflito armado - com valores significativos (da ordem da meia dezena de milhares) de retorno temporário e de retorno definitivo, oriundos do continente americano;
- a sua permanência desde então, variando em função do ciclo de vida emigratório, a evolução da situação interna e da conjuntura internacional;
- a sua variação depois da crise energética dos anos setenta associado às medidas de incentivo ao retorno tomadas por alguns países europeus.

Embora difícil de calcular na actualidade, o volume dos movimentos de regresso de emigrantes foi ensaiado por Nazareth (1988, 133) que para o período de 1980 a 2000, estimou o retorno de 1323520 emigrantes ao seu país de origem, repartidos pelas principais regiões:

Área Metropolitana de Lisboa:	333240
Centro Litoral:	308260
Norte Centro Interior:	225120

À parte destas referências, os dados transmitidos pelo MNE[122] relativos ao início da década de noventa, entre 1992 e 1996, indicam uma média anual de 21220 milhares de regressos de emigrantes. Estes valores permitem apreciar este movimento como uma espécie de contracorrente do movimento de saída, contribuindo para um certo equilíbrio da população residente.

Os testemunhos do regresso dos emigrantes portugueses andam associados às suas manifestações comprovativas da sua ascensão económica e do maior poder de compra proporcionado por este movimento. O relato de Filinto Elísio (Serrão, 1976, 81), já assinalado, relativo ao regresso do mineiro do século XVIII, dá-nos uma imagem da sua importância na figura do rico de Samardã. Mais recentemente Pereira (1981, 29) entende que "o mito do retorno articula-se com o mito da fortuna brasileira ou do enriquecimento rápido". Daí a importância das remessas garantidas pela emigração, fenómeno que tem sido visível quer ao nível de alguns centros urbanos quer do mundo rural onde foram aplicados capitais oriundos da emigração transoceânica e de emigração europeia.

A consulta dos dados sobre este movimento e retorno, ilustra a intensidade do regresso em épocas de maior restrição do mercado de trabalho ou após um período de permanência de emigrantes em países estrangeiros, como aconteceu com o Brasil em anos recuados. Para Martins (1956, 227) a emigração reflectia "a desordem sempre crescente da economia social portuguesa", foi tida como uma indústria lucrativa de "criação de gado humano para exportação", desempenhando um papel de relevo no equilibrar de uma balança de transacções com o estrangeiro. De facto as transferências monetárias para o país de origem inserem-se num projecto de regresso que acompanha, à partida, um grande número de emigrantes.

Consideradas por Pereira (1981, 35), como representativas do "mito da fortuna e da justificada concepção da emigração como instrumento de uma mobilidade social", estas transferências continuaram a registar-se depois da

intensificação da emigração para a Europa, passando até a superar os rendimentos transoceânicos. Tal facto comprova a persistência do projecto de regresso, que continuou a animar este movimento. Disto nos dá conta a mesma autora (op. cit., 11), que, a propósito das características deste fenómeno em Portugal e nos demais países mediterrânicos, aponta as suas causas, integrando-as "no condicionalismo particular a que a desagregação da sociedade do Antigo Regime esteve ali sujeita, proveniente do desenvolvimento desigual do capitalismo e da inerente dependência externa". Mais ainda, são estas remessas dos emigrantes que "permitem equilibrar uma balança de pagamentos de outro modo deficitária e encobrem uma subordinação externa, que contribuem assim para acentuar".

A sua evolução na actualidade tem variado, traduzindo as novas características deste movimento assentes numa emigração autónoma, mas ainda familiar, que se traduz muitas vezes no maior afastamento dos emigrantes em relação ao projecto de regresso ao país de origem.

Em todos os casos os reflexos do binómio emigração-retorno expressam um desequilíbrio entre a evolução demográfica e o nível de desenvolvimento socioeconómico responsável pela saída da população em idade activa e pelo seu regresso, por iniciativa própria ou forçado, no termo desse ciclo.

Imigração

A presença de população estrangeira em Portugal, nomeadamente a de origem africana, tem vindo a ocorrer desde o início da expansão ultramarina mantendo-se uma constante desde então justificada pela necessidade de mão-de-obra destinada a colmatar certos trabalhos e tarefas desempenhados pelos residentes, então deslocados.

Em tempos distintos o registo de cidadãos de outras nacionalidades foi acompanhando momentos mais tensos das relações entre outros países europeus – caso de refugiados da 2ª guerra mundial -, de trabalhadores deslocados em períodos de maior crise das províncias ultramarinas então sob domínio português, como Cabo Verde, ou já da Índia, depois da perda de soberania portuguesa. Em 1967, mais de 2,3 milhares de cidadãos portugueses acolheram-se em Portugal vindos deste Estado. Em data mais recente tal deve-se ao incremento das migrações internacionais, que se intensificaram no decurso da segunda metade de Novecentos.

Este processo integra ainda ciclos distintos ligados à intensificação do turismo – em particular os que resultam do acolhimento de cidadãos estrangeiros depois das Comemorações Henriquinas (em 1960) e a da sua fixação no Algarve e Lisboa – e a imigração propriamente dita registada depois da independência dos territórios africanos sob domínio português. Nesse momento importa assinalar a ocorrência do fenómeno de retorno de cidadãos de nacionalidade portuguesa e de naturais desses territórios, movimento que se agravou em resultado da instabilidade política aí instalada.

Originários dos territórios sob administração portuguesa em África, os cidadãos com nacionalidade estrangeira recenseados em 1981 eram de 154,3 milhares os oriundos de Angola; de 76,3 milhares os naturais de Moçambique e de 38,5 milhares os naturais das outras ex-colónias. No seu conjunto tal corresponde a um aumento crescente de entradas, que em 1978 ascendeu a 36,1 milhares; em 1980, a 49,3 milhares; em 1984 a 72,6 milhares e em 1988, a mais de 94,4 milhares.

População estrangeira

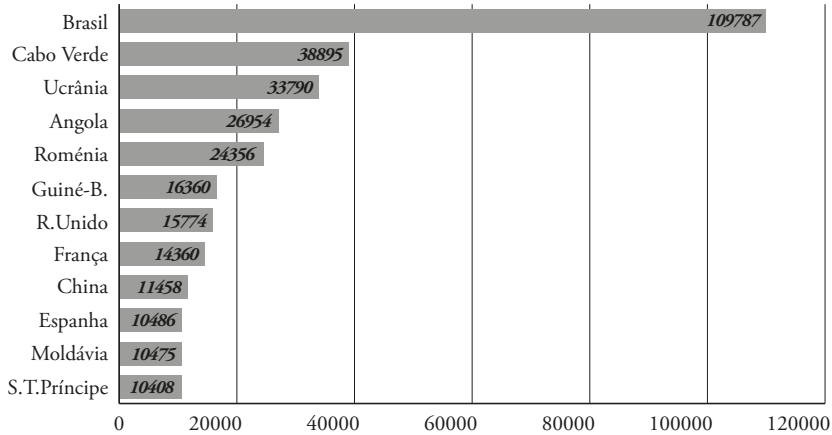
	1981	*1991*	*2001*	*2011*
População total (Continente)	9 336 760	9 862 540	10 356 117	10 562 178
Nacionais	8 956 233	9 705 998	10132515	10 127 470
Estrangeiros	380 527	106 519	223 602	434 708
Angola	154 324	9 365	22 751	21 329
Moçambique	76 357	3 172	4 725	2 995
Outras ex-colónias	38 519	20 870	79 633	79 669

Bastante significativa em várias regiões do país, mas em particular na periferia dos grandes centros urbanos de Lisboa e de Setúbal, a presença desta população estrangeira aumentou de forma constante depois da nossa adesão à Europa comunitária e depois do acordo de Schengen (1991) e das facilidades de mobilidade e de circulação no espaço da União Europeia contempladas nesse tratado. Estas situações permitem realçar as alterações registadas em relação aos movimentos da população em Portugal, país que passou a constituir para os cidadãos de várias nacionalidades, que não só os africanos e os europeus oriundos dos países da União Europeia, um destino privilegiado.

De acordo com os dados do censo de 2011 a população estrangeira residente

em Portugal ascendia a 394496 indivíduos (dos quais 47,7% do sexo masculino) o que representa uma aumento significativo face aos 223997 residentes em 2001, em particular os cidadãos europeus de países do leste, brasileiros e asiáticos, sobretudo de chineses. Os dados mais recentes, de 2014, indicam um recuo destes contingentes para valores da ordem dos 390 milhares, contra os 450 milhares registados em 2009, ano em que essa presença atingiu o seu maior volume.

População estrangeira residente em Portugal (2011)



Quanto à sua distribuição no território é de acentuar que a grande maioria destes indivíduos reside na área Metropolitana de Lisboa – 8,87% em Sintra: 8,74% em Lisboa; 4,79 na Amadora; 4,73 em Cascais e 4,47 em Loures e em Setúbal. Em menor percentagem conta-se Faro, Porto e Aveiro. Em relação a esta situação há sobretudo a notar a forte concentração cabo-verdiana residente na área metropolitana de Lisboa, facto justificado pelas carências de mão-de-obra não especializada aí registada. Em oposição a estes a população europeia, em particular os europeus, ingleses e alemães, distribuem-se quer na área do distrito de Lisboa, quer no sul do território, no Algarve.

Esta situação relativa à importância crescente da população estrangeira em Portugal registada desde os anos setenta, contrasta com a imagem construída durante as décadas precedentes em que a mobilidade da população portuguesa ficou assinalada pelo fenómeno maciço da emigração. Pela sua relação com a emigração transoceânica mais antiga, destaca-se a presença de trabalhadores de diversas nacionalidades ligadas aos países de expressão portuguesa e de

acolhimento a cidadãos desta nacionalidade. Referimos o seguinte:

Brasil – A população de origem brasileira residentes em Portugal no ano de 2011, elevava-se a 109787, contra 31869 em 2001. Do total de recenseados no último censo de 2011, 68,7% eram considerados activos, com manifesta ocupação para o sector dos serviços: serviços domésticos, comércio e outras actividades;
Cabo Verde - A população de origem caboverdeana residente em Portugal no ano de 2011 era de 38895 cidadãos – 33 145 em 2001. Do total de recenseados no censo de 2011 56,54% eram considerados activos, com ocupação predominante na construção civil e actividades similares e nos serviços domésticos;
Angola - A população de origem angolana residente em Portugal no ano de 2011, ascendia a 26954 indivíduos, valor inferior ao do início da década anterior em que esse montante foi de 37014 residentes. Do total de recenseados neste último censo, 59,63% eram considerados activos, com manifesta ocupação nos serviços domésticos e restauração e na construção;
Guiné-Bissau – A população natural da Guiné-Bissau residente em Portugal no ano de 2011 era de 16360 habitantes, valor que em 2001 subia a 15824. Do total de recenseados no último censo, 60,8% pertencia ao grupo de população ativa, com maior participação nos serviços: serviços domésticos e na construção;
São Tomé e Príncipe – A população natural deste país residente em Portugal no ano de 2011, ascendia a 10408 indivíduos, sendo de 8517 em 2001. Do total de recenseados no último censo de 2011, 54,73% eram considerados activos ocupados essencialmente nos serviços domésticos, restauração e comércio.

Para além destas nacionalidades e face à integração de Macau na República da China, em 1999, o último censo de 2011 acusa um acréscimo da população chinesa no nosso país: 11458 indivíduos, contra 2176 em 2001. Trata-se de uma população com larga participação no mercado de trabalho – 64,61% de activos – dos quais quase metade – 42% - vendedores em lojas, ou já gerentes do comércio e trabalhadores na restauração.

Tais dados ilustram a dimensão das comunidades estrangeiras residentes no nosso país, cujo montante tem variado no tempo em função das oportunidades de trabalho criadas entre nós, na Europa e nos seus países de origem. Não sendo em época de crise as perspectivas de abertura da sociedade portuguesa face à Europa comunitária acabou por induzir novas chegadas, melhores oportunidades de trabalho e de mobilidade no velho continente.

Este mesmo processo veio testemunhar o aparecimento de um novo polo de

imigração na Europa meridional, em Portugal, contrariando o modelo tradicional do centro-periferia que se acentuou durante o terceiro quartel do século XX decorrente do desenvolvimento dos países da União Europeia. Em simultâneo permitiu atenuar as lacunas de mão-de-obra causadas pelo decréscimo da população autóctone, em queda desde a revolução industrial e das alterações sociais e culturais registadas no pós-guerra em função da industrialização-urbanização, com base nas migrações a partir dos países de Leste. Tanto em Portugal como na Europa as mudanças societais relacionadas com este processo traduziram-se na redução efectiva da natalidade da população autóctone e na diminuição da força de trabalho, compensada pela imigração estrangeira.

À escala europeia esta constitui uma das questões do presente face ao acolhimento de novos cidadãos que possam colmatar as lacunas nacionais existentes em diversos países da União e às pressões demográficas registadas na sua periferia. De momento os movimentos migratórios sugerem a adopção de um novo paradigma de sustentabilidade social e de crescimento económico que garanta o bem-estar e os níveis de vida da população residente. Mais ainda, sugerem uma apreciação continuada da evolução do Inverno Demográfico português e europeu e dos problemas daí decorrentes ligados à fecundidade, ao aumento da população idosa e à mobilidade humana, entendida como uma procura e compensação da diversidade geográfica de meios, recursos, bens, rendas e oportunidades de melhoria de vida dos cidadãos migrantes.

Xadrez geográfico

A análise da emigração portuguesa na sua modalidade transoceânica permite uma leitura alargada deste fenómeno relacionada com a sua evolução e dispersão no espaço, a sua variação no tempo e os seus reflexos no território de origem e nas sociedades de acolhimento. Ajuda ainda a conhecer aspectos fundamentais das migrações humanas em cada ciclo do seu desenvolvimento e as razões que lhe estão subjacentes relacionados com a origem e composição dos fluxos, as preferências e os portos de destino, na sua relação com as causas e o desenvolvimento destes movimentos. Cada um dos contingentes encerra uma herança e uma memória geográfica e cultural específica que se reproduz nos novos contextos de imigração, sugerindo uma situação plural e diversificada das migrações transoceânicas em Portugal, na sua relação com outras correntes migratórias dirigidas para outros países europeus.

A este respeito reforçamos o entendimento de J. Serrão (Serrão, 2006.II, 363) de que o fenómeno emigratório é uma das constantes da história de Portugal, devida à "difusão portuguesa no mundo, decorrente da empresa dos Descobrimentos, paulatina de princípio, mas engrossando de volume no decurso da época que vai do século XVI ao actual". Como foi assinalado as circunstâncias que envolveram a participação popular neste movimento dificulta por vezes a separação entre a verdadeira colonização e a emigração em si, sendo que para este autor (op. cit., 364) "poderemos adjectivar de 'colonizadora' a emigração metropolitana para as ilhas atlânticas (nos séculos XV e XVI) para o Brasil (até fins do século XVII e, em dadas circunstâncias, até data posterior) e para as possessões africanas, aquando do estabelecimento, por iniciativa do Estado, de 'colónias' (a partir dos finais do século XIX)".

Evocar as causas deste fenómeno obriga a reler O. Ribeiro (1970, 351) e as suas reflexões sobre os contrastes do povoamento português, que desenha: "com toda a nitidez, duas regiões maiores quanto ao crescimento demográfico: a do Norte e a do Sul. Esta, capaz de absorver a população que se renova; aquela,

recebendo-a em muito menor grau, começa a dar sérios indícios de estar próxima do ponto de saturação. Alguns anos mais de emigração escassa e as taras do superpovoamento começarão a manifestar-se na sua trágica gravidade". Assim aconteceu no Antigo Regime e continuou até aos nossos dias dando razão a historiadores, como V. M. Godinho (1978, 10), que a entende como "uma constante estrutural desde o século XV", um traço comum que atinge diferentes gerações, modos de vida, representações e vivências sociais.

Da parte de geógrafos O. Ribeiro (op. cit., 353) considera a emigração como "a única solução larga, capaz de remediar o excesso de gente". Daí que, ao rematar este ensaio, sejamos confrontados com a perenidade e consistência deste movimento e com os seus reflexos nas regiões de origem e nas sociedades de acolhimento, sobretudo os que se referem ao deve-haver destas saídas e às suas implicações sobre o crescimento natural e distribuição da população. Com as dificuldades inerentes à reconstituição histórica e geográfica dos movimentos mais antigos, deixámos alguns apontamentos sobre os destinos deste fenómeno procurando realçar, na sua relação com a pluralidade de contextos geográficos e civilizacionais, a dimensão de uma diáspora num mundo circunscrito de contactos e de relações culturais.

A diversidade de situações em termos dos destinos da emigração portuguesa, sobretudo durante o Antigo Regime, põe em evidência a natureza dos ensinamentos empíricos e científicos que foram determinantes para o desenvolvimento das viagens marítimas e das explorações baseadas no reconhecimento da esfericidade do globo. À observação natural, própria da geografia, junta-se a recolha de informação sobre a morfologia terrestre, a cartografia celeste, o levantamento dos recursos existentes nas novas paragens e, também (Albuquerque, 1983, 121), "aos usos e costumes dos povos até então desconhecidos com que se estabelecia contacto, à nova fauna ou à nova flora das terras recém-descobertas, e até às novas estrelas do hemisfério Sul". Nas cartas marítimas inscrevem-se as rotas, os sítios e a posição estratégica dos ancoradouros; os povos que aí habitam; os contornos dos continentes; os promontórios de referência; a altura do Sol e dos astros. Assim sucedeu depois de Ceuta.

Conhecida a importância da posição geográfica desta praça em relação aos caminhos marítimos do Mediterrâneo e às rotas terrestres do continente africano – descritas em relatos e itinerários da época elaborados por exploradores continentais –, os reflexos que a tomada militar dessa praça trouxe na evolução dos Descobrimentos portugueses e na colonização de novas paragens situadas fora dos mares fechados de Ptolomeu – caso do Atlântico e do Índico - merecem

uma referência. Tal como defende Barreto (1992, 77) "o termo Descobrimentos designa a fase renascentista da expansão planetária dos europeus, o processo comunicativo dos séculos XV e XVI que promove a Abertura do Mundo e que, ao mesmo tempo, (...) converte o mundo em algo cada vez mais pequeno, em virtude da diminuição das distâncias (...) sociais e culturais".

As expedições empreendidas a partir de Ceuta garantiram a entrada no território de Marrocos, onde os portugueses mantiveram algumas praças como Tanger e Mazagão até à sua saída, ao tempo de D. José I, em 1769[123].Quanto às primeiras, Ceuta manteve-se fiel à Coroa portuguesa até à Restauração quando não reconheceu a soberania do novo rei, D. João V e Tânger foi cedida à Inglaterra, em 1663, como dote do casamento de D. Catarina de Bragança. Estas praças foram consideradas como facilitadoras da exploração da costa de África e da remoção dos medos transmitidos pelas lendas e descrições mais antigas.

Com as viagens de Quatrocentos iniciou-se uma autêntica revolução geográfica traduzida no conhecimento mais detalhado do globo e da sua geografia física e humana, da cartografia, da cosmografia celeste, das rotas de circulação marítimas e terrestres, do contacto com outras civilizações e religiões. Como registou D. João de Castro[124] (Kopke, 1843, IV), "(...) o ponto principal da navegação e Cosmografia jaz em saber as alturas das cidades, distancia de lugares, entradas de barras, derrotas de promontórios, mostras e conhecimento das terras, que ordem e concerto tenham entre si as marés, e com isto temos verdadeira enformaçaom do variar das agulhas (...)".

As rotas marítimas facilitaram o conhecimento físico do continente africano e dos seus habitantes, dos recursos a comerciar, dos locais de comércio e da sua especialização, ditando o traçado das bases de fixação e das explorações portuguesas ao longo da costa intertropical e equatorial de África.

O rol dessas descobertas deu sentido ao significado e ao esforço dedicado à ocupação daquela praça. Com ela e depois com o alargamento dessas rotas em Quinhentos, abriram-se as portas à mobilidade e à saída da população portuguesa para as armadas, para as guarnições das praças e das feitorias, para a construção de templos de culto e incentivo à missionação, para o comércio e negócios. Nesta vasta empresa participaram os diferentes estratos da população portuguesa.

A revolução geográfica que seguiu todo o movimento dos Descobrimentos foi acompanhado de uma primeira abertura e contacto dos portugueses e de outros europeus com diferentes povos e civilizações; por transacções de produtos raros e específicos, desconhecidos no Ocidente; pela criação de uma nova ordem

internacional assente na mercancia, na difusão de novos produtos, no conhecimento de novas rotas e na utilização de estratégias de poder e do conhecimento natural e científico. Foi a marca deixada por um processo de globalização, estruturado a partir das rotas marítimas e de uma teia complexa de pontos de contactos – fortalezas, feitorias, portos e mercadores, sedes administrativas e religiosas – que facilitam novos encontros e, nalguns casos, uma intensa exploração dos *hinterland* no interior.

Como reflexos destes movimentos temos a própria revolução mercantil e a revolução industrial que se seguiram, permitindo o cumprimento de mais uma das etapas do nosso longo "processo civilizatório" (Darcy Ribeiro). Este inclui a eclosão dos movimentos de população da Europa para o Novo Mundo, consolidando um processo de povoamento e de crescimento territorial e social cujos efeitos ainda hoje experimentamos.

No reino lusitano a construção de um Império Marítimo a Oriente e outro a Ocidente, ligados por uma rede de naus e por uma classe alargada de interesses régios e senhoriais, de mercadores e traficantes, de religiosos, da raia-miúda e de artífices, embarcados nesta empresa, fazem igualmente parte deste processo histórico - porque se acompanha cronologicamente de diferentes feitos, atores e vicissitudes - e geográfico - porque se inscreve em diversos contextos naturais, permitindo o cruzamento de diferentes culturas e com efeitos no modo de vida e no crescimento das populações. Os destinos desta empresa são orientados pelos planos da Coroa e pelos interesses senhoriais e particulares, de domínio territorial e espiritual, de controlo regional e local das frotas, do comércio e dos impostos pagos pelas mercadorias transportadas e desembarcadas.

Sem nos referirmos aos aspectos mais recentes deste movimento, marcado já pela sua dimensão transcontinental promovida pela globalização e massificação do transporte aéreo, devemos evocar alguns traços comuns a tal deriva. Evocamos Pedreira (1998, 456) que a propósito da construção do antigo império escreveu: "A longo prazo, o império determinou algumas transformações absolutamente decisivas: por exemplo, os níveis de consumo público e familiar aumentaram certamente; edificou-se um Estado mais centralizado (um desenvolvimento que não estava isento de reverberações económicas); a mercantilização da economia acentuou-se; surgiram novos padrões de povoamento; Lisboa cresceu e fez-se uma grande cidade (mesmo à escala europeia); e desenvolveram-se algumas indústrias". Vestígios desse império são hoje conhecidos em testemunhos patrimoniais, humanos e culturais que nos chegam dos países onde a comunidade de luso-descendentes está representada.

Da transição do Antigo regime para o movimento transoceânico moderno e contemporâneo, ficam os relatos sobre a sua evolução, reflexos e destinos. Dos exemplos referidos assinalámos a marcha contante deste movimento sobretudo para o Brasil, país "onde a identidade da língua e outras circunstâncias recomendam a essa vasta nação os homens de trabalho nascidos aqui" (Freitas, 1906, 174-176, *in* Serrão, 1976, 101). Este foi um território de acolhimento e uma importante placa giratória do comércio e da mobilidade para outros países e continentes. Assim aconteceu, por exemplo, em relação à reemigração de portugueses para os EUA uma vez que, oriundos do continente americano, não estavam sujeitos às imposições dos diferentes "*migration acts*" aplicados aos emigrantes europeus.

Dos reflexos desta mobilidade na sociedade de origem Pedreira (op. cit., 456) regista, ainda:

> "Na sua fase derradeira, o sistema colonial desempenhava seis funções principais para a economia portuguesa:
> (a) fornecia à metrópole produtos alimentares (açúcar, café e arroz) e matérias-primas (sobretudo peles, algodão, tinturaria e tabaco);
> (b) proporcionava à produção nacional (manufacturas, vinho, etc.) um acesso privilegiado aos mercados;
> (c) estimulava o comércio entre as próprias possessões, especialmente através do tráfico de escravos;
> (d) estabelecia a base de um vasto comércio de reexportação de produtos coloniais para os países estrangeiros e de mercadorias estrangeiras para o ultramar;
> (e) permitia a transferência de rendimentos e de fortunas privadas das colónias para o continente;
> (f) finalmente, gerava a maior parte das receitas da coroa (através da transferência de impostos das possessões e principalmente por meio das tarifas alfandegárias e dos monopólios comerciais)."

O alargamento dos horizontes da ecúmena para o outro lado do Atlântico, deu origem ao desenvolvimento das grandes vagas de colonização e de emigração transoceânica registadas desde o século XVII. Através delas os excedentes demográficos do velho continente, a braços com a "crise das subsistências" (Malthus), ou já com os excedentes da população decorrentes de uma primeira revolução demográfica, alcançam novos destinos e horizontes de sobrevivência.

Em Portugal a situação era algo diferente. Ao tempo da realização do Numeramento do Reino promovido por D. João III, em 1527, o total de *"fogos"* existentes

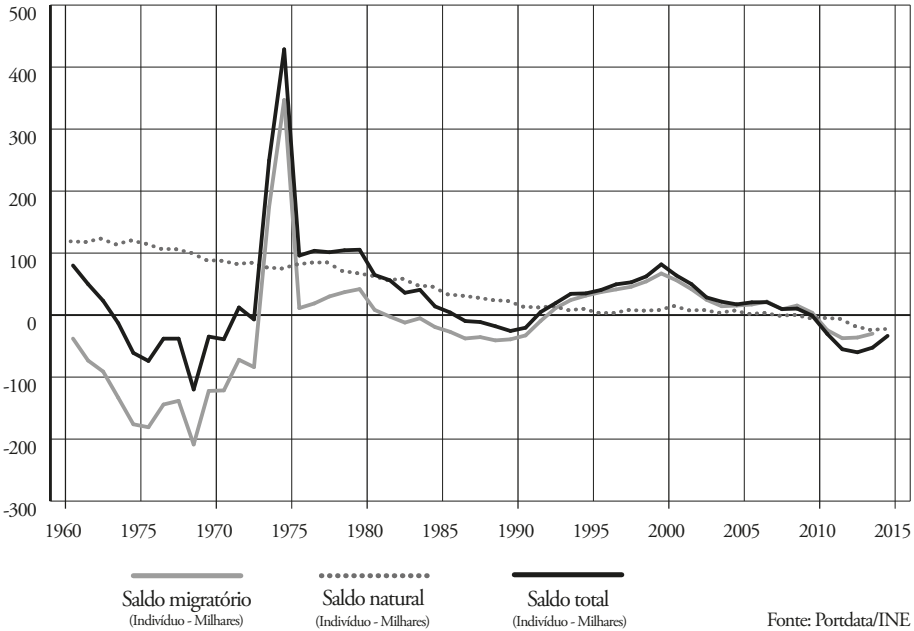
ascendia a 280600, valor que segundo O. Ribeiro (1955, 98) deveria corresponder a uma população da ordem dos 1,1 a 1,4 milhões de habitantes. No termo da Restauração esse valor estaria reduzido a cerca de 1,1 milhões. Um século depois, em 1732, esse montante teria ascendido a 2,2 milhões de habitantes situando-se em 1801 em cerca de 3 milhões de moradores dos quais, a maior percentagem, de 30%, residia na província da Beira, 25% no Minho e 21% na Estremadura.

Com esta população e também com o auxílio de escravos trazidos de África para o Reino, sobretudo no antigo Regime (Séculos XVI, XVII e XVIII), os habitantes suportaram um movimento complexo associado à conquista, exploração e ocupação de espaços diferenciados em África, na América do Sul e na Ásia, alcançados através de diversas rotas oceânicas do Atlântico, do Índico e do Pacífico. Estas rotas configuram a construção de um império marítimo assente no comércio, na ocupação militar e na catequização de chefes e de gentios atraídos pela fama do reinado temporal e do reinado espiritual, desconhecidos mas reluzentes nas suas promessas e celebrações. Já no começo das épocas Moderna e Contemporânea, estes movimentos complexificam-se na sua origem e destinos; no seu volume e composição; nas suas modalidades, causas e consequências; nos seus reflexos sobre a sociedade.

Apesar das vicissitudes ligadas a períodos conturbados da nossa história contemporânea relacionadas com as Invasões francesas (1808 a 1810) ou à guerra civil ligada e às lutas Liberais (1828 a 1834), a população portuguesa regista um acréscimo até à data do 1º Recenseamento oficial da população portuguesa, em 1864. Embora os dados apurados sobre o crescimento populacional tenha sido inferior ao das médias europeias, justificado pela "miséria e insalubridade das populações" (Saraiva, 1978, 269) resultantes da estagnação económica que persistiu até depois de meados de Oitocentos, a população portuguesa ascendeu nesta data aos 4,3 milhões de habitantes, dos quais 3,9 milhões residentes no Continente.

A partir de então e embora afectada pela emigração transoceânica, a população portuguesa atingiu, no fim desse ciclo tradicional da emigração portuguesa, em 1981, os 9,2 milhões de habitantes, o que corresponde a um acréscimo líquido de mais 5,3 milhões de indivíduos. Tal ilustra um acréscimo contínuo da população, salvo no período de 1960 a 1970 em que se registou uma perda de -226140 indivíduos. No seu todo o crescimento da população portuguesa foi particularmente significativo nos distritos do litoral, de Braga a Setúbal – onde então se concentravam as maiores infra-estruturas de natureza económica e oportunidades de emprego – em oposição às regiões do interior.

Saldos populacionais: anuais, natural e migratório



Fonte: Portdata/INE

Aqui o despovoamento causado pela emigração foi igualmente agravado pelas migrações internas que afectaram todos os distritos da raia: Bragança e Viseu, Guarda e Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja. Através destes movimentos internos alimenta-se o crescimento da área urbana de Lisboa, situação que se espalha pela margem sul do Tejo e a outras cidades mais importantes do litoral português.

A variação da população justificada pelos movimentos migratórios foi auxiliada pela quebra da natalidade decorrente dos efeitos conjugados de uma transição demográfica, com queda da natalidade e um aumento da esperança de vida. Tal anda associada à alteração gradual das condições de vida, da assistência médica, da cobertura sanitária e, sobretudo, do processo de industrialização e urbanização. Assim a taxa de natalidade, ainda elevada até ao começo do 2º quartel de Novecentos, - da ordem do 30‰ – decai consideravelmente desde então – 23,5‰ entre 1951/60 e 22‰ entre 1961/70 – situando-se em cerca de 16,0‰ no início dos anos oitenta.

Por sua vez a taxa de mortalidade passa de 21,1‰ entre 1898-1900 ou esporadicamente de 23,5‰ entre 1912 e 1920, devido aos efeitos da gripe pneumónica em 1919/20 – para cerca de 9,2‰ no começo da mesma década. Daí resulta um

saldo fisiológico positivo que alimentou a corrente emigratória, como se pode verificar através da imagem correspondente à evolução do movimento emigratório, na sua relação com o saldo fisiológico.

As alterações registadas no movimento natural da população (natalidade – mortalidade) e no movimento migratório (emigração – imigração) reflectem-se na estrutura da população residente ao nível dos grupos etários e das actividades dominantes. Não admira por isso que a distribuição da população portuguesa pelos principais grupos funcionais: jovens (< 20 anos) , adultos (20-60 anos) e idosos (> 60 anos), que no início de Novecentos representava 48%, 42,2% e 9,8%, respectivamente do total da população residente, tenha passado para 50%, 35,5% e 14,5 %, em cada um dos grupos considerados.

Este todo era alimentado por uma economia baseada, inicialmente, nas actividades do sector primário – 50% dos 3,2 milhões de activos em 1950 – contra 27% (do total de 3,2 milhões de activos em 1981) ocupados no mesmo sector no início dos anos oitenta; em 1981, dos 3,9 milhões de activos, 37% estava ocupada no sector Secundário (26,7% nas indústrias transformadoras e 10,3% na construção civil e obras públicas); em 1950 o sector Terciário representava 23,6% no seu conjunto - em 1981, 36,5% (12 % no comércio, restaurantes e hotéis e 24,5% nos outros serviços).[125]

As alterações relativas à estrutura da população activa acompanha a urbanização crescente do território nacional e o alargamento da sua rede urbana com o crescimento dos aglomerados de menor dimensão próximos dos grandes centros urbanos de Lisboa e de Setúbal, bem como noutras áreas do país particularmente nas capitais sedes de Distrito. Em muitos casos são as sedes dos concelhos mais dinâmicos beneficiadas pela construção de infraestruturas de vária espécie, em particular nos domínios da educação, saúde e serviços administrativos, que atraem estes migrantes. Estas são algumas das alterações registadas durante o ciclo último da emigração transoceânica e que podem ser lidas, na sua globalidade, nos valores contidos nos censos oficiais da população portuguesa, da responsabilidade do INE e através de outras publicações deste organismo oficial.

Se apreciados a uma escala concelhia ou em grupo, os reflexos da emigração no território e na sociedade permitem antever um mosaico complexo de situações regionais, sociais e culturais que confirmam, no país de origem, a diversidade de contextos geográficos associadas à emigração transoceânica. O mesmo se verifica ao nível das comunidades de nacionais residentes nos diversos espaços territoriais e civilizacionais onde se radicaram.

Temos finalmente presente que dependendo da marcha deste fenómeno e da permanência no mesmo espaço e/ou em espaços contíguos; da sua alimentação ao longo de décadas – ou séculos – e, sobretudo, da conjugação dos factores naturais e migratórios do Reino, resulta a criação de diversas comunidades portuguesas em África, na América, na Ásia ou já na Austrália. Através delas descobrem-se testemunhos de uma presença antiga de colonos e emigrantes portugueses; reforçam-se laços dessa presença e exploram-se as redes sociais pré-criadas por estes movimentos. Tal como numa estrutura natural, a união dos vértices da mesma figura geométrica permite uma leitura compósita da emigração transoceânica, onde se conjugam as suas raízes e influências seculares com a sua difusão - muitas vezes circunscritos a determinados ciclos de crescimento económico - e a sua variação no espaço e no tempo.

Repartindo-se entre múltiplos destinos e chamamentos de ordem militar, religiosa, económica e política, muitos emigrantes perderam-se nas viagens em resultado da doença, dos naufrágios e em lutas com a população local. Mesmo assim os caudais saídos do Reino deram origem a núcleos dispersos que se instalaram na costa africana e na Etiópia, na Índia e na Pérsia, na Arábia, na Ásia do Sul e noutros locais do continente asiático. A sua preferência foi, sobretudo, para as Terras de Vera Cruz. Daí que, das Portas do Cerco, a Timor; da Ilha de Moçambique, à velha Goa; de São Paulo de Luanda, à Guiné; da Baía e da Colónia do Sacramento, à Califórnia; da Terra Nova, a Malaca, desenha-se uma rede alargada de situações geográficas e humanas que ilustram a diversidade, o tempo e a complexidade da emigração transoceânica portuguesa.

Se o trigo e o comércio de Marrocos, a cruzada contra o infiel e a travessia até Ceuta a iniciaram, muitos outros factores alimentaram-na, contribuindo para a construção de várias rotas de uma emigração tradicional, por via marítima e na actualidade por via aérea e em destinos emergentes, que convidam a novas saídas. O seu acolhimento e leitura são distintos.

A relação desta gente com a sua terra origem e a evolução destas comunidades, nomeadamente das que se dedicaram ao comércio e à defesa, está ligada aos ganhos com os produtos e tesouros enviados para o Reino. Também aos custos da manutenção e defesa desses postos com a evolução dos circuitos comerciais, com os interesses da Coroa e dos mercadores, com as dificuldades militares e outras inerentes à vastidão, domínio e controlo das diversas possessões. Com estas saídas escrevem-se os primórdios da emigração transoceânica portuguesa, na singularidade do seu projecto e ocupação (Meneses, 2014, 123): "o colonizador cumpre desígnios monárquicos, que por norma não implicam o atropelo

da própria vontade, enquanto o emigrante persegue objectivos exclusivamente pessoais, por vezes até antagónicos das políticas oficiais".

Desde então a diferenciação entre o continente e as ilhas Atlânticas da Madeira e do arquipélago dos Açores e a diversificação dos destinos desses emigrantes, permite encontrar traços de identidade e de convergência deste fenómeno assente na grande fuga de gentes e na descoberta de novos destinos e partidas. Relatos há sobre os viajantes; as suas ocupações e actividades; as dificuldades que tiveram de enfrentar na luta contra a natureza e o clima, a população já estabelecida e os poderes locais; a sua relação com o Reino de origem.

Em tempo, Almeida Marreca (1853. *in* Serrão, 1976, 100) assinalou: "Um país que, não tendo braços suficientes para o que poderiam exigir ou estão exigindo o seu desenvolvimento, capital e território, deixa exportar parte dos seus naturais padece a mesma perda que se uma morte prematura o despojasse do equivalente de população na idade do vigor, que é de ordinário aquela em que os homens se transplantam a outro solo". Por sua vez Almeida e Barreto (1970, 239) reclamam como causas principais deste movimento, "a fome, a miséria, as opressivas condições de trabalho, as insuportáveis condições de vida e a insegurança total". Não sendo já a "pressão demográfica" o "bode expiatório de todas as maleitas, crónicas ou não" (op. cit.) prosseguimos e continuamos a registar o (in)determinismo das migrações humanas (O. Ribeiro, 1970) e os múltiplos factores económicos, sociais, culturais e políticos que lhe estão subjacentes.

Destas viagens resultaram movimentos de maiores dimensões orientados para o povoamento e exploração dos recursos naturais, alimentados pelos cidadãos do Reino, por colonos das ilhas, pelos escravos e por guarnições militares deslocadas da sua origem. Quando se tornou evidente o interesse do velho continente, em particular entre os países ibéricos e as novas colónias, registou-se o aproveitamento mais intenso destes novos espaços dando origem às grandes migrações portuguesas, castelhanas e também europeias do século XVIII e seguintes. Neste ciclo inscreve-se a independência das colónias inglesas e francesas, portuguesas e castelhanas na América e noutros continentes.

O ciclo de vida de alguns destes movimentos emigratórios obriga a outras referências relacionadas com a presença portuguesa no Oriente e com a sua estadia em África. Num e noutro caso essa permanência deu origem a formas distintas de ocupação territorial em conclaves, feitorias e praças de menor extensão e na ocupação de grandes domínios territoriais insuficientemente arroteados por uma colonização precocemente esquecida. Temos assim, num primeiro caso, vestígios de uma ocupação que não conduziu às sangrias da

emigração e, no segundo, situações diferenciadas e alimentadas pelo trânsito marítimo, comercial e humano entre Portugal e as suas ex-colónias.

Alguns destes destinos afirmaram-se como portos de desembarque da emigração transoceânica; outros guardam registos de uma presença pouco duradoura decorrente do abandono ou perda de soberania; outros, ainda, tornaram-se mais presentes com a afirmação dos movimentos de independência e a evolução da política de colonização promovida pela Monarquia, pela República e mais tarde pelo Estado Novo. O tempo, sempre o tempo, encarregou-se de inverter tal situação. Disso nos dão conta os movimentos de compensação: regresso, retorno e imigração, bem como os dados registados pelos Serviços Consulares de Portugal nos principais países de imigração.

Na maioria dos exemplos referidos pelo Observatório da Emigração[126] verifica-se um excedente do total de registos consulares sobre a população nascida em Portugal, o que traduz um acréscimo de cidadãos detentores da nossa nacionalidade, fruto de uma ancestral permanência e de antigas raízes familiares.

População de origem portuguesa: fontes estatísticas e registos consulares (+-2014)

	Fonte: ONU	*Fonte: Registos Consulares*
Africa Sul	52144	71513
Angola	12707	115595
Austrália	19833	50157
Brasil	139825	581869
Cabo Verde	1155	12333
Canadá	172749	151087
China Macau	1523	126238
EUA	175027	198781
Guiné Bissau	776	5519
Índia	159	33580
Moçamb.	4340	24181
S.T.Principe	35	4340
Suazilândia		1162
TimorLeste	334	9700
Uruguai	467	1325
Venezuela	44775	300000
Zimbabué		1110

Como em tempo escreveu V. M. Godinho (1978, 4) se "é o homem, são os homens que nos importam" nas suas condições de vida e nos seus projectos e desenvolvimento humano, a emigração, como fenómeno social total (Marcel Mauss) interessa a várias gerações, países e cada vez mais aos indivíduos e suas famílias. Por razões que se prendem não só com a evolução económica dos países de além-mar e com as necessidades de mão-de-obra sentidas na Europa, os novos destinos da emigração portuguesa, traçados desde os finais do século XIX, alteraram-se no decurso do século passado conduzindo à redução drástica da emigração transoceânica em detrimento da emigração intra-europeia.

Contudo a acessibilidade dos transportes aéreos, as condições de trabalho, os salários e o nível de vida de alguns países fora do velho continente, continuam a contribuir para engrossar os contingentes de emigrantes portugueses que se espalham pelos mais diversos países da Europa e pelo resto do mundo. No entanto, observa M. B. Rocha Trindade (2015, 310), que são estes grupos de emigrantes, oriundos por vezes da mesma localidade e residentes na mesma região geográfica e país que "tende a atrair para o mesmo sítio os seus conterrâneos", o que permite reforçar (loc. cit.) os "laços de relações sociais – laços de convívio e vizinhança – cuja rede enlaça e prende todos os elementos de um grupo, reforçando os próprios laços de parentesco que já existiam".

São estas comunidades que atestam a diversidade e a complexidade do xadrez geográfico que evocamos, iniciado no primeiro quartel de Quatrocentos e cuja evolução e destinos ficaram assinalados no Oriente asiático, no Brasil e em África. A partir da segunda metade de Novecentos estes movimentos orientam-se para o mosaico europeu, primeiramente para os países mais industrializados do ocidente e depois para outros destinos do centro e da periferia atlântica. Da conjugação destas situações deparamos com dois tipos de comunidades diferentes:

- as que resultam essencialmente da emigração de portugueses e da concentração de luso-descendentes – comunidades emigradas (M. B. Rocha-Trindade, op. cit., 178);
- as que revestem formas antigas de concentração de cidadãos nacionais e que constituem "remanescentes de uma ocupação e soberania portuguesa em antigos territórios do Império e transferidos (em geral sob a forma unilateral) para a soberania de outro país" (loc. cit.).

Correspondendo a uma memória que remonta há mais de cinco séculos de emigração transoceânica, no início do milénio actual:

- mais de metade dos cerca de cinco milhões de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro estavam dispersos no continente americano (EUA, Canadá, Brasil e outros destinos);
- quase um terço residia em países da Europa;
-os demais repartiam-se por diversos destinos da América central, África, Ásia e Oceânia.

Num mosaico complexo de contextos geográficos e sociais, de populações diferenciadas na sua origem territorial e social, de meios económicos muitos distintos e de heranças socioculturais diferenciadas, recordam-se os termos de identidade desta população. Como assinala I. Amaral (2014), "a identidade dos indivíduos e dos povos não é inata mas de ordem cultural; não é um dado estático, está em perpétua evolução, como os indivíduos e as sociedades, mas também porque tende para ideais. Toda a identidade é plural". Esta reflexão é reafirmada por M. Idalina Rodrigues (1987, 6)[127], que a propósito da distância que separa as identidades e a chama que os une, escreve: "uma nação é necessariamente um lugar de memória e a memória é garantia da identidade de um povo que caminha na alternância do permanente e do variável, da diferença e da unidade, da rejeição e da assimilação de amplo leque de factores socio-morfológicos e ideológicos".

Partilhando da mesma reflexão, o xadrez geográfico tecido ao longo do texto converge numa situação que continua a ser uma constante da nossa herança geo-histórica e cultural, expressa no significado da 'diáspora portuguesa. Tal como Camões *(Os Lusíadas* – Canto IV), perguntamos: "A que novos desastres determinas / De levar estes Reinos e esta gente?/ Que perigos, que mortes lhe destinas, / Debaixo dalgum nome preminente? / Que promessas de reinos e de minas / De ouro, que lhe farás tão facilmente? / Que famas lhe prometerás? Que histórias? / Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?"

Comungando do pensamento de Godinho (1994, 49), a emigração prossegue uma descoberta e o conhecimento do mundo significa "intercâmbio cultural e económico entre sociedades e civilizações, afirma a reciprocidade de perspectivas entre o 'nós' e os outros, ou seja a unidade do género humano na pluralidade – em suma, a invenção da humanidade". Até quando?

Bibliografia

ACIDI (2009). *Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*. (Outubro, n.º 5). Lisboa: ACIDI.

Abreu, L. (2001). "O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português". *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VIII (3): 591-611, Set. Dez. 2001. *from* http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7646.pdf 14NOV15.

Afonso, Mónica. "Los portugueses en el Gran Buenos Aires, perdida y presencia de su lingua". *from* http://www.monografias.com/trabajos38/portugueses-buenos-aires/portugueses-buenos-aires.shtml 13NOV13.

Albuquerque, Luís (1983). *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa: ICLP-Ministério da Educação (Biblioteca Breve, nº 73).

Albuquerque, Luís (1993). "Introdução". *in* Albuquerque, Luís – Dir. (1993) - *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, III Vols.

Alexandre, Valentim (2004). "O império português (1825-1890) ideologia e economia". *in Análise Social*, vol. XXXVIII (169), 2004, 959-979.

Almeida, A.A. Marques (1998) – *A Matemática no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Almeida C. e Barreto, A. (1970). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora.

Alpalhão J. e Rosa Victor (1983). *Da emigração à aculturação. Portugal insular e continental no Québec*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Alves, Jorge F. (1994). *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto oitocentista*. Porto: Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).

Alves, Jorge (1999). "Variações sobre o 'Brasileiro': tensões na emigração e no retorno do Brasil". *in Revista Portuguesa de História*, XXXIII, Univ. Coimbra, pp. 191-222.

Alves, Maciel (1983). *Os portugueses no mundo*. Lisboa: Edição de "O Dia".

Alvim, Alexandra L. (2012). *Das Ilhas ao Continente: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registos batismais (1757-1774)*. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul – IFCH-DH (Monografia) *from* https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66954/000870063.pdf?sequence=1 2OUT16.

Amaral, Ilídio (2014). "Crise de Identidade no século XIX". Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa (Conferência: 26 de Outubro de 2014).

Amaral, Ilídio (2015). "Relações entre Política, Economia e Cultura". *in Lúcere*, Luanda: Universidade Católica de Angola.

Amaral, Ilídio (2015). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Luanda: Editorial Kilombelombe

(Colecção "Ciências Humanas e Sociais" – Série Geografia Humana e Demografia – nº 1) (1ª Edição: 1968).

Anthony, Philomena S. (2013). *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825)*. Brasília: FUNAG. *from* https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/24721/1027-Relacoes_Intracoloniais_Goa-Bahia_1675-1825.pdf 28SET16.

Antunes, L. F.. "Topónimos – Diu". *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=992 7JAN16.

Arroteia, Jorge C. (1983). *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto e Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº79).

Arroteia, J. e Rocha-Trindade M. B. (1984) – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.

Arroteia, Jorge C. (1985). *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos.

Arroteia, Jorge C. (2008). *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Arruda, J., Ferlini, V., Matos, M., Sousa, F. - Org. (2013). *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, pp. 21-36.

Avelar, Pedro (2012). *História de Goa: de Afonso Albuquerque a Vassalo e Silva*. Lisboa-Alfragide: Texto.

Baião, A., Cidade, H. e Múrias, M. (1937-Vol.I; 1939-Vol.II e 1940-Vol.III). *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Editorial Ática, III Vols.

Barreto, L. F. (1992). "O Brasil e o índio na geografia dos descobrimentos portugueses-século XVI." *in Revista da Faculdade de Ciências Socias e Humanas* – Universidade Nova de Lisboa, pp. 77- 102. *from* http://run.unl.pt/handle/10362/6696 6DEZ15.

Barros, Simão (s/d) – *Origens da colónia de Cabo Verde*. Lisboa: Edições Cosmos (Cadernos Coloniais, nº 56).

Bastos, Cristina (2009). "Maria Índia, ou a fronteirada colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola". *in Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: Ano 15, 31Jan, pp. 51-74. *from* http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a03v1531.pdf. 25JAN16.

Bernardino, Luís M.B. (2014). "A defesa de Angola: a estratégia militar portuguesa no período da grande guerra do Capitão Gastão Sousa Dias". *in Revista Militar*, 2548. *from* http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=923 27FEV16.

Barbosa, Rosana (2003). "Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil". *from* https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/387 10DEZ15.

Biedermann, Zoltán – "Ceilão". *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=913 6FEV16.

Bispo, A. A. (2012). "Veneza do Oriente II. Memória, imagens e vigência de Ayutthaya em Bangkok. Portugueses no antigo Sião e processos internacionalizadores". *in Revista Brasil-Europa*: Correspondência Euro-Brasileira 135/3 (2012:1). *from* http://www.revista.brasil-europa.eu/135/Portugueses-no-Siao.html.

Borges, Marcelo (1989). "Los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XIX: una aproximación sociodemográfica". *in Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Nº 12.

Cabral, A. M. Pires (1985). *A emigração na literatura portuguesa: uma colectânea de textos*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração (Série Migrações).

Caldeira, Susana (2011). "A emigração na história da Madeira – o caso do Havai". *in* Centro de Estudos de História do Atlântico – Newsletter, 12. *from* http://www.madeira-edu.

pt/ceha 6DEZ15.
Candeias, P., Góis, P., Marques, J. e Peixoto, J. (2014). *Emigração portuguesa: bibliografia comentada (1980-2013)*. Lisboa: SOCIUS Working Papers.
Carreira, M. P. (2011). "O tempo tríbio português". *in Revista Militar*, Junho/Julho 2011. *from* http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=678 18NOV15.
Carvalho, Augusto de (1875). *O Brazil. Colonização e emigração*. Porto: Typographia de Bartholomeu H. de Moraes.
Carvalho, Rita B. (2006). *La présence portugaise à Ayuttaya (Siam) aux XVIe et XVIIe siècles*. Paris: École Pratique des Hautes Études (Mémoire).
from http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/files/varia/tese_ritacarvalho.pdf 1NOV16.
Castelo, Cláudia (2007). *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento.
Castro, Dom João (1843). *Primeiro Roteiro da costa da Índia, desde Goa até dio: narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta última cidade. 1538-1539*. Porto: Typographia Comercial Portuense (Publicado por Diogo Kopke, Capitão da 3ª Secção do Exército, lente da Academia Polytéchnica do Porto, e Correspondente do Instituto Histórico e Geográphico do Brasil).
Cerquone, Joseph (1985). "Luso-americanos: um quadro geral". *in Temas actuais: Os Luso-Americanos*. Serviços de Imprensa e Culturais da Embaixada dos Estados Unidos da América. Lisboa: SCE-EUA.
Claval, Paul (1987). *Geografia do homem*. Coimbra: Livraria Almedina.
Comissariado Geral dos Serviços de Emigração – Ministério do Interior (1925). *Boletim da Emigração*. Lisboa: M.I. – CGSE, p. 5.
Cordeiro, C. e Madeira, A. (2003). "A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820)". *in Arquipélago - História*, 2ª série, VII (2003), pp. 99-122.
Cortesão, Jaime (1980). *O que o povo canta em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
Costa, Adelino (2010). "Goa contemporânea e a herança cultural portuguesa (1961-2010)". [Comunicação apresentada na Academia da Marinha em 23NOV2010]. *from* http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/2010/Goa_contemporanea.pdf. 21JAN16.
Costa, Elisa L.F. (2006). *Os colonatos de Angola: génese, evolução e estado actual*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia (Tese de Doutoramento).
Costa, João P. (1998). *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luis Cerqueira*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – FCSH (Tese de Doutoramento).
Costa, Manuel F. (1979). *O descobrimento da América e o Tratado de Tordesilhas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 46).
Couto, Jorge (1995). *A construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos.
Couto, Mia – *Raiz de orvalho e outros poemas. from* https://books.google.pt/books?id=vzrTDk3CJVUC&pg=PA58&lpg=PA58&dq=mia+couto+poema+mesti%C3%A7o&source=bl&ots=WjZEmrrZrO&sig=ZcEz0DJF1BdPnemHBuglJwgmRI0&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjjsJeh5bzPAhWMFR4KHZnwCC0Q6AEITDAJ#v=onepage&q=mia%20couto%20poema%20mesti%C3%A7o&f=false 2OUT16.
Cristóvão, Fernando (2013). "Modernidade e exemplaridade multicultural de Casa grande e Senzala". *Academia de Ciências de Lisboa*. *from* http://www.acad-ciencias.pt/wordpress/wp-content/uploads/2014/05/comunicacao_0002.pdf 27Nov15.

Cruz, João J. S. (2008). "O enigma de uma colónia virtual – África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique)". *in Revista Militar*, Novembro. *from* http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=344 19NOV15.

Cruz, Maria A. (1986-87). "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil: contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX". Separata de: *Revista de História*. Porto, Vol. VII. *from* http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6489.pdf. 15DEZ15.

Daniel, Camila (2011). "A imigração e a formação de uma nação: por um projecto de modernização do Brasil". *in XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (Comunicação). Salvador: Universidade Federal da Bahia (7-11 AGO2011).

Dias, E. (2005) "A capitania de Pernambuco e a instalação da Companhia Geral de Comércio". *in Comunicações, Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Universidade Nova de Lisboa-Centro de História de Além-Mar (CHAM).

Dias, Eduardo M. (1987). "A presença portuguesa na América do Norte e Havaí". *in Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, 46-47, pp. 17-31.

Dias, Eduardo M. (1989). *Falares emigreses. Uma abordagem ao seu estudo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 113).

Dias, G. C. (1997). "A evangelização: Portugal e a política externa da Igreja no séc. XV". *in Revista da Faculdade de Letras: História*, II, 14, pp. 139-166. Porto: Universidade do Porto. (Separata) *from* http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8159. 11NOV14.

Direito, Bárbara P. (2013). *Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942*. Lisboa: Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento).

Doré, Andréa (2002). "Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos". *in Revista Brasileira de História*, 22, 44, pp. 311-339.

Doré, Andréa (2006). "Conquista e conversão no Reino do Congo e na Costa da Pescaria: elementos para o estudo do Império Português (séculos XV-XVII)". *in Seminário Facetas do Império na História*. Universidade Federal do Pará (6-10 de Novembro de 2006). *from* http://people.ufpr.br/-andreadore/AndreaDore.pdf. 5DEZ15.

Durkheim, Emile (1977). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, II Vols. (Edição conjunta com a Livraria Martins Fontes do Brasil).

EME - Estado Maior do Exército (1988). Resenha histórico-militar das campanhas de África. Lisboa: EME (1º Vol.). (Policopiado).

Enciclopédia Católica Popular. *from* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 18NOV15.

Espírito-Santo, Gabriel (2014). "Quarenta anos de reforma nas Forças Armadas: uma avaliação". *in Revista Militar*, 2554, Novembro.

Evangelista, João (1971). *Um século da população portuguesa*. Lisboa: INE-Centro de Estudos Demográficos.

Faria, Patrícia S. (2012). "Mais soldados e menos padres: remédios para a preservação do Estado da Índia (1629-1636)". *in História Unisinos*, 16 (3), pp. 357-368 (Set/Dez).

Farinha, António D. (1993). "O interesse pelo Norte de África". *in* Albuquerque, Luís – Dir. (1993) - *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, III Vols., pp. 101-136.

Farinha, António (1999). *Os portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões.

Ferreira, E. S. (1985). "A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74". *in Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º pp. 83-110.

Ferreira, Jo-Anne S. (2006/7). "Madeiran portuguese migration to Guyana, St. Vincent, Antigua and Trinidad: a comparative overview". *in Portuguese Studies Review*, 14 (2), pp. 63-85.

Ferreira, José – "Cananor". *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=986 15FEV16.

Ferreira, José – "Cochim". *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1062 7JAN16.

Ferreira, José "Tratado de Tordesilhas". *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1120 30NOV15.

Ferronha, António L. (1996). *As civilizações africanas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Figueiredo, Fernando (2004). *Timor. A presença portuguesa (1769-1945)*. Porto: Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).

Fonseca, Vítor da (2009)."Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1916", *in* Padilla, Beatriz e Xavier, Maria (org.), *Revista Migrações* - Número Temático. Migrações entre Portugal e América Latina, Outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 221-237.

Freitas, J. J. Rodrigues de (1906). "A emigração portuguesa para o Brasil". *in Páginas Avulsas*. Porto.

Gama, Luísa. "Navegações portuguesas – "Escola de Sagres". *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g19.html 11NOV15.

George, Pierre (1976). *Les migrations internationals*. Paris: Presses Universitaires de France.

Girão, Aristides (1960). *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora (3ª Edição).

Godinho, Vitorino M. (1977). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa* – Lisboa: Arcádia, 3ª Ed.

Godinho, Vitorino M. (1978). "L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde". *in Revista Económica e Social*, pp. 8-32.

Godinho, Vitorino M. (1994). *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI. Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Gonçalves, Alexandre (2014). "Os portugueses no Uruguai". *in VIII Congresso Português de Sociologia.* (Comunicação) *from* http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0976.pdf. 7DEZ15.

Gonçalves, António (2002). "Navegações portuguesas – Bolina, navegação à bolina". *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a00.html 11NOV15.

Guerreiro, Amaro (1961). *Panorama económico dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Gurvitch, Georges (1979). *Vocação actual da Sociologia*. Lisboa: Edições Cosmos.

Gutiérrez-Roldán, H. (1989). "La inmigración española, italiana y portuguesa: Chile 1860-1930". (Inédito) *from* http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12919/NotaPobla48.pdf?sequence=1 2OUT16.

Heller, Reginaldo (2008). *Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII*. Niteroi: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutoramento).

IGBE (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística. *from* http://brasil500anos.ibge.gov.br/ 27JAN16.

Instituto Camões. "Colonatos modelo c) Regadio de Matala 1954". *from* http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BzQE5qUhku4J:www.institutocamoes.pt/glossario/Textos/Agronomia/HTM/terraplanagem.html+&cd=1&hl=pt-PT&ct=-clnk&gl=pt 20NOV15.

Junta da Emigração (1953). *Emigração* (Conferência efectuada pelo seu presidente em 18/12/1952). Lisboa: J.E. /Ministério do Interior (Policopiado).

Junta da Emigração (1953). *Boletim Annual da Junta da Emigração (1953)*. Lisboa: Ministério do Interior – Junta da Emigração.

Junta da Emigração (1957). *Boletim da Junta da Emigração*. Lisboa: Ministério do Interior-Junta da Emigração.

Junta da Emigração (1965). *Boletim da Junta da Emigração*. Lisboa: Ministério do Interior – Junta da Emigração.

Juteau, Damielle (1986). "L'État et les immigrés: de l'immigration aux communautés culturelles". *in* Guillaume, P., R. Pelletier, J-M. Lacroix et J. Zylberberg (dir. de publication) *Minorité et État. Qué*bec: Centre d'Études Canadiennes de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine et LÉPA de l'Université Laval, pp. 35-50.

Khoury, Yara Aun (2004). *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*. São Paulo: EDIC, PUC, SP, Imprensa Oficial, 2 vols.

Ladame, Paul A. (1958). *Le rôle des migrations dans le monde libre*. Genève: E. Droz.

Laytano, Dante (1969). "Colonização açoriana no Rio Grande do Sul". *in Colonização e Migração*. São Paulo (Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História).

Levy, Maria S. (1974). "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)". *in Revista Saúde Pública*. São Paulo S (suplemento). pp. 49-90.

Loureiro, Rui M. – Coord. (1995). *Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Lourenço, Carlos R. (1994). *Apontamentos sobre a navegação e a cartografia no dealbar dos descobrimentos marítimos*. Coimbra (Separata do Bol. Bibl. Univ. Coimbra, vol., 42, pp. 165-188).

Luansi, Lukonde (2003). "Angola: Movimentos migratórios e Estados pré- coloniais – Identidade nacional e autonomia regional". *in International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History*, Berlin, 24-26 September. *from* https://www.zmo.de/angola/papers/Luansi_(29-03-04).pdf 30JAN16.

Maia, Fernanda e Monteiro, Isilda (2015). "Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal – finais do séc. XIX e inícios do XX". *in Navegar*, 1, 1, Jul-Dez. pp. 122-149.

Manso, Maria D. B. (2011). "Contexto histórico-cultural das missões na Índia: séc. XVI-XVII". *in História Unisinos*. 15(3):406-416, Setembro/Dezembro 2011 p. 410. *from* http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/3450. 6NOV14.

Manso, Maria e Sousa, Lúcio (2013). "Os portugueses e o comércio de escravos nas Filipinas (1580-1600)". *in Portugal e o sueste asiático: 500 anos / Portugal and southeast asia: 500 years*. Lisboa: CH-FLUL e NICPRI (Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais).

Marques, A. H. de Oliveira (1976). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores (II volumes) – 3ª Edição.

Marques, Ester (1976). "Imigração açoriana no Maranhão e fundação de São Luis". *from* http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/esterimigracao.htm 5OUT16.

Marreca, Oliveira (1854). "O defeito jaz nas instituições". *in* Serrão, Joel (1976) – Testemunhos da emigração portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 99-100.

http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/esterimigracao.htm 28NOV15.

Martinez, M. V. B. (2010). "Inmigrantes europeos en Paraguay 1818-1930". *in XIV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: congreso internacional* (pp. 1099-1121). Universidade de Santiago de Compostela: Centro Interdisciplinario de Estudios Americanistas Gumersindo Busto; Consejo Español de Estudios Iberoamericanos.

Martins, Manuel G. (1990). "O Padroado Português do oriente e os factores exógenos". *in Nação e Defesa*, 53, pp. 103-123.

Martins, Oliveira (1956). *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães & Cª. Editores.

Martonne, Emmanuel (1953). *Geografia Física*. Lisboa: Edições Cosmos (Panorama da Geografia).

Martins, José V. P. (1998). *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências.

Mata, Eugénia e Valério, Nuno (1994). *História económica de Portugal: uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.

Matine, Manuel (2015). *A integração de famílias autóctones no Colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977*. Nitéroi-RJ: Universidade Federal Fluminense (Dissertação).

Matos, Artur T. (1995). "O Império Colonial Português no início de século XVII. Elementos para um estudo comparativo das suas estruturas económicas e administrativas". *Arquipélago. in Memoriam Maria Olímpia da Rocha*. Série Ciências Humanas, 2ª série, I, n.º 1, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 181-223.

Matos, Artur T. – Dir. (2001). *O Tombo de Damão – 1592*. Lisboa: CNCDP/Centro de Estudos Damião de Góis.

Matos, Luís. "Viagens à Terra Nova". *in Navegações portuguesas.* Instituto Camões. *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/d34.html 28NOV15.

Matos, Luís. "Náutica portuguesa". Instituto Camões, *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/arte-de-navegar-roteiristica-e-pilotagem/nautica-portuguesa.html#.VkMob9LhDs0 11NOV15.

Matos, Luís. "Viagens à Terra Nova". *Navegações portuguesas* – Instituto Camões. *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/d34.html 28NOV15.

Medeiros, Carlos A. (1976). *A colonização das terras altas do Huíla (Angola) – Estudo de geografia Humana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Memórias.

Méndez, Maria. "Migración e inmigración reciente en Argentina". *from* http://www.monografias.com/trabajos28/migracion-emigracion/migracion-emigracion.shtml25 NOV15.

Mello, Márcia (2003). "As Juntas das Missões Ultramarinas na América portuguesa (1681-1757)". *in Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba: Aos quatro ventos (26-28 de NOV), pp. 39-63.

Mendes, M. Clara (1979). *Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento).

Meneses, A. D. F. (2014). "Os açorianos na estruturação do Brasil do sul: as levas de meados do século XVIII". *in Portugal e as migrações da Europa do sul para a América do Sul*, 123.

from http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul. 10DEZ15.

M. R. E. - Ministério das Relações Exteriores (1969). *Brasil.* Brasília: Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Administração.

Monteiro, Anabela N. (2011). *Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China: interesses e estratégias de sobrevivência*. Coimbra: Universidade de Coimbra - FLUC (Tese de Doutoramento).

Monteiro, Miguel (1998). "Mobilidade geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção". *in Boletin de la Asociación de Demografia Histórica*, XVI, I, pp. 97-136.

Narciso, Raimundo (1999). "O serviço militar e a cidadania". *in Nação e Defesa*, 91, 2ª série, pp. 67-94.

Nascimento, Joselin (2009). *Emigração madeirense para a Venezuela (1940-1974)*. Funchal: Universidade da Madeira (Dissertação de Mestrado).

Nazareth, Joaquim M.P. (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Presença.

Nemirovsky, Ada (2005). *Tradicionalismo y modernizacion: las quintas portuguesas del partido de La Matanza*. Buenos Aires: Universidad de Belgrano (Departamento de Investigaciones).

Nobre, Pedro. "Bombaim" – *from* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=982 7JAN16.

Nunes, A. Sedas (1964). "Portugal, sociedade dualista em evolução". *in Análise Social*, II, 7-8, pp. 407-462.

Observatório da Emigração (2015). *Emigração portuguesa – relatório estatístico*. Lisboa: O.E./S.E.C.P.

Oliveira, Francisco R. (2003). "Os portugueses e a Ásia marítima, c. 1500 - c. 1640: contributo para uma leitura global da primeira expansão europeia no oriente. 1ª parte: os mares da ásia no início do século XVI". *in GeoCrítica Scripta Nova* - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. issn: 1138-9788. depósito legal: b. 21.741-98. Vol. vii, núm. 151, 15 de octubre de 2003 *from* http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-151.htm 1OUT16.

Padilla, Beatriz (2004). "Do fado ao tango. A emigração 'invisível' dos portugueses na região platina". *in Colóquio Território e Povoamento – a presença portuguesa na região platina*. Colonia del Sacramento, 23 a 26MAR2004.

Pantoja, Selma (2004). "Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII". *in Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. III, nº 5/6, pp. 117-136. *from* http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/5601/1/inquisicao_mesticagem_angola.pdf. 2OUT16.

Pap, Leo (1981). *The portuguese-americans*. Boston: Twayne Publishers.

Pedreira, Jorge (1998). "As consequências económicas do império: Portugal (1415-1822)". *in Análise Social*, vol. XXXII (146-147), 1998 (2.º-3.º), pp. 433-461.

Pereira, Duarte – "Esmeraldo de sito orbis". *in* Serrão, Joel (1976). *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pereira, Dulce. "Crioulos de base portuguesa". *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html 28NOV15.

Pereira, José (2002). "Contribuição dos Açores à Colonização do Brasil nos séculos XVII e XVIII". *in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. LX,* pp. 261-279.

Pereira, Miriam H. (1981). *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do

Jogo, 1981.

Perez, Michel (2000). "Les enjeux de la lusophonie Le portugais, langue de communication internationale". *in Lusotopie 2000 – Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies (La chronique universitaire. pp. 610-620) from* http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/perez.pdf. 5OUT16.

Pinto, M. L. e Rodrigues, Teresa M. (1993). "Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI". *in Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*. Funchal: SRTC/CEHA, pp. 403-471.

Prado, Fabrício (2003). "Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII". *in Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 79-104, Julho de 2003.

Queiroz, Eça de (1979). *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas e Realidades - Edição do Relatório sobre a emigração moderna (1874).

Ramos, L. A. (1994). "Repercussões do Tratado de Tordesilhas na Época Contemporânea". *in Revista da Faculdade de Letras*, pp. 173-191 (p. 178). *from* http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2122.pdf. 6NOV14.

Ribeiro, António (2011). "Os navios e as técnicas náuticas atlânticas nos séculos XV e XVI: os pilares da estratégia 3C". *in Revista Militar*, Agosto/Setembro. *from* http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=667 27NOV15.

Ribeiro, Darcy (1970). *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2º Ed., São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, Orlando (1955). *Portugal* (Tomo V de: *Geografia de España y Portugal*). Barcelona: Montaner y Simón, S. A.

Ribeiro, Orlando (1970). *Ensaios de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Ricard Robert (1923). "Le problème de la découverte du Brésil". *in Bulletin Hispanique*. Tome 25, N°1, pp. 59-80. *from* http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hispa_0007-4640_1923_num_25_1_2128 24OUT14.

Rocha, Andrée Crabbé (1979). *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 31).

Rocha, Fabrício (2012) – "Aqui e lá: Trânsitos coloniais em Moçambique e uma possível diáspora portuguesa no século XX". *in O Cabo dos Trabalhos*: Revista Electrónica dos Programas de Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC/ III, Nº 8, 2012. *from* http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n8/ensaios.php 6DEZ15.

Rocha-Trindade, M. B. (1970). Immigrés Portugais. Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne: Orsay, Paris: Faculté de Lettres et de Sciences Humaines de Paris, VIII, 236. (Tese de Doutoramento).

Rocha-Trindade, M. B. (1976). *Les Immigrés portugais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Rocha-Trindade, M. B. (1986). "Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil". *in Análise Social*, vol. XXII (90), 1986-1.0, pp. 139-156.

Rocha-Trindade, M. B. (2015). *Das migrações às interculturalidades*. Porto: Edições Afrontamento.

Rocha-Trindade, M. B. e Fiori, N. (2009). "Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências 1908-1945", *in* Padilla, Beatriz e Xavier, Maria (org.), *Revista Migrações – Número temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Outubro 2009, nº 5. Lisboa, ACIDI, pp. 203-219.

Rodriguez, Froilan (1959). *Historia de Venezuela*. *from* http://www.lectura-online.net/libro/

historia-de-venezuela-pdf-4.html 20JAN16.
Rodrigues, M. Idalina R. (1987). "A chama e a distância". *in Revista ICALP*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Março-Junho, nº 7-8, pp.6-8.
Rodriguez, Froilan (1959). "La historia de los portugueses en Venezuela (1959) de Miguel Acosta Saignes", p. 13. *from* http://servicio.bc.uc.edu.ve/postgrado/manongo34/art01.pdf 20JAN16.
Rosa, V. e Trigo, S. (1986). *Portugueses e moçambicanos no apartheid: da ficção à realidade*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos .
Santos, J. Marinho (1998) – *A guerra e as guerras na expansão portuguesa (séculos XV e XVI)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Saraiva, José H. (1978). *História concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
SEECP (1982). *Boletim anual*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas.
Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2013). *Relatório da Emigração*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas-SECP.
Schimiti, Lucy (1985). *Comunidades portuguesas: fenómeno associativo no Estado do Panamá*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos.
Schwartz, Stuart (2008). "Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal." *in Tempo*. 12, nº 24, Nitéroi. *from* http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042008000100001111DEZ15.
Seabra, L. e Manso, M. D. B. (2012). "Ensino e missão jesuíta no Oriente". *in Repositório Universidade de Évora*. *from* http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8852 6JAN16
Secretaria de Estado da Emigração (1974). *Boletim anual*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração.
Seibert, Gerhard (2014). "Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias". *in Afro-Ásia*, 49, pp. 41-70.
Serrão, Joaquim (1977) – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 3).
Serrão, Joel (1970). "Conspecto histórico da emigração portuguesa". *in Análise Social*, XVIII (32), pp. 597-617.
Serrão, Joel (1976). *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
Serrão, Joel (1977). *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte (3ª Edição – 1ª Ed. em 1972).
Serrão, Joel (1980). "A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização)", *in Temas oitocentistas – I*. Lisboa: Livros Horizonte, 161-186 (II Vols.).
Serrão, Joel (1985). "Notas sobre emigração e mudanças social no Portugal contemporâneo". *in Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985-3.º-4.º-5.º, pp. 995-1004.
Serrão, Joel – Coord. (2006). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, VI Vols. – Reimp.
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2014) – *Relatório anual*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF.
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. "Portal de Estatística". *from* http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx 8FEV16.

Silva, Alzira (2010). "Migrações em espaços insulares - testemunhos açorianos". *in* Fonseca, M. Lucinda (2010) – *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 131-138.

Silva, Iuri A. L. (2011). "As canoas da desforra". *in Revista de História. from* http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforra 16FEV16.

Silva, F. A. D. e Meneses, C. A. (1984). *Elucidário madeirense*. SRTC – DRAC, Funchal, 363.

Sorre, Max. (1955). *Les migrations des peuples. Essai sur la mobilité géographique*. Paris: Flammarion.

Sousa, F. (2013). "Os portugueses. De colonos a emigrantes". *in* Arruda, J.; Ferlini, V.; Matos, M.; Sousa, F. - Org. (2013) – *De colonos a imigrantes: I(e)migração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE, pp. 21-36.

Sousa, Ivo C. (2003). "Portugal e o Sudeste asiático: problemas, tendências e novas orientações historiográficas". *in Revista da Faculdade de Letras – História*. XXX série, 4, pp. 147-169.

Sousa, João B. (2003). "Macau portuguesa: a cidade do nome de Deus na China. Um caso singular em Direito Internacional. Origem histórica e futuro anunciado". *in Revista Fabulação*, João Pessoa, ano 1, Set. (Centro de Estudos Neolatinos). *from* http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15669-15670-1-PB.pdf. 27JAN16.

Sousa, João S. "A expansão portuguesa no século XV – o medo do mar". *in Portal da História* – Artigos. *from* http://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_expansao2.html 13JAN16.

Tapinos, Geogres (1974). *L'économie das migrations internationales*. Paris: Economica.

Teixeira, José C. (2010). "Toronto multicultural e 'Little Portugal' ('a décima ilha dos Açores')". *in* Fonseca, M. Lucinda (2010) – *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 193-212.

Teixeira, Nuno (1987). "Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês". *in Análise Social*, Vol. XXIII (98), 1987-4.º, pp. 687-719.

Teyssier, Paul (1980). *Histoire de la langue portugaise*. Paris, PUF (Que sais-je? 3).

Thomaz, Luís F. (1979). "Les portugais dans les mers de l'archipel au XVIe siècle". *in Archipel*, 18, pp. 105-125.

Thomaz, L. F. (1994). *De Ceuta a Timor*. Viseu: DIFEL.

Thomaz, Luís Filipe (1994). "O projecto imperial joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)". *in De Ceuta a Timor*, Lisboa: Difel, pp. 150-153.

Thomaz, Luís Filipe (1998). "Introdução" à História dos Portugueses no Extremo Oriente, dir. por A. H. de Oliveira Marques, 1º vol., tomo I. Lisboa: Fundação Oriente, pp. 15-122.

Thomaz, Luís F. (2006). "De pace & foedere inter reges Portugalliae & Calecgut: a armada dos Albuquerques e o primeiro Tratado internacional firmado pelos portugueses na Índia". *in Humanitas*, 58, pp. 309-332.

Torga, Miguel (1965). *O Infante*. Coimbra.

Universidade do Minho. "Projecto Vercial. Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei Dom Manuel". *from* http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/caminha.htm 11FEV15.

Valério, Nuno – Coord. (2001). *Estatísticas históricas portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Valério, N. e Fontoura, M. P. (1994). "A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese". *in Análise Social*, vol. XXIX (129),(5.º), pp. 1193-1208.

Veloso, Ricardo (2002). "De Mendonça ao pastel de nata". *in Expresso* (1/06/2006) *from*

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W5_Su5BYvFQJ:imigrantes.no.sapo.pt/page6.australia.html+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt 30NOV15.

Vicente, P. (2000). "Brasil: factores de unidade". *in Camões-Revista de Letras e Culturas Lusófonas*. 8, Janeiro/Março, 2000 *from* http://www.instituto-camoes.pt/revista/factoresunid.htm 18NOV15.

Vieira, Nelson H. (1991). *Brasil e Portugal: a imagem recíproca (....)*. Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa (Diálogo: fronteiras abertas). *from* http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/estudos-literarios-critica-literaria/39-39/file.html 16NOV15.

Villas Bôas M. e Padilla, Beatriz (2007). "Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil". *in População e Sociedade*. 15, pp. 115-130.

Xavier, António A. (2009). "A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea". *in Migrações*, 5 *from* http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_5/Migr5_Sec2_Art1.pdf 27NOV15.

Zupanov, Inês. *O Império imperial, 1458-1665 – a religião e as religiões*. (Trad. de Margarida Vale de Gato) *from* http://www.ineszupanov.com/publications/HIST%D3RIA%20DA%20EXPANS%C3O%20PORTUGUESA%202001.pdf. 7/2/16.

Zurara . "Crónica da Guiné". *in* Serrão, Joel (1976) – *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

OUTRAS:

Diário de Notícias (29NOV2006). *from* http://www.dnoticias.pt/ actualidade/madeira/159903-cerca-de-6-mil-madeirenses-residem-na-australia 30NOV2015.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa: Temas e Debates, 2005 (XVIII Vols.).

Emigrateca portuguesa. *from* https://emigratecaportuguesa.wordpress.com/ 5OUT16.

IGBE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. *from* http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/ construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas 11FEV16.

Presença portuguesa na Venezuela. *from* http://historico.notitarde.com/ 1999/08/09/memoria/memoria7.html 28NOV15.

http://www.cancioneros.com/nc/15391/0/mulata-no-sapateado-vinicius-de-moraes-ary-barroso 2OUT16.

http://cartographie.sciences-po.fr/fr/la-grande-migration-transatlantique-fin-xixe-d-xxe-si-cle 22FEV16.

http://correiodevenezuela.com/portugues/segunda-etapa-da-imigracao-os-agricultores-desviados-das-petroliferas-de-curacau/ 28NOV15.

http://www.escritas.org.pt/t/13320/cancao-para-luanda 2OUT16.

ANEXOS

Anexos I - Principais indicadores da emigração portuguesa, 2014 ou último ano disponível

País	Entradas de portugueses	Residentes nascidos em Portugal	Residentes com nacionalidade portuguesa	Aquisições de nacionalidade por portugueses	Registos consulares
Alemanha	10 121	107 470	130 882	578	164 799
Angola	5 098	..	..	..	126 356
Austrália	76	19 290	..	227	50 428
Áustria	581	2 288	2 775	3	2 994
Bélgica	4 227	31 564	41 200	185	58 020
Brasil	1 934	137 973	..	..	644 903
Cabo Verde	..	1 716	..	..	14 380
Canadá	629	140 310	23 765	607	246 432
Dinamarca	637	1 640	1 768	0	1 735
Espanha	5 923	116 710	109 390	496	53 600
EUA	918	177 431	54 669	1 585	200 070
França	18 000	592 281	500 891	3 887	1 122 564
Holanda	2 079	16 054	17 266	38	22 621
Irlanda	302	2 033	2 739	9	3 612
Itália	374	7 023	5 614	34	11 258
Luxemburgo	3 832	60 897	90 800	1 211	121 127
Macau (China)	262	1 835	5 020	..	165 000
Moçambique	3 759	3 767	4 279	..	24 779
Noruega	653	2 560	3 161	23	5 001
Reino Unido	30 546	107 000	136 000	318	298 760
Suécia	309	3 457	2 193	48	1 702
Suíça	20 039	211 451	253 227	2 184	305 128
Venezuela	..	37 326	..	..	170 267

Fonte: Observatório da Emigração; Q.2-1

Nota [AGO] Dados dos vistos de emigração permanente. [AUS] Entradas de portugueses: 2012. [BEL] Entradas de portugueses: 2012. Nascidos em Portugal e aquisição de nacionalidade: 2013. [BRA] Nascidos em Portugal: 2010. [CPV] Nascidos em Portugal: 2010. [CAN] Entradas de Portugueses: 2013. Nascidos em Portugal e população com nacionalidade portuguesa: 2011. Aquisição de nacionalidade: 2012. [USA] Entradas de portugueses: 2013. População com nacionalidade portuguesa: 2012. Aquisição de nacionalidade: 2013. [FRA] Entradas de portugueses: 2012. Nascidos em Portugal: 2011. População com nacionalidade portuguesa: 2011. Aquisição de nacionalidade: 2013. [NLD] Entradas de portugueses: 2013. População com nacionalidade portuguesa: 2013. Aquisição de nacionalidade: 2013. [IRL] Entradas de portugueses: 2013. Nascidos em Portugal: 2013. População com nacionalidade portuguesa: 2011. Aquisição de nacionalidade: 2012. Registos consulares: 2013. [ITA] Entradas de portugueses: 2013. Nascidos em Portugal: 2012. Aquisição de nacionalidade: 2013. [LUX] Nascidos em Portugal: 2011. [MAC] Nascidos em Portugal: 2011. População com nacionalidade portuguesa: 2011. [MOZ] Entradas de portugueses: 2013. Nascidos em Portugal e população com nacionalidade portuguesa: 2007. [GBR] Nascidos em Portugal: 2013. População com nacionalidade portuguesa: 2013. [CHE] Entrada de portugueses: 2013. Nascidos em Portugal: 2013. População com nacionalidade portuguesa: 2013. Aquisição de nacionalidade: 2013. [VEN] Nascidos em Portugal: 2011.

Fonte Quadro elaborado pelo Observatório da Emigração, especificação das fontes nas próximas páginas. Entidades: Statistisches Bundesamt Deutschland; Consulado-Geral da República de Angola em Lisboa and Consulado-Geral da República de Angola no Porto, Portugal; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Portugal (DGACCP); Australian Bureau of Statistics; Department of Immigration and Citizenship and Border Protection of Australia; Statistics Austria; Ministério do Trabalho e Emprego, Brazil; IMILA, Investigación Migración Internacional de Latinoamérica; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Citizenship and Immigration Canada; Denmark Statistik; INE España; Observatorio Permanente de la Immigración, España; US Department of Homeland Security; Institut Nacional de la Statistique et des Études Économiques, France; Ministère de L'intérieure, France; Centraal Bureau voor de Statistiek, Netherlands; Central Statistics Office Ireland; Istituto Nazionale di Statistica, Italia; Le Portail des Statistiques du Luxembourg; Ministère de la Justice, Luxembourg; Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da RAE de Macau; Instituto Nacional de Estatística, Mozambique; Statistics Norway; Department for Work and Pensions, UK; UK Office for National Statistics, Annual Population Survey (APS) /Labour Force Survey (LFS); Government UK, Home Office; Statistics Sweden; Office Fédéral de la Statistique, Switzerland; Instituto Nacional de Estadística, Venezuela; OCDE; Eurostat.

Atualizado em 18 de Junho de 2015.
link http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1291

Anexos II - Declaração Constitutiva da Comunidade dos países de Língua Portuguesa – CPLP

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48ª, 49ª e 50ª Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;

Consideram imperativo:

• Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

• Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;

• Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

Reafirmam que a Língua Portuguesa:

• Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;

• É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
• É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;
• Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.
Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:
• Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;
• Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
• Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;
• Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;
• Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;
• Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;
• Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;
• Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;
• Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;
• Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;
• Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros,

medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;
• Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
• Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;
• Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;
• Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
• Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;
• Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino., da cultura e do desporto.
Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996

Pela República de Angola
Pela República Federativa do Brasil
Pela República de Cabo Verde
Pela República da Guiné-Bissau
Pela República de Moçambique
Pela República Portuguesa
Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe" [128]

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Rua de São Caetano, nº 32 1200-829 Lisboa
Telefone: (+351) 21 392 85 60 Fax: (+351) 21 392 85 88

Anexos III - Distritos[129]

Notas

INTRODUÇÃO

1 cf: Arroteia, 2008.

2 *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Lisboa, Temas e Debates, 2005, Tomo XII, p. 5134.

3 Michel Perez, Membro de honra da "Association pour le Développement des Etudes Portugaises, Brésiliennes, d'Afrique et d'Asie lusophones"; Inspector Geral da IGEN – Grupo de Português (França).
O texto fez parte de uma conferência realizada na Embaixada do Brasil em Paris (4MAI2000) sobre: "Les enjeux de la lusophonie Le portugais, langue de communication internationale" *in* http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/perez.pdf. 5OUT16.

4 CPLP – Declaração Constitutiva *in* http://www.cplp.org/id-3869.aspx 29SET16.

5 Observatório da Emigração, criado em 2008, com base num protocolo entre a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (DGACCP) e o CIES/ISCTE - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/observatorio.html 30JAN16.

6 "É um enclave espanhol no Norte de África, com estatuto de cidade autónoma, junto ao Estreito de Gibraltar. Encontra-se próximo de Algeciras e da colónia Britânica de Gibraltar (ambas na margem oposta do Mediterrâneo). O seu nome é uma alteração do árabe Sebta cuja etimologia deriva do latim Septem Fratres, nome dado pelos Romanos às colinas nas quais a cidade foi edificada. (...) Após o desastre de Tânger, a entrega de Ceuta foi a condição exigida pelos muçulmanos para a libertação do infante D. Fernando. A posição da cidade só foi consolidada após a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458 e de Arzila e Tânger em 1471. Durante a dinastia Filipina (de 1581 a 1640) Ceuta, tal como Tânger e Mazagão, manteve a administração portuguesa. Contudo, em 1640, aquando da restauração portuguesa, a praça não reconheceu como rei o duque de Bragança, D. João II, ficando sob domínio espanhol. Em 1668, no Tratado de Lisboa, os dois países oficializaram a

situação da cidade, que passou a ser uma possessão espanhola. Ainda hoje Ceuta mantém a bandeira original, de gomos brancos e pretos (como a lisboeta) com o escudo real português no centro". Topónimos – Ceuta: *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/ eve/content.php?printconceito=826 24JAN16.

7 Antigo Regime: séculos XVI, XVII e XVIII.

8 Luis da Cunha (1662-1749) – Embaixador de Portugal junto da Corte de Paris. O "Testamento político" é uma das cartas enviadas a D. José I. *in* http://www.senado.gov.br/senado/campanhas/conselhos /downloads/luisdacunha.pdf 19NOV15.

9 Refere o mesmo autor que a enorme entrada de gentes nos conventos e as saídas determinadas pela Inquisição eram duas das outras responsáveis pela fuga da população portuguesa.

10 Professor Doutor Lei Heong Iok.

11 Professor Doutor Luciano Rodrigues de Almeida.

12 Professor Doutor Carlos André.

A PONTA DE SAGRES

13 O portal da História: *in* http://www.arqnet.pt/portal/artigos/jss_expansao2.html 13JAN16.

14 Gama, Luísa: *"Navegações portuguesas – Escola de Sagres", in* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/g19.html 11NOV15.

15 Matos, Luis: *"Náutica portuguesa".* Instituto Camões *in* http://cvc.instituto-camoes.pt/arte-de-navegar-roteiristica-e-pilotagem/nautica-portuguesa.html#.VkMob9LhDs0 11NOV15.

16 Albuquerque (1983, 103) dá-nos conta do seguinte: "No princípio da segunda metade do século XVI o cosmógrafo castelhano Alonso de Santa Cruz, que é também autor de um apreciado Islário, redigiu um livro que muito nos interessa, intitulado "Libro de las Longitudines", que só no presente século veio a ser impresso (...)".

17 Albuquerque (op. cit., 22) assinala a existência destas viagens desde 1341.

18 Matos, Luis: "Viagens à Terra Nova". *in* Navegações portuguesas – Instituto Camões, *in* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/d34.html 28NOV15.

19 Alcácer Ceguer, Tânger, Arzila, Agadir e Mazagão.

20 De acordo com o Instituto Camões, "Navios, construção e arquitectura naval": "A nau portuguesa do século XVI pode caracterizar-se como um navio redondo de alto bordo, com uma relação de 3:1 entre o comprimento e a largura máxima, três ou quatro cobertas, castelos de popa de três pavimentos (tolda, alcáçova e chapitéu) e proa de dois (guarita e sobreguarita) cuja arquitectura se integra perfeitamente no

casco; arvorava três mastros, o grande e o traquete com pano redondo, e o da mezena com pano latino. É um navio de carga por excelência, destinado a percorrer longas distâncias em rotas conhecidas, tirando partido do aparelho pelo conhecimento prévio dos regimes de ventos, mas andava armado com peças de grande calibre". *in* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/c15.html 17NOV15.

21 Gonçalves, António (2002): "Navegações portuguesas – Bolina, navegação à bolina". Instituto Camões, *in* http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/a00.html 11NOV15.

22 in http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/civil-e-cultura-china-e-macau/os-portugueses-em-macau/ 28NOV15.

23 Baseado em: Birot, Pierre (1956). "Évolution des théories de la circulation atmosphérique générale". *in* Annales de Géographie, Vol. 56, nº 348, pp. 81-97 b- Fig.16.

A PARTILHA DO GLOBO

24 Ferreira, José (2015): "Tratado de Tordesilhas". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content .php?printconceito=1120 30NOV15.

25 *in* http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/index.html 10JAN16.

DA EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

26 Ferreira, José: "Cananor". FCSH-UNL. *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php? printconceito=986 15FEV16.

27 "Brasil: 500 anos de povoamento: IGBE". *in* http://brasil500anos.ibge.gov.br/ 27JAN16.

28 De acordo com Couto (1995, 26), a fachada atlântica tem 9198 km de extensão, considerando os seus recortes e o seu perímetro real.

29 Vicente, P. (2000): "Brasil: factores de unidade". *in Camões-Revista de Letras e Culturas Lusófonas,* 8, Janeiro/Março, 2000. *in* http://www.instituto-camoes.pt/revista/factoresunid.htm 18NOV15.

30 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *in* http://brasil500anos.ibge.gov.br/ 27JAN16.

31 O portal da História: "Decreto de abolição da escravatura". *in* http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/vsb_abolicaoescravatura.html 02OUT16.

32 "IGBE – Brasil 500 anos". *in* http://brasil500anos.ibge.gov.br/ 27JAN16.

33 *Idem*, *ibidem*.

34 Assinalam as autores um conjunto de convénios estabelecidos entre o governos brasileiro e o governo português (op. cit., 405): "em 1950 foram-lhes concedidos vistos sem quaisquer restrições; em 1970 foi celebrado o Acordo de Previdência Social/Segurança Social com Portugal; em 1972 assinou-se a Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses e, em 1988, foi permitido a todos os originários de países de língua portuguesa residir apenas um ano para se tornarem cidadãos brasileiros".

35 Observatório da Emigração, *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=31 26DEZ15.

36 *in* http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf 29SET16.

DAS OUTRAS SAÍDAS PARA A AMÉRICA DO SUL

37 "Presença portuguesa na Venezuela". *in* http://historico.notitarde.com/1999/08/09/memoria/memoria7.html 28NOV15.

38 *in* http://correiodevenezuela.com/portugues/segunda-etapa-da-imigracao-os-agricultores-desviados-das-petroliferas-de-curacau/ 28NOV15.

39 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=235 26DEZ15, com base em valores da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

40 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=235 26DEZ15.

41 *in* http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/as-canoas-da-desforra 28NOV15.

42 *in* http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra-ssrpre-drcomunidades/textoImagem/Bermuda.htm 3JAN16.

43 Argentina, Brasil, Chile, Paraguay e Uruguay.

44 "Argentina de la inmigración a la emigracion". *in* http://fci.uib.es/Servicios/libros/investigacion/jofre/Primera-Parte-Argentina-de-la-inmigracion-a-la.cid217786.

45 Méndez, Maria: "Migración e inmigración reciente en Argentina". *in* http://www.monografias.com/trabajos28/migracion-emigracion/migracion-emigracion.shtml.

46 Afonso, Mónica: "Los portugueses en el Gran Buenos Aires, perdida y presencia de su lingua". *in* http://www.monografias.com/trabajos38/portugueses-buenos-aires/portugueses-buenos-aires.shtml 13NOV13.

47 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=11 26DEZ15.

48 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=23 26DEZ15.

EMIGRAÇÃO PARA O CONTINENTE NORTE-AMERICANO

49 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=230 em 27 DEZ15.

50 *Idem*, *ibidem*.

51 Designação ainda atribuída ao açúcar obtido por um processo de refinação leve e reduzido.

52 Matos, Luis: "Viagens à Terra Nova". *in* Navegações portuguesas – Instituto Camões. http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/d34.html 28NOV15.

53 "Primeiros portugueses no Canada". *in* http://www.festejamos50anos.com/historia/portuguesa /primeiro-groupo-com-cerca-de-30-portugueses/ 1OUT16.

54 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=38 27DEZ15.

GENTES DA EMIGRAÇÃO

55 *Finis Patriae* (1890).

GEOGRAFIA DA EMIGRAÇÃO

56 *in* http://www.voltaaomundo.pt/2015/10/02/sul-da-california-entre-o-deserto-e-o-oceano-pacifico/ 30NOV15.

57 Ver: Marques, Ester: "Imigração açoriana no Maranhão e fundação de São Luis". *in* http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/esterimigracao.htm 28NOV15.

58 Refere-se à expulsão do Pastor Kalley e família, em 1875.

59 *Pátria de sonho:* "Venezuela,/Pátria mais sonhada,/Por todos os que buscam a grandeza,/Tu tens no solo fértil a riqueza,/Encantadora terra, abençoada".

60 Entre os estudos conhecidos, indicam-se os de M. B. Rocha-Trindade (1976), que refere a preferência dos habitantes de Queiriga por Paris (Orsay), dos habitantes de Mira de Aire pelos EUA e dos habitantes de Vila Nova à Coelheira, pelo Brasil. Por sua vez, Arroteia (1984) regista a preferência de Murtoseiros pelos EUA (Newark).

61 Guerra Junqueiro, *Regresso ao lar.*

HERANÇAS E TERRITÓRIOS RELIGIOSOS

62 *Enciclopédia Católica Popular.* "Missões". *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 18NOV15.
63 *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 11NOV14.
64 *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 11NOV14.
65 *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 12NOV15.
66 *in* http://cronicasmacaenses.com/2014/09/16/a-santa-casa-da-misericordia-uma-heranca-portuguesa-no-oriente/ 13NOV15.
67 Discurso proferido na Câmara dos Pares em 10 de Fevereiro de 1854. Diário nº 86. Discursos, p. 220, in Martins, José V. P. (1998).
68 *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 11NOV14.
69 *in* http://www.educris.com/v2/artigos/1449-portugal-obra-catolica-portuguesa-de-migracoes-celebra-50-anos 11NOV14.

MANCEBOS E EMIGRANTES

70 Ministério dos Negócios do Reino – Direcção Geral de Administração Política e Civil – 3ª Repartição, (Maio de 1873).
71 Operação que ficou gravada na tradição popular por "Ir às Sortes", associada à obrigatoriedade do serviço militar.
72 Dados do Estado-Maior do Exército (1988), documento interno. Os dados de 1969 não são referidos.

POR TERRAS AFRICANAS

73 Decreto-Lei Nº. 22.465 de 11 de Abril de 1933.
74 Das ilhas habitadas fazem parte: Boavista, Brava, Fogo, Maio, Sal, Santa Luzia, Santiago, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente.
75 *in* http://movv.org/2011/04/04/historia-da-guine-portuguesa-1444-1850/ 2DEZ15.
76 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=92 26DEZ15.
77 Caldeira, Arlindo. "Ilha de São Tomé". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=149 27DEZ15.
78 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=207 26DEZ15.
79 Planos de Fomento para o Ultramar: I, de 1953-1958; II, de 1959-1964; Intercalar de

1965 a 1967 e III, de 1968 a 1973.

80 Instituto Camões –" Colonatos modelo c) Regadio de Matala 1954". *in* http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BzQE5qUhku4J:www.instituto-camoes.pt/glossario/Textos/Agronomia/HTM/terraplanagem.html+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt 20NOV15.

81 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=9 26DEZ15.

82 Matine, Manuel (2015) – A integração de famílias autóctones no Colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977. Nitéroi-RJ, Universidade Federal Fluminense (Dissertação).

83 Observatório da Emigração. *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=15826DEZ15.

84 *in* https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_do_Sul 29NOV15.

85 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=244 26DEZ15.

PELO ÍNDICO

86 *in* http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4186161 28DEZ15.

87 Ferreira, José: "Cochim". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1062 7JAN16.

88 *Enciclopédia Católica Popular. in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 6FEV16.

89 Nobre, Pedro: "Bombaim". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=982 7JAN16.

90 Antunes, L. F.: "Topónimos – Diu". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=992 7JAN16.

91 *in* https://pt.wikipedia.org/wiki/Dadr%C3%A1_e_Nagar-Aveli 7JAN16.

92 Biedermann, Zoltán: "Ceilão". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=913 6FEV16.

93 Biedermann, Zoltán: "Ceilão". *in* http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=913 6FEV16.

94 Observatório da Emigração. *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/ paises.html?id=104 27DEZ15.

POR MARES DA ÁSIA E DO PACÍFICO SUL

95 *in* http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/portugueses-em-macau/primeiros-portugueses-macau/ 28NOV15.

96 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=147 26DEZ15.

97 *in* http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/portugueses-em-macau/primeiros-portugueses-macau/ 28NOV15.
98 Diário de Notícias (29NOV2006). *in* http://www.dnoticias.pt/actualidade/madeira/159903-cerca-de-6-mil-madeirenses-residem-na-australia 30NOV2015.
99 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=1427DEZ15.
100 (1997), "A história de Timor e a presença portuguesa na Insulíndia". *Exposição*. Porto, Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. *in* http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8893.pdf 22FEV16.
101 "História de Timor-Leste" *in* http://wikivisually.com/lang-pt/wiki/História_de_Timor-Leste 9JUL17.
102 *in* http://timor-leste.gov.tl/?p=29 5DEZ15.
103 Observatória da Emigração. *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=218 em 27DEZ15.
104 "Descendentes do rei de Sica querem mjseu para tesouro português", *in Jornal de Notícias*-14/2/14. http://m.jn.pt/m/newsArticle?contentId=3687771&related=no 7/2/16.

PORTUGUESES NA DIÁSPORA

105 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html 30JAN16.
106 *in* http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=40 26DEZ15.
107 *Correio da Manhã,* 3ABR2016.

RETALHOS DO MOVIMENTO

108 Manuel Alegre (1970), *O canto e as armas.*

SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES

109 *in* http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/ 7DEZ15.
110 Registada em 07/06/1911.
111 Zupanov, Inês:"O Império imperial, 1458-1665 – a religião e as religiões" (trad. de Margarida Vale de Gato). *in* http://www.ineszupanov.com/publications/HIST%D3RIA%20DA%20EXPANS%C3O%20PORTUGUESA%202001.pdf. 7/2/16.

112 Celebrado conjuntamente com o Dia de Camões, a 10 de Junho.

TROPICALIDADES E MESTIÇAGEM

113 Pereira, Dulce: "Crioulos de base portuguesa". *in* http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html 28NOV15.

114 Garcia de Resende: *Miscelânea*, nº 189, 1534.

115 Sá de Miranda: *Carta.*

116 "Filinto Elíseo", Projecto Vercial, Universidade do Minho. *in* http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/filinto.htm 10FEV16.

117 Cancioneros.com. *in* http://www.cancioneros.com/nc/15391/0/mulata-no-sapateado-vinicius-de-moraes-ary-barroso 2OUT16.

118 Luandino Vieira. *in* http://www.escritas.org/pt/t/13320/cancao-para-luanda.

119 Mia Couto: "Raiz de orvalho e outros poemas". *in* https://books.google.pt/books?id=vzrTDk3CJVUC&pg=PA58&lpg=PA58&dq=mia+couto+poema+mesti%C3%A7o&source=bl&ots=WjZEmrrZrO&sig=ZcEz0DJF1BdPnemHBuglJwgmRI0&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjjsJeh5bzPAhWMFR4KHZnwCC0Q6AEITDAJ#v=onepage&q=mia%20couto%20poema%20mesti%C3%A7o&f=false 2OUT16.

120 Fernando Pessoa. *in* http://www.fpessoa.com.ar/poesias.asp?Poesia=036 23FEV16.

VOLTE FACE DA EMIGRAÇÃO

121 Ravenstein (1865): *Leis da Migração.*

122 "Boletim Anual", Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas, de 1980-1981 e anos anteriores.

XADREZ GEOGRÁFICO

123 Fazem parte desta relação, para além de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger, Azamor, Safim, Santa Cruz do Cabo de Gué, Mogador e Mazagão.

124 Dom João de Castro (1843): ''Primeiro Roteiro da costa da Índia, desde Goa até dio: narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta última cidade. 1538-1539". Porto, Typographia Comercial Portuense (Publicado

por Diogo Kopke, Capitão da 3ª Secção do Exército, lente da Academia Polytéchnica do Porto, e Correspondente do Instituto Histórico e Geográphico do Brasil).

125 Em 2011, num total de 4740,0 milhares de activos: 483,9 milhares estavam ocupados no sector I; 1272,9 milhares no sector II e 2983,2 milhares no sector III.

126 *in* http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/observatorio.html 30JAN16.

127 Rodrigues, M. Idalina R. (1987): "A chama e a distância". *Revista ICALP*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Março-Junho, nº 7-8, 6-8.

ANEXOS

128 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *in* htpp://www.cplp.org/id-3869.aspx.

129 Divisão administrativa do país que agrupava um determinado número de concelhos, por sua vez constituídos por unidades mais pequenas, freguesias. Os distritos foram criados no âmbito da reforma administrativa liberal, em 1835 e abolidos em 2011.

澳 門 理 工 學 院
Instituto Politécnico de Macau

A importância da emigração na sociedade portuguesa não se circunscreve a um período da sua história recente nem se apaga nas longínquas viagens empreendidas pelos navegadores portugueses há mais de cinco séculos. Desenha-se numa teia de vivências e memórias, de relatos e histórias de vida contadas em diversas línguas e continentes por cidadãos de várias nacionalidades, que não só portugueses emigrantes de 1ª, 2ª ou de gerações mais antigas. Assume-se através de narrativas diferenciadas, de testemunhos distintos, de heranças culturais e religiosas multifacetadas e de patrimónios enriquecidos por vínculos construídos em torno da língua portuguesa divulgada pelas migrações transoceânicas.

Esta é a rota traçada neste trabalho que evoca as migrações lusas inspiradas no processo dos Descobrimentos portugueses, nas conquistas técnicas e científicas que estes beneficiaram, no alargamento e ocupação humana de novos espaços geográficos, no conhecimento e construção de novas sociedades e culturas.

Embora dedicado às gentes e às rotas da lusofonia relança o debate, sempre oportuno, da construção de um Portugal, "que se busca e se quer, na vontade dos seus, ser uma nação nova, num mundo onde as incertezas nos enleiam mas onde é imprescindível que o homem e os homens sejam uma invenção de si próprios" (V. M. Godinho, 1978 – Editorial).

澳 門 理 工 學 院
Instituto Politécnico de Macau

ISBN 978-99965-2-259-8
9 789996 522598 >